



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**MAIZA RIBEIRO DE SOUSA**

**UM ÚLTIMO ADEUS:  
PRÁTICAS FÚNEBRES E A BUSCA DA BOA MORTE NOS SÉCULOS XIX E XX –  
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB**

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

**MAIZA RIBIRO DE SOUSA**

**UM ÚLTIMO ADEUS:  
PRÁTICAS FÚNEBRES E A BUSCA DA BOA MORTE NOS SÉCULOS XIX E XX –  
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

**Orientador:** Prof. Dr. Rodrigo Ceballos

**CAJAZEIRAS-PB**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

S725u    Sousa, Maiza Ribeiro de.  
Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX – São João do Rio de Peixe-PB / Maiza Ribeiro de Sousa. - Cajazeiras, 2017.  
245f.: il.  
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos.  
Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Práticas fúnebres. 2. Morte. 3. Rituais fúnebres. 4. Registros de óbitos. I. Ceballos, Rodrigo. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 393“18/19”

**MAIZA RIBEIRO DE SOUSA**

**UM ÚLTIMO ADEUS:**

**PRÁTICAS FÚNEBRES E A BUSCA DA BOA MORTE NOS SÉCULOS XIX E XX –  
SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em Licenciatura em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rodrigo Ceballos  
(Orientador – UACS/CFP/UFCG)

---

Profa. Dra. Rosilene Alves de Melo  
(Examinadora – UACS/CFP/UFCG)

---

Profa. Dra. Viviane Gomes de Ceballos  
(Examinadora – UACS/CFP/UFCG)

---

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana  
(Suplente – UACS/CFP/UFCG)

Dedico aos mortos. Em especial:

Ricardo Casimiro

Alcino

José Ciriaco de Sousa

Francisca da Conceição

Manuel Ribeiro Alves.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por saber me conduzir pelos melhores caminhos, por me dar forças quando não tinha, por tornar essa caminhada mais fácil, por me conceder a oportunidade de conhecer os melhores amigos e professores do CFP e pela minha família. Por ser abrigo e por nunca desistir de mim. O senhor é minha força, é luz que me guia nas noites escuras. Que seu amor seja sempre presente em mim.

Agradeço a minha família, meu porto seguro. As minhas irmãs Márcia e Marília pela confiança e por acreditarem que tudo iria dar certo. A minha sobrinha Pietra, o xodó da família. Agradeço aos meus pais Margarida e José.

Mainha, a mulher que primeiro pegou na minha mão e me ajudou a escrever as primeiras letras do meu nome. Obrigada por ter me mostrado como é gratificante ser professora e que não importa a profissão que eu escolha, seu amor continuará sempre o mesmo. Obrigada por sempre acreditar.

Painho, homem que nunca mediu esforço para ver suas três filhas estudando, pois nossa alegria também era a sua. Obrigada por sempre ser um pai presente. Obrigada por me amar mesmo com todos os meus defeitos.

Obrigada painho e mainha por me ajudarem neste trabalho. Às vezes queria ser criança para poder descansar em seu colo, às vezes queria ter asas para voar até em casa quando me sentia sozinha. Obrigada por me deixarem ir, por me ajudarem a crescer, por me amarem. José e Margarida, “por vocês eu faria tudo isso mil vezes”. Amo vocês!

Agradeço aos meus avós Aldeide, Manuel (*in memoriam*), Chaguinha (*in memoriam*) e Ciriaco (*in memoriam*). Suas histórias contadas na calçada me fizeram ficar tão encantada por esse universo da morte. Obrigada!

Agradeço aos meus amigos da residência, pessoas maravilhosas que tive o prazer de conhecer. Ao meu amado quarto 15: Josefa, Aline e Ianne (baiana), foram bons momentos compartilhados, boas histórias, choros e brigas. Que nossa amizade seja para todo o sempre. Amo vocês!

Agradeço a Andreza, Danielle, Jaíra, Alane, Vânia, Jucilene, Maria Lopes, Maria Aparecida, Larissa, Bruna, Gleyce, Jéssica, Graziela, Graça, Jucicleide, Amanaira, Marleide, Joedna, Branca, Jesana, Célia, Flávia, Fabricia, Joice, Emanuela, Nadelly, Islani, Francisca, Ailmo, Guilherme, George, Rodrigo, Bruno, Pedro Felipe, Lucas, Sirineu, Marcelo, Roberto e Mateus. Agradeço a Adriana, pelos bons momentos compartilhados e Rosa pela ajuda com as tabelas.

Não posso esquecer do meu também amado quarto 04: Jane, Risoneide, Lilian, Larissa e Yara.

Agradeço a Jane, a futura médica. Obrigada pelos conselhos, por sua companhia trazer a calma e por ser amiga em todos os momentos. Sucesso na sua vida!

A menina do campo, Risoneide. Como você se orgulha em contar suas histórias, aquela menina que saiu da zona rural, que carregou lata d'água na cabeça e que fez as escolhas certas. De Igaracy para o mundo. Que bom que fizemos as escolhas certas, que bom que somos amigas. Que Deus te proteja sempre e que sua vida seja repleta de amor. Obrigada por ser luz quando meu caminho estava escuro.

Agradeço a Lilian, pessoa encantadora que sempre esteve disposta a escutar quando precisei de um ombro amigo. Obrigada por toda ajuda.

Yara, sua fofa, obrigada pela ajuda com as tabelas e por sempre estar disposta a ajudar.

Larissa, obrigada pelas conversas e também por toda ajuda.

Lilian, Larissa e Yara, apesar de ser um curto tempo que convivemos, desejo que nossa amizade seja além da Universidade e que seus caminhos sejam sempre repletos de paz. Para vocês tudo de bom e que venha a formatura. Que o céu seja o limite para os seus sonhos. Sucesso na sua vida e boa sorte.

Joedna, pessoa linda, que sempre me ajudou. Obrigada por sempre estar presente e me estender à mão quando me achei sem rumo. Saiba que o sentimento é recíproco e quero ver você voando cada vez mais alto. Sucesso!

Marleide, como você tornou-se especial em minha vida. Foi um prazer trabalhar com você no PIBID, pois nesse tempo percebi o quanto você cresceu e o quanto você está na profissão certa. Não tenho dúvidas do seu sucesso.

Katiana, sua chorona. Nunca tive dúvidas do seu sucesso, pois tudo o que faz é com tanta dedicação. A futura doutora Katiana Alencar, a menina das sensibilidades, que nos enche de orgulho e nos traz alegria. Menina de coração bondoso. Não poderia esquecer do seu príncipe Rodrigo, e como formam um lindo casal. O garoto prodígio, que sei que vai muito longe ainda. Obrigada pela amizade de vocês!

Ranielton, já te disse e não me canso de repetir, “o mundo ainda vai conhecer você”. Meu nenê preferido. Sucesso, Ranielton!

Danilo, obrigada por estar sempre presente e por sempre me ouvir. Desejo que tudo dê certo na sua vida, pois tens um trabalho maravilhoso e sei que vai lhe trazer bons frutos. O que se planta com amor, também é colhido com amor. Obrigada!

Agradeço aos meus amigos do PIBID, pois como dizem somos uma família. Uma vez PIBID, para sempre PIBID: Daniela, Risoneide, Suzyane, Pedro Felipe, Roberto, Alex, Danilo, Bruno, Marleide, Maria, Jucileide, Amanaira, João Kaio, Thiago, Paulo Sérgio, Izabel, Jhu, Joedna, Jéssica, Rafael, Higor, e ao meu supervisor Jefferson. Jefferson, obrigada pelos ensinamentos e por sempre nos compreender. Continue sempre esse exemplo de professor. Como cresci esses anos todos com você.

Aos amigos que tive o prazer de conhecer durante o curso. Tatiana, Isabelle, Laís, Ivanilda, Eveline, Ewerton, Larissa Bezerra, Jaine, Francimário, Paloma, Amarante, Ramon, Daniele, Guilherme e a Claudivan, que sempre estavam por perto para ajudar. Não posso esquecer de Suzyane, que a vida lhe reserve as melhores surpresas.

Agradeço a minha turma 2012.2 e, aos que sobreviveram ao curso, Sibelle, Mônica, Isis, Marília, Clairton, Rafael, Darlan, Roberto. Em especial, a Jéssica, Rejane, Iranete, obrigada pelas noites prazerosas no CFP. Lidiane, Marinalva e Fabiana que resolveram trilhar outros caminhos. Sorte e sucesso para nós!

Agradeço aos funcionários do CFP, em especial, a dona Nenê, Gilberto, Julimar, Girleuda, Juliana, Sueli, Graziela e a Cláudia. Sempre gentis!

Agradeço aos colaboradores desta pesquisa, pois sem vocês tudo isso não seria possível. Paulo Dantas, obrigada pela sua disponibilidade e gentileza. Francisco (Baiozo), obrigada por me mostrar uma São João que desconhecia. Como são importantes suas lembranças para este trabalho. Margarida, obrigada por me revelar um pouco de suas memórias de infância, por me colocar tão próxima também da história da minha família. Obrigada!

Quero agradecer, em especial, Alcino (*in memoriam*). Um senhorzinho simpático que adorava passar as manhãs na calçada de sua casa. Obrigada por me fazer sentir os cheiros, por me fazer ouvir os choros na cena do velório, o soar dos sinos quando o morto se aproximava da igreja, por me conduzir pelos caminhos de suas lembranças. Obrigada por me fazer sonhar e acreditar que esta pesquisa poderia dar certo. Guardarei suas histórias para sempre na minha memória.

Agradeço a Maria do Carmo, secretária da Igreja Nossa Senhora do Rosário, e ao padre Damião, por tamanha gentileza. Agradeço aos funcionários da 1ª Vara do fórum Dr. João Bernardo de Albuquerque, pela gentileza nas minhas vistas aos arquivos. Agradeço também a Verônica, também por sua gentileza quando precisei acessar o arquivo do Cartório Nobre Coêlho. Agradeço aos funcionários do jornal Gazeta do Alto Piranhas, em especial, a José Antônio e Cavalcante. Agradeço a Angelina, Edimêr, Aldeide por me disponibilizarem as fotografias de seus familiares.



Agradeço aos professores, que mesmo distante sempre se mostraram prestativos a ajudar, João José Reis, Ana Maria Mauad e Cicero Joaquim. Obrigada pelas contribuições.

Agradeço aos meus professores: Ana Rita, Francinaldo, José Antônio, Isamar, Rubismar, Valéria Borba, Hélio, Mariana Moreira, Lucinete, Silvana, Osmar, Geraldo e Israel. Obrigada pelos ensinamentos.

Agradeço, em especial, a Neto, Rosilene, Rosemere e Viviane.

A Neto que primeiro me ajudou com a pesquisa e sem suas palavras não teria chegado até aqui. Obrigada por sua ajuda!

Rosilene Alves de Melo, obrigada por toda ajuda necessária, por sempre acreditar e confiar em mim. Uma vez eu já escrevi isso, mas gostaria de escrever novamente. “Um dia quando crescer, quero ter o dom de encantar, como também a humildade e carinho que tem para com os outros. Vai além da figura de professora, pois isso ressalta o ser humano que és. O meu sentimento é imenso. Te adoro muito!”

Agradeço a Rosemere Olímpio de Santana, pela sua disponibilidade em sempre estar pronta a ajudar. Nunca te disse, mas saiba que te admiro bastante pela pessoa que és. Em todos esses anos que estivemos próximas, percebi que além de professora é uma pessoa encantadora. Nunca deixe que sua luz se apague. Desejo que os laços construídos ao longo desses anos se estendam além da universidade.

Agradeço a professora mais arretada do CFP, Viviane Gomes de Ceballos. A primeira professora que me passaram as informações: “tenha cuidado, ela é muito exigente, nada será bom o suficiente”. Confesso que isso me causou medo, mas resolvi enfrentá-lo e te chamar para ser minha orientadora, ainda lembro exatamente como foi. Você me estendeu a mão quando estava completamente perdida e sou grata a Deus por dizer sim e me aceitar como sua orientanda. Obrigada por sempre me mostrar novos caminhos a seguir, por acreditar e me deixar “voar”. Sem sua ajuda não teria conseguido. Obrigada!

Por fim, quero agradecer ao meu orientador, Rodrigo. Obrigada por acreditar em mim até mais do que eu, por me dizer que iria conseguir. Confesso que no início quando tínhamos as primeiras orientações não sei muita coisa e olhe que ensaiava o que dizer. Se for procurar no dicionário a palavra vergonha, acho que ela me define bem no começo das orientações. Rodrigo, admiro você não só como professor, mas como pessoa. Você sabe a palavra certa para nos motivar. Obrigada por ser meu orientador, por me ajudar quando preciso e por todo o incentivo. Obrigada por me dizer que sou capaz, por me mostrar que estou no caminho certo. Obrigada por acreditar. Nós conseguimos!

Rodrigo, você foi *noor* para os meus olhos.

A morte virá e colocará um fim em mim e em meu prazer: isso me exorta a utilizar a essência temporal, o tempo. No entanto, a morte não me assusta, pois não ser não é um sofrimento, e, enquanto existo, a morte não existe, e, quando a morte existe, eu não existo: o que há a temer. (SCHOPENHAUER, 2013).

## RESUMO

A presente pesquisa discorre sobre as práticas fúnebres em São João do Rio do Peixe-PB, onde perpassa sobre uma análise dos sentidos simbólicos e sensibilidades construídos por meio da forma de como as pessoas se relacionavam com a morte, os mortos e o morrer durante a segunda metade do século XIX e século XX. Deste modo, o estudo focaliza os rituais fúnebres dispensados na hora da morte e os cuidados com o corpo, uma vez que essas formas de relacionar-se com o último adeus produziram sentidos e sensibilidades pautados nas crenças que abarcaram a forma de como homens e mulheres pensavam o último adeus. Esses sentidos e emoções estão presentes nas narrativas da vida dos camponeses, pois como fonte de análise fez-se uso da História Oral com moradores de São João do Rio do Peixe, como também se utilizou fotografias fúnebres, registros de Óbitos e Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Por meio das fontes, percebe-se como se constituiu as práticas fúnebres e como as mesmas foram se resignificando ao longo do tempo. Neste sentido, esses sujeitos buscavam a boa morte, o bem morrer, no qual estavam integrados à Igreja Católica e suas práticas de cura para a alma e o corpo. Alguém precisaria cuidar dos mortos, precisava lidar com a morte e a família era a encarregada por realizar o ritual de passagem e *post - mortem*. Assim, discorrer sobre a morte e buscar explicar como se constituíam as formas de lidar com o corpo a partir de suas crenças e perceber a morte como construção social é nosso objetivo.

**Palavras-chave:** Morte. Práticas fúnebres. Registros de óbitos. Oralidade. Fotografias.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Capela de São Francisco, 1949.....	53
Imagem 02 – Estação ferroviária, 1960.....	55
Imagem 03 – Cafiaspirina .....	72
Imagem 04 – Cafiaspirina .....	72
Imagem 05 – Elixir.....	73
Imagem 06 – Pomada.....	73
Imagem 07 – Sepultamento de homem com hábito franciscano, 1959.....	134
Imagem 08 – Sepultamento de Maria da Conceição, 1962.....	137
Imagem 09 – Velório de criança, 1966.....	139
Imagem 10 – Velório de criança (verso da foto) .....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Doenças (1864 a 1873).....	76
Tabela 02 – Doenças (1874 a 1883).....	79
Tabela 03 – Doenças (1883 a 1907).....	84
Tabela 04 – Sacramentos e ofícios fúnebres (1864-1873).....	97
Tabela 05 – Sacramentos e ofícios fúnebres (1874-1883) .....	100
Tabela 06 – Sacramentos e ofícios fúnebres (1883-1907) .....	102
Tabela 07 – Sacramentos e ofícios fúnebres (1883-1907) .....	104
Tabela 08 – Roupas fúnebres (1864-1873) .....	106
Tabela 09 – Roupas fúnebres (1874-1883) .....	108
Tabela 10 – Roupas fúnebres (1883-1907) .....	109
Tabela 11 – Roupas fúnebres (1883-1907) .....	111

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – POR ENTRE OS FIOS DA HISTÓRIA: SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADE EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE.....	24
1.1 “Caminhos da forma”: espaços de formação .....	24
1.1.1 Embaixadores de Cristo: a Igreja Católica e seu amor maternal.....	27
1.1.2 “Da morte aos óbitos”: a organização do espaço religioso em São João do Rio do Peixe .....	30
1.2 Cotidiano e vivências na urbe: uma visão da cidade por meio das fontes orais.....	40
1.3 <i>Aqui jaz</i> : criação e administração do cemitério público.....	50
1.3.1 “Lugares dos mortos”: o bota abaixo em São João do Rio do Peixe.....	53
1.4 Cemitérios clandestinos: o sepultamento dos anjinhos.....	58
CAPÍTULO 2 – CORPO E DOENÇA: PRÁTICAS DE CURA EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB.....	61
2.1 Higienizando os espaços: o perfume dos mortos e o corpo desviante .....	61
2.2 Medicalização e “normalização dos costumes”: morte limpa e corpos sãos.....	69
2.3 O remédio das famílias: a cura nos anúncios da revista <i>Flor de Liz</i> em Cajazeiras 1930.....	71
2.4 Moléstias frequentes: um quadro das doenças entre os anos 1864 a 1907.....	75
2.5 Entre receitas e garrafadas: a medicina popular e a cura.....	87
CAPÍTULO 3 – RITOS E RITUAIS DE MORTE: OS MORTOS E O ALÉM TÚMULO.....	93
3.1 Os mortos e o além- túmulo: em busca da boa morte.....	93
3.2 O alimento que cura: sacramentos e ofícios fúnebres .....	97
3.3 A moda fúnebre: qual roupa usar na hora da morte .....	105
CAPÍTULO 4 – ESPAÇOS DA SAUDADE: PRÁTICAS FÚNBRES EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (1940-1990) .....	114
4.1 Rituais de morte: vigiando o moribundo.....	114
4.1.1 O cuidado com os mortos e a organização da cena fúnebre.....	116
4.1.2 Entre o sagrado e o profano: velando os mortos.....	118
4.1.3 Práticas de sepultamento.....	120
4.2 Ritos <i>post-mortem</i> : o processo do luto .....	124
4.3 O último retrato: “prática fotográfica” em São João do Rio do Peixe.....	126

4.4 Álbuns de família: quando só resta a saudade.....	132
PALAVRAS FINAIS.....	144
FONTES.....	148
REFERÊNCIAS.....	149
ENTREVISTAS - ANEXO A .....	159
FICHA TÉCNICA.....	244
TERMOS DE LIVRE CONSENTIMENTO.....	250

## SUMÁRIO DE APÊNDICE

APÊNDICE 1.....	158
-----------------	-----



## INTRODUÇÃO

Meu corpo jovem de repente desfalece. Não sei o que bem me aconteceu, talvez seja alguma doença passageira. Já mandei fazer unguentos, mas nenhuma melhora, só sei que foi rápido, a luz dos meus olhos aos poucos se apagou, amigos e familiares já fazem “Quartas”. É preciso revezar entre os próximos, estou ficando guenzo, sei que logo vou bater as botas e não posso morrer sozinho<sup>1</sup>.

Na cama o meu corpo morre aos poucos, o padre já ungiu com seus santos óleos, deu-me a extrema unção, sacramentou-me para que minha alma seja posta no caminho da luz de Deus. Minha mortalha já está preparada, é da cor branca, que significa pureza, mas também reflete a devoção que tenho por Nossa Senhora. Ela intercederá por nós na hora da morte. O quarto está sempre cheio, bem no canto o oratório está todo iluminado por velas e algumas flores para perfumar o ambiente. As portas e janelas estão fechadas, pois isso impede que o demônio se aproxime. Sempre recitam-se algumas orações para que eu possa encontrar o descanso eterno. O testamento já está pronto, quero um terço de missas em intenção de minha alma e deixo 5 contos de réis para a Igreja Católica. Quero que minha morada eterna seja no adro perto dos pobres.

A estrada que passa homens e bichos, mas que também leva os mortos em redes até a sepultura, deve ser guiada por orações, pois quando “os demônios *vinherem* me atalhar”, estarei protegido pelas preces de meus amigos e familiares que vão carregar meu corpo na grade até a casa de Deus, pois no último adeus, aqueles que me amam devem acompanhar-me até a minha última morada, para que a minha alma seja entregue aos braços do pai.

Sinto que ao deixar o lugar onde vivi desde criança a sombra da morte deve ser apagada, minhas roupas serão queimadas, a água onde me deram o último banho será jogada fora, assim como os meus cabelos e unhas, as janelas e portas serão abertas para que meu espírito deixe o quarto e a casa. Em meu cortejo passarão com o meu corpo por estradas que nunca andei, onde minha alma possa se confundir e não retornar ao lugar que sempre amei. “As pistas serão

---

<sup>1</sup> “Fazer Quartas” significa vigiar o morto para que ele não morra sozinho. A vigília fúnebre foi prática comum no Brasil oitocentista, principalmente pela proximidade do homem com a morte durante o século XIX. Nas zonas rurais de São João do Rio do Peixe, este costume se mantém até os dias atuais, pois quando uma pessoa é “desenganada” pelos médicos, os familiares e amigos preparam o quarto do moribundo com velas e flores. Eles ficam na vigília esperando o momento derradeiro, pois antes de tudo não se pode morrer sozinho. – Expressão guenzo, é usada para indicar que o sujeito está magro. “Bater as botas” é uma expressão popular usada quando da morte de alguém. Cascudo (1971), em seu livro “Tradição e Ciência do Povo”, chama atenção para esses termos ao referir-se do morto brasileiro.

embaralhadas para que eu não volte. Para que eu veja que não há mais lugar para mim” (DEL PRIORI, 2015, p.9-11).

A casa só será varrida no outro dia, pois fazê-lo antes da saída do meu corpo ameaçará que algum familiar meu tenha o mesmo fim. No meu velório, os que *vinherem* me visitar me encontrarão em cama de couro, em hábito branco, com as mãos encruzadas e entre elas estará um rosário. Minha barba estará cortada e meus pés estarão calçados. Sei que não vão beber da água, pois a minha alma banhará dentro do pote. Minha família se reunirá próximo ao meu corpo e com o gesto de guardar minha lembrança alguém irá tirar um retrato. Sei que depois que cumprirem-se todos os rituais para meu enterro, para os que me amam restará o luto e a tristeza devido a minha partida. As mulheres usarão por um longo período vestes negras, os homens colocarão um pano preto no bolso e deixarão a barba crescer durante um mês.

Todo o ritual de morte deve ser cumprido de acordo com os desígnios católicos, “se eu retornar irei me comunicar por meio de aparições e ou sinais”. Devo aceitar que estou partindo, pois percebo que a morte se aproxima, estou arquejando, sinto frio, minha visão turva. Sei que estou morrendo. Ainda vejo alguns vultos e uma luz no canto da parede. Estou *moco*, mas ainda consigo escutar alguém me pedindo para segurar na mão de Deus. Percebo a presença de algumas mulheres que choram desesperadas. Agora percebo diante do que me resta de vida alguns dos meus parentes que já morreram. Todos estão aqui para me receber junto ao lado do pai. Junto a mim recitam a Ave Maria e consigo escutar a última parte que cabe ao moribundo, “[...] Santa Maria mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora de nossa morte, Amém!” (DEL PRIORI, 2015, p.9-11).

Sei que meus familiares vão buscar conforto nas palavras santas propagadas pela Igreja Católica. Por ter levado uma vida de acordo com os dogmas religiosos, sei que minha alma repousará ao lado de Deus. Aos parentes, peço para intercederem a Deus para que minha alma encontre a salvação e não desça para as profundezas do inferno, e que pelo menos Deus conceda um espaço no purgatório. Ao deixar o corpo minha alma é guiada por São Miguel. Sigo pela Via Láctea<sup>2</sup>. Assim, minha alma ganha um *status* de quase santo, que pode interceder junto ao pai por aqueles que ficaram, pois se em algum momento minha memória for ativada, será lembrado apenas minhas boas ações. Minha alma descansará e irá esperar o dia que Cristo descerá para julgar vivos e mortos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Luís da Câmara Cascudo (1951, p.25) discute sobre a viagem da alma até o paraíso celeste, ou seja, o seu caminho percorrido.

<sup>3</sup> A ideia desse texto foi pensada por meio dos escritos de Mary Del Priore, a partir do seu livro *Beije-me onde o sol não alcança* (2015).

Toda essa memória do último adeus reflete os costumes que foram praticados durante a passagem da morte no século XIX e do século XX, pois tudo foi vivenciado à sombra da fé cristã, o principal elemento balizador dessas práticas frente aos mortos. A morte é antes de tudo um “evento social”, já que cada sociedade tem suas formas próprias de manter relações com a morte, os mortos e o morrer.

\* \* \*

Apresentamos neste trabalho monográfico as práticas fúnebres imersas num contexto tipicamente rural, onde os prenúncios de morte são ligados aos símbolos da natureza, em que a morte se anuncia através do canto do galo ou dos uivos dos cachorros. Nossos sujeitos vêm do campo ou de uma pequena urbe que nascia, em fins do século XIX, envolta em saberes higienistas; homens e mulheres que cultuavam os cuidados com seus mortos a partir de seus rituais e práticas de enterro, que se misturavam entre o sagrado e o profano. Entre momentos de diversões e rezas acontece a cena fúnebre, pois os ritos de passagem protegem a alma, ligando o homem ao elemento do sagrado e, assim, a familiaridade entre vivos e mortos produz sensibilidades, sentidos e (re)significados diante do último adeus.

Passeamos pela história da morte em São João do Rio do Peixe, uma pequena cidade localizada no interior paraibano, onde no final do século XIX se viu imersa nos ideais de uma modernidade percebida por meio de suas transformações urbanas e do cuidado na produção de novos espaços. Estas mudanças perpassavam pelos desejos de uma civilidade, imprimindo a retirada dos mortos do interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário para o cemitério público e rompendo assim com os costumes fúnebres dos enterramentos *ad-sanctos*.

As transformações dos espaços eram pautadas no sonho de uma limpeza urbana, também criaram lugares reservados aos doentes, como o domicílio paterno e a casa de caridade, construídos durante o século XIX.

Os ideais de progresso adentraram lentamente pela urbe e costumes que passaram a ser vistos como velhos e atrasados dividiram o mesmo espaço com novos costumes vistos como salubres. Por entre as ruas da cidade, o progresso chegava com a luz elétrica iluminando alguns pontos da urbe, com a criação dos novos cemitérios, de fábricas, lojas e cafés, hotel, estação ferroviária, a coluna da hora<sup>4</sup>, correios, cartório, a televisão e rádio, o automóvel, a fotografia e

---

<sup>4</sup> A coluna da hora é um monumento que no alto comporta um relógio e localiza-se em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Segundo Galvão (2011, p.114) as obras da coluna da hora foram concluídas em 1948.

os seus fotógrafos que chegavam, como também com os arruamentos que possibilitavam o desenvolvimento dos projetos reformadores, visando uma profilaxia dos lugares.

Esses novos olhares pousados sobre a cidade carregavam um discurso científico e um discurso sanitário, que possibilitava ao corpo urbano que médicos e farmacêuticos exercessem suas práticas de cura juntamente com as antigas rezadeiras, parteiras e a Igreja Católica. Esses discursos científicos proporcionaram uma reorganização desses lugares reservados à morte, pois o corpo tornou-se medicalizado, visto que os espaços sagrados (cemitério) passaram a ser marginalizados pelo progresso e postos abaixo a partir de um ideal de cidade hígida.

Esses desejos chegaram a São João do Rio do Peixe com maior intensidade no século XX, pois a urbe aos poucos agregava ao seu meio sujeitos que buscavam aplicar seus saberes por meio dos remédios que se encontravam nas farmácias, que prometiam curar o agricultor que tivesse alguma reserva econômica para recorrer aos médicos e farmacêuticos, como também curar os proletários que ganhavam a vida nas fábricas ou no comércio local, próximo à igreja ou da estação ferroviária.

Ao problematizar sobre os rituais fúnebres dispensados aos mortos, recorreremos aos registros de óbitos da Igreja Católica. O acervo da igreja de São João do Rio do Peixe possui três Livros de Óbitos referentes aos anos de 1864 a 1907. No acervo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário também encontramos um Livro de Tombo do ano de 1885 a 2000, que também é utilizado como fonte de pesquisa. Como apoio para nossas fontes primárias de pesquisa e para uma melhor compreensão das práticas fúnebres, utilizamo-nos ainda do método da história oral, visto que entrevistamos moradores da zona rural e urbana de São João do Rio do Peixe. Ainda utilizamos como fonte de pesquisa algumas fotografias fúnebres a partir do final da década de 1950.

As entrevistas foram realizadas com Francisco de Sousa, 86 anos, aposentado e morador da zona urbana de São João do Rio do Peixe; Paulo Dantas de Oliveira, 83 anos, aposentado e morador da zona urbana de São João do Rio do Peixe; e Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 59 anos, aposentada e moradora da zona rural de São João do Rio do Peixe.

Ao fazer uso dessas entrevistas que mostram a relação dos sujeitos com os espaços, Albertini (2004, p. 39) discute sobre a importância da história oral e nos mostra as suas especificidades, pois ela ressalta que as entrevistas estão carregadas por uma grande riqueza que está circunscrita no terreno das subjetividades e das representações do passado e isso passa a ser tomado como dados objetivos, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e para conhecer o nosso passado. Deste modo, o uso da história oral nos possibilita perceber determinadas maneiras de como os sujeitos usam os espaços reservados aos mortos e quais

sentidos se empregam a eles. A história oral nos traz visões de mundos em que as pessoas fazem suas próprias leituras desses espaços, permite que entremos em contato com as sensibilidades que se processam na relação desses indivíduos com seus mortos.

As fontes (registros de óbitos, oralidade e fotografias) nos fazem perceber as sensibilidades construídas em cada época e os (re)significados dispensados aos mortos, a morte e o morrer. Os sentidos conferidos ao último adeus perpassam pelas práticas ritualistas, já que a morte pede um ritual e é preciso cuidar do corpo. Tecer um estudo sobre o último adeus é também discutir sobre a nossa própria morte, é pensar como esses momentos foram significativos para cada pessoa, pois, em meio a tantas emoções, esses sujeitos se organizavam para deixar registrada a cena da despedida. Fotografavam-se seus mortos para deixar guardada a última lembrança e para conservar a memória do morto, não deixando que se perdesse entre tantas outras mortes que partiram na esperança da ressurreição, já que segundo Benjamin (1987, p. 207) “[...] a ideia de eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica [...]”.

Todas essas crenças diante do último adeus pousam sobre os lugares da morte no além-túmulo: Céu, Inferno e Purgatório; e para as crianças pagãs estavam reservado o Limbo. Assim, para entendermos melhor essas práticas dispensadas à morte em São João do Rio do Peixe, desenvolvemos quatro capítulos.

No primeiro capítulo: **POR ENTRE OS FIOS DA HISTÓRIA: SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADE EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE**, procuramos pensar o espaço de formação, onde os são-joanenses desenvolveram suas práticas cotidianas. Apresentamos os espaços da ribeira, como também o espaço voltado à religião, pois a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário era *alma mater* para essa sociedade onde os padres-embaixadores de Cristo dispensavam aos fiéis à cura por meio dos sacramentos, exortando os pecados. Neste capítulo, apresentamos os lugares dos mortos na urbe, seus significados e como esses espaços foram sendo marginalizados pelo progresso, principalmente a partir das reformas urbanas. Dessa forma, este capítulo nos faz pensar sobre o desenvolvimento desses lugares por meio da transferência dos mortos do interior da Igreja e a criação dos cemitérios na urbe e sua secularização, como também a criação de cemitérios clandestinos, criados na zona rural de São João do Rio do Peixe.

Para refletir sobre as transformações urbanas, da chegada dos ideais modernos de um espaço resignificado mediante as leituras que sujeitos imbuídos dessas ideias de civilidade e progresso faziam nesses lugares, pensamos na constituição do segundo capítulo: **CORPO E DOENÇA: PRÁTICAS DE CURA EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB**. Nosso intuito foi discutir sobre o projeto higienizador das reformas que todo o Brasil passou em fins século

XIX. Por meio dessa profilaxia rural há a transferência dos lugares dos mortos, no qual criaram os cemitérios afastados no centro civilizacional da cidade. Assim, outros sujeitos passam a compor esses lugares, como os médicos que chegaram a São João do Rio do Peixe no começo do século XX. Apresentamos, neste capítulo, como os médicos e os farmacêuticos dividiam espaços com rezadeiras, parteiras e a Igreja, no qual desenvolviam várias leituras para o corpo e a doença por meio de suas práticas de cura.

Tecemos uma discussão sobre as doenças frequentes presentes nos livros de óbitos (1864 a 1907). Utilizamos neste capítulo alguns anúncios de medicamentos da “Revista Flor de Liz”, da cidade de Cajazeiras-PB, no qual a matéria circulava no meio de uma elite e os mais pobres não tinham acesso. Os camponeses continuavam a procurar rezadeiras e parteiras, às vezes, o farmacêutico e quando os remédios do mato não possibilitavam a cura, recorriam ao médico em última instância, pois as consultas eram caras e a medicina não era para todos. Esses investimentos sobre o corpo passaram a atrair a atenção de uma indústria farmacêutica e dos médicos, que ofertavam a cura por meio dos anúncios em revistas, já que as práticas de cura das rezadeiras e parteiras estavam sendo vistas como atrasadas e, para combinar com o cidadão moderno, a cura encontrava-se nos medicamentos e nas receitas médicas.

Por meio da relação desses sujeitos com a doença e os cuidados com o corpo, desenvolvemos o capítulo três: **RITOS E RITUAIS DE MORTE: OS MORTOS E O ALÉM-TÚMULO**. Procuramos tecer uma discussão sobre os rituais de passagem e seus significados na hora da morte. Abordamos neste capítulo os significados da assistência religiosa; ofícios e os sacramentos ofertados pela igreja como práticas de cura para a alma e dependendo do tipo de sacramentos, a cura corporal. Para isso, utilizamos os Livros de Óbitos nos quais os dados foram postos em tabelas para uma melhor compreensão. Abordamos os significados da roupa fúnebre na hora da morte e a relação com os santos de devoção, pois todos esses elementos, segundo a crença, poderiam munir de proteção e ajudar na hora da passagem.

Nesse sentido, discutimos os significados dos rituais em relação à morte infantil, que diferente da morte adulta, a criança era percebida como anjo, passível assim de salvação. Também fizemos uma reflexão sobre a morte do escravo através das suas roupas fúnebres e a assistência da Igreja Católica, percebendo assim uma conversão ou talvez inserção desses escravos a essa sociedade tipicamente católica. Segundo Machado (1999, p. 9), o ritual funerário é dispensado ao momento da “última agonia, lavagem e arrumação do corpo, velório, cortejo, enterro e luto”. Todos esses elementos possuem significados e sentidos simbólicos na hora da partida, pois são portadores de sensibilidades que são percebidas através de cada momento fúnebre. Dentro dessa relação de proximidade entre vivos e mortos, percebemos que

os rituais agregavam vários interesses, seja o de proteger o morto na hora da passagem, garantindo um lugar no além-túmulo, como também eram rituais “preparados pelos vivos e para os vivos”, no qual havia um cuidado de si, pois os rituais protegeriam os vivos do regresso da alma do morto.

Pensando nos vários sentidos e significados construídos em relação a cena fúnebre, problematizamos o capítulo quatro: **ESPAÇOS DA SAUDADE: PRÁTICAS FÚNEBRES EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (1940-1990)**. Nosso intuito foi problematizar os ritos de passagem e os ritos *póst-mortem* construídos no século XX em São João do Rio do Peixe. Construímos neste capítulo uma discussão mediante narrativas orais, de como se desenvolviam as práticas das vigílias fúnebres, velórios e sepultamentos como parte dos ritos de passagem. Apresentamos os ritos *póst-mortem*, como o beber o morto durante o velório e após o sepultamento e o luto que é colocado como sinal de desolamento mediante a perda. Neste capítulo, analisamos as fotografias fúnebres do álbum de família da entrevistada Margarida Maria Ribeiro de Sousa. Para esta pesquisa, pensamos as fotografias como manutenção da memória do morto, espaços de saudades. Discutimos como as fotografias se inserem dentro de um contexto marcado por novas sensibilidades, trazidas pelo desenvolvimento urbano que chega a São João do Rio do Peixe no século XX. As fotografias permitem que na hora da morte os familiares possam unir-se, por trás do caixão e com suas melhores roupas, para pousar num retrato junto com o ente querido que partiu com seu semblante sereno e de paz.

## CAPÍTULO I

### POR ENTRE OS FIOS DA HISTÓRIA: SOCIABILIDADES E RELIGIOSIDADE EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE

Discorreremos neste capítulo sobre os espaços de formação de São João do Rio do Peixe, dando enfoque à igreja matriz como elemento central para o crescimento do povoado. Elencamos alguns nomes de sujeitos históricos importantes levantados pela historiografia clássica da região, Cartaxo (1975) e Abreu (2011), os evocamos não com a intenção de privilegiar uma história de heróis e benfeitores, mas ressaltamos tais sujeitos no intuito de problematizarmos questões referentes à morte, já que era uma elite rural (fazendeiros) que se sepultava nos melhores lugares dentro da igreja, próximo ao *altar-mor*. Para este capítulo, apresentamos a organização do espaço religioso a partir da feitura dos óbitos. Discutimos os lugares dos mortos na *urbe* e as suas transformações, com o seu “bota a baixo” de casas e formação de novas ruas. A construção de um cemitério longe da matriz e a chegada da ferrovia. Apresentamos a cidade de São João do Rio do Peixe a partir da experiência dos entrevistados com a *urbe*, do contato desses sujeitos com os ideais de progresso e como o moderno foi incorporando na *urbe* outros perfumes que, muitas vezes, rompiam com costumes vistos como pagãos e rurais.

#### 1.1 “Caminhos da forma”: espaços de formação

As terras da ribeira eram espaços ricos e fecundos, muito bem servidos pelas chuvas. A Fazenda São João ficava nas terras da ribeira do Rio do Peixe e situava-se entre Sousa e Cajazeiras, possuía uma vasta região coberta pelas carnaúbas e que bordejavam o rio de mesmo nome. Mais para dentro avistava-se a vegetação por onde passava o gado para pastar. O dono da fazenda e das várias terras às margens do Rio do Peixe, o senhor João Dantas Rothéa, tinha muitas braças de terra por aqueles espaços; era terra a se perder de vista, tendo o rio como seu guardião. A ribeira era uma terra amada por Deus, no inverno fazia frio e a terra da lavoura ficava cheia de água com o orvalho das manhãs. A água era tão gelada que o gado nem se aproximava para beber da água, pois acanhado com o frio demorava a pastar. As aves encolhidas por entre os galhos das árvores ressoavam seus primeiros cantos quando o sol começava a despontar timidamente por entre uns fios de nuvens ao nascente, que logo depois mostrava as mais belas cores que se formavam junto da ribeira (SUASSUNA, 2003, p.14).



Buscamos nesta pesquisa discutir o espaço são-joanense de forma a aproximá-lo da literatura. Utilizamos da ideia de Suassuna (2003) para apresentar esse lugar de formação por meio de um olhar sensível no qual apresenta a relação desses sujeitos com o espaço. A história apresentada pela historiografia clássica exhibe o lugar da ribeira como um espaço de acolhimento aos filhos da terra e aos que vinham de fora. Esse espaço de ocupação é colocado pela historiografia local como um lugar vasto, que surgiu da iniciativa de uma família que se apresentava como dona das terras ao longo do rio. Cartaxo (1975, p.59-96-97) e Abreu (2015, p.38-189) apresentam ao longo de seus escritos o espaço de formação, onde as sesmarias estavam às margens do Rio do Peixe, e os filhos do reino passaram a explorar esses espaços. Eram homens que vinham das terras do “Douro e Minho em Portugal”, assim como também da região de Rubiões de onde saiu João Dantas Rothéa; personagem que para a historiografia são-joanense, é apresentado como sendo o fundador de São João do Rio do Peixe. João Dantas Rothéa passou a habitar quando chegou a um lugar próximo a ribeira e a denominou de Fazenda São João.

Por meio desses arranjos que nos apresenta a historiografia local, percebemos a relação desses sujeitos, os Rothéa, com a formação desses lugares. Suas fazendas funcionavam como fortalezas, lugares de fronteiras que separavam-nos do desconhecido<sup>5</sup>. A terra circulava nas mãos de poucos. Eram estes fazendeiros que ocupavam os cargos políticos, que exerciam o controle dos espaços, detinham a posse das terras e ganhavam títulos, vivendo em situação de vantagens dentro dos sertões, pois formavam uma rede familiar de poder e prestígio, carregando o nome dos Dantas, Gonçalves e Rothéa, como sendo famílias pioneiras para o desenvolvimento destes espaços.

Segundo a historiografia apresentada em obras por Cartaxo (1975, p.59) e Abreu (2015, p.189), em fins do século XVIII São João do Rio do Peixe era apenas um pequeno povoado próximo a ribeira, pertencente aos territórios do Jardim (Sousa). João Dantas Rothéa, fundador da Fazenda São João que dá origem ao povoado e conseqüentemente a vila e cidade, já estava desde o século XVIII estabelecido na ribeira após compra dessas terras da casa da Torre da Bahia. Dentro desse mesmo espaço os autores também chamam atenção para a figura de Domingos João Dantas Rothéa, que era sobrinho do então fundador de São João do Rio do Peixe.

Domingos saiu da região de Antas, em Portugal, chegando a São João em fins do século XVIII, e tornou-se um sujeito importante dentro desses espaços, pois recebeu a patente de

---

<sup>5</sup> De acordo com Sousa (2005, p. 19), a família Dantas dirigiu as rédeas do poder público de São João do Rio do Peixe desde sua fundação se estendendo até o início do século XX.

alferes e de capitão. Domingos foi casado com sua prima Mariana Gonçalves Dantas e tiveram três filhos, entre eles o capelão José Gonçalves Dantas<sup>6</sup>. Este casal se destacou na historiografia não apenas por ser parte da elite rural, mas eles foram responsáveis por doar terras para ampliar o templo religioso substituindo o oratório que era administrado pelo padre Ignácio<sup>7</sup> (ABREU, 2015, p.210).

O espaço religioso apresentado por Abreu (2015) partiu de uma iniciativa dessa elite<sup>8</sup>. São espaços que surgiram através de uma religião doméstica com a presença do oratório (ABREU, p. 281). Esse oratório, ou casa de orações, é colocado pelo autor como elemento do desenvolvimento para o povoado, no qual os fazendeiros tinham certos controles, principalmente em relação aos sepultamentos.

A elite rural (fazendeiros) era sepultada em lugares privilegiados e na hora da morte tinha uma assistência religiosa solene. Logo, era para esses senhores de posse que diante da morte não lhes faltavam nenhuma assistência dos padres, já que eram enterrados das “grades para cima” no interior do templo santo, visto que em 1816 já se realizavam os primeiros sepultamentos, e onde no interior da igreja se tinham as grades que separavam a capela-*mor* da nave central<sup>9</sup> (ABREU, 2015, p. 210).

Contextualizar um pouco sobre a família Dantas Rothéa em São João do Rio do Peixe não se restringe apenas para o conhecimento da organização desses espaços por meio de um tronco familiar, no qual se dá ênfase a uma história construída pela elite, assim como bem explica a historiografia apresentada por Cartaxo (1975) e Abreu (2015). Mas, é por meio da família Dantas Rothéa que brevemente somos apresentados às questões relativas à morte em São João do Rio do Peixe e como os clérigos se manifestavam em relação à morte e os mortos por meio de sua religião, já que os padres se apresentavam como embaixadores de Cristo, no qual administrava as questões religiosas, em que a Igreja Católica dispensava aos sujeitos o seu

---

<sup>6</sup> Ao pensar em uma história voltada para as elites e como estas interferiram nas questões da religião, Abreu (2015, p. 269) ressalta que “dos filhos do Capitão Domingos chamado José Gonçalves Dantas, depois de ordenado, estabeleceu-se em 1826 na povoação são-joanense, lugar onde passou a celebrar sacramentos e missas”.

<sup>7</sup> Idem (p.199-200), o primeiro templo religioso surgiu de uma doação do capitão João Dantas Rothéa, anos depois de situar na Fazenda São João. Destacou parte de sua propriedade para o patrimônio de seu cunhado Ignácio da Cunha que se ordenara, edificando no terreno doado uma capela sob a invocação de N. S. do Rosário.

<sup>8</sup> A elite tinha um poder de mando local; eram homens de negócios que se apresentavam como donos do poder local e que contribuía relativamente com a economia a partir da criação de gado. Eram esses sujeitos que estabeleciam relações de compadrio e alianças com outras regiões circunvizinhas. Essa elite administrava os arranjos políticos, desenvolvendo dentro de um tronco familiar prestígio e soberania sobre a figura do senhor que se apresentava como dono do poder.

<sup>9</sup> De acordo com Ariès (1989, p. 37), o principal motivo dos sepultamentos *ad sanctus* era assegurar a proteção do mártir (dos santos). Essa proteção estava garantida não somente ao corpo mortal, mas ao espírito até o dia do julgamento, pois para a Igreja o corpo está ligado ao espírito-corpo/alma.

amor maternal, pois a Igreja era a intermediadora que possibilitava a ligação homem e Deus e a salvação da alma.

### 1.1.1 Embaixadores de Cristo: a Igreja Católica e seu amor maternal

No acervo da secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, encontramos um Livro de Tombo do ano de 1885 a 2000, que apresenta um discurso dos padres em relação à religião, no qual se buscava educar seus fregueses por meio de suas alocuções religiosas. Esses clérigos se apresentavam como capazes de exortar os pecados e salvar a população mal educada, aproximando os fiéis de Deus.

A Igreja é apresentada como uma mãe zelosa, “*Mater cunctum viventium*”<sup>10</sup>. Os escritos do livro exibem os padres e bispos como sujeitos que devem ser percebidos por meio de um ideal de santidade. Nesse sentido, imbuídos do poder do altíssimo que é cabido a eles na terra, segundo consta no Livro de Tombo, percebemos que:

[...] O Rv.<sup>do</sup> Pároco [deve e] de, por meio da palavra boscada nas mães santas do Evangelho, profligar os erros, reanima [ilegível] [tíbios], e consolar os que soffrem e instruir os ignorantes; porque e ausente com a palavra, e pelo [exer] [cício] [terá] renascer, a Fé abatida, a Esperança [que] [ilegível] e a claridade que se extingue<sup>11</sup>.

Essas palavras eram propagadas aos fregueses nas missas aos domingos, onde se rezava aos pés do *altar-mor*, com amor e esperança. Inspirados nesse amor maternal da Igreja para com os filhos, era preciso conservar os bons costumes, a integridade e os princípios de moralidade no seio familiar. Para os clérigos, somente a Igreja Católica era dispensadora de todos os meios de salvação, já que guardava todos os segredos do céu e as rezas eram uma forma de aproximar os fiéis de Deus, pois tudo o que estivesse fora do cristianismo não teria valor<sup>12</sup>.

Segundo o Livro de Tombo:

<sup>10</sup> Mãe de todos os viventes.

<sup>11</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.1v. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>12</sup> Idem, fl.3-9

[...] A Igreja não tras só a palavra que ilumina; é igualmente portadora da graça que cura, aviventa e santifica. Feridos [edg] [duados] pelo pecado, havemos todos de recorrer aos seus admiráveis sacramentos, obra sublime de poder e da misericórdia de um Deus de mananciais inesgotáveis de amor jorrão sobre as nossas almas com todos os effuvios purificadores da Redenpção<sup>13</sup>.

Por meio desse discurso, os clérigos desenvolveram suas práticas de cura, no qual se dava através do alimento ofertado pela Igreja Católica, onde se educavam os fiéis mediante os seus pecados, e assim os sacramentos eram ofertados pelos padres na hora das missas, nos batismos e na hora da morte. Ao tecer um discurso sobre essa mãe de todo os viventes, os clérigos diziam ser a Igreja pertencente de um tríplice poder. De acordo com os escritos do Livro de Tombo, percebemos que:

[...] o de magisterio, o de ministério e o de [gérmen].[...] o poder de magistério ou auctoridade doutrinal- Baptisai os que crerem, isto é, regirai-os e santificaiós pela administração dos sacramentos: Baptisados. Eis ahi o poder de ministério, ou autoridade santificante\_ Ensina os observar tudo quanto vos tenho mandado [...] Eis ai o poder de regimen, ou autoridade governativa [...].<sup>14</sup>

Como embaixadores de Cristo e no desempenho de seus ofícios, os padres eram responsáveis por ensinar as pessoas os preceitos da Igreja Católica, por ela ser investida dos poderes de Cristo. Os padres buscavam tirar a sociedade da perdição, pois quem se afastava da Igreja Católica sofreria a ira de Deus, viveria como herege e padeceria em seus pecados. De acordo com o Livro de Tombo “[...] Aqueles que não estivessem agregados a Igreja Católica, deveriam desenganar-se, pois ainda que derramassem o próprio sangue pelo nome de Cristo, não receberiam a coroa da fé, mas a pena de suas perfídias e de modo algum poderiam ser salvos [...]”<sup>15</sup>.

Ao discutir sobre a religião a partir de um sistema cultural, capaz de moldar os sujeitos, Clifford Geertz (2008, p. 68) coloca a religião como sendo um sistema de símbolos que atua para estabelecer “poderosos penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos”. Dessa maneira, a Igreja usava de suas expressões religiosas como uma medida de poder, que se inseria dentro de um sistema cultural, sustentados

<sup>13</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.9. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>14</sup> Idem, fl10v-11

<sup>15</sup>Ibid. fl.11

tanto pelos discursos que eram propagados pelos padres nas missas, como na educação dos jovens seminaristas, pois os padres orientavam as pessoas para a salvação.

A salvação era posta por meio da obediência aos pastores, da moral, dos bons costumes, como também mediante os sacramentos. Os clérigos descreveram os sacramentos como instrumentos de santificação, que atingiam as profundezas do ser, no qual operava maravilhas na vida cristã<sup>16</sup>.

Segundo o Livro de Tombo “[...] a igreja era o corpo e Cristo a cabeça [...]” e, por isso como bons cristãos, deveriam deixar os vícios, pois o corpo precisaria reprimir-se para não corromper-se com os pecados mundanos<sup>17</sup>. Educar o corpo era uma missão dos clérigos, assim como orientar a ação humana nesses momentos, pois educava-se tanto para vida terrestre, como para o além-túmulo. De acordo com o Livro de Tombo, percebemos que:

Avisos, conselhos, ordens, leis, mandamentos, admoestações, penalidades, tudo isso, que, o desempenho do nosso ofício de Embaixadores, vos disemos, intimamos, estatuímos, prescrevemos, é como se procedesse de Deus mesmo, que é quem realmente vos falla e exhorta por nossa bocca e cuja auctoridade representamos sobre a terra: *Pro Christo legatione fungimur, tamquam Deo exhortante per nos* [embaixadores de Cristo, por meio de nós Deus exorta em você]. Assim, pois, rejeitar sciente e voluntariamente essa divina auctoridade que refulge nos Pastores da Igreja quebrar o jugo da obediência que lhes devemos, romper os laços que por esses modos nos prendem a Deus e repetir a orgulhosa palavra do infernal Revoltado: Não vos obedecerei! *Nan serviam!*- [não sirvam] é isolar-se do Salvador dos homens, é privar-se dos fructos salutare da Redenção, é enveredar pelo caminho fatal – que conduz á eterna predição<sup>18</sup>.

Grande era a missão desses clérigos juntos dos seus fregueses, pois devera-se praticar a piedade e misericórdia, curar os pecadores e ensinar o bom caminho para a salvação. Somente a Igreja tinha o alimento nutritivo capaz de salvar os pecadores. Somente pela Igreja encontravam-se os grandes desígnios de Deus. Recoberta pelo seu amor maternal para com seus filhos, portadora das graças que iluminava a vida dos cristãos, a Igreja dava o alimento nutritivo que colocava em comunhão os sujeitos com o seu corpo místico. Esses católicos deveriam manter-se sempre vigilantes, pois os padres levantavam seus discursos advertindo os fiéis que a morte se avizinhava a passos largos e somente por meio de seu poder poderiam com a palavra

---

<sup>16</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.10. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>17</sup> Idem, fl12

<sup>18</sup> Idem, fl10v. Frases transcritas do latim para o português pelo padre Antônio Sérgio Mota da Silva.

santa iluminar o mundo imerso nas trevas e tantos erros, curar a sociedade da miséria e do pecado.

### **1.1.2 “Da morte aos óbitos”: a organização do espaço religioso em São João do Rio do Peixe**

Segundo Sousa (2005, p. 18), “através da Lei nº 96 de 28 de novembro de 1863, logo após a conclusão da construção da Igreja, o presidente da província da Paraíba do Norte sancionou a lei erigindo a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Povoação de São João do Rio do Peixe município da cidade de Sousa em Matriz”. Ao tornar-se paróquia independente da região de Sousa, também foram estabelecidos os limites de terras pertencentes a São João do Rio do Peixe, pois “[...] Francisco d’Araújo Lima, Presidente da Província da Parahyba do Norte [dr dr]. Art. 1º Fica erecta em Matris a Capela de Nossa Senhora do Rosário da Povoação de São João do Município da Cidade de Sousa[...]”<sup>19</sup>.

Segundo o Livro de Tombo, são estabelecidos os seguintes limites:

Art. 2º Os limites da nova Freguesia serão com os da Freguesia da Cidade de Sousa Do Nascente: da Barra do Bé , situação de Ignacio José de Oliveira e filhos do sol por[ilegível] compreendendo as situações da malata do Bé e da [ilegível][ilegível] de João Ferreira de Albuquerque de Rio Piranhas, e so Uirauna todo o presente Este lugar Cajazeiras em presente da casa de Jose Rodrigues e da mesma Barra do Bé De Igancio de Oliveira e filhos seguira ao Norte nesta Lagôa do mel situara João da Crus Antonio Dantas, Serrote de Antonio [ilegível] da Se Pereira . Pôssso Cercado Bananeira, Ipoeira, Arrojado, incluído toda fralda da Serra Acaba em linha reta a Ipoeira e Arrojado [ilegível]pela estrada da SerRa de Luis gomes indo por S. André a limitar por cima a povoção de mesmo Luis Gomes a prova de Rio Grande do Norte; com as demais Freguesias de Cajazeiras os Limites Serão= ao Nascente da Lagôa do Be essa de Symplicio MariaFilhos em linha reta ao sitio Feijão e d’ ahei ao norte encostada a Serra Arara ate a Lagôa de Arara e d’ ahei em [ilegível] nesta aos serrotes ForMigueiros e Cabâcelo até a Cajoeiro, casa e Vicente de Brito extrema da Província do Ceara e para o Norte extremo com a Provª do Rio Grande do Norte, ficando as mesmas casas ainda referentes pertencendo a nova Freguesia. Art. 3º Revogão – se as disposições em contrario. Mando portanto a todas as Autoridades dr. Dr.dr. Francisco de Araújo Lima Dom José Pereira da Silva Barros, por Mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica, Bispa do de Olinda, do Conselho de S. M. o Imperador<sup>20</sup>.

Esses limites de terras são repartidos a partir da segunda metade do século XIX, depois da efetivação da Lei. nº 96 de 9brº. de 1863, e cada limite tinha um dono, suas regras, suas

<sup>19</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.3-3v. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>20</sup> Idem, fl4.

movimentações, que eram desenvolvidas mediante as alianças formadas com os senhores de posses, os fazendeiros, comandando os espaços a seus moldes.

Dessa forma, durante a segunda metade do século XIX, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de São João do Rio do Peixe fazia parte da Diocese de Olinda, assim como as igrejas dos atuais estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Os limites religiosos também ficaram demarcados depois da promulgação da lei sob o número oitocentos e quatro de doze de Outubro de mil oitocentos oitenta e cinco, marcando novos limites entre a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Sousa. De acordo com o Livro de Tombo, os limites estavam demarcados da seguinte forma:

Sendo em vista que nos enviou a diser em sua petição o Parocho da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Sam João do Rio do Peixe, na província da Parahyba, e Nos conformando dessa província, sob numero oitocentos e quatro de doze de Outubro de mil oitocentos e oitenta e cinco, que marca novos limites entre essa freguesia e a de Nossa Senhora do Remedios de Sousa. Havemos por bem de confirmar, mandar que também na parte religiosa se observe entre as duas freguesias os limites seguintes: do Bandarra seguindo rumo as nascentes pela Quixaba e Matto Grosso, Sacco da Asára e d'hai seguindo rumo direto ao norte para a Lagôa da Serra a limitar-se com a província do Rio Grande do Norte, Ficando oito logares pertencendo a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Sam João do Rio do Peixe, cujo Parocho exercerá d'ora em diante plena jurisdição parochial em todos estes logares, para essa dita Freguesia transferidas de Nossa Senhora dos Remedios de Sousa. Esta será publicada em um Domingo ou dia santo á estação da missa parochial, sendo antes registrada em Nossa Camara, no livro de Tombo desta Freguesia, e mais partes onde convinher. Dada, no Palacio da Soledade, aos 10 de Fevereiro de 1886. Eu Padre Valencio d' Alleluia Correia, Escrivão da Comarca Ecclesiastica , que escrevi. (Arcediago Doutor Luiz Francisco d' Araújo, 2º Governador do Bispado em exercício). A Provisão de Transferencia de logares da Freguesia de Nossa Senhora dos Remedios de Sousa, para a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Sam João do Rio do Peixe. Desta vinte mil reis (20\$000) P. Alleluia<sup>21</sup>.

Os padres eram responsáveis pela administração da Igreja Matriz e das capelas filiais que ficavam nas zonas rurais, no qual cada capela também tinha seu cemitério. Estando os espaços organizados a partir da lei que torna a igreja em paróquia independente, também se iniciou a produção dos Livros de Óbitos, pois para esta pesquisa, utilizamos três livros de registros de morte que se encontram na secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário em São João do Rio do Peixe-PB. O primeiro livro é do ano de 1864 a 1873 (L.01), o segundo

---

<sup>21</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.3v. São João do Rio do Peixe-PB

é de 1874 a 1883 (L. 02) e o terceiro é do ano de 1883 a 1907 (L.03). Os óbitos de São João do Rio do Peixe seguem um mesmo padrão empregado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado de Bahia de 1707, que segundo Rodrigues (2009, p. 122), “[...] tinham como objetivo controlar e normalizar as ações eclesiais [...]”, no qual instituía como os padres deveriam prestar assistência aos moribundos.

As Constituições Primeiras do Arcebispado de Bahia abordaram várias questões religiosas, expondo um modelo de como se deveriam registrar os óbitos. Segundo Vide (2007, p. 202), o livro de assento do falecido devia seguir o vocabulário subsequente:

Aos tantos (2) dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de N., viúvo ou viúva de N., ou filho, ou fiha de N. de lugar de N, freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos anos, (se comodamente se puder saber) com todos, ou tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tanta missas por sua alma e que se fizessem tantos Officios; ou morreo ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem lhe levar esmolos.

Os óbitos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de São João do Rio do Peixe apresentam os dados do falecido: qual a assistência fúnebre (sacramentos, ofícios), cor da mortalha, estado civil, nome do cônjuge e nome dos pais caso o falecido não fosse casado, onde foi sepultado e se foi em uma catacumba, qual catacumba e se era de alguma irmandade, ou se foi no mato. O óbito mostra se era párvulo (criança), adulto, escravo, livre ou retirante. Apresenta-nos também o motivo do óbito (doenças, acidentes ou suicídio). Algumas vezes indica a condição socioeconômica do defunto e sua profissão. Também indica onde se deu o falecimento e se faleceu no domicílio paterno<sup>22</sup>. Portanto, em um pequeno registro pode-se perceber todo um sentido e significado construído diante do ritual de passagem<sup>23</sup>.

Os registros de óbitos mostram muito sobre a crença das pessoas, que eram alimentadas pelos padres. Como parte da missão de salvar as almas errantes, construiu-se por meio de seus discursos uma concepção de vida depois da morte: os lugares dos mortos no além. Através de sol e chuva de dia e de noite, os padres deveriam levar o conforto aos doentes, pois de acordo

---

<sup>22</sup> Os registros de óbitos não apresentam de forma clara o que foi o domicílio paterno. Sua presença é percebida a partir do ano de 1884. Acreditamos que tenha sido uma espécie de lazareto que cuidava dos moribundos. A presença desse espaço mostra que o doente deixa seu quarto para morrer neste outro lugar. Como bem discute Ariès (2003), a morte deixa de ser domada, ganhando um caráter de interdito, em que o doente não fica mais sobre os cuidados dos familiares e sim de pessoas especializadas.

<sup>23</sup> Alguns fragmentos desse texto encontram-se em Sousa (2016, p. 155-170).



com o Livro de Tombo: “[...] Debate-as se nas rascas da morte Iluminais o seu leito de agonia com os esplendores das esperanças Cristãs. Já expirou! Recomendais á misericórdia de Deus aquela alma que acaba de comparecer a sua presença<sup>24</sup>”.

Os padres se apresentavam por meio dos escritos do Livro de Tombo como companheiros dos homens, desde seu aparecimento no mundo até a sua retirada para a eternidade; vigiava solícito todos os seus passos e presidia, assim, todos os atos solenes de sua vida<sup>25</sup>. Era preciso proteger os fiéis com as suas preces, pois os sacramentos como alimentos nutritivos que limpavam os homens do pecado e restituía a saúde, consagrava-os por meio da Igreja Católica. De acordo com o Livro de Tombo percebemos que na hora da morte, os padres não deveriam apartar-se dos doentes, como ato de caridade cristã, mas deveriam ajudá-los na hora que a morte se avizinhasse, pois:

[...] Em vossa dedicação não vos apartais d’elle enquanto não deixaste no lugar santificado do seu pacifico descanso. Em caminho que se estende entre esses doous extremos da vida humana- o berço e túmulo, quanto zelo da vossa parte, quantos desvelos, quantas fadigas! Oraís sem intermissão pelas vossas ovelhas e as dirigis pelas sendas do Evangelho. A palavra de Deus não emmudece nos nossos lábios, nem retendes a verdade em omisso captiveiro. Reconcilia os pecadores no tribunal da Penitencia e refociliais os fomentos de Deus na mesa da Comunhão. Acudis aos pobres, consolais os aflitos defendeis os oprimidos visitais os enfermos, sois os ministros da misericórdia de Jesus em favor de todos os que sofrem [...]<sup>26</sup>.

São os clérigos que por meio da missão como embaixadores de Cristo buscavam tirar a sociedade do pecado, confortando-os com os sacramentos, estando na cabeceira do moribundo, ajudando na passagem, reconciliando-o com Deus. A obediência aos pastores era uma forma de garantir segurança às vossas almas; por meio das orações e vigilância os padres velavam os fiéis, já que fora da Igreja não haveria poder de salvação e quem não seguisse os preceitos da Igreja Católica era considerado um profano, inimigo, no qual não poderia ter Deus como pai e nem a Igreja como mãe, já que somente um coração brando de uma mãe poderia salvar almas<sup>27</sup>.

Durante a segunda metade do século XIX (1864-1907), em São João do Rio do Peixe foi percebido mediante análise das fontes a participação de 11 padres. Esses clérigos foram

---

<sup>24</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.38v. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>25</sup> Idem, 38v.

<sup>26</sup> Ibid.

<sup>27</sup> Ibid. fl.11-12.

responsáveis por registrar os óbitos, estabelecendo assim um controle sobre a morte dos fiéis<sup>28</sup>. Eles são: José Gonçalves Dantas<sup>29</sup> (capelão), Joaquim Theophilo da Guerra, Amélio Marques da Silva Guimarães, Manuel Vieira da Costa e Sá<sup>30</sup>, reverendo Juvêncio Pereira de Sá, Antônio Thomás de Aquino, Joaquim Cirilo de Sá, Francisco Torres Brasil (encarregado da Freguesia), Juvêncio Ignácio Cardozo (pró-pároco), Laurentino Justiniano Ferreira Dantas, Marcelino e Sá e também consta a presença de um beato<sup>31</sup>.

Quando começou a ser feito os primeiros registros de óbitos em São João do Rio do Peixe, o capelão responsável pela administração da igreja, José Gonçalves Dantas, passou a realizar as missas e a aferir os sacramentos aos fiéis que precisassem. Segundo Abreu (2015, p. 271), “[...] o padre cobrava emolumentos e sempre fazia a prestação de contas quando era ordenado, seja pelo juiz municipal, como pelo vigário da igreja de Sousa”. A assistência religiosa era algo caro, já que se cobrava para aplicar os sacramentos. Percebemos por meio dos registros de óbitos que alguns ofícios foram realizados de graça pelo padre Juvêncio Ignácio Cardozo, uma vez que nesse caso trava-se de pessoas pobres sem condições de pagar pelos poderosos instrumentos de santificação: os sacramentos<sup>32</sup>.

Dentro desse espaço marcado pelo amor maternal da Igreja e pela vigilância de seus párocos, percebemos por meio dos registros de óbitos do ano de 1864 a 1873 a presença de irmandades. Não eram somente os padres que exerciam controles na hora da morte, pois, as irmandades são citadas nos óbitos quando indicam a catacumba que sepultou o morto, pois ao que percebemos, no cemitério da Matriz, da povoação ou Jerusalém, como são mencionadas nos óbitos, as catacumbas pertenciam à irmandade. Por falta de outras fontes, não sabemos se a irmandade que encontramos nos registros de óbitos carregava o nome da Santa do Rosário, tal como a igreja, pois a história desta santa está associada aos cultos dos negros e geralmente as irmandades eram formadas por esses grupos.

---

<sup>28</sup> Sobre a produção dos livros de óbitos, Filho e Libby (2016, p.11) discutem que “até a instalação da República no Brasil, os párocos recebiam do Estado um pagamento conhecido como cônica e a manutenção dos registros paroquiais figuravam entre as principais responsabilidades desses eclesiásticos no regime do padroado régio”. Assim, os padres eram responsáveis por manter atualizados os registros de batismo, casamento e mortes, pois eram esses homens letrados, que encaminhavam o relatório para o bispado.

<sup>29</sup> De acordo com Abreu (2015, p. 276-290), o padre José Gonçalves Dantas envolveu-se em relações amorosas, tendo um filho. O clérigo também foi vereador e presidente da câmara municipal de Sousa.

<sup>30</sup> Conforme Abreu (2015, p. 303) o padre foi o primeiro deputado da Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba a representar o município de São João do Rio do Peixe, na legislatura de 1884/85.

<sup>31</sup> Em todas as folhas dos registros de óbitos, percebemos a rubrica “Cunha”. Essa rubrica era do pároco de Cajazeiras, Henrique Cunha, no qual possivelmente era responsável por vistoriar esses documentos.

<sup>32</sup> Sousa (2016, p. 155-170).

Reis (1991, p. 49-50) discute, em seus estudos, que as confrarias eram associações religiosas, administradas por leigos, cujas atuações eram permitidas dentro desses espaços do sagrado, já que para seu funcionamento era preciso encontrar uma igreja que aceitasse e que as acolhesse e, assim, para os associados era dispensado na hora da morte um enterro decente, onde havia todo um cuidado de sepultar os mortos, nas catacumbas da irmandade.

A partir dos estudos sobre as irmandades apresentadas por João José Reis (1991) na Bahia no século XIX e sobre os estudos de Maristela dos Santos Simão (2010), percebemos que as confrarias tiveram um papel significativo para esses sujeitos na hora da morte, como das expressões religiosas promulgadas no seu cotidiano, assim como, nas festas e celebrações aos santos. Os santos eram objetos de devoção dessa população ávida pela misericórdia e salvação da alma, pois se buscava nos santos a ajuda necessária para aplacar suas dores que, muitas vezes, se desenrolavam a partir de promessas.

As irmandades utilizavam dos santos católicos e tomavam-no como padroeiro, no qual sua intercessão era importante no apoio e assistência aos doentes e mortos. O santo era antes de tudo o elemento central do catolicismo popular, o intermediador entre o homem e Deus. As irmandades utilizavam de toda essa devoção e culto aos santos como forma de prender esses sujeitos, pois antes de fiéis, estes eram consumidores, clientes que devotavam não apenas a fé, mas recursos financeiros para obter um funeral pomposo e digno de sua morte, vista como barroca durante o século XIX.

Dentro desses espaços que comungavam o sagrado e o profano, os santos católicos permeavam o imaginário popular dos fiéis, já que era mediante suas preces que se alcançava a graça da cura para as mazelas, da chuva para molhar a terra seca, como para interceder na hora da morte. Essas comemorações feitas aos santos são costumes mantidos ao longo do tempo em São João do Rio do Peixe.

Essas relações tecidas dentro dessa sociedade são-joanenses mostram a dinamicidade dessas festas populares e a ligação do homem com o sagrado, pois em torno dessas festas há todo um significado de formas de sensibilidade, sejam através das rezas, cantos, fogos dispensados aos santos de devoção. Ao fazer uso da metodologia da história oral neste trabalho, temos o exemplo dessa devoção aos santos mediante a fala de um dos entrevistados (Paulo Dantas de Oliveira), que ao mencionar essas festas de santo, ressalta que continua sendo costume na região comemorar as festas de São João (23 e 24 de junho) e como prova de sua

devoção ao santo, Paulo utilizava a fogueira de São João para passar por cima das brasas sem sandálias como forma de mostrar a fé deposita ao santo de sua credulidade<sup>33</sup>.

Nesse sentido, não somente a Igreja Católica como as irmandades usavam dos santos para atrair os fiéis por meio da graça dispensada na hora das dificuldades. Dentro desse espaço, a Igreja Católica se colocava como imbuída das graças de Deus capaz de curar os pecados e salvar por meio da palavra. Cresceu também junto desse catolicismo alguns personagens que se tornaram típicos na região nordeste, como as rezadeiras. Em São João do Rio do Peixe, as práticas das rezas se apresentavam como práticas resistentes frente aos novos discursos médicos sobre o corpo, no qual adentraram esses espaços com maior intensidade no século XX.

Ainda é comum na região de São João do Rio do Peixe as pessoas buscarem as rezadeiras para se curarem do mal olhado, que apenas com três ramos verdes de pião conseguem livrar esses sujeitos do descaimento provocado pelo “uiado”. Essa resistência se dá mediante a força de modelos culturais que se solidificam e crescem a sombra da Igreja, pois nestes espaços de orações em que se tem um modelo dominante, não impede que outras formas de cultos e sujeitos venham a se manifestar, já que sempre haverá uma brecha entre as normas, o cotidiano, vivências e crenças desses indivíduos (CHARTIER, 2016, p. 46).

Essas práticas estão sempre se renovando e carregam vários sentidos, principalmente de poder curar as pessoas de suas mazelas. Essas rezas vão desde uma espinhela caída, peito aberto a uma estrepada. As rezadeiras, assim como os curandeiros, foram figuras bastante requisitadas em casos de doenças. Rezadeiras e as parteiras eram personagens comuns na sociedade são-joanense, que usavam também dos santos como figuras de suporte para suas orações<sup>34</sup>. Na falta de um médico, recorria-se às rezas como forma de se prevenir diante da morte.

Em uma passagem do relatório de província do ano de 1867, ao mencionar sobre a presença de curandeiros na província, ressalta-se que os seus atos eram vistos como charlatanismo, pois, muitas vezes, suas práticas desmedidas de cura matavam as pessoas e grande era o número desses sujeitos pela província, pois os curandeiros eram percebidos como pessoas inabilitadas, que não possuíam a “*sciencia de curar*”<sup>35</sup>.

<sup>33</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>34</sup> O imaginário católico está permeado por esses elementos místicos, uma vez que faz o fiel crer na cura de suas doenças pelas orações e pedido aos santos. Talvez isso explique a devoção ao padre Cicero Romão, onde mesmo não sendo reconhecido como santo pela Igreja católica, vários são os fiéis que partem em romaria para agradecer e pedir bênçãos ao “padim ciço”. Podemos também citar a devoção a São José, pois o mesmo intercede a Deus pela Chuva e a devoção a São Sebastião, que protege os fies dos perigos, como da fome, da peste e da guerra.

<sup>35</sup> Relatório de presidente de província da Paraíba do Norte, ano de 1867, fl2. Acervo digital disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em 23 de julho de 2017.

Tomando como leitura do real sobre os espaços, esses sujeitos se apropriavam e lançavam mão de seu dom espiritual. Zé de Moura e Chico Marino foram figuras importantes dentro dos espaços são-joanenses no século XX. Esses sujeitos arrastaram várias pessoas ao longo do século XX para suas casas, onde os fiéis buscavam consolo nas suas orações e cura para suas doenças como forma de retardar a morte. Zé de Moura residia na região de Poço José de Moura e Chico Marino residia na zona rural de São João do Peixe.

Esses sujeitos ficaram conhecidos pelo seu dom de adivinhação e de conseguir resolver os problemas dos fiéis que desesperados os procuravam em busca de socorro, pois nem sempre a Igreja conseguia resolver os seus problemas. Estas figuras dividiam o mesmo espaço com a Igreja Católica, no qual passaram a incomodar os clérigos, pois a Igreja percebeu que, por meio desses rezadores, estava perdendo seus fiéis.

Neste caso, foi o rezador Zé de Moura que ficou mais conhecido na região e acabou comprando briga com o padre Joaquim Cirilo de Sá<sup>36</sup>. Segundo Duarte (2016, p.74), percebemos que:

[...] Tudo ficou pior a partir de 1936 quando foi escolhido o local de construção da nova igreja do Poço, nessa época o número de romeiros em busca das orações de Zé de Moura e dos milagres intercedidos por São Geraldo haviam aumentado consideravelmente. Essa escolha, possivelmente deu início a conflitos envolvendo José de Moura (líder local), a família Moura e Pe. Sá (chefe da igreja e político influente do município de Antenor Navarro).

Esses conflitos só aumentaram até levar a prisão de Zé de Moura no ano de 1937<sup>37</sup>. Para Duarte (2016, p.75), “[...] o padre proferiu uma denúncia contra Zé de Moura às autoridades da Saúde Pública. Padre Sá alegou que o rezador estava explorando a medicina sem qualificação, classificando-o de charlatão”. Ainda segundo Duarte (2016, p. 75):

[...] Suas práticas religiosas que já vinham sendo observadas pelas autoridades eclesiais e políticas do sertão paraibano. Havia o medo de que o movimento religioso que acontecia no Poço ganhasse materialidade e sentidos políticos que o Estado e a Igreja não pudessem controlar. Lideranças locais, como Padre Sá e outros políticos se sentiam ameaçados pelo número de

---

<sup>36</sup> Segundo Duarte (2016, p.75), o padre Sá por muito tempo cuidou de Zé de Moura, desde sua infância, pois sua família residia nas terras pertencentes ao padre.

<sup>37</sup>Idem. (p.75), a prisão se deu por questões pessoais e de intolerância entre o beato e autoridade eclesial do Município de Antenor Navarro, o Padre Sá.

peessoas que buscavam no rezador alívio para os seus males. Além do mais, as consultas realizadas por Zé de Moura feriam as leis que regulamentavam as atividades relacionadas a atendimentos médicos e a quase inexistente política pública de saúde do Brasil. As leis proibiam que práticas médicas fossem realizadas por pessoas sem qualificação acadêmica para tal. Entretanto, o controle e a fiscalização eram difíceis, principalmente no interior do Brasil.

Provavelmente além de ser uma questão pessoal entre o padre para com o rezador Zé de Moura, o padre Joaquim Cirilo de Sá poderia comungar dos ideais conservadores, ou seja, de uma influência ultramontana que surgiu no século XIX. Para os ultramontanos, essas práticas populares precisavam ser diluídas e o poder sobre as esferas religiosas deveriam concentrar-se nas mãos dos clérigos e por essas questões desenrolou-se todo o processo de controle mais efetivo da Igreja para com seus fiéis, pois só a Igreja tinha o alimento que curava e outros sujeitos também passaram a oferecer a cura por meio de suas práticas tidas como mundanas (JURKEVICS, 2004, p.53).

A partir das discussões de Jurkevics (2004, p.55), percebemos como a Igreja buscou promover uma centralização de seu poder, pois ao buscar um controle maior dos espaços, os clérigos dissolveram essas práticas consideradas leigas. Algumas destas manifestações religiosas, como ressalta a autora, foram “desmanteladas”. As irmandades perderam seu controle sobre algumas questões como as referentes à morte e passou a ser alvo de controle da Igreja Católica. Novas manifestações católicas passaram a tomar corpo, assim como, as ligas religiosas que apareceram em São João no século XX e eram controladas pelos padres, pregando a moral e os bons costumes para as famílias e, principalmente, as boas condutas que as mulheres deveriam adotar em sociedade. Também por meio de seus discursos, os padres incentivavam os fiéis a pensar na morte, na boa morte, na qual se deveria levar uma vida sem pecados para obter a salvação<sup>38</sup>.

A partir dos estudos de Aquino (2009, p. 1), percebemos que a romanização do catolicismo surge dentro de um contexto de mudanças, pois dividindo o mesmo espaço tem-se uma sociedade que estava calcando os desejos do moderno, imbuídos pelos ideais de secularização dos espaços<sup>39</sup>. Mostrando-se resistentes a secularização, os romanizadores por

---

<sup>38</sup> No acervo da secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, encontramos documentos referentes às ligas religiosas de São João do Rio do Peixe. Essas ligas são dos anos de 1923 a 1932 (aproximadamente) e tinham como diretor geral o padre Manuel Jácome. Ao analisar os documentos percebemos que havia as ligas dos Vicentinos, no qual participavam apenas homens; as ligas das Terezianas, que só mulheres participavam. Essas mulheres eram devotas de Nossa Senhora do menino Jesus. Tinha também a Ordem Franciscana Secular e o Apostolado da Oração.

<sup>39</sup> Segundo Aquino (*apud* BEOZZO, 2009, p. 2), a romanização é o processo que submeteu a Igreja entre 1880 e 1920 a uma reforma eclesial, colocando o Papa como centro do poder.

meio de suas estratégias buscaram exercer controle sobre uma “[...] rede de lugares, templos, colégios, seminários, santuários [...]” (AQUINO, 2009, p. 1). Essas práticas evidenciavam as condutas aplicadas pela Igreja sobre os fiéis, colocando as ideias ultramontanas em um espaço de visibilidade para e com os sujeitos.

Segundo Sial (*apud* VIEIRA, 2007, p. 220), compreendemos que o ultramontanismo do século XIX se colocou em uma posição favorável a romanização, como também contra uma série de elementos considerados perigosos para a superioridade da Igreja Católica, no qual visava “[...] combater os projetos, como a liberdade religiosa, o casamento civil, o registro civil, a liberdade de imprensa e a secularização dos cemitérios [...]”.

Como já mencionado, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário durante o século XIX fazia parte da diocese de Olinda e de acordo com Sial (*apud* VIEIRA, 2007, p. 235), “[...] em Pernambuco o ultramontanismo só tomaria nuanças mais bem definidas com D. Cardoso Ayres (1867-1869) e chegaria o seu ápice com o bispado de D. Vital (1871-1878)”. Assim, buscava-se fortalecer a Igreja Católica, procurando retardar a secularização, pois com isso perderia um pouco de seu poder na sociedade.

A partir de 1889 todo esse processo de secularização foi de fato posto em prática. Acabou-se o regime de padroado, instauraram-se os documentos civis, as ideias liberais se solidificaram, no qual o processo de secularização começava a tomar cada vez mais corpo dentro da sociedade e a Igreja começava a perder influência política (RODRIGUES *apud* SILVERIO ROMERO, 2009, p. 123).

Em São João do Rio Peixe foi construído em 1889 um cartório de registro civil, e mesmo assim, a Igreja ainda tinha a posse dos registros de óbitos sob seu controle até o ano de 1907. Com essa secularização tomando corpo, iniciava-se uma mudança em relação às práticas dispensadas no momento da morte.

A partir de 1907, todos os registros de óbitos pertencentes a região de São João do Rio do Peixe, passaram a ser legados por um tabelião, dispensando muitas cláusulas postas pelas igrejas nos registros, assim como o alimento sagrado que reavivava as forças, curava os doentes e salvava os mortos. A secularização não tirou todas as regalias da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário em relação à morte e aos mortos. Ainda no século XX, a Igreja ocupava embora de forma reduzida as questões referentes à morte, já que ao longo do século nem sempre os padres iam acompanhar os seus últimos momentos. Mas a sua benção era necessária para que o morto seguisse passagem em paz, pois os ritos da Igreja continuaram como algo indispensável na hora da morte para a população católica.

## 1.2 Cotidiano e vivências na urbe: uma visão da cidade por meio das fontes orais

Vindo com seu pai do Crato-CE, Francisco de Sousa chega a São João do Rio do Peixe no ano de 1946, com 15 anos de idade<sup>40</sup>. Francisco relata que veio com seu pai, pois ele trabalhava na linha de ferro e vivia sempre em idas e vindas pela região. Francisco, mais conhecido como Baiozo, carrega muito de uma memória do espaço urbano como sendo um lugar pequeno que aos poucos foi crescendo e onde ele e seu pai fincaram morada.

Já Paulo Dantas de Oliveira faz aproximadamente 30 anos que reside na cidade<sup>41</sup>. Por entre seus relatos que se mistura por sua infância e sua vida adulta, o entrevistado guarda memórias de quando ia do sítio para a urbe nos dias de missa, ou quando ia acompanhando algum cortejo.

Margarida Maria Ribeiro de Sousa nos mostra através de seus relatos um lugar marcado por crenças e cuidados para com os mortos<sup>42</sup>. Pelas teias da memória de sua infância e vida adulta, assim como Paulo, Margarida nos conta um pouco sobre os lugares da morte e como se davam os cuidados com os mortos. Margarida, assim como Paulo e Francisco, relata um pouco sobre este espaço, de como as pessoas faziam quando adoeciam, como aconteciam os sepultamentos e velórios e de como se davam as relações ente vivos e mortos em São João do Rio do Peixe.

Esses três sujeitos se inserem em um mesmo espaço, mas carregam visões de mundo diferentes e que dão base para nossa pesquisa, assim como visibilidade ao espaço. Francisco, Paulo e Margarida relatam as mesmas expressões ritualísticas diante do último adeus e da doença, apresentam uma mesma maneira de organização em torno da morte e dos mortos, apontam elementos importantes para se perceber os “lugares da morte” e suas representações.

São experiências individuais com a morte, os mortos e o morrer, mas que ganham um caráter coletivo a partir da narrativa que acontece por meio do entrecruzamento da memória de cada sujeito. Como ressalta Hoffmann-Horochovski (2008, p. 149), “[...] as experiências individuais nunca são propriamente solitárias, fazem parte de uma teia de relações, de independência entre individual e coletivo, estando relacionado às experiências dos outros”.

---

<sup>40</sup> Francisco de Sousa tem 86 anos de idade, aposentado e mora na zona urbana de São João do Rio do Peixe. Entrevista realizada em 11-10-2016, São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>41</sup> Paulo Dantas de Oliveira, morador da zona rural de São João do Rio do Peixe, aposentado com 83 anos de idade. Entrevista realizada em 05-10-2016, São João do Rio do Peixe- PB.

<sup>42</sup> Margarida Maria Ribeiro de Sousa é moradora da zona rural de São João do Rio do Peixe, aposenta com 59 anos de idade. Entrevista realizada em 09-01-2017, São João do Rio do Peixe- PB.



Ao fazer uso da metodologia da História Oral, percebemos uma modesta São João do Rio do Peixe que aos poucos colocava em prática seus desejos de desenvolver-se como um espaço “moderno”, exalando por entre os lugares novos perfumes, que aos poucos passavam a modificar os hábitos e os costumes das pessoas. A forma como esses camponeses se organizaram em torno da morte e da doença mostra seus entrelaçamentos por entre suas crenças e medos, onde se devia cumprir todo o ritual para proteger o morto dos perigos do caminho que ele iria percorrer até o além-túmulo, como também mostram um cuidado de si, já que os rituais são feitos também como forma de proteger-se do regresso do morto.

Ao chegar em São João do Rio do Peixe no ano de 1946, Francisco lembra que por ser um espaço pequeno havia algumas casinhas de tijolos que se aglomeravam próximo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, e a cadeia<sup>43</sup>. No ano de 1947, foi construída a “coluna da hora” em frente à Igreja<sup>44</sup>. Nesse mesmo espaço também localizava-se a Câmara Municipal.

Segundo Galvão (2016, p. 44), “próximo a Igreja Matriz, foi construído uma pequena pracinha com o coreto. Foi uma das obras de urbanização, desempenhadas pelo prefeito Natércio no ano de 1932”. A pracinha com seu coreto era um lugar de sociabilidades, onde as pessoas ao saírem das missas se encontravam na pracinha. Talvez muitos casais apaixonados usassem o espaço do coreto para seus encontros amorosos.

Mesmo sendo um espaço que caminhava para seu desenvolvimento urbano, ainda era muito presente a presença de animais transitando pelas ruas. As pessoas, em sua maioria, andavam a pé, os que tinham certo dinheiro compravam um animal, pois possuir um cavalo naqueles tempos era sinal de prestígio. Segundo Paulo Dantas de Oliveira era sacrifício possuir um jumento, pois tudo era muito difícil, assim:

Eu pa pissuir um jumento, eu quais num pissu um jumento né. Sacrifício grande pissui um jumento. Quando eu pissui, depois com muitos anos que eu comprei uma carroça. Comprei a carroça e nem tinha animal. [...] Ai o vei compro uma burra e fiquei com a burra na carroça. Num era faço ar coisa não. (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira- 05-10-2016, São João do Rio do Peixe).

---

<sup>43</sup> Segundo Francisco, a cadeia ficava em frente a coluna, situada do lado esquerdo da igreja. Ele diz que a cadeia era feita de tijolos e hoje é uma residência familiar. (Entrevista realizada no dia 11-10-2016, São João do Rio do Peixe-PB).

<sup>44</sup> A coluna é um monumento que resiste até os dias de hoje em frente à igreja. É um monumento grande, que comporta no alto um relógio que anuncia as horas de uma em uma hora. Segundo Paulo Dantas de Oliveira, onde fica a coluna, antes era o curral de gado dos portugueses, pois tinha poucas casas perto da igreja, algumas “casinhas velhas”. (Entrevista realizada no dia 05-10-2016, São João do Rio do Peixe-PB).

A fala de Paulo mostra que não era somente possuir um cavalo naquele tempo, a carroça também era um elemento que complementava esse arranjo. Possuir um cavalo não era apenas sinal de prestígio, o cavalo era importante para ir até a urbe em busca de um médico que pudesse socorrer algum enfermo e buscar as parteiras ou rezadeiras.

Os cavalos e suas carroças, como os carros de bois, possibilitavam o trânsito das pessoas da zona rural com os sujeitos da urbe nos dias de feiras e festas de santo. Talvez as carroças pudessem ser uma alternativa de levar o morto para regiões um pouco distante de São João do Rio do Peixe. Muitos enterramentos foram realizados em Sousa durante o século XIX, no qual a distância de São João do Rio do Peixe para Sousa é de aproximadamente 37 km. Então ir pelas estradas no século XIX e XX carregando o defunto na grade era um caminho longo a ser percorrido e nessa ocasião essas pessoas também poderiam fazer uso das carroças.

Provavelmente as carroças também tenham sido um objeto comum de transporte de mercadorias para as feiras que aconteciam próximo a igreja, já que em sua proximidade desenvolvia-se o ritmo social da urbe, assim como próximo da estação de trem. Os pequenos agricultores vinham até a urbe vender o leite, que poderia ser utilizado de diferentes formas, seja para a alimentação e ou feitura de queijos. Esse pequeno agricultor poderia ficar gritando por entre as badaladas do sino da igreja e os apitos do trem para atrair fregueses, dizendo “olha o leiteee”.

Geralmente as grandes fazendas também comercializavam estes produtos no comércio local e talvez se deslocassem pelo trem até as grandes feiras, que aconteciam em lugares maiores que São João do Rio do Peixe, como Sousa e Cajazeiras. Talvez o leite, o queijo, ovos, como os produtos feitos das palhas: os chapéus de usar na roça e vassouras, ou animais (porcos, vaca, galinhas e ovelhas) que eram comercializados na feira ajudariam na renda familiar. Quem sabe o dinheiro desses produtos pudesse comprar a manta que revestia o recém-nascido, o pano no qual fazia as mortalhas para vestir o defunto na hora da morte e as velas para colocar junto ao seu corpo que repousava sobre a cama de couro<sup>45</sup>. Também poderia comprar o pano para cobrir-se nas noites frias de inverno enquanto se amontoava na cama para aquecer-se do frio.

Para Francisco de Sousa, o inverno era bom se chovesse de Janeiro a Junho. Geralmente nessa época, as pessoas faziam simpatias para saber se ia haver um bom inverno. As simpatias

---

<sup>45</sup>A cama era um elemento muito importante dentro desse espaço doméstico, pois servia para repousar o corpo cansado das duras horas de trabalho, como também a cama servia para expor os mortos na falta de caixão. Segundo Paulo Dantas de Oliveira, a cama era feita de madeira e coberta de couro de vaca, que servia como colchão. Geralmente as pessoas iam para o mato cortar junco, uma planta típica da região. Enchia o couro da vaca com o junco, dando um formato de colchão. (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-10-2016, São João do Rio do Peixe).

eram feitas na noite de São João, em que se enterrava uma garrafa com água de baixo da fogueira e quando a fogueira apagava, se a garrafa estivesse cheia era sinal de bom inverno, se caso a garrafa ficasse vazia era sinal de um inverno ruim, com poucas chuvas.

Outra experiência, bem interessante sobre esses rituais de inverno que aconteciam no sertão e em São João do Rio do Peixe, está presente na forma como o João de barro constrói a sua casa. Segundo Francisco de Sousa, para saber se também iria haver um bom inverno era só prestar atenção na casa desse passarinho. Se o pássaro fizesse a casa para o nascente o inverno seria bom. Já, caso contrário, o inverno será ruim<sup>46</sup>.

Dentro dessa sociedade, marcada por suas crenças e simpatias, aos poucos novos elementos se misturam ao cotidiano. Entre homens e bichos, surge o primeiro carro em São João do Rio do Peixe. Francisco de Sousa relata em sua entrevista que em São João surgiu na década de 1940 o carro “Fó 29”. O carro desfilava pelas ruas, despontando os novos desejos e os novos tempos que se aproxima daquele lugar. Como diz Agra (2010, p.56) “[...] o carro surge representando a velocidade do mundo moderno [...]”. Um mundo moderno que, aos poucos, chega a São João do Rio do Peixe, e estes sujeitos lentamente iam se inebriando com esse novo perfume que transcendia pelos espaços. Esse moderno não era usufruído por todos da mesma maneira, ao tempo que essas conquistas materiais chegavam, somente uma classe com mais dinheiro podia usufruir desse novo. O tradicional continuava a existir, no qual as pessoas menos abastadas permaneciam usando os carros de boi, cavalos ou burros. (MARIANO, 1999, p.8-9).

O trem também era uma novidade que chegava a região da Paraíba, em que as pessoas deixavam-se seduzir pelos seus apitos. Mas aqueles que ainda não tinham acostumado com esse ideal de “progresso”, temiam a chegada do trem. Talvez porque eles não se encaixassem com esses novos espaços, quem sabe não fossem tão civilizados assim, como Agra (2010) comentou em seus estudos, ao analisar a reação de susto de um sujeito chamado Miquilina, ao primeiro contato com o trem.

Ao narrar sobre suas idas e vindas do sítio até o espaço da urbe, Paulo Dantas de Oliveiras diz que “naquele tempo era mais sofrimento, pois as pessoas andavam léguas a pé dos sítios, até chegar em São João”. O entrevistado comenta que em uma das suas idas até o espaço urbano com sua mãe, escutou os primeiros apitos do trem. Paulo diz que nunca tinha escutado aquele apito, pois:

---

<sup>46</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa- 11-10-2016, São João do Rio do Peixe-PB.

Eu nem sabia nem o que era. Quando eu chegando a (próximo a São João) Ai eu ouvi aquilo pii. Eu quis correr pra traz. Num era o trem. Aquele tempo era fogo, uuuuuuuuuuu. Ai que quis correr pra trás nem sabia o que era. Meu fi ali é o trem. Eu sei que ela vei pegada com eu nur braço ate aqui dentro da rua. Num sabia o que é [...] (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira- 05-10-2016, São João do Rio do Peixe).

Por não saber o que era o trem, ao primeiro contato a reação foi de susto e, por isso, temeroso com aquele objeto Paulo tem apenas uma única reação além do medo, ele agarra-se a sua mãe, pois o amor materno lhe garantia segurança frente ao desconhecido. Talvez Paulo, assim como tantos outros, ainda não tivesse se familiarizado com essas novidades que adentravam os espaços da urbe.

Frente às seduções da modernidade, Agra (2010, p.40) reflete que nem todos “[...] haviam portanto, constituindo-se em um corpo moderno, tal qual o pretendido pelos discursos modernizantes”. Paulo Dantas de Oliveira ainda acentuava suas características rurais, saindo de um lugar pacato, que se comparando aos espaços citadinos ainda não tinha a mesma sedução do ritmo social desses lugares.

Ao fazer um estudo sobre as seduções do moderno na cidade Campina Grande no século XX, Agra (2010, p. 27) comenta que os trilhos chegaram a Campina Grande em 1907, aonde se escutou os primeiros apitos da locomotiva. Assim, o trem possibilitou uma maior mobilidade, permitindo as trocas culturais e comerciais entre as cidades circunvizinhas. Segundo Paulo Dantas de Oliveira, o trem também possibilitou um desenvolvimento econômico para a região. Acreditamos que talvez pelo comércio do algodão ou por alguns pontos de vendas que começam a aparecer em São João do Rio do Peixe, pois segundo Paulo Dantas de Oliveira:

É que naquela estação ali. Alí era gente todo dia, de dia e de noite, porque o trem passava trem cargueiro, trem passageiro, e trazia aquilo. O povo comprava muito, tinha aquelas velhinha vendendo tapioca, vendendo café. Aquilo era uma beleza pro povo, né. (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira-05-10-2016, São João do Rio do Peixe).

A estação de trem permitia todos os dias à chegada de novas pessoas que desembarcavam ou embarcava em seus vagões. Quem sabe muitas pessoas iam para a estação apenas observar o trem e quem nele vinha ou ia embora. Assim, junto da senhora que vendia tapioca na estação de trem, também tivesse alguém que vendesse bebidas quentes e, com isso, permitia um aglomerado de bêbedos. Quantos desses bêbedos que vinham dos funerais não ficaram caídos na calçada da Igreja Matriz ou nas calçadas residências, assim como na estação

de trem. Talvez a bebida ajudasse a esquecer do momento do último adeus, a ajudar no processo do luto. Quem sabe, nesses funerais, algum transgressor podia aproveitar o momento de um cortejo, já que a morte era um acontecimento público e roubar o comércio local.

Segundo Francisco de Sousa, o comércio também se concentrava próximo à igreja, assim:

O comércio você está entra no comércio, isso aqui (aponta para a rua)- tinha seis lojas aqui. Começa dessa aqui. Esse prédio aí que tá fechado era Pernambucana. É essa onde é Eduardo, é uma das maiores lojas. Depois a Pernambucana, é essa desse povo aí, desse menino. Aí tinha mais duas três e tinha a Casa Estrela. A Casa Estrela era aí, onde esse, esse frigotil, até na ponta da rua era a casa. Chamava-se Casa Estrela [...] Vendia várias coisas. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa- 11-10-2016, São João do Rio do Peixe).

Além dessas duas mercearias apontadas por Francisco, tinham outras que vendiam bolo e café. A Pernambucana era uma loja de tecidos e também comercializava outras mercadorias. De acordo com Galvão (2011, p. 84-133) “a instalação da loja A Pernambucana acontece no ano de 1931 e em 1963 fecha suas portas”. A Casa Estrela era um tipo de supermercado, ou seja, era uma bodega, pequenas mercearias que vendiam mercadorias para o consumo das pessoas e produtos, como velas para usar na hora da morte e clarear as noites escuras. Quem sabe, pudesse ser bodegas que ainda usavam o caderno para notar os produtos de quem comprasse fiado em seu estabelecimento.

Nesses espaços estavam chegando os homens de negócio e a elite rural passava a disputar lugar com essa nova elite que não tinha terras, mas tinha dinheiro para também investir no comércio da cidade, surgindo assim, os comerciantes e industriais, como os pequenos proprietários de algum negócio: a velhinha que vendia tapioca e café na estação de trem, os feirantes e os donos das bodegas, das casas de café, os donos da usina, fábricas de algodão, assim como os donos dos cabarés.

Nesse sentido, com o desenvolvimento da urbe, quem sabe por entre as noites são-joanenses desfilassem pelas ruas as belas moças, que caminhavam pelos espaços iluminados das 18:00 às 22:00 horas. A praça era um lugar de encontros e talvez ali fosse o espaço por onde algumas dessas mulheres buscassem seus fregueses, uma vez que esses atos libertinos perturbavam as mulheres casadas e as moças puras que não podiam misturar-se a esse mundo de profanação e libertinagem que a luz elétrica também possibilitava a partir da vida noturna.

Talvez essas damas, perfumadas com suas bocas encarnadas e vestidos curtos, fizessem também das margens do rio ou dos becos escuros próximos ao cemitério, lugar que não tinha iluminação, o seu local de amor, com beijos *calientes*, mãos atrevidas a passar pelo seu corpo e promessas de amor recitadas ao pé do ouvido, em troca de algum “mi réis”.

Em relação ao rio e as estradas por onde passavam essas damas com seus fregueses, percebemos que nos documentos usados como fonte para esta pesquisa o rio é apresentado dentro de um espaço que faz parte do subúrbio da cidade. Para ter acesso ao rio era preciso caminhar pelas estradas. Segundo Abreu (2011, p.42), “[...] a estrada era o meio de comunicação entre os sertões [...]”. Nesse sentido, pensar esses caminhos é perceber as alianças políticas que eram feitas com as regiões vizinhas, ou com as fazendas próximas a São João do Rio do Peixe. Essas estradas eram vias de acesso dentro desse sertão, possibilitando a ligação com diferentes lugares e pessoas. Era também pela estrada que se seguia a cavalo, a pé ou no carro de boi para o espaço urbano, desfrutar do que ele poderia oferecer.

A estrada, como sendo um espaço de sociabilidades, proporcionava os encontros, as prosas entre amigos e as despedidas. Era lugar por onde também passava a moça fugida com o seu amado. Esses caminhos também eram o lugar das emboscadas, pois nas estradas acertavam-se as contas, lavava-se a honra. Também era o lugar das assombrações, principalmente quem por ela transitava a noite. Era o lugar por onde passavam as senhoras e suas crianças, senhoras que levavam as “trouxas” de roupas na cabeça para serem lavadas as margens do rio. Era nas encruzilhadas das estradas em que se escutavam o choro de um anjinho pagão.

Pelas estradas o camponês passava diariamente para buscar água nas cacimbas, seja para consumo ou para banhar o morto na hora de arrumá-lo para seu funeral. Nessas levas de água dos cacimbões que, muitas vezes, ficava um pouco distante de suas habitações, o camponês poderia avistar de longe um aglomerado de pessoas carregando um defunto na rede e logo deveria retirar o chapéu, um gesto cordial que indicava respeito para com o morto e sua família. Quem sabe, fossem vários homens que seguissem pelas estradas segurando a grade, que no caminhar fazia com que o morto balançasse dentro da rede.

Em São João do Rio do Peixe, essa vida noturna chegou primeiro nos espaços urbanos e com um tempo depois adentrou o espaço rural a partir dos de 1990<sup>47</sup>. Francisco de Sousa

---

<sup>47</sup> No espaço rural também era comum as pessoas se reunirem no terreiro sobre as luzes das lamparinas para contar suas prosas, assim como as histórias de assombrações. A noite era a hora que os caçadores aproveitavam para caçar as suas presas. A noite era a hora que as tochas apareciam, e as almas dos mortos para revelar aonde estavam as botijas, ou pedir para pagar alguma dívida e/ou promessas. De acordo com a crença popular, a Botija é um tesouro que foi enterrado por alguma pessoa de posse. Os objetos enterrados poderiam ser ouro, prata, dinheiro, ou objetos de uso da pessoa que faleceu. Os objetos podiam ser enterrados em caixas ou em objetos de uso doméstico. Depois de morto o dono da botija regressava em sonho pedindo para alguém desenterrá-la e libertar a sua alma, para que

lembra que, ao chegar a São João do Rio do Peixe em 1946, já tinha energia elétrica, no qual era gerida por um “motizim” simples, uma vez que era alimentado com “calvão”. O lugar em que ficava esse “motizim” era um espaço próximo do antigo cemitério, que foi demolido e edificou nesse espaço a capela de São Francisco, e também era próximo da estação ferroviária. De acordo com Francisco, o processo se dava da seguinte maneira:

Era a calvão [...] Calvão. Tinha uma caldeira cumprida ai butava aquele calvão pra. [...] ai tinha o moto. Tinha o calvão que puxava o moto. [...] é ali de veis em quanto, tinha, tinha, um vei, ai tinha o local de butar a lata de calvão, né. Ai o pobi do ajudante era vu, vu, vu, vu (risos). Eu mermo cansei de puxar né. Era rapaizim novo. Cansei de puxar pá ajudar o pobi do rapaz que era sufrimento, viu. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa- 11-10-2016, São João do Rio do Peixe).

Em sua fala, Francisco de Sousa não diz se essa caldeira levava a energia para toda a cidade, mas acreditamos que diante toda essa dificuldade de fazer essa caldeira funcionar e impulsionar todo o processo da luz elétrica, possivelmente a energia não fosse sentida em todos os espaços. Ao mencionar sobre a energia elétrica em São João do Rio do Peixe, Galvão (2011, p. 91) apresenta uma versão diferente de Francisco, pois de acordo com o autor, “[...] no ano de 1934 o prefeito Jacob Frantz inaugura a Estação de luz em São João. A energia era proveniente de um gerador movido a óleo diesel, em que era administrado pelo mestre Egidio, funcionando de 18:00 às 22:00 horas”. Ao passar desse horário em alguns pontos da cidade que tinham a luz elétrica, voltava-se a lamparina.

Essa luz elétrica possibilitou chegar a São João do Rio do Peixe a televisão, pois Francisco de Sousa, lembra que a televisão chegou a partir do ano de 1952 aproximadamente e era em preto e branco<sup>48</sup>. Não somente a televisão, mas, segundo Galvão (2011, p.113), o engenheiro Adriano Brocos instalou em 1935 um receptor de rádio em São João. Talvez o rádio tenha possibilitado com que as pessoas se reunissem em algum local para fazer as tertúlias<sup>49</sup> ou escutar os discursos de algum médico, ensinando como se precaver de determinada doenças e como manter a higienização dos espaços e quem sabe do corpo.

---

puddesse encontrar a salvação. A pessoa que for desenterrar a botija, deverá ir sozinha. Segundo a crença, esse sujeito deve ter muita coragem, já que no momento da retirada, dizem que se vê de tudo, pois o demônio não quer deixar que a alma se salve. Segundo a crença, no momento da retirada da botija, se escuta gato miando, vozes, espíritos, o demônio em pessoa. Assim, se o sujeito conseguir arrancar a botija, a alma do falecido encontra a salvação, caso contrário o demônio leva para o inferno. Ver (CIPRIANO, [s.d]).

<sup>48</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016, São João do Rio do Peixe.

<sup>49</sup> As tertúlias eram um tipo de festas em que se colocava uma fita no rádio para tocar e assim as pessoas dançavam e bebiam a noite inteira.

Ao fazer um estudo sobre a luz elétrica, Maia, Gutierrez e Soares (2009, p.5-8) mostram que “[...] a luz elétrica chegou a capital paraibana em 1822, era alimentada por azeite de mamona e somente no ano de 1868 chega a iluminação a gás na Paraíba”. Já no ano de 1912 chega a província um gerador de 420 kva, que é acionado por uma caldeira a vapor, onde colocam-se toras de madeira para seu funcionamento. (MAIA; GUTIERRES; SOARES, 2009, p.13).

Esses sujeitos passaram a ter novas práticas cotidianas dentro desses espaços, adquirindo práticas culturais diversas que se misturam pelos seus modos como agem em coletividade, de como comem, bebem, sentam, andam falam, conversam, adoecem e morrem (BARROS, 2003, p. 57). Os sujeitos apropriam-se desses espaços e passam a consumir o que está sendo oferecido, fazendo assim seus próprios usos (CERTEAU, 2008). Esse espaço da urbe estava adquirindo novos sentidos e mudanças de posturas, onde os sujeitos citadinos estavam adquirindo novos hábitos, principalmente hábitos noturnos, que estavam tornando-se cada vez mais chamativos.

Nas ruas que tivessem energia, à noite esses sujeitos podiam sentar-se nas calçadas e ficar “fuxicando” da vida alheia. As conversas poderiam ser sobre moças desordeiras que se entregaram aos prazeres da carne antes do casamento e fizeram das margens do rio um lugar reservado aos encontros amorosos, ou o assunto poderia ser de algum falecido que havia morrido recentemente.

Os falatórios poderiam circular em torno de seus bens, filhos ou se o morto tivesse sido um homem e deixado a esposa viúva, as especulações pairavam sobre a mesma, pois quem ia aos funerais procurava saber se a viúva chorava muito ou estava consolada, melhor dizendo, se estava “enxuta”. Estando “enxuta” significaria que a viúva logo iria atrás de um novo parceiro para viver em concubinato, nem esperaria tirar o luto, pois logo outro teria em seus braços.

Esse espaço aos poucos vai apresentado suas atratividades por meio das conquistas materiais, sejam pela luz elétrica iluminando alguns pontos da cidade, a televisão que invadiu o ambiente privado e a chegada do trem, onde no embarque e desembarque dos vagões sempre ficava um gosto de querer mais, de aproveitar mais o que tinha naquele espaço. Quantos amores, quantas amizades foram feitas naquele lugar, quantas brigas também podem ter acontecido. Quantos casais também se deixaram naquela estação, que seduzia e fazia com que as pessoas se arrumassem e se perfumassem para ir até a estação ver quem chegava e quem partia, ou ficasse apenas observando de longe com o desejo de poder se acomodar em um dos vagões, mesmo sabendo que o trem não seria para todos fazer uso.



Em relação a esses desenvolvimentos percebidos no espaço urbano, por meio das entrevistas, Francisco de Sousa menciona sobre o tempo do trabalho nas fábricas e usinas de algodão. Francisco de Sousa comenta que em São João do Rio do Peixe tinha uma usina de algodão que pertencia ao industrial Adriano Brocos, no qual fabricava o óleo, torta e o resíduo<sup>50</sup>. Segundo Francisco, podemos perceber que:

Ai tinha o óleo né. Que a máquina, né coisava o caroço do algodão e ai descia aquele óleo. Eu trabalhei lá na usina do bloco. Trabalhei no banco de óleo. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa- 11-10-2016, São João do Rio do Peixe).

Francisco diz que, ao chegar a São João do Rio do Peixe, a usina já existia. Esses produtos, no qual a mesma fabricava, eram destinados ao gado, que também era um elemento que movimentava a economia. De acordo com Francisco, a torta era feita do bagaço do caroço do algodão. O resíduo assim como a torta eram produzidos em barras que, segundo o entrevistado, eram bem grandes. Acreditamos que a torta e o resíduo eram colocados em caixas ou sacos e o óleo em algum recipiente: garrafas. Depois era só colocar esses produtos no carro para transportar até outras localidades.

De acordo com Galvão (2011, p. 90) “em 1933 o engenheiro Adriano Brocos inaugurou a fábrica de óleo e de caroço de algodão em São João do Rio do Peixe”. Esse algodão era produzido nas zonas rurais e chegava até o espaço urbano e de lá era feito seu transporte em caminhões, inclusive foi em uma dessas viagens que o engenheiro Adriano Brocos morreu ao perder o controle do carro, no qual o mesmo incendiou-se.

Francisco não diz muito sobre a usina, mas acreditamos que era um trabalho dividido por funções, pois ele trabalhava no banco do óleo, e os demais funcionários poderiam trabalhar no banco da torta e do resíduo. Talvez, algumas pessoas tenham deixado o seu lugar na zona rural e migrado para a cidade em busca de melhores oportunidades, ou podiam ficar no campo e se deslocar até a cidade todos os dias para trabalhar na usina.

Talvez, na usina e nas fábricas de algodão, o tempo fosse da disciplina do trabalho, ou seja, entrar de sete, folga para o almoço e, cinco horas todos estavam liberados para ir para suas casas. Quem sabe, esses homens que trabalhavam na usina eram controlados pelas vagarosas batidas dos ponteiros do alto da coluna da hora, ou talvez na usina tivesse um relógio de pau. Paulo Dantas de Oliveira faz menção a esse relógio em sua entrevista, já que:

---

<sup>50</sup> O resíduo é um alimento que tem o intuito de fazer o gado engordar.

Porque naquele tempo o povo sabia a hora, parece que dada por Deus. Não tinha relógio, não tinha nada. Ai tinha deles que tinha um relógio de pau. [...] Ai butava aqui, quando dava dois paimo de sombra, era quato hora. (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira- 05-10-2016, São João do Rio do Peixe).

De acordo com Paulo, o relógio contava as horas à medida que a sombra do sol fosse marcando no pau. O relógio de pau era um objeto usado principalmente pelos donos das terras que precisavam regular as horas de trabalho dos camponeses. Os trabalhadores também poderiam usar de suas táticas e roubar esse tempo a seu favor, podendo assim sair mais cedo do trabalho.

O cotidiano são-joanense era marcado por novos e velhos elementos que se misturavam a todo o momento. Os entrevistados mencionam um lugar que se transforma aos poucos, que vai ganhando ares de moderno para época, e que exigia novas posturas dos sujeitos: posturas ditas civilizadas. As mudanças aos poucos vão sendo percebidas a partir do momento que a cidade passa por suas transformações urbanas, sejam pelo desenvolvimento econômico possibilitado pela chegada do trem. Pelas mudanças de costumes mediante os discursos médicos higienistas que desenvolvem um profilaxia dos espaços, discursos modernizadores que modificam as práticas cotidianas, permitindo que pelas ruas da cidade os mortos não desfilem mas em suas redes dependuradas nas grades de carregar defunto, elemento que passa a representar o atraso, o velho. Os novos tempos exigem que pelas ruas da cidade, o morto desfile em caixões, representando uma era de novos desejos.

### **1.3 *Aqui jaz*: a criação e administração do cemitério público**

Em São João do Rio do Peixe o cemitério começou a ser construído no ano de 1850<sup>51</sup>. A criação dos cemitérios públicos partiu da iniciativa dos padres José Gonçalves Dantas e Joaquim Theophilo da Guerra. Como medida preventiva contra as epidemias, pensou-se na criação dos cemitérios, transferindo em 1862 os mortos do interior da Igreja para o Campo Santo. O cemitério era localizado próximo a Igreja, na parte oeste da cidade. (ABREU, 2015, p. 281).

---

<sup>51</sup> Também foram construídos outros cemitérios como: cemitério do Umary, Barra do Juá, Belém do Arrojado, Cacimba Nova.

Um dos entrevistados, Francisco de Sousa, menciona que o cemitério construído em 1862 localizava-se onde hoje se encontra a capelinha de São Francisco, pois ele foi demolido e marginalizado diante da chegada de um ideal de progresso na urbe. Francisco de Sousa não lembra o ano em que o Campo Santo foi demolido. O entrevistado ressalta que o motivo se deu porquê o cemitério estava dentro da cidade e poderia estar causando algum malefício para as pessoas que residiam nas proximidades<sup>52</sup> (GALVÃO, 2016, p.44).

Em São João do Rio do Peixe, durante a segunda metade do século XIX, os cemitérios ainda estavam distantes de serem secularizados, já que o processo de secularização dos cemitérios públicos aconteceu de forma diferente em cada região do Brasil. Os cemitérios de São João do Rio do Peixe representavam um modelo de separação e hierarquização dentro de seus espaços. Esse modelo já era cultivado no interior da igreja, pois os padres que organizaram esses modelos hierárquicos, separando ricos e pobres: ricos, “acima das grades”; pobres, “abaixo das grades”. Esta forma de representação de um poder social se estendeu dentro dos cemitérios, em que os mais abastados eram sepultados nas catacumbas e os pobres nas valas comuns. Os cemitérios também passaram a representar os primeiros traços do moderno adentrando os espaços de São João do Rio do Peixe no século XIX.

Como percebido a partir de Sial (2007, p. 230), os cemitérios brasileiros eram administrados pelas Câmaras Municipais, mas a Igreja Católica também exercia seus poderes sobre o espaço, pois os Campos Santos eram todos bentos e, assim, poder civil e clerical entravam em disputas, pois mesmo as Câmaras Municipais, sendo responsáveis pela administração, a Igreja Católica ainda tinha muita força sobre essas organizações que versavam sobre a morte e os mortos.

A partir das fontes escritas e orais, percebemos que todas as pessoas foram sepultadas nos cemitérios públicos de São João do Rio do Peixe, pois eram os padres que controlavam os enterramentos. Os clérigos não negaram sepultura aos suicidas, pois de acordo com Reis (1991, p.192), dos mortos que não podiam sepultar-se no Campo Santo, eram os que “[...] não tinham direito ao sepultamento eclesiástico, a não ser que fossem loucos. E os vivos se empenhavam em proteger seus mortos dessa desgraça adicional, mesmo sendo estes simples escravos”. No registro de óbitos da cidade aparecem nomes como o de Thereza Maria de Jesus, viúva, branca de 38 anos, que morreu enforcada no ano de 1880<sup>53</sup>; ou de João Evangelista, branco, casado, de

---

<sup>52</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa 11-10-2016, São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>53</sup> Segundo Livro de Óbitos 1874/1883- L.02, Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, São João do Rio do Peixe. Registro de Óbito do ano de 1878, fl. 3v.

22 anos de idade que morreu de veneno (envenenou-se)<sup>54</sup>. Todos foram sepultados no cemitério público de São João do Rio do Peixe.

Se os clérigos não vetaram os enterramentos dos suicidas, talvez Thereza e João fossem parentes de algum padre ou a família pode ter recorrido a algum fazendeiro, já que estes tinham prestígio na região e mantinham suas alianças com o corpo religioso. Talvez, por isso, Thereza tenha conseguido sepultar-se em solo sagrado, assim como João, ou talvez para a Igreja em São João do Rio do Peixe, todos tivessem o direito ao enterro.

Já, no ano de 1876, aos 09 dias do mês de maio, André Magno, com 50 anos, morreu de repente. André Magno não recebeu nenhum ofício fúnebre. Em seu óbito consta a seguinte descrição feita pelo vigário Manuel Vieira da Costa e Sá: “sepultou-se neste cemitério contra minha vontade por ser de má vida<sup>55</sup>”. Como percebido, os padres poderiam interferir nos sepultamentos dos mortos, pois como visto no caso de André Magno, algo foi feito que desafiou as vontades do padre e como um bom cristão, André Magno foi sepultado no cemitério público.

A secularização dos cemitérios públicos aconteceu apenas no século XX. Por meio das falas dos entrevistados Paulo Dantas de Oliveira, Francisco de Sousa e Margarida Maria Ribeiro de Sousa, percebemos que a partir dos anos 1940 foi a prefeitura que passou a administrar os cemitérios, porém ainda havia a influência eclesiástica diante da morte, seja pelas assistências fúnebres, como pelo caixão das almas que a Igreja emprestava aos pobres para realizar seus sepultamentos. A Igreja cedia o caixão às pessoas, mas ainda era costume comum fazer os sepultamentos em redes de carregador de defunto.

De acordo com os entrevistados Francisco de Sousa e Margarida Maria Ribeiro de Sousa, havia em São João do Rio do Peixe um caixão que foi doado pela Igreja para levar os mortos. Francisco de Sousa menciona que era um caixão simples e que a Igreja dava para quem não podia comprar. Esse caixão ficou conhecido como o “caixão das almas”.

Margarida lembra que quando era criança ouvia seus pais conversarem sobre quando começaram a fazer o caixão para enterrar os mortos. São lembranças pessoais de sua infância, que se produzem pela sua relação com diversos ambientes coletivos, seja tomado em separado, ou em conjunto (HALBWACHS, 2006, p. 69).

Segundo Margarida, só sepultavam em caixão as pessoas que tinham “condição” (recursos financeiros). Quem não tinha dinheiro, ou seja, o pobre agricultor, estava reservado o caixão que ficava no cemitério ou a rede:

---

<sup>54</sup> Ibid. fl. 68v.

<sup>55</sup> Idem, fl. 32v.

O pobre tinha um caixão no cemitério para quando um defunto morresse, eles pegava aquele caixão, butava a pessoa morto dento da igreja, levava pro sítio, butava no caixão, aí tinha que passar na igreja que era pru pade benzer o corpo, aí de lá tirava pru cemitero. Quando ia interra tirava as pessoa de dento do caixão e enterrava limpo na cova, aí o caixão devolvia e deixava guardado no cemitério. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

A entrevistada lembra que havia o caixão no cemitério até o ano de 1969. Era um caixão grande e azul, mas que parecia frágil. As lembranças de Margarida sobre esse caixão não mostram apenas uma “boa ação” da Igreja para com seus filhos pobres, mas ressalta o poder da mesma sobre o corpo, pois ainda continuava a exercer o controle em relação ao momento do último adeus. Com uso do caixão ou sem uso do esquife, a família deveria passar com o morto na Igreja antes de sepultá-lo, já que no corpo precisaria ser aspergido os santos óleos para seguir a viagem ao além-túmulo com segurança.

### 1.3.1 “Lugares dos mortos”: “o bota abaixo” em São João do Rio do Peixe

A foto abaixo (imagem 1) é da capela de São Francisco, do ano de 1949. A fotografia é da primeira construção da capela. Nesse local, antes de edificar uma ermida, era situado o primeiro cemitério de São João do Rio do Peixe (Cemitério Jerusalém).

Imagem 1 – Capela de São Francisco, 1949



Fonte: Galvão (2016).

Na foto percebemos duas pessoas não identificadas por Galvão (2016). Um homem em pé na calçada da capela e uma mulher sentada em um tanque, que geralmente colocava-se água para os animais. O autor não menciona quem são essas pessoas e nem qual o fotógrafo que fez o retrato. Segundo Galvão (2011, p.99-104) as obras da capela começaram no ano de 1941 e foram concluídas em 1944, sendo o padre da época o vigário Manoel Jácome encarregado pelas obras.

Segundo Galvão (2016, p.44), “[...] o cemitério foi construído nesse local da capela em 1862, afim se sepultar as primeiras vítimas do *cólera-morbo* e foi denominado de cemitério de Jerusalém [...]”, uma vez que nos óbitos o cemitério também é descrito como o cemitério da matriz ou da povoação. O “bota abaixo” do cemitério estava intimamente ligado a chegada dos trilhos do trem em São João do Rio do Peixe, pois o progresso que estava chegando ao interior afastou a morada dos mortos do centro da civilidade moderna<sup>56</sup>.

Por meio de disputas políticas, os trilhos do trem chegaram a São João do Rio do Peixe no ano de 1922, através da Rede de Aviação Cearense (RVC). Segundo Sousa (2005, p. 32-33), o padre Joaquim Cirilo de Sá por meio das tramas de poder, arrastou os trilhos para passar por dentro da vila de São João do Rio do Peixe. O autor comenta que o padre era muito amigo do então presidente Epitácio Pessoa, e essa aliança permitiu a realização de suas vontades para São João do Rio do Peixe. Para Sousa (2005, p. 30-31), “[...] São João do Rio do Peixe estava fora do traçado, pois o espaço não apresentava condições favoráveis para receber uma ferrovia”, não apresentando um “traço econômico que provocasse atração comercial”.

Construiu-se na parte oeste da vila a estação ferroviária, que teve suas obras concluídas em 1925 e também foi inaugurada no mesmo ano. Já no ano 1932, deu-se início a construção do novo cemitério afastado do cotidiano da vila, que se torna cidade no ano de 1938.

Imagem 2 – Estação ferroviária, 1960

---

<sup>56</sup> Para perceber a distância da Igreja Matriz ao local do primeiro cemitério de São João do Rio do Peixe – Cemitério Jerusalém, ver apêndice 1 o mapa da cidade.



**Fonte:** Galvão (2016).

Essa é uma foto da estação ferroviária do ano de 1960. O autor também não menciona quem foi o fotógrafo. Na fotografia percebermos um vagão do trem próximo da estação. Essa fotografia representa parte das conquistas materiais que estavam chegando à vila, o símbolo do moderno, no qual o progresso marginaliza espaços antes sagrados. Talvez o cemitério estivesse ameaçando os desejos do moderno, um ideal de cidade limpa. E por bem naquele momento, o poder público achou melhor transferir o lugar dos mortos para uma região mais afastada da vila, em suas margens<sup>57</sup>.

Temos um cenário de reformas urbanas, pois com a chegada do trem bota-se abaixo o antigo cemitério, uma vez que suas obras foram empreendidas pelo prefeito Natércio. Logo, ao tempo em que se demolia o Campo Santo, sobre a administração daquele prefeito, também eram construídas em São João do Rio do Peixe avenidas e ruas, como também foi concluído o prédio dos correios e telégrafos (GALVÃO, 2011, p. 86).

De acordo com um dos entrevistados, Paulo Dantas de Oliveira, quando o cemitério foi posto abaixo por ordem do prefeito, as pessoas se mostraram passivas a tais mandos, pois além da derrubada estar prevista em lei, o espaço tornou-se pequeno para tantos mortos. Segundo Paulo Dantas de Oliveira, depois que derrubaram o cemitério fizeram a capelinha de São Francisco. O responsável pelo projeto foi o prefeito da época, Alexandre<sup>58</sup>. Os restos mortais foram levados pelos familiares à nova necrópole e outros familiares optaram por deixar os mortos sob solo da Capela de São Francisco.

<sup>57</sup> Ver mapa da cidade no apêndice 1, onde mostra os pontos de localização da estação ferroviária- antigo cemitério e atual capela de São Francisco e Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.

<sup>58</sup> O nome do prefeito apontado por Paulo não é o mesmo posto por Galvão (2011) em seu livro sobre São João do Rio do Peixe, onde narra as datas e notas sobre os acontecimentos desde quando esta era um povoado, passou a vila e então a cidade.

As fontes em relação à derrubada do cemitério que temos são apenas os relatos orais de Francisco de Sousa e Paulo Dantas de Oliveira. Como sabemos, essa iniciativa de derrubar o cemitério se deu por meio da chegada dos trilhos do trem, que alcançou São João por influência do padre. Talvez o padre e o prefeito tenham juntado forças nesse “bota abaixo”, já que o bairro, no qual se localizava o cemitério, era central para a *urbs* que se desenvolvia. Próximo ao cemitério estavam, inclusive, a usina elétrica da cidade, construída em 1932; a usina de algodão de Adriano Brocos, fundada em 1933; e no final da rua o hotel Cearense, construído em 1938; além de alguns comerciantes que mantinham seus negócios na estação (GALVÃO, 2016, p.61-65).

Podemos perceber que são novos tempos que chegam a São João do Rio do Peixe por meio de suas conquistas materiais. Parte dessas mudanças foi desenvolvida pelos padres são-joanenses, pois somente, no ano de 1905, São João passou a contar com um prefeito. Nesse sentido, por meio da fala de Francisco de Sousa, podemos entender que talvez estivesse circulando naquele momento por São João do Rio do Peixe os ideais de espaço limpo e higiênico, uma vez que os cemitérios dentro da cidade estavam provocando alguma “ameaça” aos lugares que deveriam ser ordenados, conforme os discursos médicos higienistas que adentraram o sertão no século XX.

Dessa vez, os mortos passaram a incomodar não por medo das epidemias, mas porquê ameaçavam os desejos hígidos de uma sociedade calcada nas ideias de profilaxia rural, que tomava corpo em todo o território brasileiro, desde o século XIX e que ganhou maior intensidade no século XX. Galvão (2011, p. 88) cita a presença do médico Antônio Filgueiras Sampaio, que dava consultas na farmácia Osvaldo Cruz do farmacêutico Martinho Guedes, na cidade de São João na década de 1930<sup>59</sup>. Em 1933, foi inaugurada a farmácia Santa Terezinha, do farmacêutico Rosalvo Marques Galvão. O autor também menciona que é instalado em 1933 um gabinete odontológico do Dr. Alberto Brizenno Milfont<sup>60</sup>. Também, em fins da década de 1930 até os anos de 1940, esteve em São João o médico José Izidro.

Com essas medidas sanitárias que estavam circulando por São João do Rio do Peixe, talvez as senhorinhas que se inebriavam com seus doces perfumes e enfeitavam-se com seus vestidos de seda e suas maçãs rosadas, se incomodassem em passar em frente àquele lugar silencioso e quem sabe mal cuidado. Talvez os passageiros do trem, ao admirar as paisagens

---

<sup>59</sup> Segundo Galvão (2011, p.113), a farmácia fechou as portas no ano de 1948.

<sup>60</sup> Talvez nem todos pudessem pagar pelas consultas odontológicas, pois na entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, o mesmo diz que ao adoecer de um dente, espera o mesmo cair, já que não tinha médico. Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, em 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.



pelas janelas dos vagões, poderiam sentir-se desconfortáveis ao ver por entre as vidraças daquela máquina veloz, o cemitério público com algumas catacumbas e muitas valas comuns. Quem sabe, eles sentissem total desconforto, pois grande maioria era enterrada em valas e talvez pudesse ser mal sepultado, uma vez que corria o risco dos cachorros revirarem as covas e deixar expostos os restos mortais. O Campo Santo, representava uma imagem que não condizia mais com os símbolos da modernidade para a cidade.

Era preciso desinfetar esse espaço e, como medida de profilaxia, enterrou-se toda uma memória dos mortos. Assim, Thereza, João Evangelista, André Magno e tantos outros foram transferidos do antigo cemitério, local onde se construiu a capela de São Francisco para o novo cemitério, afastado da cidade: Cemitério Nossa Senhora da Consolação. Não se podia destruir a morada dos mortos e acabar com sua memória, já que as novas regras de conduta deveriam ceder, como também, negociar com costumes e representações arraigadas (CHARTIER, 2016, p. 47).

O prefeito e o padre devem ter se articulado de forma a controlar os ânimos dos fiéis, pois cada momento é articulado entre o discurso e a prática. Mexer mais uma vez nos mortos poderia não acontecer de forma passiva, como da primeira vez, que se retiraram os mortos do interior da igreja para o cemitério Jerusalém: primeiro cemitério de São João do Rio do Peixe. Apesar do corpo doente ou pútrido representar o desvio, dessa vez os mortos não estavam incomodando por causa do cheiro, mas o cemitério estava poluindo a visão dos novos tempos que se aproximam de São João do Rio do Peixe.

Ao pensar sobre as reformas urbanas em São João do Rio do Peixe, principalmente pela marginalização do espaço sagrado (Campo Santo), podemos perceber os vários interesses que estavam em jogo naquele momento, como o da Igreja de manter o controle sobre os ritos de morte e os sepultamentos, permitindo assim um ideal de morte limpa e os desejos do prefeito de manter o controle sobre a organização dos espaços da cidade a partir de suas reformas. Pensou-se em deixar apenas o que dessem ao espaço ares de um lugar que se modernizava com a chegada do trem, luz elétrica e Casas Pernambucanas. Buscou-se afastar do centro da cidade tudo o que pudesse indicar o atraso ou manchar o desejo de uma cidade hígida.

Com essas mudanças acontecendo na urbe, os cemitérios públicos passaram a ser administrados pela prefeitura. Segundo Margarida, a cova era comprada ao prefeito. A entrevistada diz o seguinte em relação à sepultura:

[...] Ia passando ano, passando ano, aí já enterrava outra pessoa no lugar. Aí só comprava o chão aqueles que tinha mais condição, que comprava e sabia onde tava enterrado a família. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

A cova era emprestada por certo tempo à família do morto, que deveria comprar o espaço, pois caso não o fizesse, outras pessoas seriam sepultadas no mesmo lugar. Isso acontecia mediante falta de dinheiro e não de maiores cuidados com o local de sepultamento. A família não poderia deixar o morto jogado a céu aberto, era preciso aceitar o empréstimo da cova, mesmo sabendo, que em algum tempo outro seria jogado na mesma vala comum.

A fala de Margarida mostra que a morte, muitas vezes, separava as pessoas por categorias, pobres nas valas, ricos em jazigos. Os ricos possuíam um túmulo familiar, enquanto os pobres não sabiam nem onde seus parentes tinham sido sepultados, pois faltou para eles o dinheiro para comprar um espaço dentro do cemitério extramuros. Os cemitérios, assim como as igrejas, são lugares sagrados dentro da cidade. Ao tempo que os mortos são expulsos do interior das igrejas, as pessoas conservam nos cemitérios aspectos desse catolicismo fervoroso, no qual se torna presente nos cemitérios as cruzes, imagens de santos e as capelas. Há uma relação profícua entre religião católica e os ritos fúnebres, no qual mostra que de fato a secularização dos cemitérios não foi uma medida vital, pois a Igreja ainda continuava exercendo influências por meio de sua religião e seus ritos de morte (CYMBALISTA, 2002, p.76).

#### **1.4 Cemitérios clandestinos: o sepultamento dos anjinhos**

Não somente os cemitérios extramuros eram um lugar de memória dos mortos, mas havia outros lugares de descanso do corpo como os cemitérios clandestinos de crianças, muito presentes em São João do Rio do Peixe. Segundo Margarida, essa prática era comum somente para crianças que, muitas vezes, nasciam mortas ou morriam ainda pequenos, devido alguma “doença de criança<sup>61</sup>.”

Segundo Chiavenato (1998), em relação à morte de crianças, no Nordeste brasileiro o “anjinho” morto tem destino diferente do adulto. Considera-se “anjo” a criança que morreu “inocente”, sem chegar a usar “a razão”. Morreu-se batizada passava rapidamente pelo purgatório e vai para o céu, pois a passagem pelo purgatório é para vomitar o leite materno, uma vez que não se entra no céu de barriga cheia. Quando o anjinho morre e se não for batizado,

---

<sup>61</sup> Essas práticas de sepultamento no mato também são percebidas no Segundo Livro de Óbitos (1874-1883) de São João do Rio do Peixe, em que dois adultos morreram de bexigas e foram inumados nos matos.

o mesmo vai para o limbo das criancinhas que, segundo pensamento cristão, é um lugar neutro. Conforme a crença, essas crianças descem a terra e ficam chorando em algum lugar, pedindo para serem batizadas, para assim poder subir ao céu (CHIAVENATO, 1998, p. 61).

Na entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, entendemos que por ser longe da cidade era mais cômodo para a família enterrar próximo de casa, até porque precisava comprar um espaço no cemitério e nem todos tinham condições financeiras para comprar um terreno para sepultar as crianças. Segundo Margarida, no sítio onde morava (Riachão), sepultaram-se sete anjos. Essas crianças eram seus irmãos que nasceram mortos ou morreram em consequência de alguma enfermidade. A entrevistada relata como se dava os enterramentos nesses cemitérios clandestinos:

Enterrava no sítio, aí o sítio que nós chamava era o mato, aí interrava num canto perto de um pé de juazeiros em qualquer pés de planta, num juazeiro, aí marcava lá um canto. Fazia um, um pilazim quando morria, aí interrava, cavava um buraco bem fundo, como se tivesse cavando, fosse no cemitério, aí interrava aquele anjim alí, cubria, ficava a terra bem alta. O povo colocava uma cruz, aí com o tempo quando ia baxando, aí fazia, um, um butava uns tijolo, umas coisa que era para saber onde era enterrado, fazia como um tipo de tumuluzim. Era assim que era o interro que eu lembro né. Que eu lembro quando era criança era, era assim no meu tempo. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

O mato era também o lugar dos mortos, ou seja, era reservado aos párvulos - anjos, que não tinham pecados. De acordo com Margarida, eles morreram bem novinhos e, por isso, são chamados de anjo<sup>62</sup>. Ao lembrar-se de seu irmão que morreu quando criança, Margarida ressalta que:

Aí interrava era lá, teve até que quando nasceu bem novim, num fizero nem caxão nesse tempo, butaro num caco de telha, numa telha mesmo, butaro uns pano, cubriua outra telha, aí lá interrava. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

Margarida ainda diz que havia toda uma preocupação de colocar flores em cima da cova, pois era feito uma cruz, que era assentada em cima da sepultura e, ao redor, depositavam-se uns “tijolim”. As pessoas que trabalhavam nas roças próximas aos cemitérios clandestinos não plantavam nada naquele lugar, pois sabiam que ali estava enterrado um anjo.

---

<sup>62</sup> Cascudo (1951, p.26) ressalta que é até dois anos que merecem o título de anjo.

Paulo Dantas de Oliveira também menciona em sua entrevista sobre esses cemitérios clandestinos. O entrevistado comenta que a criança também era enterrada no mato; era levada em uma caixa e colocada na cova<sup>63</sup>. Segundo Paulo, nesses lugares já havia cruz, que era feita de madeira, depois de enterrado botava uma pedra bem grande em cima para os cachorros não comerem o corpo.

A cruz de madeira era um indicador dos lugares de descanso dos mortos, no qual mostravam que aqueles corpos não tinham conseguido sepultura dentro das igrejas ou cemitérios (CYMBALISTA, 2002, p. 87). Para Santos ([s/d], p.3), “[...] os corpos das crianças batizadas, chamadas de anjinhos eram direcionados para os cemitérios oficiais. Por outro lado, os pagãos mortos sem o sacramento não possuíam tal merecimento [...]”. Havia todo um cuidado para esses pagãos terem seu descanso merecido, pois como percebido na fala de Margarida, não se enterrava em qualquer lugar, mas perto de casa em uma roça e debaixo de uma árvore, havendo assim uma preocupação de preservar a memória<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Santos (apud Cascudo, [s/d], p.4) ressalta que no Nordeste brasileiro do século XX, os pagãos eram enterrados nas encruzilhadas e nos currais de bois.

<sup>64</sup> Reis (1991, p.186) diz que o enterro perto de casa significa que não havia ruptura entre a vida e a morte, mas uma continuidade.

## CAPÍTULO II

### CORPO E DOENÇA: PRÁTICAS DE CURA EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PB

Segundo Courtine (2011, p.7), “o século XX é que inventou teoricamente o corpo”. Tomando como base as palavras do autor, este capítulo discorre sobre uma leitura do corpo, da doença e das práticas de cura em São João do Rio do Peixe. Desse modo, percebemos como as instituições higienistas passaram a cuidar do corpo, diagnosticando e medicando na busca pelo corpo são. Essa busca também pousava sobre as propagandas em revistas, anúncios que mostravam os remédios que fortaleciam e curavam o corpo doente. Mas mesmo com uma indústria farmacêutica e instituições higiênicas operando sobre o corpo doente, a medicina do pobre continuava ainda sendo os remédios colhidos na natureza e aplicados ao corpo como medidas de cura, já que a doença era um anúncio de morte e era preciso que alguém diagnosticasse sua causa a partir de seus saberes.

#### 2.1 Higienizando os espaços: o perfume dos mortos e o corpo desviante

Em São João do Rio do Peixe, as transformações urbanas começaram a ser postas em prática ainda no século XIX, pois ao tempo em que se ampliava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, os padres José Gonçalves Dantas e Joaquim Theophilo da Guerra deram início a construção do campo santo, que ficava afastado da igreja e das poucas habitações. Em São João do Rio do Peixe, assim como na maioria das localidades paraibanas, a responsabilidade da construção dos cemitérios ficou a cargo dos padres, no qual também exerciam controle sobre a vida e a morte das pessoas por meio de um discurso disciplinador, que buscava o bom adestramento dos corpos através da palavra sagrada. (ABREU, 2015, p. 281)

De algum modo esses discursos médicos chegaram a São João do Rio do Peixe, provavelmente através das câmaras municipais que tinham uma grande participação nesse cotidiano e sempre estavam mantendo contato com os presidentes de província. Não devemos esquecer que os padres eram homens letrados, que tinham conhecimento dos perigos causados pelo acúmulo de mortos em sepulturas que não apresentavam condições necessárias para a inumação. Talvez esses próprios discursos de cuidados para prevenção da saúde fossem espalhados por meio das missas e educação dos jovens seminaristas, criando assim um ideal de corpo higienizado e disciplinado.

Era comum no Brasil oitocentista, acontecer os enterramentos *ad sanctos*, pois havia um sentido para esses católicos de sepultar-se no interior das igrejas, sentido este voltado a salvação

da alma. As igrejas regulamentavam a vida cotidiana das pessoas, e eram nesses espaços que aconteciam os batismos, casamentos e sepultamentos. Dentro desse templo santo, a casa de Deus, vivos e mortos dividiam espaço junto com as imagens de santos, uma vez que esses costumes estavam permeados pelas ideias da ressurreição do fim dos tempos. Quanto mais próximo estivessem os mortos dos santos, maiores seriam as chances de salvação, segundo o pensamento cristão da época. (REIS, 1991, p. 171-172)

Com as ideias higiênicas circulando por todo Brasil, os mortos tornaram-se indesejáveis dentro dos templos santos, pois houve uma modificação das crenças e dos costumes das pessoas em relação aos sepultamentos no interior das igrejas, já que o corpo tornou-se “desviante”, pútrido e os mortos tiveram que ser retirados da igreja, pois o odor por eles liberados estavam ameaçando a saúde dos vivos. Esses mortos foram transferidos para fora da urbe, uma vez que representavam perigo mediante seus odores, já que os miasmas passaram a corromper o ar, tornando-se mortífero<sup>65</sup>.

Ao fazer um estudo sobre essas emanções que ameaçavam a saúde dos franceses no século XVIII e XIX, Corbin (1987) discute sobre a relação da ciência com esses eflúvios, já que a química e a medicina voltaram seus olhares para os males epidêmicos que estavam sendo despertados pelas sensibilidades olfativas. Segundo Corbin (1987, p. 134), “[...] os olhares purificadores adentram os espaços privados [...]”. Os discursos médicos buscavam controlar as posturas das pessoas que eram vistas como irregulares aos padrões médicos, que preocupados com os focos epidêmicos, dispensavam seus cuidados para com a saúde familiar, com as habitações, com a água e com o ar.

Tomando de empréstimos as discussões de Corbin (1987) sobre o controle e preocupação com a saúde das pessoas, lançamos olhares ao controle sanitário da Paraíba em fins do século XIX e início do século XX, por meio dos estudos de Alves (2010, p.64-65) que discerne sobre os cuidados médicos dispensados a população paraibana, por meio de leis municipais que visavam o controle sanitário e a organizações dos espaços que se aplicavam as “[...] aglomerações de trabalhadores pobres, mal alojados em casas de palha e quartos de um cômodo, nos vários becos espalhados pela cidade. Era uma grave ameaça à saúde pública e o projeto de modernização urbana idealizado pelas elites”.

Em São João do Rio do Peixe, no século XIX ainda não tinha construído um corpo médico que pudesse vigiar e controlar determinados hábitos tidos como irregulares,

---

<sup>65</sup> Segundo Reis (1991, p.252), acreditava-se que os miasmas eram “invisíveis”, “imprevisíveis” e “donos de muitos disfarces”. Os próprios especialistas lhes davam vários nomes: eflúvios pestilências, emanções, gases ou vapores pútridos, humores fétidos, etc.

provavelmente os odores liberados pelos mortos no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, deveria preocupar os padres, já que foram eles que desenvolveram a retirada dos mortos da igreja ao cemitério. Talvez os padres não estivessem apenas preocupados com a saúde da população, mas havia também um cuidado de si, pois os clérigos passavam mais tempo dentro das igrejas e assim conviviam-se mais com os corpos enterrados em seu interior.

Podemos perceber que a transferência dos mortos do interior das igrejas representou uma mudança de sensibilidades dos vivos para com os mortos, pois essa relação entre vivos e mortos transformou-se, mudando os sentidos para com o corpo, uma vez que ele tornou-se uma ameaça à saúde.

Ao fazer um estudo sobre as práticas fúnebres na Bahia oitocentista, Reis (1991, p. 249) menciona que no século XIX os discursos médicos foram ganhando corpo a partir de 1832, principalmente com as escolas de medicina na Bahia e no Rio de Janeiro. Por meio dos estudos levantados por Nascimento (2013, p.1) que também utiliza como referência as discussões de Reis (1991), percebemos que os médicos não eram favoráveis aos enterramentos *ad sanctos*, visto que acreditavam ser foco de contaminação, pois as igrejas encontravam-se cheias de mortos inumados em seu interior, possibilitando uma proliferação dos miasmas, onde tornava-se um ambiente insalubre, alvo de infecções.

Sobre essas medidas que permitiam transformar os espaços, com o intuito de higienizá-los. Sial (2007, p. 69), ressalta que:

Em 1801, o príncipe regente de Portugal expediu uma ordem régia determinando que em seus domínios ultramarinos, para o bem da saúde pública, fossem proibidos os sepultamentos nas igrejas, prescrevendo orientações precisas para a construção de cemitérios extramuros nas cidades. Percebe-se daí, que desde o início do século XIX havia a intenção de erradicar os sepultamentos no interior das cidades como medida preventiva contra as doenças epidêmicas.

Conforme Nascimento (*apud* Reis, 2013, p.1), “os enterramentos estavam na pauta das preocupações imperiais desde 1825, quando um decreto imperial atacou as práticas tradicionais de enterro como anti-higiênicas [...]”<sup>66</sup>. Assim, como tantos outros lugares do Brasil oitocentista, São João do Rio do Peixe também teve o seu lugar do sagrado invadido pelo

---

<sup>66</sup> Segundo Sial (2007, p.70), no Brasil a observação para o cumprimento da Ordem Régia de 1801 só seria lembrada oficialmente em 18 de novembro 1825, quando o Imperador D. Pedro I mandou divulgar uma portaria oficial, no Diário *Fluminense*, sobre as ordens para o fim dos sepultamentos nas igrejas.

discurso do progresso, havendo um rompimento com um costume de sepultar os mortos no interior da igreja, devido as medidas higienistas, uma prática passível de cidadãos civilizados.

Logo, os padres durante o século XIX não foram responsáveis somente por criarem os cemitérios, mas em algumas localidades do interior, assim como em São João do Rio do Peixe, eles exerciam funções terapêuticas já que a medicina era precária e com isso, prestavam assistência às pessoas que se encontravam doentes, pois as práticas de cura eram exercidas por meio das bênçãos sacramentais e encomendação da alma. Talvez eles também pudessem ter conhecimento de alguns “remédios do mato”, já que a terapêutica nesse tempo, e ainda no século XX, se dava também por meio de ervas medicinais.

Segundo Soares Júnior (2011, p.43), “ser médico na Paraíba do século XIX era passar por todas as áreas da medicina. Esses profissionais não possuíam uma especialização, mas várias, chegando ao ponto de alguns sequer possuírem diploma de médico”. Portanto, dentro desse contexto oitocentista, percebemos que as cidades brasileiras estavam imbuídas por várias normas que buscavam regulamentar os espaços, vigiando-se o ar, a água, os alimentos e as habitações, pois tinha-se a ideia de civilidade, no qual a norma estava posta sobre a boa higiene dos corpos e tudo o que era colocado fora dos padrões era considerado impuro, desviante e por isso criou-se lugares reservados aos mortos, de forma que eles não pudessem contaminar os vivos: os corpos “sãos<sup>67</sup>.” (CYMBALISTA, 2002,179).

Os médicos higienistas laçaram mão de um discurso disciplinador, que promovia o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas na hora da morte e os cuidados com o corpo doente e são. Já, as reformas sanitárias feitas no corpo urbano, estavam imersas dentro de uma medida civilizatória, modernizadora e progressista, no qual se buscou criar a imagem de cidades limpas e corpos educados.

O primeiro passo foi a retirada dos mortos do interior das igrejas, e com isso, podemos perceber um longo caminho percorrido para mudar os costumes ditos “atrasados” da população, já que depois esse saber institui prisões como medidas corretivas aos infratores, os hospitais promoveram o recolhimento dos corpos impuros da sociedade. Esse caminho traçado pelos médicos nos espaços urbanos passou a afetar os populares, pois se buscou criar uma sociedade disciplinar sobre o sentido da morte.

---

<sup>67</sup> Corbin (1987, p. 19), em seu livro sobre os saberes e odores na França no século XVIII e XIX, apresenta o ar desses espaços urbanos como sendo uma ameaça pútrida, “um caldo pavoroso” que ameaçava as pessoas, pois o ar não passa a ser entendido através dos seus eflúvios naturais, mas passa a ser estudado através dos compostos químicos que por ele são liberados.



Antes de um discurso médico circular por entre os espaços são-joanenses, eram os profissionais sem formação técnica que faziam os sepultamentos nas igrejas, sem de fato saber a causa-mortis do defunto, pois as catacumbas também sendo nas paredes sem nenhum contato com o solo, facilitava o contágio mediante a moléstia que se dava de forma efetiva entre as pessoas. Essa falta de conhecimento possibilitou a mudança das práticas fúnebres, já que era preciso desinfetar os espaços. (SIAL, 2007)

Segundo Reis (1991, p. 247) “[...] os médicos viam os enterros dentro das igrejas por uma ótica radicalmente diferente [...] Para eles, a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias”. Os mortos representavam um sério problema a saúde pública. Para os médicos os mortos significavam objetos de estudos, vistos apenas como um corpo social, e não com um sentido religioso-corpo/alma. O corpo tornava-se elemento de disputas entre o saber médico e as práticas populares de cura, desenvolvidas pela igreja, rezadeiras e parteiras, uma vez que se mostravam bem resistentes mediante esses novos tempos que estavam surgindo.

De acordo com Corbin (1987, p. 139), “os locais de amontoamentos das pessoas passam a atrair a atenção dos higienistas, eles impõem a urgência de uma ação global de regulação, elaborando assim uma estratégia de desodorização dos corpos e dos espaços”. Assim, iniciava-se a vigilância da medicina social com sua polícia médica, vigiando e controlando os espaços. A sociedade passava a ser tomada por medidas de controle em que o corpo foi investido por um poder-saber, visto por meio de um olhar disciplinador e normalizador. (FOUCAULT, 2000, p.47).

As cidades brasileiras passaram a serem alvos de um novo traçado urbano, sendo esquadrinhada mediante os discursos dos médicos, engenheiros e arquitetos. Essa reforma urbana foi encabeçada por parte de uma elite letrada que buscava tirar a sociedade brasileira do atraso e da imundice. Para Sial (2007, p. 22), “[...] o traço urbano existente nas cidades brasileiras deveria ser substituído por ruas esquadrinhadas, espaços lineares; as novas habitações teriam de ser edificadas a ponto de permitirem melhor circulação do ar, [...] o país precisava abolir a ‘morte barroca [...]’”.

Para a segunda metade do século XIX, percebemos como o espaço são-joanense estava imerso por epidemias e como forma de controle em relação às doenças Sial (2007, p. 109) ressalta que mudaram as maneiras referentes aos rituais de morte, percebidos principalmente em relação ao velório, já que “[...] uma das questões postas pelas medidas higienistas, foi reduzir o tempo entre o velório e o sepultamento, que servia de vinte e quatro a trinta e seis horas, suficientes na opinião dos médicos para descartar a possibilidade de morte aparente”.

Tais medidas tomadas no Recife, como aponta Sial (2007, p.112), deveriam controlar o transporte dos cadáveres, que seguiam ao cemitério descobertos, uma vez que foi preciso lacrar os caixões para que não colocassem a saúde das pessoas em risco. Em São João do Rio do Peixe, talvez por ainda não haver instituições higiênicas vigilantes assim como no Recife, os entrevistados não mencionam sobre essas práticas, comentando apenas sobre a inserção do caixão nos velórios e sepultamentos. Também mencionam sobre a entrada do morto na cidade ser em caixão e não mais na grade de carregar defunto, onde o morto não seguia para o cemitério dependurado na rede de dormir.

Essas práticas educativas que pautava-se no controle dos corpos, adotadas por esses médicos, recebiam influência do modelo francês, que segundo Reis (1991, p.248), “[...] representava um espelho de civilização e progresso”. O Brasil se colocou nesse mesmo caminho para com um projeto “civilizador”, que buscava um modelo de morte higiênica que combinasse com o Brasil urbano que estava surgindo. As teses miasmáticas ganharam cada vez mais espaço, pois segundo Sial (2007, p.21) “[...] Na luta para levar o país à ‘modernidade’ e ao ‘progresso’, uma corrente de médicos acreditava que só ‘higiene’ seria capaz de livrar a nação das doenças e do atraso colonial [...]”<sup>68</sup>.

Portanto, Mariano (2012, p. 9) ao abordar as doenças na Paraíba imperial, mostra como os médicos já estavam se articulando para retirar os mortos do interior das igrejas, já que a província estava sendo grassada pelas moléstias epidêmicas. Desse modo, percebemos que:

Ao lado de hipótese de contágio, muitos médicos defendiam a teoria dos miasmas e está ideia representou um poderoso incentivo para a criação dos cemitérios, e ao abandono das práticas seculares de sepultar os mortos na igreja. A discussão estava na ordem do dia da Assembleia Provincial da Paraíba, sendo os debates constantes de um espaço para enterrar e isolar os mortos.

A partir dessas teses médicas abre-se espaço para esses novos discursos, pois para uma sociedade que se modernizava era preciso uma medicina que conseguisse sanar as epidemias recorrentes. Assim, surge uma “medicina preventiva” que busca, segundo Reis (1991, p. 249), “[...] a criação do homem higiênico, que seria um trabalho pedagógico permanente [...]”. As articulações desses discursos foram bastante fortes ao ponto de redesenhar todos os espaços

---

<sup>68</sup> Para Elias (1994, p.22), a palavra civilização se refere a algo que está se movendo, transformando-se, pois está ligada às condutas das pessoas, seus costumes e formas e agir. Assim, por meio do estudo realizado pelo autor, buscamos perceber como essas ideias de civilização estavam sendo empregados nesse contexto estudado, de que forma afetava os espaços e as pessoas.

calçados em normas, já que os discursos e as práticas afetavam o corpo da urbe e o corpo dos sujeitos, fossem vivos ou mortos.<sup>69</sup>

Nos relatórios dos presidentes de província da Paraíba, no qual tomamos conhecimento de caso para esta pesquisa, percebemos que esses discursos sanitaristas ganharam também uma grande proporção durante o século XIX, pois na capital os mortos também eram alvos desses olhares médicos, como as ruas, cemitérios, matadouros, os rios, as casas, ou seja, tudo que prejudicasse a saúde pública e representasse a indisciplina aos espaços, deveriam ser limpos, passando a serem alvos de discussões e preocupações médicas.

Em relação aos discursos médicos científicos, Oliveira e Santos (2015) problematizam como no século XX a Paraíba é representada como um “corpo doente”. O discurso do médico Acácio Pires colocou a Paraíba como sendo um corpo doente, precisando ser medicada<sup>70</sup>. Era preciso que por meio do discurso sanitário e disciplinarizador, educar os hábitos das pessoas para uma boa higiene dos corpos. Esses costumes insalubres eram vistos como atrasados e prejudiciais à saúde pública (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p.134).

Agra (*apud* SÁ, 2007, p.4) também tece discussões sobre a higienização da Paraíba, e ressalta que “o Serviço de Higiene Pública foi institucionalizado em 1911, com o decreto nº 494 e passou a desempenhar as funções de: política sanitária, vigilância média, desinfecção, vacinação e revacinação, isolamento e demografia pública<sup>71</sup>”. Ao discutir sobre a medicalização das cidades, o autor ainda ressalta que:

Medicar o corpo urbano tornou-se palavra de ordem do processo de higienização e desodorização das cidades brasileiras, objetivando permitir a circulação de pessoas e de coisas - sujeitos e bens para o comércio - pelas artérias urbanas, a circulação do ar para afastar os odores maléficos que, pensava-se, provocavam doenças como malária, varíola, tuberculose, etc., a eliminação das impurezas, a respiração do corpo, da pele, da cidade.

---

<sup>69</sup> Bresciani (1991) problematiza as questões urbanas, percebendo a relação das pessoas com esses elementos que corrompem a urbe, como os sujeitos que não se encaixam no ideal de civilidade e devem ser afastados para as margens da cidade. Também as doenças, que corrompem os espaços, são alvos das sensibilidades médicas. A autora mostra como a cidade passa a ser pensada a partir de um discurso que procura desenvolver corpos saudáveis para o trabalho, onde as ideias sanitaristas trazem concepções físicas e morais, corpos normatizados, civilizados, educados.

<sup>70</sup> Segundo Oliveira e Santos (2015, p.132), Acácio Pires era carioca. Ele chegou à Paraíba ainda nos primeiros meses de 1921 para chefiar os serviços da Comissão do Saneamento e Profilaxia Rural.

<sup>71</sup> Segundo Oliveira e Brito (2012, p.3), “essa repartição foi instituída pelo presidente de Estado, João Lopes Machado”.

Soares Júnior (*apud* SÁ, 2011, p.59) diz que a estrutura física dessa “*Inspectoria*” era muito precária, tanto em número de funcionários quanto em auxílio do governo. De acordo com Agra (2007, p.5), no combate às doenças que afligiam o Estado, tinha-se:

[...] Instituto Vacinogênico, em 1913, contra a varíola, e do Dispensatório de tuberculose, na década de 1920, ambos na capital; a vinda à Parahyba da Comissão de Saneamento e *Prophylaxia Rural* e *Doenças Veneráveis* em 1923, em Campina Grande, combatendo a malária e a sífilis; e ainda, a chegada da americana Fundação Rockefeller, em 1926, no combate à febre amarela [...].

A respeito do serviço de saúde pública, Soares Júnior (2011, p.62) comenta que “o serviço de higiene, pensando em atender as demais regiões criou delegacias de hygiene”, uma vez que nessas regiões havia poucos funcionários em relação a capital. Para Campina Grande foi nomeado o Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo, para a cidade de Sousa, o Dr. Antônio Marques da Silva Mariz e para cuidar dos negócios da higiene em Guarabira, o Dr. Luiz Galdino de Sales. (SOARES JÚNIOR, 2011, p.62).

De acordo com Soares Júnior (2011, p. 62), percebemos que:

Esses institutos foram criados com um intuito de desenvolver uma profilaxia dos espaços da urbe, no qual aos médicos suas política sanitária, visto que buscavam controlar tudo o que fosse suspeito de infecções e doenças, como tudo o que fosse “incivilizado”. Buscava-se uma sociedade limpa. Os maus hábitos podiam estragar a salubridade pública. A doença estava se tornando antes de tudo um problema político, assim como os amontoados de mortos no interior das igrejas tornaram-se na segunda metade do século XIX.

As cidades estavam produzindo novas sensibilidades mediante esses discursos higienistas. Ao abordar sobre a medicina preventiva, esta que surgiu com um intuito de vigiar estes espaços das doenças, podemos perceber a emergência de uma “polícia de cidade, ou seja, é um conjunto de mecanismos que visam inspecionar a cidade, em especial o ar”. (REIS, 1991, p.248). Todos os espaços passaram a ser visitados e tratados. Os médicos passaram a atuar nos espaços públicos e privados, buscando medicalizar os corpos doentes, pois esse saber estava amparado pela razão e pela ciência médica.

O corpo passava a ser alvo de todos os tipos de discursos, pois estava “subordinado a determinados códigos” produzidos pela sociedade, como higiênico/educado/atlético/saudável/cheiroso. Mediante tais conotações, passava-se a

desenvolver várias práticas educativas sobre o corpo que deveriam se encaixar nos padrões normatizadores da ciência médica, já que o corpo passou a ser afetado por várias esferas de poder: “religião, família e outros intervenientes sociais e culturais”. (RODRIGUES, 1975, p.45).

## **2.2 Medicalização e “normalização dos costumes”: morte limpa e corpos sãos**

Os ideais de morte suja foram por todo o Brasil, tornando-se pontos de pauta dos discursos médicos que buscavam justificativas para essas práticas anti-higiênicas e atrasadas. Surgia um ideal de boa higiene dos corpos, uma vez que os discursos médicos chegaram com maior intensidade nos espaços da urbe durante o século XX. (OLIVEIRA, 2003)

A morte higiênica trouxe uma mudança de costume e sensibilidades fúnebres, pois os corpos passaram a ser transportados em caixões e sepultados no cemitério. Percebemos no capítulo anterior, que no século XX a igreja emprestava às pessoas pobres um caixão das almas, uma vez que o transporte dos mortos em redes aos poucos cessava. Discorremos ao longo da pesquisa sobre essas mudanças, já que as instituições médicas depositavam novos olhares ao corpo, pois as práticas médicas retiravam os mortos do seu quarto, onde a teatralização da morte aos poucos deixava de existir, pois as pessoas passavam a morrer no leito do hospital, sendo tratadas como um caso médico. Já, não obtendo a cura, esse corpo seria apenas mais um óbito.

Essas práticas foram se desenvolvendo pelo Brasil de forma diferente, pois em alguns lugares demorou a chegar esses novos costumes. Em São João do Rio do Peixe, ainda no século XX percebemos por meio das entrevistas que ainda era costume morrer próximo dos familiares, havendo a teatralização da morte. Esses costumes eram percebidos por meio do recolhimento do doente no quarto e logo se começava a fazer as sentinelas. Em meio a um contexto que acentuava suas maneiras de cuidar dos doentes, onde se morria em casa, algumas mudanças em relação à morte passaram a ser percebidas em São João do Rio do Peixe por meio de um olhar científico, ou quem sabe dos próprios padres.

Provavelmente, medidas de profilaxia estavam circulando por São João do Rio do Peixe, que articulavam como sepultar os mortos. Foucault (2000, p.47) tece uma discussão sobre a medicina social, e cita três etapas em sua formação: “medicina de Estado, medicina urbana, e finalmente a medicina da força de trabalho”. Nesse sentido, a medicina urbana se desenvolveu em fins do século XVIII, tendo um caráter voltado para a vigilância e controle dos corpos, pois segundo Foucault (2000, p.52), podemos perceber que:

A medicina urbana com seus métodos de vigilância, de hospitalização, etc., não é mais do que um aperfeiçoamento, na segunda metade do século XVIII, do esquema político-médico da quarentena que tinha sido realizado no final da Idade Média, nos séculos XVI e XVII. A higiene pública é uma variação sofisticada do tema da quarentena e é daí que provém a grande medicina urbana que aparece na segunda metade do século XVIII e se desenvolve sobretudo na França

A medicina urbana pousava seu controle e poder sobre o corpo, pois imersa em desejos médicos, a intenção principal era manter a vigilância dos espaços da urbe que ameaçassem a salubridade e também as posturas da família.

O corpo não estava em uma categoria exterior ao discurso desses médicos, ele era produto deste discurso e de suas práticas. No decorrer do século XX, ao corpo voltaram-se vários olhares, em que a ele eram aplicados discursos pautados em receitas médicas de modo a controlar as doenças e retardar a morte. Aplicava-se um exercício disciplinador, no qual precisava mudar determinados costumes incivilizados para obter-se a tão sonhada cidade hígida, livre das epidemias, onde o corpo tornava-se então medicalizado. (FOUCAULT, 1999).

Através dos estudos de Alexandre (2009, p.3) percebemos que os médicos buscaram por meio de seus olhares e discursos aplicados ao corpo, explicar as causas das doenças. Aplicavam ao corpo sua ciência de cura, na qual se descobria a enfermidade e atestava-se sua causa em receituários médicos. A doença entendida como uma causa biológica passava a ser apropriada e representada por meio desses discursos que buscavam combatê-la. Diante desses olhares vigilantes aplicados aos hábitos das pessoas como bem ressalta o autor, os médicos passaram a definir os lugares salubres, seja para cuidar dos doentes ou para sepultar os mortos.

O corpo tornou-se um caso a ser tratado e segundo Oliveira (2003, p. 14), a partir da saúde da família “[...] funda-se um discurso organizador que visava criar normas gerais para a população<sup>72</sup>”. Esses discursos intensificaram-se muito mais com a república, pois buscava-se corpos modernos, saudáveis, e disciplinarizados; busca-se um “corpo educado”, seja na vida ou na morte.

O início da república trouxe várias ideias novas que buscavam mudar algumas posturas. Essas posturas já estavam sendo transformadas desde a segunda metade do século XIX. O

---

<sup>72</sup> Para Oliveira (2003, p.17), desde o final do século XIX o saber médico investia no corpo familiar brasileiro, utilizando técnicas de sujeição como a disciplina, a vigilância entre pais e filhos e marido e mulher e o controle das atividades sexuais inerentes a cada gênero. As identidades começam a ser classificadas de normal ou patológica, determinando os comportamentos e estereotipando a população. A instauração do regime republicano e o saneamento familiar tornaram a medicina social brasileira ainda mais vigilante, mais classificatória, detentora de um biopoder sobre o sujeito.

estado junto com o corpo médico intensificou suas medidas normalizadoras, visando corpos saudáveis. Esses olhares são perpassados por todas as posturas desse sujeito, pois o que se buscava era um ideal de corpo higiênico, moderno e civilizado. (FOUCAULT, 2000, p.15).

No século XX, os médicos já estavam adentrando bem mais o interior, embora apenas poucas pessoas pudessem se envolver nesses novos “saberes”. A partir das discussões de Soares Júnior (2011, p.41), entendemos que ser hígido tornou-se algo buscado em meio a tantos discursos que se aplicava a saúde e a beleza do corpo, pois era preciso medicalizar as pessoas por meio das receitas, no qual os chás e lambedores deveriam ser deixadas de lado, já que os remédios eram encontrados em farmácias.

### **2.3 O remédio das famílias: a cura nos anúncios da revista Flor de Liz em Cajazeiras**

#### **1930**

Oliveira e Santos (2015, p.139) ressaltam que “os hábitos e costumes insalubres deveriam ser abandonados, normatizados, em prol dos benefícios gerais da coletividade social”. Por meio desses discursos regulamentadores, os médicos buscavam educar os hábitos ditos não civilizados, mediante a propaganda do jornal, da revista, da televisão e do rádio. Se tratando dessas medidas educativas, podemos perceber como a todo momento o corpo era colocado a obedecer um discurso que procurava pôr em prática o ideal de “homem higiênico”. Essas práticas educativas são percebidas no começo do século XX através dos anúncios de remédios em revistas.

Araújo (2016) fez um estudo sobre a Revista Flor de Liz, dispensado olhar às senhoras e senhorinhas que aparecem nas imagens expressas na revista. A partir das discussões de Araújo (2016), como por meio da análise do documento, percebemos que em Cajazeiras, cidade próxima a São João do Rio do Peixe, circulou nos anos de 1930, a revista “Flor de Liz”. A revista foi fundada em 1926 e permaneceu ativa até 1937. A revista era escrita por mulheres, e vários são os anúncios no qual se dispensam sobre educação familiar, pautada em princípios religiosos, educação para as mulheres, saúde, e dicas de higiene. Os escritos da revista perpassam por uma influência católica e dos médicos, que utilizavam a revistas para anunciar os remédios como práticas de cura.

Como diz Soares Júnior (2011, p. 129), “a publicidade se abria para a imprensa médica e farmacêutica divulgando a saúde adquirida por meio da química como um bem estar social”. Ao mencionar sobre as práticas de cura em São Paulo e como ganham força por meio da imprensa, Bertucci (2003, p.213) comenta que:

Durante o final da década de 1910 e início dos anos 1920, produtos com fórmulas reconhecidas cientificamente recorriam a frases que induziam ao mundo das curas espetaculares, manipulando comercialmente uma fala que procurava atingir de maneira direta os leitores dos jornais.

Na revista *Flor de Liz*, a cura era ofertada por meio de anúncios bem elaborados, que visavam à saúde da boa família, da dona de casa, do homem que trabalhava nas fábricas. Vejamos alguns anúncios:

Imagem 3 – *Cafiaspirina*



*Flor de Liz*, agosto de 1927, Nº 09

Imagem 4 – *Cafiaspirina*



*Flor de Liz*, junho de 1930, Nº 06

Segundo o anúncio, a *Cafiaspirina* não aliviava somente as dores de cabeça, dente e ouvido, mas também não enfraquecia o coração, nem os rins e nem provocava nevralgias. O remédio servia em casos de excessos alcoólicos e, como menciona a propaganda: a *Cafiaspirina* alivia rapidamente as dores. Esses anúncios traziam um discurso pautado sobre uma cura que apenas os médicos tinham controle, junto com as indústrias farmacêuticas. Não somente a cura para a dor era ofertada por meio dos anúncios, que indicavam que as pessoas deveriam ir até uma farmácia e comprar os remédios para o alívio das dores. No caso de



enfraquecimento, era indicado o *Elixir de Nogueira Salsa* e para as coceiras, recomendava-se a pomada *Mitigal*.

Imagem 5 – Elixir



Flor de Liz, Fevereiro de 1930. Anno IV, Nº 2

Imagem 6 – Pomada



Flor de Liz, outubro de 1930. Anno IV

O Elixir é apresentado como um completo depurador de sangue, preparado por João Silva Sargueira, *pharmacêutico chimico*. Os remédios podiam ser encontrados na *pharmacia popular*. O Elixir Nogueira e Salsa, assim como o elixir de inhame também apresentado na revista, ajudava na depuração do sangue, e nos incômodos provocados no estômago, como os desregulamento do intestino. Já a pomada *Mitigal* extinguiu rapidamente a coceira.

Precisava somente aplicar a pomada no corpo, na região afetada pela coceira. Todos esses medicamentos estavam à venda nas principais farmácias e drogarias da cidade de Cajazeiras. Talvez também estivessem a venda nas farmácias de Osvaldo Cruz, do farmacêutico Martinho, ou na farmácia Santa Terezinha, de Rosalvo Marques Galvão, farmácias instaladas em São João do Rio do Peixe na primeira metade do século XX.

A revista ainda apresenta conselhos de higiene, pois no mês de abril de 1930, apresentou-se em uma de suas matérias escritas por Severino Francisco de Tolêdo, um conselho sobre os animais domésticos e os riscos que eles poderiam trazer a saúde. Segundo o anúncio,

os gatos podiam transmitir a tinha pelada, a tuberculose e a disenteria. Mas, por outro lado, os gatos afastavam os ratos transmissores da peste e pneumonia e da solitária. Já o cachorro transmitia a tinha pelada e as kistas hepáticas e lombrigas. A cabra e a vaca não podiam comer forragens secas e nem se alimentar em pastagens, pois esses alimentos provocavam a produção de um leite de gado perfumado e menos digestivo, uma vez que podia provocar diarreias nas crianças<sup>73</sup>.

Por meio dessas medicações químicas pousava o discurso médico, pois ganhava um aliado: a imprensa. Essas medidas civilizatórias utilizavam esses espaços reservados a uma determinada elite para propagar suas práticas de cura, pois segundo Soares Júnior (2011, p.149), “[...] A imprensa tornou-se um meio diligente que se dispôs a produzir e socializar um saber mais restrito e a prescrever regras, condutas e valores que circulavam em meios ditos civilizados [...]”.

Esses espaços da imprensa que se reservavam ao tratamento de algumas doenças, talvez não contemplassem as pessoas mais pobres, que provavelmente não tinham condições de comprar uma revista e talvez nem soubessem ler os anúncios. Mas quem sabe esses anúncios fossem propagados nas feiras na cidade de Cajazeiras e como as pessoas costumavam ir a esses eventos, talvez tivessem contato com esses novos discursos de cura.

Talvez pela proximidade entre Cajazeiras e São João do Rio do Peixe, de alguma forma esses escritos pudessem ter chegado até São João do Rio do Peixe, e ou somente a propaganda dos falatórios, pelo menos entre a elite local. Um sujeito pobre que não tinha acesso a esses escritos, como poderia saber se a *Casfiaspirina* serviria para dor de cabeça? Talvez ele soubesse por meio das conversas cotidianas, na feira de fim de semana, ou talvez nas farmácias houvesse alguma propaganda desses medicamentos. Esses sujeitos poderiam não saber os benefícios da *Casfiaspirina* para as dores, mas eles talvez soubessem que os remédios do mato, como o chá de hortelã, que aliviava as dores de cabeça e de ouvido.

Em relação às medidas de civilidade postas pela imprensa na Paraíba no começo do século XX Soares Júnior (2011, p.113) comenta que:

Na cidade da Parahyba, as artes de civilizar remontam ao final do século XIX, quando uma série de medidas higienistas e de comportamentos foi lançada para a sociedade em forma de códigos de posturas municipais, porém é no

---

<sup>73</sup> Flor de Liz, abril de 1930. Anno IV, número 4 e 5. Acervo digital disponível no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (CFP-UFCCG).

começo do século XX que essa força se acentua, não mais códigos de posturas, mas pelos “bons hábitos” publicados nas páginas da imprensa.

Receitas e propagandas de medicamentos postos pelos jornais ou revistas buscavam regulamentar e educar os hábitos das pessoas por meio de práticas educativas destinadas ao corpo. Os escritos da revista perpassam por discursos voltados à higiene, práticas de cura dispensadas aos medicamentos que prometiam aliviar as dores e curar as doenças mais graves. A revista também apresenta um discurso voltado à saúde da boca, onde a relaciona com uma ideia eugenista, uma vez que segundo o anúncio poderia conhecer o caráter pela boca, pois:

[...] cor e forma dos dentes, assim como pela coloração das gengivas e linha de lábios pode um cientista determinar o caracter de qualquer individuo. Lembrando Salomão, que no livro XIX do “Eclesiastes” dissera que “o riso dos dentes mostra o que é o homem”, estabeleceu entre e outras a seguinte formula pratica: Os dentes curto, um pouco amplos e juntos, indicam força. Os dentes brancos, límpidos de boa linhagem, bem formados, indicam lealdade e amabilidade. Os dentes amarelos denunciam mal caracter e irritabilidade. A irregularidade dos dentes assígnala astucia. Os dentes largos e espaçados são índice de vadiagem<sup>74</sup>.

Esse comportamento higiênico que chega às cidades no século XX através dos impressos possibilitava que aplicasse novas práticas de curas por meio de elixir, pomadas, comprimidos e higienização dos espaços e do corpo. As farmácias que vendiam esses medicamentos milagrosos permitiam o bem estar do corpo. Novos hábitos estavam sendo construídos a partir do início do século XX. Os discursos médicos passaram a ser propagados pela imprensa, onde a propaganda da cura passou a circular entre a elite que tinha dinheiro para comprar esses escritos.

## **2.4 Moléstias frequentes: um quadro das doenças entre os anos 1864 a 1907**

Ao pensar sobre essas práticas de cura para São João do Rio do Peixe e sobre os cuidados com os mortos, fizemos uma análise dos três Livros de Óbitos, do ano de 1864 a 1907. Percebemos algumas doenças que se disseminaram em São João e levaram a óbito boa parte da população. Essas doenças também estavam acompanhadas por uma mudança de sensibilidades

---

<sup>74</sup> Flor de Liz, abril de 1930, nº06. Acervo digital disponível no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (CFP-UFCG).

que foram permeadas pelo medo de contaminação e da morte, e isso permitia que as pessoas buscassem a cura nas rezas ou garrafadas com seus compostos de ervas do mato, pois essa era a medicina ofertada nesses anos e se caso tivesse médicos, talvez alguns desses sujeitos não pudessem pagar pelas consultas.

Em relação ao quadro de doenças em São João do Rio do Peixe, acompanhemos a **Tabela 1**, onde mostra as doenças corriqueiras do ano de 1864 a 1873.

TABELA 1 - DOENÇAS 1864 A 1873				
	DOENÇAS		ACIDENTES	
	Nº	%	Nº	%
Assassinado	-	-	1	20,00
Cambra de sangue	45	7,19	-	-
Caroço na barriga	1	0,16	-	-
Catarro crônico	1	0,16	-	-
Cólera	17	2,72	-	-
Constipação ou indigestão	14	2,24	-	-
Coque luche	1	0,16	-	-
Convulsão	1	0,16	-	-
Dentição	13	2,08	-	-
Desgraça	1	0,16	-	-
Diarreia ou disenteria	18	2,48	-	-
Dor	1	0,16	-	-
Dor no estomago	1	0,16	-	-
Dureza	1	0,16	-	-
Erisipela	1	0,16	-	-
Espasmos	121	19,32	-	-
Esquecência	21	3,35	-	-
Estoporose	1	0,16	-	-
Estreito	1	0,16	-	-
Estupor	42	6,71	-	-
Facada	-	-	1	20,00
Febre	67	10,70	-	-
Febre amarela	1	0,16	-	-
Febre maligna	25	3,99	-	-
Ferida	1	0,16	-	-
Gangrena	1	0,16	-	-
Garrotilho	17	2,72	-	-
Gota	2	0,32	-	-
Hectica	2	0,32	-	-
Idropisia	20	3,19	-	-
Inchação	6	0,96	-	-
Inflamação	7	1,11	-	-
Inflamação interior	1	0,16	-	-
Inflamação no útero	1	0,16	-	-
Ipertrofia	1	0,16	-	-
Maligna	23	3,67	-	-
Moléstia	2	0,32	-	-
Moléstia de ar	1	0,16	-	-
Moléstia de barriga	3	0,48	-	-
Moléstia de língua	1	0,16	-	-
Moléstia de rins	1	0,16	-	-
Moléstia interior	14	2,24	-	-

Mordida de cobra	-	-	2	40,00	
Morreu de um pinta	1	0,16	-	-	
Morreu de velho	3	0,48	-	-	
Morreu do mal	1	0,16	-	-	
Morte súbita	18	2,88	-	-	
Paralisia	1	0,16	-	-	
Parto	31	4,95	-	-	
Postuma	1	0,16	-	-	
Quebrante	1	0,16	-	-	
Quebrante de resguardo	1	0,16	-	-	
Queda	-	-	1	20,00	
Ramo e estupor	1	0,16	-	-	
Reumatismo	6	0,96	-	-	
Ritores	1	0,16	-	-	
Sarampo	38	6,07	-	-	
Tísica, tuberculose ou moléstia de peito	14	2,24	-	-	
Tosse	3	0,48	-	-	
Tumor	3	0,48	-	-	
Vida presente	2	0,32	-	-	
Vilha	1	0,16	-	-	<i>Total geral</i>
Total	626	99,61	5	100,00	756
Ilegível	125 – 16,53%				
Total geral (%)	82,80	-----	0,66		99,99%

**Fonte:** Livro de Registros de Óbito da Matriz Nossa Senhora do Rosário (L.01) - São João do Rio do Peixe, 1864/1873.

A tabela acima é referente ao primeiro Livro de Óbitos (L.01) dos anos de 1864 a 1873. Vale ressaltar que este livro, tem seu início a partir do ano de 1864, dois registros do ano de 1860, um registro no ano de 1862 e quatro do ano de 1863. O livro também traz o registro do ano de 1875, no qual constam dois óbitos.

A tabela 1 reflete o quadro de doenças presentes durante a segunda metade do século XIX em São João do Rio do Peixe. Cada sociedade produz seus quadros epidêmicos, que passam a fazer sentido a partir da forma de como se lida com essas doenças, por meio de seus costumes, crenças, práticas e saberes, pois o adoecer também possui seu caráter social. Por meio dos investimentos médicos dados ao corpo, buscava-se um significado e uma cura para as doenças. (ALEXANDRE, 2009, p.1)

Agra do Ó (2003, p. 19) ao fazer um estudo sobre as doenças na Paraíba imperial, ressalta que “[...] neste mundo as doenças se afirmavam a abundância das maneiras de morrer, ainda mais quando ocorriam derramadas e demasiavam as epidemias, que se diluíram na paisagem com seus surtos constantes [...]”. Se na capital da província os surtos epidêmicos grassavam boa parte da população, provavelmente no interior, no sertão, com uma pequena assistência médica, os habitantes morriam em número maior de “estrepada”, “dor”, “quebrante de resguardo”, “reumatismo”, “tosse”, “quebrante” (mal olhado), “sofrimento de dentes”,

“queda”, queimadura, “pinta”, “pústula”<sup>75</sup> e tosse. Se comparado a nossa medicina atual, são doenças irrelevantes que são curadas com uma simples receita médica.

No século XIX a medicina no Brasil ainda estava se solidificando, pois Melo (2016, p.834-835) diz que “[...] o médico na Paraíba não dispunha de determinados materiais necessários a sua profissão, bem como de medicamentos importantes a cura de determinadas doenças [...]”. Esses saberes estavam aos poucos se consolidando, porém era um trabalho lento. Dessa forma, ao referir-se aos surtos de febre amarela e do *cólera morbos* que devastou a capital, assim como o sertão, Mariano (2012, p.7) aponta que “as epidemias assolaram a província da Paraíba, que se tornou palco de cenas dramáticas, que iam do abandono da população mais pobre, as grandes mortandades que cometeram em vários momentos as localidades do sertão”.

No ano de 1864, o cólera também faz sua passagem por São João do Rio do Peixe, matando cerca de (2, 72%) das pessoas<sup>76</sup>. Uma vez sendo contaminado por esse mal, não tinha práticas de cura que pudessem salvar, especialmente, os que viviam em habitações sem saneamento. Não havia cura e depois de infectado pelo vírus de gangue, a morte era rápida. Segundo Mariano (2012, p.12), “[...] o cólera também conhecido como ‘mal de Gangues’, teria saído do Pará, passando por Pernambuco até chegar à Paraíba em 1856”.

Em nossa entrevista realizada com Francisco de Sousa, ele menciona sobre a epidemia do cólera na região do Crato-CE. Ele lembra que a doença matou muitas pessoas e que houve uma superlotação nos cemitérios<sup>77</sup>. O entrevistado diz que sua mãe falava para ele que no tempo que a doença chegou ao Crato, as pessoas realizavam os sepultamentos às pressas, pois jogavam os mortos na cova e às vezes os jogavam até vivos. As lembranças de Francisco nos faz perceber que as pessoas tinham pressa em enterrar um colérico, pois a doença era contagiosa e se desenvolvia provocando vários distúrbios no corpo, como “vômitos, câimbras nos membros torácicos, língua *descaída* e viscosa, quebranto das forças e decomposição profunda da face entre outros sintomas<sup>78</sup>”.

Outro surto também percebido nas fontes obituárias foi a presença da febre amarela no ano de 1875, matando cerca de (0,16%) da população em São João do Rio do Peixe. A febre amarela é assunto bem discutido por Rodrigues (1997) e Sial (2007), no qual essa epidemia

<sup>75</sup> Segundo Silva (2012, p. 30), pústula é uma pequena ferida no corpo.

<sup>76</sup> Em 1855 o *cólera morbus* chegou a território nacional. Tal peste teria aportado no Brasil em maio de 1855. O ano de 1862 entrou para a história do Ceará como o ano do *cólera*. O foco primeiro de infecção foi a cidade do Icó. (ALEXANDRE, 2013, p.3)

<sup>77</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa dia- 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>78</sup> Relatório de Província da Parahyba do Norte do ano de 1866, fls.2. Arquivo digital, disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em 23 de julho 2017.

modificou as posturas das pessoas em relação aos seus mortos, e novas atitudes foram tomadas no Rio de Janeiro e no Recife, principalmente ao que concerne a mudança de enterramentos das igrejas ao cemitério.

Nesse sentido, Mariano (2012, p.10) ao analisar um relatório apresentado à assembleia legislativa da Paraíba, percebeu que por medo da doença da febre amarela, vários foram os costumes cotidianos e fúnebre das pessoas que foram modificados. A autora refere que o som dos sinos das igrejas que foi silenciado, pois os toques constrangiam os enfermos.

Rodrigues (1997) também chama atenção para esse mesmo aspecto, onde os médicos resolveram controlar as badaladas dos sinos para não assustar os outros doentes no Rio de Janeiro no século XIX. Para São João do Rio do Peixe, o bater dos sinos não foi alvo da vigilância médica, talvez por não ter uma medicina demasiadamente vigilante, ainda incipiente, ou porquê a população resistiu às mudanças em seu cotidiano e não se desfez de um costume sagrado que anunciava a morte de mais um na pequena vila.

Segundo Mariano (2012, p.8) ao abordar o aparecimento da febre amarela na capital da província:

Em abril de 1850 a febre amarela continuou se espalhando como um rastilho de pólvora, causando um flagelo na população. A febre amarela era um perigoso endêmico, é uma doença infecciosa aguda transmitidas por mosquitos hematófagos contaminado por um gênero de vírus conhecido como flavivírus. As autoridades tinham a convicção de que as portas de entrada da doença eram os portos, através dos navios que chegavam a Paraíba.

Por medo das constantes epidemias, percebemos nos escritos dos relatórios de província a construção de lazaretos na capital, para cuidar dos doentes. Esses estabelecimentos assim como outros criados pelos padres: domicilio paterno, ou conforme Abreu (2015, p.349) a casa de caridade criada por incentivo do padre Ibiapina, serviram para cuidar e curar os doentes de suas enfermidades. Religião e as práticas de cura andavam juntas em meio a essa onda de epidemias no interior paraibano e, mais precisamente, em São João do Rio do Peixe.

Essas medidas médicas esbarraram nas doenças como forma de obtenção de cura. Tratando-se das doenças ainda no século XIX, a **Tabela 2**, também aborda um quadro das moléstias corriqueiras presentes no segundo Livro de Óbitos dos anos de 1874 a 1883 (L.02).

TABELA 2 - DOENÇAS 1874 A 1883				
DOENÇAS			ACIDENTES	
Nº	%		Nº	%

Afogado	-	-	3	15
Ar paralytico	1	0,10	-	-
Atomia	1	0,10	-	-
Ar branco	1	0,10	-	-
Boquete	1	0,10	-	-
Bronkites	1	0,10	-	-
Bexigas	6	0,59	-	-
Catarro	1	0,10	-	-
Cataporas	2	0,20	-	-
Congestão pulmonar	1	0,10	-	-
Catarro maligno ou podre	5	0,49	-	-
Caroço	1	0,10	-	-
Cancro	1	0,10	-	-
Convulsões	2	0,20	-	-
Camara de sangue	7	0,69	-	-
Dentição	5	0,49	-	-
Descaimento	1	0,10	-	-
Dor	4	0,40	-	-
Dor no estômago	1	0,10	-	-
Dureza	2	0,20	-	-
Disenteria ou diarreia	111	10,97	-	-
Estrepada	1	0,10	-	-
Erisipela	4	0,40	-	-
Esclerose	1	0,10	-	-
Enforcada	-	-	1	5
Esquecência	11	1,09	-	-
Espasmos	236	23,32	-	-
Estupor	30	2,96	-	-
Facada	-	-	1	5
Febres	141	13,93	-	-
Febre maligna	8	0,79	-	-
Ferida na goela	3	0,30	-	-
Febre amarela	2	0,20	-	-
Feridas	10	0,99	-	-
Fome	86	8,50	-	-
Hemorragia	1	0,10	-	-
Hemorrodias	2	0,20	-	-
Hepatite	1	0,10	-	-
Hectica	1	0,10	-	-
Hipertrofia	1	0,10	-	-
Intalado	1	0,10	-	-
Idropisia	35	3,46	-	-
Inchação	41	4,05	-	-
Inflamação	28	2,77	-	-
Indigestão ou constipação	22	2,17	-	-
Litano	1	0,10	-	-
Lumbrigas	2	0,20	-	-
Lepra	1	0,10	-	-
Mal interior	17	1,68	-	-
Mordida de cobra	-	-	6	30
Morreu de veneno	-	-	1	5
Morreu de velho	5	0,49	-	-
Moléstia Crônica	1	0,10	-	-
Moléstia	1	0,10	-	-
Morreu dormindo	1	0,10	-	-
Moléstia de goela	2	0,20	-	-
Moléstia de barriga	4	0,40	-	-



Moléstia do tempo	4	0,40	-	-
Moléstia interior	25	2,47	-	-
Morreu de vivo	1	0,10	-	-
Maligna	12	1,18	-	-
Mal desconhecido	1	0,10	-	-
Morreu de ar	2	0,20	-	-
Phytisica	14	1,38	-	-
Petular maligna	1	0,10	-	-
Pneumonia	1	0,10	-	-
Passamento	1	0,10	-	-
Pleuris	1	0,10	-	-
Prisão de ventre	5	0,49	-	-
Paralisia	3	0,30	-	-
Queimado	-	-	3	15
Queimadura	1	0,10	-	-
Quase de repente	1	0,10	-	-
Queda	-	-	3	15
Quebradera de guardo	5	0,49	-	-
Retenção de urina	1	0,10	-	-
Reumatismo	14	1,38	-	-
Sofrimento de dentes	1	0,10	-	-
Subitamente	48	4,74	-	-
Sarampo	4	0,40	-	-
Tosse	3	0,30	-	-
Tumor	1	0,10	-	-
Tuberculose ou Thysica	4	0,40	-	-
Tiro	-	-	2	10
Tumor	1	0,10	-	-
Vermes	1	0,10	-	-
Total	1.012	100,06	20	100
	81,28%		1,61%	
Ilegível		32 – 2,57		
Sem anotações no óbito		181 – 14,54		
Total geral	1.245		100%	

**Fonte:** Livro de registros de óbito da Matriz Nossa Senhora do Rosário (L.02) - São João do Rio do Peixe, 1874/1883.

Os relatórios de província dos anos de 1866 e 1860 apresentam alguns escritos sobre as doenças, na qual suas causas estavam associadas às mudanças climáticas. Algumas dessas doenças estão presentes também no segundo Livro de Óbitos (L.02), como: as disenterias ou diarreias (10,97%) e câmaras de sangue (0,69%), uma vez que tais doenças dizimaram mais crianças do que adultos<sup>79</sup>. As convulsões (0,20%), febres intermitentes e malignas, irritações intestinais, que é o caso da constipação ou indigestão (2,17%), também estavam associadas a mudanças climáticas de acordo com o relatório.

<sup>79</sup> Percebemos nos livros de óbitos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, que As doenças que mais matavam as crianças, além das diarreias e câmaras de sangue, eram espasmo (23,32%), esquecência (1,09%), estupor (2,96%) e dentição (0,49%). Resultados extraídos do segundo Livro de Óbitos 1874-1883 L.02. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, São João do Rio do Peixe-PB.

Outra doença percebida na tabela, no qual é mencionada em entrevista, é a bexiga. Em São João do Rio do Peixe, a bexiga matou cerca de (0, 59%) das pessoas nos anos de 1874-1883. Em relação aos sujeitos infectados pela doença: bexiga, era preciso um cuidado redobrado, pois o medo do “bexiguento” fazia com que ele fosse retirado da comunidade e tratado longe de casa (mato). O doente de bexigas representava o corpo desviante, a indisciplina, o patológico que ameaçava o sonho de limpeza.

Segundo Margarida Maria, moradora da região de São João do Rio do Peixe, ao lembrar sobre o seu tempo de juventude na zona rural nos anos de 1960, diz que as doenças mais presentes eram o sarampo e a catapora. Em relação à tabela 2, o sarampo provocou a morte de (0,40%) das pessoas. Então, de acordo com Margarida, podemos perceber que:

Quando dava uma doença num de catapora, tirava de dentro de casa para butar lá fora. Fazia uma barraca, aí aquela pessoa ficava lá fora que era pra não pegar no povo de casa e as pessoas ia fazer alimentação, ia para lá fazer os chás, o remédio do mato [...] (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09/01/2017. São João do Rio do Peixe).

Como percebido na fala de Margarida, as práticas de cura diante da catapora e como visto no caso do doente de bexigas, necessitaria de um cuidado redobrado, tirando o sujeito da comunidade. O tratamento se dava por meio de ervas medicinais, pois os entrevistados ressaltam nas suas falas a ausência de médicos, e as pessoas se precaviam da maneira que lhe era mais acessível por meio de seus saberes populares que muitas vezes possibilitavam a cura e outras vezes a tentativa não era a esperada.

Não era somente do “bexiguento” que se corria e evitava, também era indesejado o tuberculoso que deveria ter seus objetos separados dos que não estavam infectados, pois se acreditava que ao compartilhar os mesmos objetos, a doença poderia ser transmitida e poderia corromper os corpos “sãos”. Nos anos de 1874 a 1883 a tuberculose compreendeu cerca de (0,40%) das pessoas que faleceram desse mal. Já, as “doenças de crianças” continuavam matando em grandes proporções.

Em relação às “doenças de crianças” ocasionadas no século XX, Francisco e Margarida dizem em suas entrevistas que morria muita criança. Segundo Margarida:

[...] antigamente morria muitas criança, nem tinha negoço, assim de vacina, nem, nem tinha médico ná hora, você nem levava para o hospital. Ai as

criança, qualquer coisa murria. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

Percebe-se pela fala da entrevistada que a morte de crianças era algo comum, principalmente pela falta de assistência médica para as crianças e para adultos. Essas crianças morriam das mesmas causas que no século XIX, como de diarreias e câmaras de sangue, que é o desregulamento do intestino, seguido de uma hemorragia.

De acordo com a entrevistada o doente não era levado para o hospital, pois as doenças na grande maioria das vezes eram curadas em casa com “remédios do mato”, com rezas ou chamavam-se as rezadeiras, que também ensinavam o procedimento para fazer as garrafadas feitas de ervas do mato. A entrevistada atribui a grande mortandade das crianças por falta de vacinas. Mas se a repartição de higiene pública criou um setor de vacinação desde 1911, porquê ainda na década de 1960 as crianças continuavam morrendo por falta de vacinação?

O que se percebe por meio dos óbitos e falas dos entrevistados é que havia uma precariedade em relação a saúde das pessoas em São João do Rio do Peixe. Não havia uma medicina preventiva que realmente cuidasse da saúde desses sujeitos, principalmente dos mais necessitados que não tinham dinheiro para pagar as consultas médicas. As doenças eram constantes e era muito alto o número de mortes infantis.

Um dos pontos que também nos chamam atenção nesse período estudado é a morte por fome, ocorrida a partir dos anos de seca no sertão paraibano. A morte por fome é percebida a partir do ano de 1875, havendo um aumento desse número de mortos no ano de 1877, em que (8, 50%) das pessoas morreram de fome em São João do Rio do Peixe. Segundo o relatório de província do ano de 1869, ao abordar sobre a seca, apresenta que algumas regiões dos sertões, como cidade de Sousa- PB, não havia plantações e o gado estava morrendo, uma vez que os pobres estavam se alimentavam com raízes silvestres por não haver comida<sup>80</sup>.

Em nossa entrevista com Francisco de Sousa, ele lembra que nos tempos de seca em São João do Rio do Peixe, muitas pessoas morreram de fome. Segundo Francisco, nesse tempo havia “muita dificuldade”, uma vez que as pessoas procuravam (sub) empregos, quando os havia, para conseguir recursos e comprar comida. Não havendo meios, o resultado da fome eram os saques às bodegas, segundo o que ressalta Francisco. Muitas vezes o final dessa história da seca para os pobres agricultores que não tinham dinheiro ou trabalho era a morte por fome<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Relatório de província da Paraíba do Norte do ano de 1869, (fls.15). Arquivo digital, disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>81</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

Segundo Francisco “não há coisa mais triste que uma seca”. Em meio aos seus relatos há lembrança de um fato marcante que aconteceu no ano de 1970, ano também de seca em São João do Rio do Peixe. Pela fala de Francisco, podemos perceber que a seca também traz uma nova sensibilidade frente a esses espaços devastados e recobertos de pessoas em busca de comida, água e trabalho. Acompanhemos o relato de Francisco sobre um caso presenciado durante a seca em São João do Rio do Peixe:

[...] em 70 eu já era né, eu trabalhei numa mudança de trem aí. Eu vi! Eu vi! Um cabra lá pro lado do Riachão, que trabalhava numa terra, um negocio desse, ele correr atrás de um rato, um gabiru desse tamanho, tamanho de um preá. O bicho tinha um rabo que era desse tamanho. Pergunte rapaz pra que é que tu que? Nam, o que esse aí, eu vou matar e comer já, já. Quando chegou no varqueiro, o varqueiro acabou de ajeitar a comida dos pobres da gente, pegou o bicho jogou no borralho, sapecou, sapecou. Viu, faz até nojo a gente contar, aí pegou esse bicho criatura, aí butou no espeto de pau, espetou aqui e butava e um prato de feijão e a samora batendo, comeu tudinho. Ninguém nunca deseje uma seca, que é coisa triste uma seca, e não tem coisa mais triste que uma seca [...] (Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB).

Ao relatar esse fato provocado pela seca, Francisco conta com um olhar de estranhamento, embora ele saiba que a situação provocou o sujeito chegar a comer um rato. Francisco diz que nunca imaginou uma pessoa fazer algo desse tipo. Naquele momento o olhar de Francisco nos revelou muito sobre o que foi essa seca, pois com um olhar lacrimajante, Francisco deu ênfase em sua fala, dizendo “que ninguém nunca deseje passar por uma seca”<sup>82</sup>.

Portanto, os (8,50%) não significam apenas a morte de várias pessoas em São João do Rio do Peixe. As lágrimas que caíram sobre o rosto esquelético da mãe que perde seu filho para a fome, uma vez que para ele não tinha nada para dar-lhe de comer. As lágrimas que banhavam sua face envelhecida e cansada revelavam que não havia uma assistência necessária do governo para essas famílias, não havia médicos, saneamento básico, e nem comida para esses sujeitos. Muitas vezes o interior era desassistido pelo governo e talvez os padres procurassem meios para ajudar esses sujeitos em seu cotidiano.

Dessa forma, a **Tabela 3** refere-se ao terceiro Livro de Óbitos (L.03), anos de 1883 a 1907. A tabela também apresenta um quadro de doenças corriqueiras durante esse período e um caso de morte por suicídio.

TABELA 3 – DOENÇAS 1883 A 1907			
	<i>DOENÇAS</i>	<i>ACIDENTES</i>	<i>SUICÍDIO</i>

<sup>82</sup> Ibidem.

	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Afogado			7	11,11	-	-
Apoplexia	3	0,14	-	-	-	-
Angina	7	0,34	-	-	-	-
Ataque	1	0,048	--	-	-	-
Anasarca	7	0,34	-	-	-	-
Assassinado	-	-	9	14,28	-	-
Arthema	1	0,048	-	-	-	-
Buté	1	0,048	-	-	-	-
Bronkites	9	0,43	-	-	-	-
Catarro	3	0,14	-	-	-	-
Coqueluche	3	0,14	-	-	-	-
Catarro no peito	2	0,096	-	-	-	-
Caroço	2	0,096	-	-	-	-
Caroço no peito	1	0,048	-	-	-	-
Camara de sangue	9	0,43	-	-	-	-
Conflamação	2	0,096	-	-	-	-
Caça de mocos	1	0,048	-	-	-	-
Corisco	-	-	1	1,59	-	-
Cabreiro	1	0,048	-	-	-	-
Cólicas	1	0,048	-	-	-	-
Cancro	1	0,048	-	-	-	-
Dentição	151	7,29	-	-	-	-
Despepicya	2	0,096	-	-	-	-
Dor	3	0,14	-	-	--	-
Dor de dente	1	0,048	-	-	--	-
D' or	1	0,048	-	-	-	-
Deanhú	5	0,24	-	-	-	-
Debilidade	5	0,24	-	-	-	-
Disenteria ou diarreia	46	2,22	-	-	-	-
Dessaranjo mestruau	1	0,048	-	-	-	-
Epoplexia	1	0,048	-	-	-	-
Engasgado	2	0,096	-	-	-	-
Enforcada	-	-	-	-	1	100
Esquecência	1	0,048	-	-	-	-
Espasmos	700	33,80	-	-	-	-
Estupor	29	1,40	-	-	-	-
Facada	-	-	7	11,11	-	-
Facada e golpes de machado	-	-	1	1,59	-	-
Febres	233	11,25	-	-	-	-
Febre catarral	2	0,096	-	-	-	-
Febre biliosa	1	0,048	-	-	-	-
Febre maligna	1	0,048	-	-	-	-
Ferida na goela	6	0,30	-	-	-	-
Ferida na barriga	1	0,048	-	-	-	-
Feridas	4	0,19	-	-	-	-
Feridas recolhidas	1	0,048	-	-	-	-
Garrotinho	15	0,72	-	-	-	-
Gastrite	1	0,048	-	-	-	-
Gota	1	0,048	-	-	-	-
Hemorragia	7	0,34	-	-	-	-
Hemorrodias	2	0,096	-	-	-	-
Hernia	1	0,048	-	-	-	-
Hirisipela	4	0,19	-	-	-	-
Idropisia	42	2,03	-	-	-	-
Inchação	17	0,82	-	-	-	-
Inflamação	57	2,75	-	-	-	-
Indigestão ou constipação	56	2,70	-	-	-	-

Impinges	1	0,048	-	-	-	-
Lesão	1	0,048	--	-	-	-
Lesão cardíaca	7	0,34	-	-	-	-
Leite	1	0,048	-	-	-	-
Mal interior	161	7,77	-	-	-	-
Mordida de cobra	-	-	19	30,16	-	-
Mal de gula	2	0,096	-	-	-	-
Mal do coração	14	0,68	-	-	-	-
Mal nas tripas	1	0,048	-	-	-	-
Movito	1	0,048	-	-	-	-
Morte natural	1	0,048	-	-	-	-
Moléstia de barriga	1	0,048	-	-	-	-
Moléstia desconhecida	1	0,048	-	-	-	-
Moléstia interior	4	0,19	-	-	-	-
Morreu ao nascer	1	0,048	-	-	-	-
Maligna	21	1,01	-	-	-	-
Mal desconhecido	8	0,39	-	-	-	-
Morreu de ar	10	0,48	-	-	-	-
Phytisica	35	1,70	-	-	-	-
Privação de ourinas	1	0,048	-	-	-	-
Pneumonia	6	0,29	-	-	-	-
Parto	63	3,04	-	-	-	-
Pleuris	2	0,096	-	-	-	-
Prisão de ventre	8	0,39	-	-	-	-
Paralisia	4	0,19	-	-	-	-
Postuma	1	0,048	-	-	-	-
Pútula maligna	2	0,096	-	-	-	-
Queimado	-	-	10	15,87	-	-
Quebrantes	1	0,048	-	-	-	-
Queda	-	-	5	7,94	-	-
Resguardo quebrado	5	0,24	-	-	-	-
Retenção de urina	1	0,048	-	-	-	-
Reumatismo	42	2,03	-	-	-	-
Soypilis	2	0,096	-	-	-	-
Subitamente	100	4,83	-	-	-	-
Sarampo	37	1,79	-	-	-	-
Surra	1	0,048	-	-	-	-
Tosse	18	0,87	-	-	-	-
Tumor	2	0,096	-	-	-	-
Tuberculose ,Thysica ou mal de peito	45	2,17	-	-	-	-
Tiro e facada	-	-	3	4,76	-	-
Úlcera	1	0,048	-	-	-	-
Vicio	1	0,048	-	-	-	-
Velhice	2	0,096	-	-	-	-
Total	2.071	99,5	62	98,41	1	100
Total geral%	88,69			2,65		0,04

Ilegível 1- 0,04%	Total geral 2.335 – 100
Não consta 200 – 8,56%	

**Fonte:** Terceiro Livro de Registros de Óbito da Matriz Nossa Senhora do Rosário (L.03) - São João do Rio do Peixe, 1883 a 1907.

Como percebido, as moléstias se repetem nas tabelas e várias foram as doenças que ocasionaram as mortes. Provavelmente, quando a morte se avizinhava, esses sujeitos devem ter

recorrido à terapêutica popular ou usado da fé para obtenção da cura, que também promoviam efeitos positivos no corpo, livrando-os da morte. Soares Júnior (2011, p. 68) menciona que “[...] o medo das doenças, as epidemias impõem aos homens dilemas comuns como a angústia, o medo da morte, ou da desagregação social, o desejo de salvar-se do perigo [...]”.

Talvez por falta dessa assistência médica, as pessoas também recorressem aos santos de devoção, pois por medo das doenças, buscava-se o que era acessível mediante a cura. De acordo com Alexandre (2009, p.8-9), “[...] na hora da morte e quando da chegada das epidemias os santos eram os mais invocados”, como São Roque e São Sebastião<sup>83</sup>. Para o autor, “Roque e Sebastião eram os santos aliados na hora dos surtos epidêmicos”. Os santos entravam em cena como forma de interceder na cura e na hora da morte, pois o mesmo como intermediador entre homem e Deus, também se tornava um agente nessas práticas de cura, como também poderia proteger o morto na hora da passagem.

Nesse sentido, cada sujeito, como coloca Xavier (2003, p.332), tinha diferentes percepções de cura, e tomavam suas próprias escolhas mediante a doença. Enquanto os médicos recorriam às indústrias farmacêuticas para obter a cura do enfermo, rezadores buscavam a cura por meio dos remédios do mato<sup>84</sup>.

## **2.5 Entre receitas e garrafadas: a medicina popular e a cura**

No interior existiam poucos médicos e às vezes nem havia. Por isso, e possivelmente os padres que tomavam a iniciativa em relação a cura dos enfermos, seja por meio de algum conhecimento medicinal ou por meio dos sacramentos. O espaço da cura passava a ser disputado como visto pela medicina popular e esse saber era percebido por meio de outros profissionais como as rezadeiras e parteiras citadas nas entrevistas feitas com Francisco de Sousa, Paulo Dantas de Oliveira e Margarida Maria Ribeiro de Sousa.

Também curandeiros eram figuras típicas que preenchiam com seu saber os espaços de cura. Eles mantinham uma prática que se tornou má vista no período do Brasil imperial. Grande

---

<sup>83</sup> Segundo Alexandre (2009, p. 5-8), São Roque foi um dos santos mais invocados em épocas de epidemia, pois sua experiência com as doenças favoreceu sua imagem como santo antipestilento. Ele entendia as angústias dos doentes e demais fieis frente às epidemias. Roque nasceu em Montpellier (França), e apreze na hagiografia como alguém que atingido pela peste foi expulso de Piacenza (Itália), refugiando-se em uma cabana nas cercanias dessa cidade. Durante esse tempo foi alimentado por um cachorro de caça que roubava comida de seu senhor e a levava à cabana do santo. Descoberta a manobra do cão, seu dono passa a ajudar Roque, que se cura da doença. Já, Sebastião viveu no século III, atuando como capitão do exército romano na época de Diocleciano. Denunciado por ser cristão, Sebastião foi condenado pelo imperador a ser atravessado por flechas, sendo martirizado na cidade Roma por volta de 288.

<sup>84</sup> De acordo com Xavier (2003, p.339), a partir de 1830 a medicina popular e a acadêmica foram se transformando, tornando-se a primeira desautorizada.

parte da população, por muitas vezes não ter dinheiro para pagar um médico, recorria aos trabalhos dos curandeiros, onde seus atos eram vistos como charlatanismo. Segundo Witter (2005, p.14), ao fazer um estudo sobre a cura como arte e ofício para a saúde e a doença, discute que:

Até bem pouco tempo, curandeiros, boticários, cirurgiões-barbeiros e parteiras apareciam em grande parte dos textos que se dedicavam à história da medicina no Brasil como categorias difusas e quase sempre marginais. As práticas populares de curar acabaram aparecendo, assim, em boa parte da historiografia, como pertencentes a um conjunto de atitudes ‘pré-rationais’ e ilógicas, fruto de uma mistura de culturas (visto de forma pejorativa) e do ‘abandono’ em que viveram as povoações brasileiras, especialmente durante o período colonial.

Essas práticas de cura por parte desses profissionais que não possuíam a ciência de curar: rezadores e curandeiros, originaram um discurso que defendiam possuir um determinado tipo de dom divino, que aplicavam na cura os enfermos. (SANTOS, 2009, p.12). A prática popular de procurar as rezadeiras ou rezadores e parteiras custava menos para a população pobre, já que não se cobrava das rezas e as pessoas não pagavam pelos serviços. Possivelmente as pessoas procuravam um rezador e davam o que estava dentro de suas posses, retribuindo como forma de pagamento alimentos, como queijos, ovos, galinhas e legumes.

Agra do Ó (2003) menciona em seus estudos essas receitas de cura usadas por esses profissionais na busca pela cura das doenças no século XIX. Segundo o autor, “essa terapêutica é data do tempo da colônia”. Agra (*apud* FREYRE; SANTOS; FILHO DO Ó, 2003, p.31). Os remédios mais diversos eram:

Chá de barata contras asma, chá de excremento de cachorro contra sarampo, chá de grilo para fazer menino falar, urina de vaca preta com leite cru para tuberculose, terra de cemitério para ulcera, bosta de cavalo em pó para feridas, fato de ovelha preta na cabeça para segurar o juízo, purgante de jalapa para estupor, aguardente com café para cólera, garrafada para quase tudo, menos para cegueira da gota serena, rezas para mal encausado, espinhela caída, sol na cabeça, quebrante e coisa feita, entrecasco de mulungo contra prisão de ventre, óleo de faca de camarú contra ozena, acônito para cólera, mercúrio ou infusão de folhas de maracujá com verdete para boubas, um copo de urina de vaca, pela manhã, em jejum, para hidropisia (os médicos, mas técnicos, preferiam o iodeto de potássio, ou a retirada cirúrgica do líquido), limonada quente ou vinagre para diarreias causadas por resfriados, quinina para febres (com apoio dos médicos, que também receitavam sanguessugas e ventosas), leite de burra e leite de peito como tônicos, ourina para lavar ferimentos



provocados por mordidas de cães danados, fricção de sumo de limão e cânfora pelo corpo, para febre amarela.

Desses remédios citados por Agra do Ó (2003), o uso da quina é mencionado por Paulo Dantas de Oliveira, como sendo um remédio usado também em casos de febres. Segundo o entrevistado, esse medicamento também era usado em caso de uma doença chamada de “estalecido” e sinusite. Paulo, também menciona sobre o remédio em caso de estrepada. Segundo Paulo, o remédio advinha de uma árvore chamada linhaça, da qual se raspava o seu tronco e misturava com água. Em seguida, aplicava-se o produto no local da estrepada, e com dois ou três dias estava-se curado do trauma<sup>85</sup>.

Bertucci (2003, p.199) também chama atenção para os benefícios da Quina, pois o medicamento que se processava dessa árvore, segundo a autora, “datava dos tempos coloniais”. Em relação a receita produzida por meio do uso da Quina, Paulo diz que também raspava-se o caule, misturava-se com um pouco de água e deixava-se sob o sereno. No outro dia, amarrava-se um pano na cabeça do doente embebida com a mistura da Quina e logo era percebido os resultados da cura<sup>86</sup>.

No capítulo anterior, podemos perceber por meio dos estudos feitos por Galvão (2011, p. 88) a presença de médicos e farmacêuticos em São João do Rio do Peixe, como o médico Antônio Filgueiras Sampaio e José Izidro; e os farmacêuticos Martinho Guedes e Rosalvo Marques Galvão; além do dentista Alberto Brizeno Milfont. Como visto, São João do Rio do Peixe não contava com um corpo de médicos tão vantajoso para poder educar, disciplinar e vigiar os corpos.

A pouca presença desses médicos é ressaltada na fala de Francisco, que diz que não “havia tanto médico assim”, como também não tinha casa de saúde para cuidar dos doentes. Segundo Francisco, muitas vezes quando adoecia ficava em casa, tentando curar-se com remédios caseiros, pois pagava pela consulta e para um sujeito que trabalhava na roça, o dinheiro era difícil, no qual mal dava para comprar comida<sup>87</sup>. Desse modo, as informações presentes na revista Flor de Liz propagadas a partir dos anos 1930, pouco chegavam ou meio social da população mais pobre.

Em relação às entrevistas, percebemos que em meio as dificuldades ainda em alguns casos os entrevistados Francisco e Paulo buscaram o farmacêutico. Os entrevistados dizem não ser sido cara as consultas e quem sabe os farmacêuticos facilitassem as consultas, atendendo a

---

<sup>85</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, dia 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>86</sup> Idem.

<sup>87</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

prazo. Buscava-se o farmacêutico quando o remédio do mato não trazia os benéficos desejados ao corpo. Se o caso fosse mais grave e precisassem de um médico, buscava-se também em outras cidades, como Cajazeiras e Sousa<sup>88</sup>.

Paulo menciona em sua entrevista que no ano de 1958 sua esposa teve um de seus filhos em casa e recebeu a assistência da parteira, mas passados três dias houve complicações no resguardo e ele e sua mulher foram em um automóvel de um amigo para Cajazeiras em busca de um médico e, depois de medicalizada, retornaram de trem para São João do Rio do Peixe<sup>89</sup>.

Sobre a presença de parteiras na região de São João do Rio do Peixe no século XX, Paulo Dantas de Oliveira ao mencionar sobre as práticas de cura, refere-se a presença das parteiras como figuras típicas em São João do Rio do Peixe. Segundo o entrevistado, os partos aconteciam em casa e eram as parteiras que faziam. Quando as mulheres começavam a sentir as contrações do parto, logo se buscava a parteira<sup>90</sup>.

Nesse tempo, Paulo morava na zona rural e segundo o mesmo, ia até a cidade chamar a parteira, às vezes ia a pé. Paulo lembra que algumas vezes ao chegar na casa da parteira, diz que a mesma não se encontrava em casa, pois possivelmente deveria estar atendendo uma outra gestante, realizando um outro parto. Paulo Dantas de Oliveira cita as parteiras chamadas Júlia e Sinula. Percebemos pela fala de Paulo, que Júlia era uma parteira muito procurada na região, pois era conhecida por realizar bons partos<sup>91</sup>.

Paulo diz lembrar-se de uma ocasião em que Júlia e Sinula discutiram sobre quem realizaria o parto, pois quando Júlia chegou para fazer o parto em uma gestante Sinula já estava e Júlia mandou Sinula ir embora, já que era ela quem fazia os partos para família da gestante. Paulo diz que Sinula foi embora e Júlia realizou o parto, no qual ainda permaneceu dois dias com a família da criança recém-nascida, prestando assistência necessária para a mãe e o bebê<sup>92</sup>. Já Francisco faz referência em sua fala sobre uma parteira chamada Joana Cezário, que também fazia partos na região de São João do Rio do Peixe no século XX.<sup>93</sup>

Quem sabe, ao chegar à casa da gestante, a parteira mandasse logo colocar a água para ferver, uma bacia, panos, tesoura higienizada com álcool para cortar o cordão umbilical da criança. Não podiam faltar alguns unguentos em caso de hemorragias e também não podia esquecer a oração, pois a reza era importante na hora do parto, já que ajudaria para que tudo

---

<sup>88</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira dia 05-10-2016 e com Francisco de Sousa, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>89</sup> Entrevistas realizada com Paulo Dantas de Oliveira, dia 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Entrevistas realizada com Francisco de Souza, dia 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

transcorresse bem. No quarto ficava apenas a parteira junto a gestante e as mulheres da casa para auxiliar no nascimento. Talvez, os homens ficassem na sala aguardando ouvir o primeiro choro do bebê, para depois beber o “mijo da criança”, ou seja, comemorar o nascimento com alguns goles de cachaça.

Segundo Margarida, era difícil ter acesso aos médicos e as consultas eram pagas. Havia um médico em São João e outro em Cajazeiras, e quando adoecia precisava ir buscar esse médico e leva-lo até a casa do doente. Margarida relatou-nos uma história de um familiar que cometeu suicídio e nos diz sobre a saga de seus familiares em busca de socorro, pois:

Um tio meu se suicidou-se, foi preciso ir a cavalo busca, busca um médico em São João, o médico não tava. Foro pra Cajazera trazer esse médico pra poder ter assistência porque num podia levar. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa-09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

A zona rural ficava longe da cidade e muitas vezes quando adoecia morria por falta de assistência, como o tio de Margarida. O médico ainda foi até sua casa, mas quando chegou à residência do doente o estado de saúde tinha se agravado, pois o ferimento tinha infeccionado. Segundo a entrevistada, o falecido havia perfurado a barriga com uma faca e devido à gravidade do ferimento e a demora do médico, o mesmo não resistiu.

A medicina não era para todos, porém seus discursos conseguiam chegar até a população menos abastada. Talvez os padres também tivessem aliando-se aos médicos na saga pelo “homem higiênico”, pois educá-los era primordial para o projeto “civilizador”. Por meio de sua fala, parece que Margarida sabia muito bem as regras de higiene ao entrar em contato com algum enfermo ou pessoa morta, pois segundo ela depois de cuidar de um doente deveria fazer o seguinte:

Quando chegava em casa tinha que tira e vestir outra, ai tinha que sempre está com álcool pra lava ar mão. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa- 09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

Margarida refere-se à roupa usada ao cuidar do enfermo. A reação às coisas impuras colocadas pelas normas e as regulamentações médicas produzem os “ritos de higiene”. O álcool representava uma medida de higienização e purificação do corpo “são”. Ao entrar em um cemitério, ou manter contato com um doente, as roupas e sapatos deveriam logo ser lavados,

pois sujas representavam uma ameaça à saúde. Esses corpos doentes e sãos passaram a ser alvos de ações religiosas, científicas e populares que se instalavam nos espaços urbanos e rurais, promovendo a cura.

Médicos, farmacêuticos, rezadeiras, parteiras e a Igreja Católica, dispensavam suas práticas curativas à população doente, pois esses profissionais tinham um objeto em comum: o corpo. Suas práticas de cura possibilitaram ao corpo tornar-se objeto de teatralização, pois por meio da doença dispensavam-se todos os cuidados necessários, já que a enfermidade era um indicador da morte e possibilitou que esses profissionais utilizassem o corpo como parte de seus rituais de cura, aplicados desde a primeira agonia de morte.

O corpo passava a ser disputado por meio dessas atitudes vistas como novas e atrasadas, já que nem todos podiam consumir o que o moderno ofertava para os espaços. Entre a cruz, as receitas e as garrafadas desses sujeitos que se apresentavam - se como donos do “saber”, o corpo passava a ser um elemento de regulamentações que deveria ser cuidado, vigiado e educado por entre as práticas educativas e de cura que se desenvolviam por entre esses espaços são-joanenses.

## CAPÍTULO III

### RITOS E RITUAIS DE MORTE: OS MORTOS E O ALÉM-TÚMULO

Os mortos têm apenas a existência que os vivos imaginam para eles. Diferentes segundo sua cultura, suas crenças, sua época, os homens atribuem aos mortos uma vida no além, descrevem os lugares de sua morada e assim representam o que esperam para si próprios. (SCHMITT, 1999, p.15).

Neste capítulo apresentamos o ritual fúnebre dispensado aos mortos entre os anos de 1864 a 1907. Tomamos como fonte de análise os três Livros de Óbitos que se encontram na secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Apresentamos os usos feitos na hora da morte dos ritos da Igreja Católica (assistência religiosa e seus sacramentos e ofícios) e das roupas fúnebres (mortalha), entre adultos, crianças, escravos e livres. Estes rituais de mortes percebidos por meio do guarda-roupa fúnebre e da assistência religiosa estão circunscritos no imaginário cristão, perpassado pelas orações e crenças no além. A roupa e a assistência religiosa são convenientes para o bem morrer e o bom descanso da alma, pois era preciso munir-se para a passagem ao além-túmulo. Todo este rito tinha um propósito e significados simbólicos na hora do último adeus.

#### **3.1 Os mortos e o além-túmulo: em busca da boa morte**

“Cessação da vida, fim, destruição, ruína, pesar profundo”. (FERREIRA, 2001, p.472) É assim que a morte é descrita no dicionário. É descrita como um acontecimento de tristeza profunda, dor e sofrimento, colocada como o fim. Mas para o pensamento cristão, esse não seria o fim terrestre, pois os mortos ainda continuam outra vida no além-túmulo e por isso torna-se importante manter os rituais de morte, uma vez que todo rito obedece a um propósito.

O corpo torna-se o objeto principal dessa teatralização dos ritos fúnebres, onde em alguns casos o doente tinha tempo para despedir-se da família, para pedir perdão pelos seus pecados. A morte também poderia chegar sem seus avisos prévios, de forma violenta; uma má morte, onde não havia teatralização do corpo, uma vez que a morte violenta impossibilitaria que alguns ritos de morte não fossem comprimidos, assim como a assistência religiosa, em que era aferido os sacramentos ao moribundo.

Philippe Ariès (2003) fez um estudo em relação a morte entre os medievais, analisando assim, as atitudes dos homens diante do último adeus. Em seu livro “A história da morte no

ocidente”, o autor apresenta a morte domada, a morte de si mesmo, a morte do outro e a morte interdita e para cada uma dessas mortes, existiam atitudes diante do último adeus. Morrer em casa, no quarto entre parentes e amigos, seria na visão de Ariès (2003) a boa morte, morrer bem, esperar passivamente o fim chegar. Esse modelo é percebido pelo autor como a morte domada, a que o moribundo tem tempo para se preparar para a sua chegada.

Segundo Ariès (2003, p.31-49), era o moribundo que tomava suas providências, uma vez que mandava chamar o padre para dar-lhe os sacramentos e despedia-se dos parentes e amigos, deixando pagas as dívidas e acertavam-se as contas com os seus desafetos. Quando se sentia a morte chegar, não se morria de qualquer jeito. A morte deveria dar seus avisos prévios, possibilitando tempo para ser percebida e realizada o ritual costumeiro. Não podia ser repentina, pois “aceita de má ou boa vontade”, deveria ser advertido, já que morrer de repente acabaria rompendo com parte das normas ritualísticas desenvolvidas ao moribundo. A morte repentina, ou seja, de repente era considerada uma desgraça. (ARIÈS, 1989, p.7-12).

Ariès (2003, p.49-65) chama atenção para a morte de si mesmo, o autor discerne sobre a familiaridade que se tinha com a morte, assim como a proximidade entre vivos e mortos. O autor apresenta uma série de fenômenos que ainda povoam o imaginário diante da morte, como a representação do Juízo final, o retorno de Cristo e a ressurreição dos mortos<sup>94</sup>. Nesse momento a cena no leito do moribundo apresenta-se com a corte celeste e os demônios disputando a alma do enfermo. O autor discerne sobre a morte teatralizada, onde o corpo é posto em evidência, visto que o doente busca pela remissão dos seus pecados.

Na concepção católica, as pessoas passam a ser julgadas individualmente pelos seus pecados, já que suas ações são escritas no “livro da vida” e a Igreja Católica aproveita-se dessas representações do fim para ocupar seu lugar na cabeceira do moribundo, pregando a moral e os bons costumes para a possível salvação da alma. A morte torna-se uma separação entre o corpo e a alma, e os clérigos passam a pregar a pedagogia do medo, espalhando as crenças no inferno e no purgatório<sup>95</sup>.

As concepções sobre o terceiro lugar: o purgatório constrói-se associada à imagem do Juízo final, em que vivos e mortos são julgados perante o tribunal divino. Nesse processo de purgação, se estabelece um laço de solidariedade entre vivos e mortos fortificado por meio das

---

<sup>94</sup>Segundo Cascudo (1951, p28), no Brasil a representação do Julgamento segue o modelo popular português. Serão julgadas as boas e más obras, pois São Miguel pesará essas ações na balança. Se não houver más ações o espírito encaminha-se para o céu e se elas forem insignificantes, o espírito vai para o purgatório e se for só as más obras, o espírito segue direto para o inferno.

<sup>95</sup>Segundo Le Goff (1995, p.11), o purgatório surge como o terceiro lugar nesse imaginário fúnebre, a partir da segunda metade do século XII.

orações, visto que as rezas tornam-se elementos que ajudavam a salvação e livramento dos pecados pendentes.

Os lugares dos mortos no além-túmulo, como o purgatório e o inferno, foram apropriados pela Igreja Católica por meio de suas práticas disciplinadoras, já que em vida, as pessoas deveria seguir a moral cristã. Por meio dessas representações do inferno e do purgatório, dos sermões pregados na Igreja, os padres lançaram mão de suas práticas educativas, apresentado os sacramentos como uma forma de munir-se dos perigos da passagem e como cura para a alma e salvação.

Outro exemplo de morte apresentado por Ariès (2003, p. 65-84), é a “morte do outro”. Para o autor, esse modelo é representado como algo romantizado, dramatizado, em que no século XIX construiu-se um caráter barroco. A morte do outro é apresentada como uma morte sentida demasiadamente, cercada por pompas fúnebres, em que as carpideiras anunciavam por meio de seus sentimentos excessivos, a morte do outro. Por fim, Ariès (2003) discute sobre a morte interdita onde as pessoas deixaram o quarto para morrerem no hospital. Os ritos funerários passaram a ser modificados, já que a morte passou a ganhar um caráter técnico, pois na visão de Ariès (2003, p.84-92) a morte durante o século XX passou a ser vista como *tabu*, onde houve um recolhimento das expressões da última agonia.

Pensando por esse modelo tecido por Ariès (2003), percebemos que a morte interdita aparece em São João do Rio do Peixe com a presença do domicílio paterno no século XIX. Nos registros de óbitos, percebemos que muitos dos mortos morreram no domicílio paterno, que provavelmente deveria ser uma casa de caridade administrada pelos clérigos.

Discordamos apenas do pensamento de Ariès (2003) ao relatar que a morte durante o século XX torna-se um *tabu*. Acreditamos que durante o período de nossa pesquisa em São João do Rio do Peixe, a morte não tenha se tornado um *tabu*. Havia uma preparação em torno da morte, principalmente em relação aos rituais. Ao longo do tempo essas práticas foram sendo resignificadas, já que a partir da década de 1960, as pessoas começaram a deixar registrado as imagens dos mortos no momento de seu velório e os rituais de morte ainda continuaram sendo presentes durante a cena fúnebre, com os ritos de passagem e *post-mortem*.

Essa preparação para a morte é tecida mediante um pensamento católico que buscava-se e busca-se o bem morrer, a boa morte cristã, livre de pecados e envolvida por ritos fúnebres. Segundo Brito (*apud* MOTTA, 2012, p.189), “[...] os rituais são realizados pelos vivos e para os vivos, pois possibilita momentos de sociabilidades, em que congregam e aproximam indivíduos de diferentes grupos[...]”. Esses rituais promovem uma relação de proximidade entre vivos e mortos, criando sentidos simbólicos, que trata sobre a morte, os mortos e o morrer.

Esse pensamento sobre a morte são questões presentes em sociedades marcadas por esse catolicismo, pois em uma reunião da Liga religiosa de Santa Terezinha do Menino Jesus, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário em São João do Rio do Peixe, foi lavrado em ata de sessão uma discussão pautada no tema: “meditar sobre a morte”. Essas ligas religiosas surgiram em São João do Rio do Peixe nos anos de 1923 a 1932, e tinha como diretor o padre Manuel Jácome. Havia as ligas dos Vicentinos, no qual participavam apenas homens; as ligas das Terezianas, que só mulheres participavam e tinha também a Ordem Franciscana Secular e o Apostolado da oração<sup>96</sup>.

Essas ligas pregavam a moral e bons costumes ensinados pela Igreja, como também faziam caridade às pessoas mais pobres. Ao dia 7 de dezembro de 1930, no primeiro domingo do mês, depois de rezados as orações como de costume, foi iniciada a uma hora da tarde a seção da liga, sobre a presidência do diretor Padre Manoel Jácome e demais membros. Vejamos os escritos em Ata da Liga de Santa Terezinha do Menino Jesus:

É certo que devemos morrer, mas não sabemos se a morte será o princípio de nossa felicidade. Há um provérbio que diz: tal era a morte qual foi a vida. A uma vida santa seguirá o princípio da boa aventura, a uma vida má seguirá a princípio de uma eternidade infeliz<sup>97</sup>.

Diante dos princípios cristãos, era preciso cuidar do corpo para que a alma não sofresse no além-túmulo, evitar os pecados carnis, obedecer assim aos discursos postos pela Igreja Católica, como também ir aos domingos as missas, comungar-se e confessar-se. Isso se insere dentro de um ritual de preparação para a boa morte, em que se morre na esperança da ressurreição, onde os ritos de morte começavam desde a primeira agonia e continuavam depois do sepultamento.

A morte era um acontecimento que requeria extremos cuidados e dessa maneira, alguns mortos em São João do Rio do Peixe no século XIX, tiveram condições de fazer um testamento e deixar suas últimas vontades postas em papel. Mas dependendo da condição do morto, às vezes recebia os ritos da Igreja ou partiria desta para a outra vida sem nenhum ofício fúnebre. Nestes casos restaria apenas aos familiares reforçar as rezas em intenção da alma dos mortos. Também poderia recorrer ao guarda roupa fúnebre, como forma de proteção na hora da

---

<sup>96</sup> Não sabemos se a Ordem Franciscana Secular e se o Apostolado da oração agregava em seu meio apenas a presença de homens, ou mulheres.

<sup>97</sup> Ata da primeira sessão da “Liga de Santa Teresinha do Menino Jesus”. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1928-1935. São João do Rio do Peixe- PB.



passagem, pois o corpo como elemento de teatralização deveria ser arrumado, posto aos cuidados familiares, que se encarregavam de dar a ele uma boa aparência e cumprir os rituais de morte.

### 3.2 O alimento que cura: sacramentos e ofícios fúnebres

Quando enfermo estava em leito de morte, logo se mandava buscar o padre para dar o perdão ao moribundo através dos sacramentos, pois como instrumentos de santificação e purificação, possibilitava-se a cura espiritual do doente, assim como também ajudaria na inserção do morto no além-túmulo, já que a assistência religiosa é parte dos rituais de morte. Em relação aos ritos de morte dos são-joanenses durante a segunda metade do século XIX, acompanhem as tabelas abaixo:

Tabela 4 – SACRAMENTOS E ÓFIÇOS FÚNEBRES 1864-1873									
	Adulto		Párvulo		Escravo		Párvulo-escravo		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Encomendado	232	80,28	354	74,06	10	71,43	3	42,86	
Encomendado solenemente	15	5,19	2	0,42	-	-	-	-	
Sacramentado	1	0,35	-	-	-	-	-	-	
Sem sacramento e encomendado	3	1,04	-	-	-	-	-	-	
Sacramentado e encomendado	1	0,35	-	-	-	-	-	-	
Extrema-unção e encomendado	1	0,35	-	-	-	-	-	-	
Sacramento da penitência-extrema-unção e encomendado	1	0,35	-	-	-	-	-	-	
Sacramento da penitência e encomendação	-	-	-	-	1	7,14	-	-	
Confissão e encomendado	2	0,69	-	-	-	-	-	-	
Todos os sacramentos e encomendado	1	0,35	-	-	1	7,14	-	-	
Leprosado por um secular	-	-	1	0,21	-	-	-	-	
Não consta	29	10,03	119	24,90	2	14,29	4	57,14	
Óbito ilegível	3	1,04	2	0,42	-	-	-	-	Total
Total	289	100,02	478	100,01	14	100	7	100	788
Total Geral	36,68		60,66		1,78		0,89		100,01

**Fonte:** Primeiro livro de óbitos (1864-1873) secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário- São João do Rio do Peixe-PB.

A tabela 4 apresenta os ritos e ofícios fúnebres administrados aos adultos, aos párvulos e aos escravos. Muitos dos óbitos que encontramos na tabela 4 tratam-se dos óbitos de crianças.

Em relação às crianças, Vailate (2010, p.86-102) diz que “[...] no Brasil durante o século XIX a idade de sete anos figurava como um marco importante no processo de inserção da criança no mundo dos adultos [...]”. O autor chama atenção para a inserção no mundo do trabalho, já que aos 7 anos no século XIX poder-se-ia configurar o fim da infância, pois seria a idade do pecado, da razão.

Sobre as idades da infância mencionadas por Vailate (2010), percebemos que já no primeiro Livro de Óbitos, no de 1871, há alguns registros de falecimento de mortos com idades próximas ao que o autor chama atenção. Apresentamos aqui um desses óbitos, onde o falecido chamava-se Jozé, com 6 anos de idade, considerado adulto. Jozé morreu de maligna e foi sepultado no cemitério do povoado, e foi encomendado em hábito branco<sup>98</sup>. Possivelmente, Jozé já não era considerado pelos clérigos como criança, mesmo com seis anos de idade, e talvez tivesse sido percebido como adulto, pois teria a capacidade para pecar, ter malícia.<sup>99</sup>

Na iminência da morte as crianças não receberam os sacramentos tal qual os adultos, pois por serem crianças e assim concebidas sem pecados, elas partiam munidas apenas com os ofícios fúnebres. A partir da crença cristã, compreendem-se as crianças como sujeitos livres de pecados, por assim não exercer a malícia, são consideradas inocentes, e por isso as crianças não precisariam recorrer aos sacramentos como forma de cura e purificação do espírito. Para elas a encomendação seria o bastante para sua salvação. O batismo já seria um interveniente que possibilitaria sua salvação, já que o batismo é o único sacramento aplicado na infância, quando ainda não se exerce a razão. (VAILATE, 2010, p.90-92).

Em muitos registros de óbitos de crianças, adultos e escravos, percebemos a ausência da assistência religiosa. Não sabemos se foi um “descuido” do padre de registrar em óbito, ou se no caso dos adultos e escravos houve recusa por parte do enfermo em receber os sacramentos, ou, ainda, se a família do morto não teve condições de pagar pelos ritos de morte exigidos pela Igreja Católica<sup>100</sup>. Os óbitos não apresentam informações mais detalhadas sobre a morte dessas pessoas. Acreditamos que talvez a ausência da assistência religiosa na hora da morte esteja relacionada ao pagamento dos serviços prestados pelos clérigos, ou tenha sido pela distância, já que a grande maioria morava na zona rural.

<sup>98</sup>Primeiro Livro de Óbitos (L.01). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1871, fl. 83. São João do Rio do Peixe- PB.

<sup>99</sup> Tomamos o óbito de José como exemplo, mas vários são os registros de morte feitos pelos clérigos, onde se menciona que na idade de seis anos já se era considerado adulto.

<sup>100</sup> Segundo Reis (1991, p.110), ao doente que se recusasse receber a extrema-unção por desprezo, a Igreja mandava negar-lhe o solo sagrado no cemitério.

Rodrigues (1997, p.180-181) discute sobre a assistência religiosa dispensada aos mortos durante o século XIX no Rio de Janeiro. Percebendo um número considerável de ausências de sacramento, a autora acredita que esse fato pode estar relacionado ao assolamento de epidemias. Em São João do Rio do Peixe, por sua vez, houve um pequeno surto de cólera e febre amarela nos anos de 1864 a 1873. Percebemos também alguns casos de febres, sarampo e as moléstias que assolaram alguns de nossos sujeitos históricos. Por meio da tabela 04, compreendemos que em relação às epidemias em São João do Rio do Peixe, dos óbitos que testam a morte por *cólera morbos*, tem-se uma porcentagem de 2,24% (*Vide* Tabela 1).

Das mortes ocorridas por cólera, é visto que uma parte desses mortos receberam apenas o ofício fúnebre da encomendação, pois apenas em duas pessoas foram auferidos o sacramento, onde em um desses óbitos não está especificado qual o sacramento. Já, no outro caso, está especificada a assistência religiosa que foi auferido no moribundo, o sacramento da confissão, em que o capelão da Igreja Nossa Senhora do Rosário, José Gonçalves Dantas, administrou o sacramento da confissão e o padre Joaquim Theophilo da Guerra fez a encomendação<sup>101</sup>.

Ser encomendado solenemente significava a presença de mais de um padre<sup>102</sup>. A encomendação solene geralmente se destinava as pessoas de maior posse, já que em São João do Rio do Peixe os padres cobravam para aplicar ao enfermo os sacramentos e encomendar os mortos.

Em relação aos ofícios fúnebres, Rodrigues (1997, p. 214) discerne que:

[...] os ofícios fúnebres – encomendação da alma e missa de corpo presente - eram realizados com o objetivo de empreender orações em intenção da salvação da alma do defunto. Realizadas pelo pároco, as encomendações da alma eram uma espécie de entrega da alma do morto a Deus [...].

Rodrigues (1997, p.214) ainda ressalta que a encomendação poderia ser realizada em casa ou na igreja. Em São João do Rio do Peixe, geralmente os óbitos não indicam onde o falecido foi encomendado, salvo casos do padre Joaquim Theophilo da Guerra que morreu no ano de 1865 e foi encomendado solenemente no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário<sup>103</sup>. Também temos o registro de óbito de Isabel, preta, solteira, africana com 80 anos e

<sup>101</sup> Assim como Rodrigues (1997), também não descartamos a ideia de que a ausência de sacramentos esteja atrelada aos surtos epidêmicos.

<sup>102</sup> De acordo com Rodrigues (1997, p.216), a encomendação poderia ser apenas com um padre, configurando-a como simples; e se houvesse mais de um padre ou outras figuras religiosas, ganhava-se um caráter solene.

<sup>103</sup>Primeiro Livro de Óbitos (L.01). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1865, fl. 15. São João do Rio do Peixe-PB.

livre. Isabel morreu de hidropisia, sepultou-se em hábito branco no cemitério da vila de São João. No óbito de Isabel não consta o ofício, mas menciona que foi confessada e sacramentada no domicílio paterno no ano de 1885<sup>104</sup>.

Ainda em relação a assistência religiosa ofertada aos enfermos e defuntos pela Igreja, vejamos a tabela referente ao segundo Livro de Óbitos (1874-1883 L.02).

TABELA 5 – SACRAMENTOS E ÓFIÇOS FÚNEBRES 1874-1883										
	Adulto		Párvulo		Escravo		Párvulo-escravo		Escravos (não consta idade)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Absolvição	1	0,21	-	-	1	7,14	-	-	-	-
Absolvição- Unção	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Absolvição- Encomendação solene	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão	28	5,89	-	-	1	7,14	-	-	-	-
Confissão- Encomendação	25	5,26	-	-	2	14,28	-	-	-	-
Confissão-Sacramento	9	1,89	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão- Unção	5	1,05	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão- Encomendação solene	4	0,84	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão- Sacramento- Encomendação	4	0,84	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão- Sacramento- Encomendação solene	2	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Confissão- Unção- Encomendação	2	0,42	-	-	1	7,14	-	-	-	-
Confissão- Unção- Encomendação solene	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Encomendação	61	12,84	48	6,18	1	7,14	-	-	1	25
Encomendação solene	18	3,79	3	0,38	-	-	-	-	-	-
Sem confissão	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento	7	1,47	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem sacramento	2	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem sacramento- Encomendação	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento- Encomendação	4	0,84	-	-	-	-	-	-	-	-
Sacramento- Encomendação solene	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-
Todos sacramentos	9	1,89	-	-	2	14,28	-	-	-	-

<sup>104</sup>Terceiro Livro de Óbitos (L.03). Secretária da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl. 15. São João do Rio do Peixe-PB.

Todos sacramentos- Encomendação	21	4,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Todos sacramentos- Encomendação solene	2	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Unção	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem anotação	264	55,58	725	93,43	6	42,85	1	100	3	75	
Total	475	100	776	100	14	100	1	100	4	100	1.270
Total Geral%		37,40		61,10		1,10		0,078		0,31	100

**Fonte:** Segundo livro de óbitos (1874-1883) secretária da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário- São João do Rio do Peixe-PB.

Os ritos de morte passam a ter significados por meio de seu uso, como também das crenças que se emprega. A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário em São João do Rio do Peixe, assim como todas as outras igrejas do Brasil, fornecia assistência fúnebre na hora da morte, visto que os padres administravam o alimento sagrado, confessando em artigo de morte, ou seja, munindo o espírito de possíveis males que ele poderia vir a encontrar na sua vigem ao além-túmulo.

As Constituições Primeiras (2007) ressaltam que os párocos deveriam administrar os sacramentos, dar ao moribundo a eucaristia, ainda com o mesmo consciente, sacramentá-lo, encomendá-lo, confessá-lo e depois celebrar missas em benefício de sua alma. Para Vide (2007, p.83), era preciso socorrer com a assistência espiritual o moribundo, já que “[...] o padre deveria ir vestido de sobrepeliz e estola rocha, levando nas mãos os Santos Óleos em sua ambula com toda a decência.” (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS, Título XLVIII, p. 83).

Dos óbitos presentes na tabela 5, destacamos o registro de morte de Antônia Maria, com 39 anos, casada com Manuel Alves da Costa. Maria foi confessada mais de duas vezes pelo vigário Manuel Vieira da Costa e Sá, como também foi sacramentada no período de sua moléstia. Antônia Maria morreu de moléstia interior, foi sepultada no cemitério da Barra do Juá, no dia 08 de maio de 1875, tendo seguido a viagem usando roupa branca<sup>105</sup>. Rodrigues (1997, p.179) resalta que os sacramentos da extrema-unção só podiam ser administrados mais de uma vez se o moribundo estivesse em perigo, ou seja, às tentações maléficas que o espírito deve suportar como um bravo guerreiro de Cristo. Possivelmente Antônia Maria estivesse em perigo, tendo voltado a cair em tentações e por meio dos padrões religiosos, o sacramento foi aplicado pela segunda vez, de forma a limpar o corpo e a alma das impurezas do pecado.

As pessoas (adultos) recorriam aos sacramentos, pois estes perdoavam os pecados penderes, eram instrumentos de santificação que atingiam as profundezas, atingiam a alma, limpando-a de todo mal e purificando-a para a vida cristã, em terra ou ao lado de Deus. Como

<sup>105</sup>Segundo Livro de Óbitos (L.02). Secretária da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1875, fl.20. São João do Rio do Peixe-PB.

embaixadores de Cristo, somente os padres poderiam administrar os sacramentos aos moribundos<sup>106</sup>.

Nos Registros de Óbitos, também percebemos a presença de um beato que prestou assistência religiosa, realizando o ofício da encomendação. Ainda em relação aos sacramentos dos mortos, vejamos a tabela 6, que está relacionado ao Terceiro Livro de Óbitos (1883-1907).

TABELA 6 – SACRAMENTOS E OFÍCIOS FÚNEBRES 1883-1907					
	Adultos		Párvulos		
	Nº	%	Nº	%	
Absolvição sacramental	1	0,12	-	-	
Absolvição- encomendação	1	0,12	-	-	
Confissão	49	5,22	1	0,092	
Confissão- Unção	2	0,21	-	-	
Confissão- Sacramento	1	0,12	-	-	
Confissão- Unção- Encomendação	4	0,42	-	-	
Confissão – Encomendação	18	1,92	-	-	
Confissão- Encomendação solene	3	0,32	-	-	
Confissão- Encomendação- Sacramento	2	0,21	-	-	
Encomendação	60	6,39	23	2,12	
Encomendação solene	24	2,55	1	0,092	
Missa de corpo presente- Encomendação solene	1	0,12	-	-	
Missa de corpo presente- Encomendação Sacramento	3	0,32	-	-	
Sacramento	40	4,26	1	0,092	
Sacramento- Encomendação	19	2,02	-	-	
Sem sacramento- Não procurou	1	0,12	-	-	
Sacramento- Encomendação solene	4	0,42	-	-	
Não consta	697	74,22	1.066	97,62	
Todos os sacramentos	3	0,32	-	-	
Todos os sacramentos- Encomendado	5	0,53	-	-	
Todos os sacramentos- Encomendação solene	1	0,12	-	-	Total
Total	939	100,05	1.092	100	2.031
Total Geral %	46,23	-	53,76	-	100

**Fonte:** Terceiro livro de óbitos (1883-1907) Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário- São João do Rio do Peixe-PB.

Ao longo do texto apresentamos os sacramentos como práticas de cura aplicadas pelos clérigos aos moribundos, pois possibilitavam a cura espiritual. Neste caso, percebemos na

<sup>106</sup> Livro de Tombo, 1885. Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1885, fl.10. São João do Rio do Peixe-PB.

tabela 05 e 06 que alguns desses mortos recorreram ao sacramento da unção. Os sacramentos possuíam efeitos particulares que atuavam como intervenientes purificadores do corpo e alma e ajudavam na preparação do moribundo para a morte<sup>107</sup>. A respeito do sacramento da extrema-unção, Ribeiro (2013, p.31) diz:

A Igreja Católica aconselhava a extrema-unção às pessoas que estejam padecendo de algumas enfermidades físicas, pois além de possibilitar a cura corporal, a extrema unção, também denominada unção dos enfermos, restaurava com o perdão divino a alma de todo o pecado, já que o rito prescreve que se faça a confissão antes da benção do enfermo [...].

Quando administrado o sacramento da extrema-unção, o padre deveria unguir o moribundo aplicando no seu corpo os santos óleos. De acordo com Ribeiro (2013, p.30), “esse óleo era aplicado na cabeça, peito. O óleo seria a imagem da misericórdia, do amor e da compaixão divina, os símbolos da benção<sup>108</sup>”.

Sobre o sacramento da extrema-unção, Rodrigues (1997, p.179) diz que:

[...] As condições para seu recebimento eram enfermidades graves, com perigo de vida, e a manutenção da esperança em viver. Não deveria ser administrada aos inocentes; aos atingidos por morte violenta por justiça; aos que entrassem em batalha; aos excomungados impenitentes e que estivessem em pecado público e aos dementes. Por outro lado, não deveria ser administrado em tempo interdito, nem pela segunda vez ao enfermo que já a tivesse recebido durante a doença, a não ser que este fosse prolongada e ao enfermo tornasse a cair em perigo de vida. Neste caso seria administrado tantas vezes fosse necessário.

De acordo com os padrões católicos, a extrema-unção ajuda o moribundo, dando forças que poderiam possibilitar a cura, livrando a alma dos perigos que o morto pudesse vir a encontrar, já que o inimigo de Cristo tentava para que o cristão padecesse nos erros. O arrependimento promovia o perdão da Igreja e o perdão de Deus. (RODRIGUES, 1997, p. 179).

A fé desses fiéis e suas crenças no além-túmulo, também faziam com que a família do morto buscasse o consolo nos ofícios fúnebres, com as missas de corpo presente, pois

<sup>107</sup> Na tabela 06, percebemos que duas crianças na hora da morte recorreram aos sacramentos. Os óbitos foram registrados pelo padre Juvêncio Cardozo e talvez ele tenha se enganado ao legar os registros fúnebres. Terceiro Livro de Óbitos (1.03). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1883-1907, fl.3. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>108</sup> Reis (1991, 106) chama atenção para esse sacramento, no qual o padre aplica os santos óleos nos cinco sentidos do sujeito: olhos, orelhas, nariz, boca e mãos.

percebemos na tabela 06 que entre os anos de 1883 a 1907 houve um número considerável de missas em intenção a alma do morto. As missas, assim como as encomendações, poderiam ser aplicadas em adultos, crianças, escravos e livres. Diferente dos sacramentos que são aferidos aos enfermos, os ofícios são conferidos aos mortos.

Em alguns óbitos presentes na tabela 06, percebemos que determinados ofícios-missa e encomendações foram realizadas sem custos pelo padre. Nesse sentido, era o padre Juvêncio Ignácio Cardozo (pro-pároco) que teve uma pequena participação nesses anos de 1883 a 1907 na paróquia de Nossa Senhora do Rosário em São João do Rio do Peixe. O padre Juvêncio encarregava-se desses óbitos, realizando os ofícios gratuitamente, já que o morto é apresentado nos óbitos como pobre e não tendo condições financeiras de pagar pelo ofício.

Neste caso, Pedro Germano Siqueira, casado e de 46 anos, morreu no ano de 1883 de moléstia de peito (tuberculose) e foi amortalhado em branco, sepultado no cemitério da povoação de São João do Rio do Peixe e foi encomendado sem custo pelo padre Juvêncio por não poder pagar<sup>109</sup>. Pedro assim como tantos outros também foram encomendados sem custo pelo padre Juvêncio, pois como bem consta na descrição do óbito, esses fiéis não podiam pagar pelo ofício e o morto não poderia partir desassistido.

Certamente as famílias dos mortos recorriam ao padre Juvêncio para realizar as missas de corpo presente. Talvez nem todos esses sujeitos tivessem como manter o ritual, já que se tratava de algo aparentemente caro para essas pessoas, e por isso os mais pobres buscavam o padre e sua benevolência. Mas, talvez o padre Juvêncio não fosse tão afável assim, pois ao praticar suas boas ações para com os mortos, Juvêncio também estava deixando reservado seu lugarzinho no paraíso, pois conforme a crença cristã, as boas ações também permitem a salvação da alma.

Ao fazer um estudo sobre os lugares dos mortos no Rio de Janeiro durante o século XIX, Rodrigues (1997, p.183) explica que “[...] os sacramentos recorriam aos mais variados segmentos sociais da Corte [...]”. Durante o século XIX, em São João do Rio do Peixe não foi diferente, pois os sacramentos como visto, também se aplicaram aos escravos, como a uma pequena parcela de homens livres. Vejamos Tabela 7:

	Adultos Livres		Párvulos Livres		Escravos Adultos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Confissão	14	15,91	-	-	-	-

<sup>109</sup> Terceiro Livro de Óbitos (L.03). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1883, fl.3. São João do Rio do Peixe-PB.



Confissão- Encomendação	5	5,68	-	-	-	-	
Confissão- Unção	2	2,27	-	-	-	-	
Confissão- Sacramento	1	1,14	-	-	-	-	
Encomendação	12	13,64	8	3,70	-	-	
Não consta	36	40,91	206	96,26	2	100	
Sacramento	7	7,95	-	-	-	-	
Sacramento- Encomendação	6	6,82	-	-	-	-	
Sacramento- Encomendação solene	1	1,14	-	-	-	-	
Todos os sacramentos	1	1,14	-	-	-	-	
Todos os sacramentos- Encomendação solene	2	2,27	-	-	-	-	Total
Total	88	98,87	214	99,96	2	100	304
Total geral %	28,95	-	70,39	-	0,66	-	100

**Fonte:** Terceiro Livro de Óbitos (1883-1907), Secretaria da Igreja Nossa Senhora do Rosário - São João do Rio do Peixe-PB.

Percebemos que a população de livres durante o século XIX formava um pequeno número de pessoas. Dos 2.335 óbitos contabilizados e analisados durante os anos que constam no Terceiro Livro de Óbitos (1883 a 1907), tem-se um número de 302 homens livres e 2 escravos. Vale salientar que o índice da ausência de ofícios e sacramentos é alto em relação aos homens livres.

Possivelmente, nem todas as mortes de escravos e homens livres tenham sido registradas. Quem sabe, houve uma população bem maior de livres e escravos em São João do Rio do Peixe durante a segunda metade do século XIX. Esses registros apesar de um pequeno número mostram a inserção, ou conversão dos livres ao universo cristão, pois os sacramentos reconciliavam o homem com Deus, por meio da remissão de seus pecados<sup>110</sup>.

Essa noção de pecado é algo muito presente na religião Católica, pois o cristianismo prega o pensamento da purgação, que utiliza a imagem do Cristo martirizado, para lançar o discurso sobre o sacrifício do corpo e da alma através da busca da ressurreição. A Igreja Católica dissemina esses discursos e legitima suas práticas como forma de prender esses sujeitos às suas amarras, educandos por meio de seu evangelho. Esta Instituição busca enquadrar os diferentes sujeitos dentro de um princípio religioso, que coloca os sacramentos como responsáveis pela profetização da verdadeira fé em Deus. Assim, estando em perigo de morte, esses escravos e livres chamaram o padre, ou a família mandou chamar para intervir nessa comunicação entre homem (criação) e Deus (criador). Os escravos e homens livres partiram para o além-túmulo munidos com os rituais cristãos, já que estavam inseridos em um sistema de crenças católicas.

<sup>110</sup>Tomamos de empréstimo as discussões de Rodrigues (1997), que discerne em seus estudos sobre a conversão ou inserção dos homens livres e escravos a religião cristão na hora da morte.

Esta incorporação não impedia, entretanto, que na hora da morte os escravos agregassem outros elementos ritualísticos. (RODRIGUES, 1997, p. 176).

### 3.3 A moda fúnebre: qual roupa usar na hora da morte

Esses costumes fúnebres não se dispensavam somente em relação a assistência religiosa, mas como parte dos rituais de morte, também era preciso saber qual mortalha usar. Na hora da passagem, era preciso estar convenientemente vestido, pois a simbologia da roupa fúnebre também possibilitava para adultos, crianças, escravos e homens livres garantias para a boa morte. (RODRIGUES, 1997, p.196).

Antes de vestir o hábito fúnebre no defunto, a família precisava tomar algumas providências como higienizar o corpo e, assim, começavam-se os rituais domésticos. A família cuidava tanto de arrumar a casa para o velório, quanto de arrumar o morto, dando o banho e vestindo o cadáver. Não era todo mundo que podia tocar no cadáver: apenas pessoas especializadas com a morte, como pessoas religiosas, e os familiares. (CHIAVENATO, 1998, p.60)

De acordo com Chiavenato (1998, p. 60), na região do Nordeste as pessoas eram vestidas por tratadores de defuntos, que no momento de cuidar vestir os mortos diziam o seguinte:

[...] dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe eu ver o pé!.” Enquanto trabalhavam analisavam o cadáver: flácido, indicava que ninguém morreria proximamente, rígido estaria chamando alguém “para o outro mundo”. “Os olhos são fechados com a polpa dos dedos, devagar: Fulano, feche os olhos para o mundo e abre-os para Deus!

O corpo do morto carregava alguns sentidos simbólicos, expressando uma mensagem, visto que a família do defunto deveria ficar atenta a esses sinais quando fosse vestir o cadáver. Para aqueles que deixaram suas últimas vontades postas no testamento, iriam com a roupa de seu agrado, de acordo com as suas crenças. Se não tivesse legado o testamento, era a família que escolheria a roupa do finado. Dentro desse imaginário cristão, a roupa não era apenas a vestimenta do corpo. A escolha da roupa fúnebre tinha um significado bem mais amplo.

TABELA 8 – ROUPAS FÚNEBRES (1864-1873)					
Branco	Preto	Não consta	Óbito ilegível	Não foi amortalhado	Total

	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Adulto	199	68,86	53	18,34	33	11,42	3	1,04	1	0,35	289	100,0
Párvulo	331	69,25	97	20,29	47	9,83	3	0,63	-	-	478	100
Escravo	13	92,86	-	-	1	7,14	-	-	-	-	14	100
Párvulo- Escravos	4	57,14	-	-	3	42,86	-	-	-	-	7	100
											<b>Total geral</b>	
											788	100

**Fonte:** Primeiro livro de óbito (1864-1873) secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário- São João do Rio do Peixe- PB.

Para Vailate (2010), o gestual fúnebre é respeitável para todos os mortos, pois todos os detalhes são relevantes para a passagem. Em São João do Rio do Peixe, o morto partia convenientemente vestido dentro de sua condição econômica, como dentro de seu sistema de crenças no além-túmulo.

A **Tabela 8** apresenta dados para adultos, crianças e escravos. Para essas pessoas, a roupa fúnebre tinha grande importância na hora da morte, pois em suma maioria esses sujeitos recorreram bem mais ao uso do branco. Em primeiro lugar temos a roupa branca, em que as crianças fizeram maior uso dessa cor.

Em relação aos escravos e suas escolhas pela cor branca, percebemos por meio dos estudos de Rodrigues (1997) que também estava relacionada às suas crenças em seus deuses. A roupa estava intimamente ligada às crenças no *post-mortem*, na integração da alma ao outro mundo, ao além. Para os cristãos, o branco também associava as suas crenças em seu Deus, e a Nossa Senhora, pois seria a cor da paz, que simbolizava a esperança na ressurreição, remetendo ao santo sudário de Cristo, após sua morte no calvário. Nessa relação entre vida e morte, entendemos que essas sensibilidades fúnebres que cercavam a morte e os usos da roupa (mortalha) para cada cultura estava atrelada a suas simbologias religiosas. (RODRIGUES, 1997, p. 196-201).

A cor branca estava ligada ao sentido da pureza e, por isso, durante o século XIX, segundo Vailate (2010), tornou-se a cor da morte, principalmente em relação ao seu uso no caso de crianças. O branco também estava atrelado à virgindade relacionando-se também a ideia de pureza. De acordo com Reis (1991, p.120), “o branco também marca o importante ritual da vida, como o casamento, a iniciação da vida sexual, ou seja, a procriação”.

Talvez o tecido branco também pudesse ser mais barato em relação às outras cores. Ao fazer um estudo sobre a morte na Bahia oitocentista, João José Reis também fez uma análise dessas práticas culturais em relação às roupas fúnebres. O autor percebe que o branco também estaria associado a questões socioeconômicas, pois era uma cor que custava menos em relação

ao preto. As mortalhas brancas de tecido grosseiro de algodão estavam associadas às pessoas de menos posses, no caso, os africanos. (REIS, 1991, p.126).

O uso do branco refletia no Brasil oitocentista uma escala na hierarquia social, pois a roupa falava pelo morto. Talvez esses vários escravos e demais sujeitos que se sepultaram em branco tenham escolhido a cor não somente pelas *benecis* que elas poderiam trazer na hora da passagem, mas pelo seu baixo custo, pois o preto estava em segundo lugar, já que para Reis (1991), a mortalha de cor preta estava associada às pessoas de maior posse, como também representava o luto.

Talvez essas roupas fúnebres também podem ter feito parte da assistência religiosa dispensadas aos mortos pelas irmandades durante o século XIX. Em São João do Rio do Peixe, nos anos de 1864 a 1873, percebemos por meio dos registros de óbitos, alguns casos em que o morto sepultou-se na catacumba das irmandades. Provavelmente as irmandades, também possam ter interferido na escolha da roupa, já que cada confraria tinha uma cor habitual aos mortos, dependendo das suas crenças nos santos de devoção<sup>111</sup>. Ainda sobre o uso das roupas fúnebres, ver **Tabela 9**.

TABELA 9 – ROUPAS FÚNEBRES (1874-1883)												
	Adulto		Párvulo		Escravos- adultos		Escravos- párvulos		Escravos (não consta idade)			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Envolto em rede	1	0,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Hábito Azul	-		3	0,38								
Hábito branco	352	74,10	515	66,36	11	73,33	1	100	3	100		
Hábito cor		-	1	0,13	-	-	-	-	-	-		
Hábito preto	46	9,68	114	14,70	-	-	-	-	-	-		
Hábito pardo	-		2	0,26	-	-	-	-	-	-		
Hábito serviçal	1	0,21		-	-	-	-	-	-	-		
Hábito	-	-	3	0,38	-	-	-	-	-	-		
Sem hábito	2	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-		
Não consta	73	14,37	138	17,78	4	26,67	-	-	-	-		Total
Total	475	100	776	100	15	100	1	100	3	100		1.270
Total geral%	37,40		61,10		1,18		0,079		0,24			100

**Fonte:** Segundo Livro de óbito (1874-1883), Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário- São João do Rio do Peixe- PB.

Segundo Schmitt (1999, p. 224), “a vestimenta nunca é apenas uma proteção do corpo”, já que em todas as fases da vida a roupa está inserida dentro de um processo ritualístico e, com

<sup>111</sup> De acordo com Maranhão (1985, p. 34), os fiéis se associavam às irmandades para garantir a salvação que estava assegurada por meio das orações, como também se tornavam sócios para ter um lugar para aguardar a vinda de Cristo.

isso, podemos perceber que “o morto tem suas marcas indumentárias”. Para o autor, a roupa fúnebre possui um grande significado para o imaginário no além, e torna-se uma das peças fundamentais para que se cumpra o ritual. A mortalha também promove a separação de grupos por hierarquias fúnebres.

Schmitt (1999, p. 227) ainda discorre que “[...] a vestimenta é simultaneamente um objeto material transmissível e o símbolo material do dom caridoso”. A vestimenta fúnebre transcorre do plano terrestre para o além-túmulo, pois a roupa pode ajudar a reparar alguns pecados, uma vez que tais culpas são aplacadas juntamente com os demais ritos de morte, assim como as rezas e a assistência da Igreja Católica.

Por meio desse imaginário cristão e suas representações no além-túmulo, o segundo Livro de Óbitos (1884 a 1883) também apresenta as recorrências das cores fúnebres buscadas na hora da morte. Percebemos que alguns sujeitos partiram envoltos em rede e enterraram-se no mato. Provavelmente, tratava-se de pessoas humildes que não tinham como manter o ritual de morte, ou ainda devido à doença, não havendo tempo de a família preparar o ritual<sup>112</sup>.

A tabela 9 ainda apresenta três cores de roupas usadas nos pequenos defuntos. O azul aparece nos registros de óbitos como uma das cores utilizadas nas crianças. Por meio das crenças cristãs que pousam sobre a ideia da salvação da alma, as roupas branca, azul e parda fazem parte da variedade dos trajes fúnebres dispensados a morte infantil, pois reluzem a pureza das crianças. De acordo com a crença católica a criança morta tornava-se anjo, no qual a salvação já era algo garantida aos pequenos defuntos. Para Vailate (2010, p.138), “[...] as crianças estão dispensadas desse ajuste satisfatório da balança das almas”. Elas não precisariam recobrir de uma miríade de ritos de passagem assim como os adultos.

Sobre os usos das roupas fúnebres, vejamos a **Tabela 10** referente ao Terceiro Livro de Óbitos (1883 a 1907).

	Adultos		Párvulos	
	Nº	%	Nº	%
Em hábito	1	0,11	-	-
Fardado	5	0,53	-	-
Hábito azul	3	0,32	7	0,64
Hábito branco	731	77,85	938	85,90
Hábito Preto	84	8,94	62	5,68
Hábito pardo	-	-	1	0,091
Hábito encarnado	-	-	1	0,091
Não consta	79	8,41	83	7,60

<sup>112</sup> Segundo Livro de óbitos (L.02). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1879, fl.66. São João do Rio do Peixe-PB.

Traje secular	36	3,83	-	-	Total
Total	939	100	1.092	100	2.031
Total geral%	46,23	-	53,76	-	100

**Fonte:** Terceiro Livro de óbito (1883-1907), Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário – São João do Rio do Peixe-PB.

A tabela apresenta as vestes fúnebres usadas em adultos e crianças. Percebemos que nos anos de 1883 a 1907 houve uma variedade a mais nas opções de qual roupa vestir na hora da morte. Mais uma vez as crianças também foram sepultadas com o hábito azul. A cor azul faz referência à morte infantil, e os adultos também se apropriaram dessas cores na hora da morte, provavelmente na intencionalidade de conseguir alguma *beneci* no além-túmulo.

Alguns mortos fizeram questão de serem sepultadas com a roupa militar. Há casos nos registros de militares que fizeram questão de usar suas fardas, como o Tenente José Dantas Siqueira, de 70 anos, que morreu de tísica (tuberculose), encomendado solenemente e sepultado no cemitério da vila de São João do Rio do Peixe. O Tenente José foi inumado de farda no ano de 1900<sup>113</sup>. Segundo Reis (1991, p.125), “geralmente os militares vestiam-se de guerreiros nesta ocasião”.

Quem sabe na hora da passagem, a farda tivesse a mesma simbologia como a roupa branca no derradeiro adeus, pois a roupa identificava o defunto e mesmo na morte identificava-se seu *status* social e honras militares. Como ressalta Reis (1991, p.125), “[...] militares e sacerdotes eram as categorias ocupacionais cujos membros eram enterrados quase sempre com roupas de ofício [...]”. Porém, Reis (1991) menciona que nem sempre esses sujeitos partiam usando suas roupas de ofício. Nos registros do Primeiro Livro de Óbitos, percebemos que o registro de morte do padre Joaquim Theofilo da Guerra, que morreu no ano de 1865, não consta com qual veste fúnebre ele foi inumado no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Como também, no Terceiro Livro de Óbitos, no ano de 1904, o Tenente José Felix de Maria, 64 anos, casado, morreu de repente, foi encomendado solenemente e sepultou-se no cemitério da vila de São João do Rio do Peixe. José Felix foi sepultado em traje secular<sup>114</sup>.

A tabela 10 apresenta a busca da roupa fúnebre em relação a morte infantil, onde outras cores além de preto e branco são também percebidos nos anos de 1883 a 1907. Nos óbitos também percebemos o uso do hábito encarnado (vermelho). Segundo Reis (1991, p.123), no Brasil oitocentista a significação da roupa vermelha recaia sobre a morte infantil masculina, no

<sup>113</sup> Terceiro Livro de Óbitos (L.03). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1900, fl.129v. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>114</sup> Idem, fl. 152v.

qual estava associada a crenças litúrgicas, já que se remete ao dia “[...] 28 de dezembro, dia dos santos Inocentes, celebra as crianças que Herodes mandou assassinar”.

Dessa maneira, para Rodrigues (1997, p.197) “cada roupa tinha sua lógica ritual”. Observamos que a partir do ano de 1887 até 1907, há certo número de vestes seculares. Nos óbitos percebemos que os mortos que foram sepultados usando traje secular, todos eram homens, fossem solteiros, casados ou viúvos. O traje secular era uma roupa comum do cotidiano e talvez não possuíssem o mesmo significado que as mortalhas de cor. Mas dentro dessa lógica fúnebre, em que tudo obedece a um propósito, possivelmente esses mortos buscassem pelo perdão das iniquidades e, quem sabe, o hábito secular significasse uma prova da penitência e humildade cristã. Rodrigues (1997, p.214) chama atenção para o uso da roupa secular nos enterros e como esse hábito poderia estar associado a alguma: “[...] mudança nas práticas funerárias e, possivelmente, até nas concepções diante da morte”.

Talvez essas possíveis mudanças nas práticas fúnebres também estivessem associadas a ausência dos registros das roupas fúnebres nos óbitos, pois alguns destes registros não apresentam referência sobre a cor das mortalhas. Não sabemos se o morto não fez uso, ou se o padre esqueceu de registrar junto ao óbito. Acreditamos que a ausência de roupas fúnebres nos óbitos não esteja associada a algum tipo de epidemia, pois não houve casos alarmantes de epidemias nos anos de 1883 a 1907.

Ainda em relação às roupas fúnebres, acompanhemos a **Tabela 11**, referente aos homens livres e escravos.

TABELA 11 – ROUPAS FÚNEBRES 1883 – 1907						
	Adultos- livres		Párulos-livres		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Hábito branco	76	86,36	131	61,21	1	50
Hábito Preto	7	7,95	12	5,61	-	-
Hábito de cor	-	-	4	1,87	-	-
Não consta	5	5,68	67	31,30	1	50
Total	88	-	214	-	2	-
Total geral%	28,95	100	70,39	100	0,66	100

**Fonte:** Terceiro Livro de Óbitos (1883-1907), Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário – São João do Rio do Peixe-PB.

Percebemos que nos anos de 1883 a 1907 vai desaparecendo a população de escravos nos registros de óbitos. Com a abolição dos escravos e o advento da república, estes não são vistos mais nos registros fúnebres. Nesses anos, foram feitos os registros somente de dois escravos adultos, onde um fez uso da roupa branca, que foi Marcos, preto, brasileiro, solteiro com 50 anos. Era escravo de João de Souza Rolim, morreu de repente no mato e em hábito

banco foi sepultado no Cemitério do Belém, a 37 de abril de 1887<sup>115</sup>. Para o caso do outro escravo, não é mencionado em seu óbito a roupa usada na hora da morte. O registro de óbito é de Maria, escrava de Diógenes Mariano de Almeida, com idade de 60 anos e morreu constipada no domicílio e sepultou-se no cemitério do Belém, a 28 de abril do ano de 1885. Os dois óbitos foram registrados pelo vigário Manoel Vieira da Costa e Sá<sup>116</sup>.

Ao analisar o uso do hábito branco entre os escravos, forros e livres, Rodrigues (1997, p.203) discute que: “[...] quanto mais próximo do universo dos escravos, mas o branco é usado [...]”. Em São João do Rio do Peixe, entre os anos de 1864 a 1907, na hora da morte, entre os escravos a cor branca prevaleceu como sendo a cor da morte’ e entre os homens livres, a roupa branca também foi uma das opções mais usadas na hora da despedida. Esta prática comprova o que foi discutido anteriormente, no qual a roupa branca estava ligada à cor da morte para os negros, como relacionado às suas crenças e ao universo religioso que estavam inseridos. Como menciona Reis (1991, p.124), “[...] vestir o cadáver com a roupa certa podia significar, se não um gesto suficiente, pelo menos necessário à salvação”.

Mediante as análises das fontes, podemos perceber um pouco desse imaginário fúnebre do século XIX, e como as crenças no além agregam sensibilidades, expressas através dos cuidados com os mortos. As práticas ritualísticas promovem o poder de articulação entre vivos e mortos, como também emana o poder dos discursos católicos sobre o corpo do morto. Tais práticas estão carregadas por uma simbologia fúnebre, no qual ressaltam a forma de como no sertão da província da Paraíba, nos oitocentos, se organizava o ritual da morte (BRITO, 2012, p.189). Cada detalhe do ritual fúnebre não carrega nenhum elemento neutro, todos possuem seus sentidos e significados em relação a morte, os mortos e o morrer.

Esses sujeitos deixaram suas marcas e valores por meio de seus rastros, que nos fizeram chegar às sensibilidades construídas em torno da morte, de como se esperava essa morte chegar, quais medidas foram tomadas para o bem morrer e o que usaram na hora da morte. Esses traços do mundo sensível são aqui percebidos por meio dos óbitos, que nos fazem apreender como essas pessoas se relacionavam com a morte e o além-túmulo (LANGUE, 2007, p.19-20).

O ritual de morte, o rito de passagem ainda não acabou.

---

<sup>115</sup> Terceiro Livro de óbitos (L.03). Secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, Ano 1887, fl.28. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>116</sup> A partir da leitura dos óbitos, acreditamos que os escravos foram sepultados nos mesmos cemitérios que os brancos. Se houveram cemitérios destinados apenas aos escravos, estes não foram percebidos em nossas fontes de pesquisa.



Devemos-lhes advertir que, ao chegar à casa do morto, escutarás choros exaltados dos familiares que se reservam no quarto. Como ato de solidariedade, devem-se dar os pêsames aos parentes do morto. Na cozinha terá café e dependendo da condição da família do morto, poderá comer bolo ou biscoitos. Se caso o morto continue a ser velado durante a noite, converse com os alcoolizados que bebem sua partida e ouça-os inventar estórias sobre o morto. Não se assuste se você ver na biqueira da casa algum casal de namorados aos beijos ardentes, o velório não é somente tristeza, também é divertimento. Fique atento à pele e aos olhos do morto e se escutar a rasga mortalha gritando sobre a casa, faça o sinal da cruz, pois isso indica mau augúrio. Quando chegar da casa do morto e do cemitério, não se esqueça de higienizar-se. E lembre-se de vestir a melhor roupa para o defunto, pois é com ela que os familiares irão guardar a última lembrança do morto. E não se esqueça: não beba a água do pote.

Convidamos para adentrar a cena da vigília fúnebre e do velório.

## CAPÍTULO IV

### ESPAÇOS DA SAUDADE: PRÁTICAS FÚNEBRES EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE (1940-1990)

Segundo Portelli (1997, p. 31), “entrevistas sempre nos revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”. Por meio do uso da história oral, apresentamos neste capítulo os rituais de passagem e os ritos *post-mortem*. Discorreremos sobre alguns costumes fúnebres mencionados pelos entrevistados: a vigília fúnebre, velório, sepultamento: (ritos de passagem) e o processo do luto: (ritos *post-mortem*). Essas informações das memórias de despedidas foram entendidas a partir dos relatos orais, que condensam sobre a importância de manter os ritos de morte, para que o morto pudesse encontrar um bom lugar no além-túmulo: o paraíso. Também apresentamos neste capítulo a emergência de uma prática fotográfica que surge em São João do Rio do Peixe em fins da década de 1950. A presença dos fotógrafos profissionais na cidade possibilitou o registro das cenas cotidianas, condensadas a partir da lente da “câmera mão no saco”. A popularização da fotografia permitiu que algumas pessoas procurassem os fotógrafos para fazer o registro do momento do último adeus, já que a foto ajudava preservar a memória dos mortos e a lidar com as saudades.

#### 4.1 Rituais de morte: vigiando o moribundo

Dentro de uma comunidade tipicamente rural, quando a morte pede passagem, os seus avisos são percebidos por meio de anúncios da natureza. De alguma forma sinalizavam que para mais um era chegado o momento final. Se os galos cantassem antes da meia noite, já era sabido que a morte avizinhava-se. Braga (1885, p. 80-84) menciona sobre essas crenças em relação aos animais e seus anúncios de morte, pois, não somente o galo, mas a coruja, a rasga mortalha ao cantar a noite próximo de casa ou o cachorro uivando também indicavam sinais de morte próxima.

Nessa relação entre vida e morte, percebemos que esses prenúncios eram uma forma de advertir o sujeito do fim. Muitas vezes os parentes privavam o doente de saber sobre seu estado de saúde, pois evitaria ao moribundo ainda mais sofrimento. O doente recolhia-se no quarto, lugar onde esperaria a cura por meio da fé ou a morte chegar. Os últimos momentos eram vivenciados junto aos parentes e amigos, que reversavam-se no quarto do moribundo para que ele não morresse sozinho.

Esse ato de solidariedade entre vivos e moribundos é o que podemos chamar de vigília ou *fazer quartas*. *Fazer quartas* é um termo usado pela entrevistada Margarida, que remete às sentinelas, em que as pessoas tresnoitavam no intuito de vigiar e cuidar do doente. Margarida menciona por meio de suas lembranças como aconteciam as sentinelas: o *fazer quartas*. Segundo Margarida, o *fazer quartas* acontecia da seguinte forma:

Era aquela pessoa ficava doente, ai eles já sabiam que num tinha mais cura ia morrer, né era já. A maioria as veis era pessoa bem velhinha, ai eles ia fazer. Chama fazer quarta. Fulano tá bem doente, tá bem doente, já tá fazendo quarta, porque ele nem vai ficar bom, não só tá esperando a hora. Ai aquele doente não comia mais, não se alimentava, a água nem bebia, tinha que molhar um capucininho de algodão na água nos lábios e já sabia que tava pra morrer a qualquer hora. Ai as pessoa, os vizim, os sítios vizim, os amigo, familia, ai, ai de noite pra lá passar a noite todinha, que o pessoal da casa a familia, num, num aguentava o dia todo lutando com o doente, precisava de dormir, ai aquela pessoa ia para prestar solidariedade, ai passava a noite ali com aquela pessoa que tava doente pra num morre sem vela. Que ficava olhando, ficava um, dois, treis num pé da cama, ou numa rede do jeito que aquela doente tivesse em que dormir, depois passava o tempo, depois vinha outros, ficava a noite todinha daquele jeito, um monte de gente na casa. Chamava fazer quarta, pra num deixa morrer sem vela. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa – 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

Nesse momento da vigília, conversava-se com o doente e eram diálogos animadores, sempre dizendo que ele iria ficar bom. O quarto deveria estar sempre limpo, janelas e portas abertas para que o ar pudesse circular entre os espaços do quarto. Possivelmente, imagens de santos decoravam as paredes do cômodo. Segundo Margarida, o doente não podia morrer sem vela, porque ela teria um significado simbólico na hora da morte, já que deveria ser a luz, o guiar do espírito no além-túmulo<sup>117</sup>. Para Margarida:

É porque tinha que morrer, tinha que colocar a vela pra iluminar o nome de Jesus. Quando a pessoa tava morrendo, chega que fulano ta morrendo. A vela já tava encostada e o fosforu lá, ai eles ascendia, butava logo a vela na mão e butava um panim ao redor da mão, pra queles pingo da vela num cai na mão do doente, pra num queima a mão, ai eles ficava dizendo: fulano, o nome da pessoa que tava morrendo, “Lembre de Jesus, Jesus vai com você e você vai com Jesus”. Dizia três vezes pra ‘quela pessoa quando tivesse morrendo o cérebro dele, disse que ainda tava funcionando, ele tava lembrando de Jesus,

---

<sup>117</sup> Silva e Medeiros (2016, p.15) chamam atenção para os velórios na Paraíba e Rio Grande do Norte. Os autores discutem sobre a presença da vela no momento das sentinelas, pois eram instrumento importante no momento da partida e para a inserção do morto no além.

para ele morrer lembrando de Jesus. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa- 09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

Suas lembranças não se distanciam das lembranças de Francisco e Paulo que também rememoram esses rituais fúnebres, entre os anos de 1940-1990, pois a forma de como as pessoas se organizavam em torno da morte, estão imersas na memória dos entrevistados, que apresentam semelhanças<sup>118</sup>. As lembranças das cenas fúnebres são conservadas por meio de uma experiência individual com a morte, que passa a ser entendida por meio de um grupo de pessoas: os entrevistados.

As vigílias fúnebres eram momentos que também ganhavam um caráter de diversão, pois certos sujeitos tomavam aguardente, já que a bebida ajudava a tresnoitar. Esses momentos acabavam sendo também de distração e reencontros para os jovens e familiares. O meio de relacionar-se num momento fúnebre por meio dos pratos de comida e bebidas quentes rompia com um padrão estabelecido para o ato fúnebre, onde esse momento deixava de ser somente regrado por melancolia e tornava-se divertimento. Segundo Margarida, no momento da vigília fúnebre, a família do moribundo fazia café e chá. Quando a família tinha melhores condições financeiras, serviam bolacha para as pessoas que iam prestar sua solidariedade ao doente, fazendo uma visita ou ajudando a família do moribundo<sup>119</sup>.

#### **4.1.1 O cuidado com os mortos e a organização da cena fúnebre**

Depois de morto, a família que aplicava os cuidados necessários, ou seja, dando-lhe o banho, cortando as unhas, vestindo a mortalha. Margarida ressalta em sua entrevista que a família só cortava as unhas do morto se elas estivessem grandes. Também, a barba era retirada, mas no cabelo não se mexia. A entrevistada menciona que depois de ter feito a higienização no morto, vestia a mortalha, que geralmente era adquirida na cidade. Provavelmente a família comprava o tecido e mandava alguma costureira fazer a roupa fúnebre. Margarida também diz que muitas vezes eram as mulheres da família do morto que costuravam as roupas, principalmente as mortalhas dos anjinhos que eram cosidas na mão e feitas em casa<sup>120</sup>.

Em relação aos cuidados com os mortos, Paulo Dantas de Oliveira, menciona que a família só dava banho no morto se estivesse exalando maus cheiros. E, caso o morto fosse uma

---

<sup>118</sup> Como diz Halbwachs (2006, p.69) a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. A memória faz parte de conjunto de vivências dos quais convivemos em grupo e por isso nossa memória está muitas vezes limitada ao espaço e ao tempo.

<sup>119</sup>Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe-PB

<sup>120</sup> Idem.

mulher, eram conhecidas dela que a despiam e a preparavam. Assim como Margarida, Paulo ressalta que as pessoas iam a lojas e compravam o pano para fazer as mortalhas<sup>121</sup>.

Sobre a confecção dessas roupas, Francisco diz que tinha pessoas especializadas para isso em São João do Rio do Peixe, que eram as costureiras que faziam as mortalhas. A família do morto que não tinha o dinheiro para comprar o tecido ou pagar para as costureiras fazer a roupa sepultavam os mortos com uma roupa comum, que tinha sido usada quando vivo. Francisco ainda menciona que muitos destes que morriam e a família não tinha condições de arrumar o morto com mortalha ou colocá-los em caixão, quando mortos, eram apresentados em uma rede e dependendo das vontades da família, dispensavam-se os ritos domésticos, como o da higienização do cadáver<sup>122</sup>.

Francisco de Sousa ainda menciona que além da roupa, as famílias sepultavam os mortos de meias<sup>123</sup>. Esse mesmo costume foi observado por Reis (1991, p. 128) na Bahia oitocentista, pois “[...] além da mortalha, quem podia era enterrado de meias e sapatos e outros artigos comprados especialmente para a ocasião”. Assim como a cor da mortalha tinha uma importância para o ritual de morte e o além-túmulo, ser enterrado de sapatos tinha sua função simbólica, pois, segundo Reis (1991, p.130) e Cascudo (1951, p.18), os sapatos deveriam ser limpos de poeira e de areia do mundo dos vivos, pois levando esses elementos a alma poderia voltar.

De acordo com Reis (1991, p.128), “enquanto uns preparavam o morto, outros cuidavam de arrumar a casa para o velório e de providenciar outras coisas em relação ao enterro. Geralmente um parente masculino organizava o funeral”. Em São João do Rio do Peixe, provavelmente também fossem os homens que tratassem de cuidar do funeral, comprando a bebida quente e velas para iluminar a cena do velório. Se caso a família desejasse fazer missa de corpo presente deveria avisar o padre, e se preferissem comprar o caixão era preciso se deslocar até outra cidade próxima a São João do Rio do Peixe, pois até a década 1970 não havia lugares que vendiam caixões para enterro. Também em fins da década de 1950 a 1960, começou a aparecer fotógrafos profissionais em São João do Rio do Peixe e, se caso a família desejasse, registrar o último adeus. Para isso era preciso avisar para o fotógrafo da necessidade de seus serviços, deslocando-se até a casa do morto, igreja ou cemitério para fazer o registro fotográfico da despedida.

---

<sup>121</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>122</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>123</sup> Idem.

#### 4.1.2. Entre o sagrado e o profano: velando os mortos

Através do uso da metodologia da História Oral, o trabalho com a memória dos narradores nos possibilitou conhecer os costumes fúnebres em São João do Rio do Peixe, no século XX, as cenas de despedidas e os cuidados dispensados aos mortos: medos, crenças que se constituem frente ao último adeus. Para Bosi (2003, p.53), “[...] a memória é um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo [...]”. O trabalho com a memória possibilita-nos um vasto campo de estudos, já que os entrevistados partem do presente para rememorar o passado, selecionando por entre as teias de suas lembranças as cenas cotidianas de morte que foram mais significativas para eles. Desses relatos, podemos extrair um gama de informações, de experiências individuais com a morte, como também das experiências vivenciadas em uma coletividade.

Delgado (2010, p. 58) comenta que devido a essas várias possibilidades, a memória torna-se rica em suas manifestações, permitindo uma viagem através do tempo. Através dos usos da oralidade e da memória, percebemos que os velórios em São João do Rio do Peixe não condensavam apenas em momentos de choros e tristezas diante da morte, mas eram também momentos de divertimento, no qual muitas pessoas iam para beber cachaça, ver os amigos e também namorar. Por meio de suas lembranças e dos significados atribuídos ao momento fúnebre, Francisco de Sousa diz que o sentido de velar o morto se constrói por meio do costume de passa a noite sem dormir, para ficar com o defunto e a família dele. Segundo Francisco, a família do morto comprava dois litros de cachaça e dava a quem gostasse de beber e que outras famílias também serviam bolo e o café no bule, pois as pessoas ainda não faziam o uso de garrafas<sup>124</sup>.

Na região Nordeste os velórios eram um momento que perpassavam pela esfera do sagrado e do profano, onde o uso da cachaça possibilitava com que as pessoas permanecessem mais tempo no velório. Esses momentos apontados pelos entrevistados são cenas típicas de velórios, pois em Limoeiro do Norte, como observa Lima (2013) as despedidas fúnebres também eram caracterizadas por esse consumo de cachaça, um momento de sociabilidades voltados ao lúdico.

Segundo Ribeiro (2013, p.46), a cena do velório “[...] era uma forma de solidariedade a família do morto e da valorização do significado social do defunto [...]”. Ao mencionar sobre as cenas de velório, Francisco de Sousa diz que havia respeito com os mortos, pois à casa do

---

<sup>124</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

falecido era sempre com muitas pessoas que iam ver o defunto, visto que alguns desses sujeitos permaneciam fora da casa conversando na calçada, outros dentro de casa chorando pelo morto e outros bebendo<sup>125</sup>.

Uma característica fundamental da cena do velório era a forma de como o morto ficava exposto em sua casa. De acordo com Francisco de Sousa, quando o morto não era veleado em caixão, mas em rede, ele era colocado em cima de um banco de madeira, que ficava na sala. A memória de Francisco opera entre os anos de sua chegada em São João do Rio do Peixe, entre as décadas de 1940 e 1990, aproximadamente<sup>126</sup>.

Nesses anos a energia elétrica não chegava a todas as casas e geralmente os velórios aconteciam à luz de velas e lamparinas. Francisco menciona que nos velórios as pessoas ficavam rezando alguns benditos, dos quais ele não se recorda mais<sup>127</sup>. Geralmente eram as senhoras mais velhas da região, as rezadeiras, que ficavam aos pés do morto recitando as orações<sup>128</sup>. Essas senhoras ocupavam o lugar das carpideiras, onde anunciavam a morte por meio das suas orações e seus cânticos. Aos pés do caixão ou banco, observava-se a pele do defunto e os olhos. De acordo com Lima (2013, p.2), em Limoeiro do Norte, no Ceará, os olhos do cadáver eram logo fechados, pois isso faria com que o morto cerrasse os olhos para o mundo e abrisse quando chegasse ao além-túmulo.

Um ponto característico que nos chamou atenção por meio das falas dos entrevistados são os significados atribuídos aos velórios de adultos e velórios infantis. As lembranças de Margarida perpassam muito pelas crenças populares cristãs, pois a entrevistada menciona que nos velórios infantis havia as pessoas que choravam pelas crianças, principalmente a mãe. Mas segundo a crença católica, os sentimentos deveriam ser recolhidos, os choros deveriam ser cessados, pois em velório de criança não se podia chorar, visto que as lágrimas ficavam na mortalha e isso impossibilitaria da criança subir ao céu<sup>129</sup>.

Depois de velar os mortos, e antes de retirá-lo de sua casa, rezavam-se algumas orações. Paulo diz não ter lembrança se o padre recomendava o morto, não recorda se o corpo passava na Igreja. Mas, lembra que no sítio onde morava, as pessoas rezavam o Pai Nosso ou a Ave

---

<sup>125</sup> Idem.

<sup>126</sup> De acordo Silva e Medeiros (2016), a posição do cadáver era significativa dentro da lógica dos ritos fúnebres, pois essa posição evitaria que o morto acabasse permanecendo em casa. Segundo Machado (1999, p. 14), a posição deve ser de decúbito dorsal, com os pés virados para a porta de entrada da casa e mãos atravessadas sobre o peito em sinal de oração.

<sup>127</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-05-2017. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>128</sup> Segundo Silva e Medeiros (2016, p.16), no velório não tinha a presença de padres, eram as senhoras que conduziam os ofícios fúnebres rezando para a Virgem Maria.

<sup>129</sup> Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 12-05-2017. São João do Rio do Peixe-PB.

Maria, pois o morto já ia abençoado por Deus<sup>130</sup>. Margarida também tem lembranças de como aconteciam as rezas, pois:

Quando ia na hora de tirá o caixão pro cemitero, reunia o pessoal que tava ali no velório e tirava um terço, rezava um terço, oferecido a aquela pessoa que tinha murrido. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017).

Depois de feitas as orações, fechava-se o caixão ou botava-se o morto na rede e seguia-se para a cidade. Mas não era de qualquer jeito que se retirava o morto de dentro da casa, pois segundo Cascudo (1951, p.17), “o cadáver fica sempre com os pés virados para a porta da rua e quando é carregado no féretro, conserva-se a direção”. Assim, a forma de como o morto era velado, seguiria a mesma posição para o momento de sua retirada de casa, pois seguiria essa com os pés sempre para fora, indicaria que ele não morava mais ali, que ele partiria para a nova morada: cemitério. (OLIVEIRA, 2011, p.10)

#### **4.1.3. Práticas de sepultamento**

Bosi (2003, p.31) menciona que a “memória opera em grande liberdade escolhendo acontecimento no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porquê se relacionam por índices [...]”. Francisco, Margarida e Paulo são sujeitos que não se conhecem, que viveram em lugares diferentes um do outro, mas por meio de sua memória individual apresentam características em comum de relacionar-se com o último adeus. A memória é um trabalho vivido por uma cultura em um espaço tempo e esse conjunto de lembranças permite uma construção social do tempo vivido, por meio das experiências dos entrevistados. (BOSI, 2003, 53-54)

Francisco, Paulo e Margarida mencionam sobre os enterros de rede, que aconteceram em São João do Rio do Peixe entre as décadas de 1940 a 1970, aproximadamente. Francisco e Paulo mencionam que quando sabiam de uma morte e quando era de sua família, iam até um

---

<sup>130</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.



roçado e cortavam o pau para fazer a grade <sup>131</sup>. Geralmente os enterros de rede destinavam-se às pessoas mais pobres, que não tinham dinheiro para comprar um caixão<sup>132</sup>.

Em sua entrevista, Francisco diz que a grade era da seguinte forma:

O pau bem cumprido, ai para pregava aquela rede, né, ai amarrava um panim lá e ôto cá, né. Ai butava aquele defunto, ai trazia para o cemitero. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB).

Paulo Dantas, também menciona como era a grade, pois:

Eu me lembra, por que eu morava no sítio, quando murria uma pessoa eu mermo ia pru mato corta dois pau. Pegava a rede, uma rede, ai estirava aquela grade, ai ficava uma escada. Ai amarrava e entrançava ali uma corda por baixo da escada, ai trazia pra cá. Quando chegava ali na entrada da rua, ai já tinha o caxão aqui da prefeitura lá do cemitero, caxão que pesa uns quarenta quilo a cinquenta quilo. Ai pegava o defunto e butava dentro do caxão. (Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB).

Diferente do modelo apresentado por Cascudo (1983) e Melo Neto (1974), a grade de carregar defunto em São João do Rio do Peixe, como dizem os entrevistados, parecia com uma escada. A grade continha quatro paus, onde um era transpassado por cima do outro e quatro pessoas a carregavam. As pessoas saíam em cortejo com o defunto a pé até a cidade. Andavam muitos quilômetros carregando a grade com o defunto, que segundo Paulo Dantas de Oliveira, quando saía do sítio com o morto até a urbe moderna, os familiares e amigos deixavam-no até na entrada da cidade, mais precisamente na ponte Dom Moisés Coelho e o morto era transferido da rede para o caixão das almas<sup>133</sup>.

Provavelmente o enterro em rede estivesse deixando de existir em uma urbe que se modernizava e higienizava-se. Novos padrões civilizados circulavam por esses lugares. De acordo com Soares Júnior (2011, p.113), “[...] na cidade da Parahyba, as artes de civilizar remontam ao final do século XIX, quando uma série de medidas higiênicas e de comportamentos foi lançada para a sociedade [...]”. Soares Júnior (2011, p.114) ainda menciona

<sup>131</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 05-10-2016 e com Paulo Dantas de Oliveira, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>132</sup> Segundo Riedl (2002, p.126), ser sepultado em rede no Cariri não indicava somente um sinal de pobreza, mas também um voto de humildade.

<sup>133</sup> Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, 05-11-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

que a comissão de profilaxia rural lançou mão de seus discursos salubres pela capital e interior paraibano, onde se buscava comportamentos higiênicos. O urbano buscou romper com esses costumes vistos como atrasados do mundo rural. A urbe produziu um saber pautado em discursos salubres, por meio de determinadas condutas que circulavam pelos espaços e produziam suas formas ritualísticas diante os mortos.

Ainda em relação ao enterro de rede, Margarida lembra que aproximadamente na década de 1960, no sítio Riachão, zona rural de São João do Rio do Peixe, viu um enterro na rede. Margarida diz o seguinte:

Acho que eu tinha, podia ter uns dez anos mais ou menos purai. Eu tenho lembrança que a gente tava numa roça mais meu pai, ai, ia passando o velório de pessoa, num eracaxão não, era um homem que tinha morrido e ia passando numa rede, um monte de gente. Pegava uma rede, enfiava os punho da rede num cordão, nu nas coisa da rede, né, que bota no torno, e o defunto todo cuberto levava pra interrar no cemitério. Ai um levava o pedaço, cansava, ai era outro até chegar na cidade. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

Em relação ao enterro de rede, Cascudo (1983, p.129) menciona que no Nordeste a rede com o defunto era carregada em silêncio e a distribuição da cachaça era só depois do sepultamento. Os entrevistados não mencionam em suas falas, se nos cortejos as pessoas cantavam algum bendito, mas mencionam sobre as práticas de distribuição de bebidas, oferecidas as pessoas após sepultar os mortos.

Já, em relação aos enterros infantis, percebemos que não eram realizados em redes, mas em caixas ou em pequenos caixões. De acordo com Margarida, se a criança fosse sepultada no cemitério público, o seu cortejo acontecia da seguinte forma:

Era, levava pro cemitero, ai o pessoa nesse tempo num tinha carro, era, era distante que nem tinha, nem tinha moto. Colocava na bicicleta o anjim, ai saia um bucado de gente da família acompanhando e ia fazer o interro no cimitero. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 12-05-2017. São João do Rio do Peixe).

Margarida não menciona se a família passava com o corpo da criança na igreja para ser encomendada, mas em relação aos adultos esse costume incidia, pois a encomendação poderia acontecer em casa e geralmente em igrejas. No século XX, o costume de chamar os padres até a casa do moribundo para abençoar o corpo foi mencionado apenas por Francisco. No ano de

sua chegada em São João do Rio do Peixe, em 1946, era o padre Jácome o responsável pela administração da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário e por meio de sua fala percebemos que a encomendação também poderia ser feita em casa do doente, pois Francisco diz que se estivesse doente e mandasse chamar o padre, ele ia fazer a encomendação. O padre aspergia água benta sobre o corpo do morto e pronunciava algumas palavras que possibilitavam o perdão dos pecados pendentes<sup>134</sup>.

Se o moribundo não tivesse essa assistência em sua casa, o corpo deveria passar na igreja antes de seguir ao cemitério. A família passava com o corpo para receber a encomendação, ou para o padre celebrar missas em intenção da alma do falecido. Mas, as missas também dependiam da condição financeira da família do morto, pois conforme Margarida, as missas de corpo presente eram somente para as pessoas mais ricas da cidade, sendo que o pobre nem sempre tinham condições de pagar pelo ofício fúnebre<sup>135</sup>.

Francisco também menciona sobre as missas e que as pessoas (a família) nem sempre podiam pagar pelo ofício, pois:

Não. Celebrava os que podia pagar missa, né. Fazer missa, né. A missa de corpo presente, por causa que não podia pagar, só era coisa o corpo e ir pro cemitero. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe).

O pensamento da salvação da alma por meio da assistência religiosa ainda era muito presente no momento da morte. Ir munido dos sacramentos e ofícios fúnebres tornava-se significativo diante da passagem, assim como a lógica dos ritos de morte. Ao ser indagado sobre a possibilidade do morto seguir para o além sem a encomendação realizada pelo padre, Francisco diz que “tinha que ter fé”. Em seguida ele fez o sinal negativo com sua cabeça, enquanto olhava para o chão. O sinal de negatividade e olhar de Francisco revelaram suas crenças e medos diante da morte e como era significativo manter o ritual. A salvação acontecia por meio da fé.

Tendo sido encomendado o corpo, os familiares seguiam para o cemitério para sepultar o morto. Segundo Rodrigues (2006, p. 42), “o enterro era uma forma de assegurar a comunidade que o falecido caminha devidamente assegurado até o seu lugar no cemitério”. Sobre esses lugares no cemitério, os entrevistados mencionam que as catacumbas eram utilizadas pelos

---

<sup>134</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>135</sup> Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe-PB.

mortos que tiveram em vida uma boa condição financeira, já os demais eram inumados em valas comuns.

Depois do sepultamento, a família do morto oferecia cachaças às pessoas que acompanhavam o cortejo até a cidade, como salientado anteriormente. Esse momento era considerado uma prática comumente conhecida como *beber o morto*, um costume praticado na região do Nordeste, onde a família oferece cachaça durante os velórios e também após o sepultamento<sup>136</sup>. Segundo Margarida, “as pessoas bebiam mais depois do velório”, pois:

Era mais depois do velório que o pessoal ia com aquela pessoa pra enterrar, ai quando depois que enterrava, que eles voltavam, que enterrava na cidade as pessoas adultas. Ai quando passava na cidade, chamava bodega. Nesse tempo era bodega. Ai eles á a família ia paga a bebida pro, pras pessoas que ia pro interro ajudar. Pagava, quem queria tumar cana, era cana e vinho. Pra uns era cana e vinho. Tinha deles que tumava uma bicadinha, duas só porque tumava mesmo poruqe tinha vinco do cemitero e outros gostava de beber. Tinha deles que vinha para casa já tomando pra casa. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

O morrer em São João do Rio do Peixe era perpassado pelo sagrado e o profano através de momentos de diversão, em que os rituais de passagem encerravam-se regados a bebidas, pois era uma forma de fechar um ciclo e começar outros. Segundo Rodrigues (2006, p. 43), percebemos que:

Não é por simples acidente que os ritos dos mortos são frequentemente articulados a outros ritos de passagem, particularmente os ritos de iniciação é que também no nível dos rituais a morte é a passagem de uma forma de vida social a uma outra, ela não é o fim da vida, mas a iniciação de uma nova.

Rodrigues (2006) chama atenção para o que discernimos ao longo de nossa escrita. Os ritos de passagem não finalizam em parte esse momento da morte, pois a morte não é o fim segundo os cristãos, mas o começo de uma nova vida e, por isso, os ritos de passagem e *post-mortem* refletem o elo e de proximidade entre vivos e mortos, pois se acredita na continuidade da existência.

#### **4.2 Ritos *post-mortem*: o processo do luto**

---

<sup>136</sup> Silva e Medeiros (2016, p.17) ressaltam em seu trabalho sobre o ritual de “beber o defunto”, como sendo uma representação social do velório, para além de um ritual cristão, denotando um espaço de encontro e celebração.

Depois do primeiro choque, segue o período do luto, e é durante esta etapa que se aprende a viver com este vazio, a transformá-lo em saudade, e ainda a viver com ela. Pode-se dizer que isto é realizar o trabalho do luto [...] (REESINK, 2012, p.41).

A partir das discussões de Oliveira (2011, p.10), percebemos que o processo do luto se dava logo após o sepultamento, pois:

[...] começava a se desfazer das coisas do morto, como as roupas do defunto, especialmente suas roupas de cama e o colchão, varria-se a casa cuidadosamente, lançava-se a poeira para fora, como forma de não deixar vestígios para a alma do morto não voltar a casa onde viveu, sendo que não se termina a preocupação com a o caminho que a alma do morto tinha que seguir não poderia ficar vagando na terra, por isso, durante os setes dias, sempre reza-se durante esse tempo, pois costuma-se dizer que a alma só abandona o corpo no último suspiro. O corpo ficaria na terra durante três dias ou até a missa de sétimo dia ou então até a família vestir luto, prática essa que podemos observar presente atualmente. Quando alguém falece, durante sete dias todas as noites às 18 horas se acende uma vela e reza-se para a alma do falecido, que segundo a crença católica é como se o indivíduo que faleceu não soubesse que tinha morrido, então durante esses sete dias ele sempre está lá, por isso a necessidade de rezar; só no sétimo dia o falecido percebe que não pertence a esse mundo terrestre e sua alma parte para o outro mundo céu ou inferno.

Oliveira (2011) ressalta sobre o desfazer-se das coisas do morto, como parte também desse ritual. O luto se trata de um processo delicado em que a família sofre pela perda da pessoa querida. Ao analisar as práticas fúnebres dispensados aos mortos na Bahia oitocentista, Reis (1991, p.132) percebeu que as manifestações dos “[...] enlutamentos possuíam finalidades sociais, como afastamento da alma do morto do mundo terreno, defendendo a família enlutada de sua volta, servindo também de preceito e prestígio social para as famílias abastadas”.

Ao mencionar em seus estudos sobre o processo do luto em Russas (CE), Ribeiro (2013, p.47) discerne que a família enlutada externava a dor por meio de preceitos que remetiam ao luto, que eram expressos publicamente. Era uma manifestação social, que se traduzia em suas vestimentas, como o vestir preto, já que no imaginário cristão simbolizava a morte. Essas manifestações em São João do Rio do Peixe, também se traduzem pelo pano preto que os homens carregavam no bolso da camisa e através da barba, que deixavam crescer por um mês.

Segundo Cascudo (1951, p. 23), “[...] quanto maior a proximidade, mais longo seria o período proibitivo de recolhimento e controle dos sentimentos [...]”. Essas práticas direcionadas

ao luto através do uso das vestes negras são percebidas nas falas dos entrevistados. Francisco lembra que ao longo do século XX em São João do Rio do Peixe, ao morrer uma pessoa a família deveria “botar o luto”. Francisco menciona que a mulher vestia roupas pretas por um longo período, “eternamente”, e os filhos e netos vestiam por um ano consecutivo<sup>137</sup>.

Ribeiro (2013, p.48) ressalta que “o luto era preparado para o sétimo dia após a morte [...]”. Através da entrevista realizada com Margarida, percebemos pontos em comuns entre as regiões estudadas, pontos que mostram a relação da família do morto com o processo do luto. Segundo Margarida, a partir do sétimo dia após o falecimento, os familiares saiam da zona rural para a zona urbana comprar o tecido preto para fazer a roupa<sup>138</sup>.

Como parte de um ritual de morte, traduzido por meio dos sentidos e significados para as crenças diante da morte, o luto se consolida também como um momento em que a família do morto tece orações, assim como as missas, para que ele possa encontrar um lugar no além, que encontre a salvação da alma. A certeza de uma nova vida após a morte era muito presente nesse meio católico, e por isso essas ações de reforçar as preces a santos eram necessárias dentro da lógica fúnebre, que desenvolvia por meio das crenças no além um apego aos mortos. As preces eram reforçadas por meio das lembranças individuais de cada sujeito, e tornava-se parte de um processo que ganhava significados coletivos atribuídos ao luto a partir de sua religião (BOSI, 2003, p. 31).

### **4.3 O último retrato: “prática fotográfica” em São João do Rio do Peixe**

O uso da metodologia da História Oral, dos álbuns de família e suas fotografias fúnebres permitiram-nos uma reflexão sobre o desenvolvimento da prática fotográfica construída em São João do Rio do Peixe em fins da década de 1950. Por ter essa aproximação com o vivido, a História Oral nos revela experiências históricas que tornam o passado mais concreto, a partir da construção da memória do “ente querido”. (ALBERTINI, 2004, p.24).

Pensando na construção dessa prática fotográfica para São João do Rio do Peixe, buscamos fazer usos das discussões de Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2015, p. 12-14-15), que discerne sobre a popularização da fotografia por entre as várias camadas populares a partir dos anos de 1920-1950 e como a prática de retratar os mortos foi deixando de fazer parte das cenas fúnebres, assim como a presença dos fotógrafos profissionais, já que tais práticas de fotografar os entes queridos não condiziam com um modelo de urbanidade e civilidade

---

<sup>137</sup>Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>138</sup>Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe-PB.

brasileira. Ao realizar uma pesquisa em João Pessoa (PB), sobre a prática de fotografar os mortos, o autor percebeu que com a secularização da morte, o cidadão moderno assumiu novas posturas sobre o momento fúnebre a partir do uso das fotografias. A foto fúnebre entrou em decadência a partir dos anos de 1970, estendendo-se para os anos de 1980-1990 em diante.

Esse lidar com a morte através das fotografias começaram a se fazer presentes em São João do Rio do Peixe em fins dos anos 1950. Francisco de Sousa mencionou que em São João do Rio do Peixe antes dos anos de 1960, não tinham fotógrafos profissionais que residissem na cidade. Os que apareciam eram alguns fotógrafos itinerantes que seguiam pelas cidades oferecendo seus serviços fotográficos. Assim, em fins dos anos 1950 a 1960, chegou a São João do Rio do Peixe um fotógrafo profissional conhecido por Totô, e que passou a residir em São João. Com sua presença na cidade, a fotografia tornou-se algo mais acessível entre alguns sujeitos que podiam pagar pelo retrato.<sup>139</sup>

Ao fazer um estudo sobre a cultura fotográfica no sertão da Bahia no século XX, Oliveira (2014, p. 64) discute sobre as dificuldades dos fotógrafos de viver apenas de seu trabalho. Viver do ofício do fotógrafo no interior era um grande desafio. Mesmo a fotografia tendo uma popularização maior, não havia um público grande de consumidores, já que as fotos ainda se reservavam às classes médias do Brasil.

Ao citar sobre a presença do fotógrafo em São João do Rio do Peixe, Francisco não menciona se Totô exercia outras funções além de seu ofício de fotógrafo.

O entrevistado chega a comentar que as fotografias eram feitas em preto e branco, pois ainda não havia fotos coloridas. Francisco descreve como eram as fotografias feitas pelo profissional. O entrevistado afirmou existir a foto  $\frac{3}{4}$ , que era de uso exclusivo para documentos, tinha “o postal”, em que o entrevistado menciona como sendo algo grande e o “meio postal”, em que Francisco diz ser um retrato pequeno. Francisco ainda menciona que Totô trabalhava principalmente com os registros em  $\frac{3}{4}$  e o meio postal. O entrevistado não lembra do custo das fotografias, mas segundo ele era algo barato, acessível às pessoas sem maior poder aquisitivo<sup>140</sup>.

A prática fotográfica chegou a São João do Rio do Peixe a partir do momento que a cidade se urbanizava, onde novos atores sociais preenchiam a cena urbana: médicos e farmacêuticos. A cidade urbanizava-se e produzia uma ampliação dos grupos de consumidores, pois o advento do moderno modificou os modos de vida de algumas pessoas que puderam deixar registrado a foto fúnebre, a cena da despedida. (OLIVEIRA, 2014, p.16-18 e 133).

---

<sup>139</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 05-11-2016. São João do Rio do Peixe-PB.

<sup>140</sup> Idem.

Como parte de suas lembranças sobre as fotografias, Francisco descreve um pouco sobre como era a máquina fotográfica utilizada pelo fotógrafo Totô.

Era uma máquina assim, quadradzinha [...] ela era pequena assim, meia alta assim. Botava assim, butava no olho. (Entrevista realizada com Francisco de Sousa Oliveira-11-10-2016. São João do Rio do Peixe).

Margarida também menciona sobre como era a máquina fotográfica usada para registrar o momento fúnebre nas décadas de 1960- 1970 (aproximadamente) em São João do Rio do Peixe.

Era um negócio que ele colocava no chão com uns ferro, ai butava essas máquinas que tira na frente, ai de lá ele tirava a foto. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa-09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

Como parte da memória dos entrevistados, percebemos que o instrumento utilizado para realizar os retratos era a “máquina mão no saco” (saco de mão), muito utilizada pelos fotógrafos nos oitocentos e novecentos. O que nos causa estranhamento é que Francisco diz que as fotos não eram reveladas na hora, pois demoravam alguns dias para o fotógrafo entregar o retrato a família. A máquina “mão no saco”, entretanto, possibilitava a revelação em instantes depois de se fazer o registro. Possivelmente Francisco tenha se enganado sobre a revelação das fotos, ou esteja falando de outro instrumento que apresenta semelhanças com a referida máquina.<sup>141</sup>

Ao fazer uma discussão sobre a cultura fotográfica na cidade de Cajazeiras nos anos 1930-1980, Abreu (2017, p. 38) explica como eram as máquinas usadas pelos fotógrafos na cidade de Cajazeiras, e que também se tratava de máquinas “mão no saco”. Vejamos:

[...] máquina “mão no saco”, e consistia em um caixote de madeira com um pano geralmente escuro para não permitir a passagem da luz, no qual eram enfiadas as mãos do fotógrafo, podemos presumir que teria sido esse o motivo do nome “mão no saco”. Além de captar a foto, a máquina contava com um laboratório interno que revelava a fotografia na hora, podendo assim ser entregue ao cliente imediatamente após o processo. O fato de ser máquina e laboratório ao mesmo tempo, acarretava em um peso considerável, pois havia ainda o tripé e os produtos químicos necessários para revelação que ficavam na parte interna da máquina.

---

<sup>141</sup> Entrevista realizada com Francisco de Sousa, 11-10-2016. São João do Rio do Peixe-PB.



Eram com essas máquinas que os fotógrafos exerciam seu ofício nas cidades e no interior, em que as cenas da vida cotidiana perpassavam pelas lentes da câmera e passavam a ser paralisadas em uma fotografia<sup>142</sup>.

Por entre suas lembranças de infância, quando tinha três anos de idade, Margarida menciona que lembra do velório de sua avó e do momento em que a família se posicionou por trás do caixão para que o fotógrafo fizesse o registro fúnebre. Vejamos:

Lembro da minha vó que eu tinha três anos de idade e tenho uma pequena lembrança quando tava tirando as fotos. Meu pai, meus tios, era em casa, ai chamaro esse homi, veio tirar foto. Eu fiquei muito admirada quando eu vi e achando muito bonito aquilo, inocente sem saber de nada, eu tinha três anos. Tenho essa pequena lembrança que eu vi ela morta no caxão e o pessoal ao redor do caxão e um home tirando foto, eu achando aquilo era bunito, mais eu não sabia o que tava acontecendo. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa-09-01-2017, São João do Rio do Peixe).

As fotografias de mortos geralmente eram feitas em grupo, onde familiares e amigos juntavam-se por trás do caixão para fazer o registro. Geralmente nessas fotos fúnebres as pessoas olhavam para o morto ou o fotógrafo. Por se tratar de algo novo em São João do Rio do Peixe, provavelmente as fotos tenham sido recebidas como mais uma das novidades que adentravam os espaços da urbe. E a foto passou a ter um significado na vida cotidiana das pessoas, um sentido simbólico, pois conforme Oliveira (2014, p.23) “[...] além de ser um objeto material, as fotografias são construtoras de sentidos”.

Cada fotografia fúnebre traz uma carga de elementos simbólicos que são atrelados aos mortos para a sua proteção na viagem, como as vestes fúnebres (velas, flores, crucifixo ou touca), a forma de como o morto deve seguir viagem, já que o corpo morto possui uma linguagem, que dita como ele deve estar no caixão e que elementos de sua vida ele pode levar para o além. Também as expressões dos vivos mostram os sentidos atribuídos às imagens através do processo do luto. O retrato possibilita por meio do seu caráter estético uma comunicação com o mundo, representando aspectos de um lugar e de um momento doloroso

---

<sup>142</sup> Segundo Gawryszewski (2016, p.294), inicialmente a fotografia foi publicada por Luis Daguerre no ano de 1839 na França. No Brasil a deguerreótipo chegou em 1840, onde apenas uma elite abastada tinha o costume de fotografar-se. Com o formato cartão de visitas houve um barateamento e popularização da fotografia nas camadas mais baixas. De acordo com Borges (2011, p.50), o cartão de visita era um retrato de cerca de 9,5 x 6,0 cm, montado sobre um cartão rígido de 10x6,5 cm, aproximadamente.

para os familiares ou traços da busca pela boa morte, que passa a ser fixada nas imagens. (BLUME, 2013, p. 6).

Mesmo com todas as dificuldades de falta de dinheiro, de residir longe da cidade, as pessoas se mobilizavam para mandar fazer o retrato do morto. Margarida lembra que as pessoas não iam para frente da câmera de qualquer forma, já que:

Eles se arrumavam, vestia umas ropinhas melhor, por que já sabia que era para levar pro cemitero e ia para cidade. Eles não ia com a roupa que tava em casa não. Tinha que vestir uma ropinha melhor. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa-09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

No fundamento dessa produção e consumo das imagens a foto também se caracterizava pela ideia de representar os vivos com as melhores roupas, e mostrando que o morto dormia tranquilo em seu caixão. A fotografia é um objeto que se reserva à memória, que ganha novas significações ao longo do tempo, pois os sujeitos fotografados deixaram suas marcas e gestos na imagem, que passaram a ser relegadas à posteridade e incorporaram-se ao seu meio social devido aos seus usos, práticas e significados que a fotografia passa a ter nos momentos de despedidas. (MAUAD, 2014, p.14).

Por meio da fala de Margarida e de Francisco, percebemos uma circulação maior da fotografia enquanto produto oferecido pelos fotógrafos nas cidades e também nas zonas rurais, já que segundo Abreu (*apud* MORAES, 2017, p.39), “[...] os fotógrafos saem dos estúdios e adentram as ruas [...]”. Isso significou uma expansão e popularização da fotografia nas camadas populares. Esses usos feitos das fotos também podem ser entendidos, segundo Borges (2011, p.73), como documentos que informam a cultura material de cada época.

Conforme Mauad (1996, p.11), “a fotografia não é apenas documento, mas também monumento e, como toda a fonte histórica, deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna para, depois, ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a certa cronologia”. Cada época e local exprimem experiências e práticas fotográficas diferenciadas. Por meio desse diálogo com as imagens e da forma de como nos apropriamos delas, como fonte e objeto de pesquisa, entendemos as fotos como objetos reservados às memórias de despedidas. Esses momentos de despedidas representam os sujeitos sempre com semblantes entristecidos, que olham fixamente para o morto ou o fotógrafo.

Por trás da produção e representação das imagens é possível perceber a existência de um olhar técnico pousado sobre a foto e um desejo da pessoa que se deixa retratar, assim como

uma intencionalidade que leva a produção das fotografias. A morte é apropriada e construída socialmente, sendo representada por meio das práticas de um determinado grupo que se inscreve na lógica de seus rituais fúnebres. (CHARTIER, 1989, p. 184).

Para Pesavento (2005, p. 41), “[...] as representações dizem mais do que mostram, do que anunciam, no qual porta sentidos ocultos construídos sócio e historicamente, que se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais dispensando reflexões [...]”. Assim como as fotografias, as representações produzem conhecimento sobre um dado lugar e momento da história, pois segundo Mauad (2010, p.5-6) a relação com as imagens se constituem entre o “sujeito que olha e a imagem que elabora com o real, a realidade por meio da experiência sensível de relacionar-se com o mundo, pois a prática fotográfica é uma experiência social”.

Nessa relação entre sujeito e imagem, Kossoy (2012, p.47-48) menciona que “toda fotografia é um resíduo do passado [...] produzida com certa finalidade [...]”. A fotografia não é um registro mecânico, mas um produto da relação humana, construída a partir da relação das pessoas com a imagem e com a prática fotográfica, que envolve o olhar do fotógrafo, muitas vezes um olhar educado que ditava como os vivos deveriam se portar no retrato, para onde olhar, qual semblante fazer. Um olhar que preparava o morto para que no registro sua face seja nítida na fotografia: a face da boa morte, serena e em paz.

O ato fotográfico envolve a tecnologia usada na foto: como manusear a máquina, o tempo da preparação, tempo gasto pelo fotógrafo de ir até as residências dos mortos, igrejas e ou cemitérios, de saber como lidar com as emoções da família dos mortos; e o tempo da família de saber lidar com o momento da perda: manter um controle das emoções ao serem fotografados. A foto não é somente um documento, mas um registro de lembranças, sensibilidades e significações (KOSSOY, 2012, p.51-106).

#### **4.4 Álbuns de família: quando só resta a saudade**

Saudade: lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoa ou coisa distante ou extinta. Pesar pela ausência de alguém que nos é querido. (FERREIRA, 2001, p. 624).

Como diz Albuquerque Júnior (2006, p.118-121), nós não sentimos saudades das mesmas coisas, cada tempo tem suas saudades, cada pessoa tem do que lembrar e sentir saudades em dados momentos. A saudade é domínio dos sentidos e não da razão. Ela ameaça

os nossos sentidos e nos faz mergulhar em um poço de melancolia. Saudades lidam com as emoções, que muitas vezes torna-se difícil controlar. A saudade também atraca no campo da memória, se estabelece nas relações com as coisas e as pessoas. A saudade caminha no terreno do afeto, do amor daquele que não mais está entre nós.

As fotografias adentram o campo da saudade, como forma de amenizar a melancolia da partida. As fotografias são produções sócio-culturais, pois como ressalta Mauad (1996, p.10) “[...] a imagem não fala por si só; é necessário que perguntas sejam feitas [...]”. A dor da perda é algo íntimo e particular da família do morto, por meio do processo do luto essa dor traveste-se em saudades, que perpassa pelos labirintos da memória e condensa-se em álbuns de família, ganhando significações. Os álbuns de família são documentos privados, de valor imensurável, que guardam momentos de despedidas, memórias dos entes queridos. A dor da perda passa a ser significada, por meio das fotos do último adeus; são os álbuns de família que permitem preservar a memória a gerações futuras, que permitem construir novos significados ao longo de tempo por aquele que a observa. (REESINK, 2012, p.13).

Ao fazer um estudo sobre os circuitos e funções sociais da imagem no interior baiano, nos anos 1900-1950, Oliveira (2014, p.138), menciona que:

O álbum fotográfico surgiu como uma das invenções do crescente mercado industrial. Sendo bastante utilizado pelas famílias até a primeira metade do século XX, era uma forma de registro característico das classes médias (apud, LEITE, 2000, p. 75), enquanto, entre famílias de baixa renda, era mais comum fotografar apenas seus momentos significativos, como casamento, batizado ou reunião do núcleo familiar ou de um círculo mais ampliado de parentes, comumente guardadas em caixas, como as de sapato. Até a primeira metade do século passado, álbum fotográfico era um produto das famílias mais prestigiadas economicamente.

Com o surgimento da fotografia em São João do Rio do Peixe no século XX, também entra nesse contexto os álbuns. A ele reservava-se somente a um determinado público, os que podiam pagar pelos serviços dos fotógrafos e comprar o livro de guarda-fotos. Em sua entrevista, Margarida menciona sobre o álbum e demais lugares que também reservavam-se às memórias de despedidas.

Era guardada dentro de saco. Dentro de mala, dentro de saco de pano. Nesse tempo e saco de pano. Pegava e guardava, aí quem podia comprava uns aluzim pequeno, aí guardava. Quem não podia guardava, guardava no fundo

do baú, nos fundos da mala. Com um tempo ia ficando amarelo. (Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe-PB).

Geralmente as pessoas tiravam suas fotos em momentos significativos, como batizados, casamentos ou morte. A fotografia como elemento desse mundo moderno também possibilitou exclusões, pois nem todos conseguiram ou puderam deixar registrado em imagem o último adeus: a “modernidade” não era para todos.

Para este trabalho utilizamos o álbum da família de Margarida. A entrevistada apresenta narrativas elaboradas por meio das histórias contadas por sua mãe, que relatava a ela quem eram as pessoas das fotos e como foram elaborados os ritos de morte dos sujeitos fotografados.

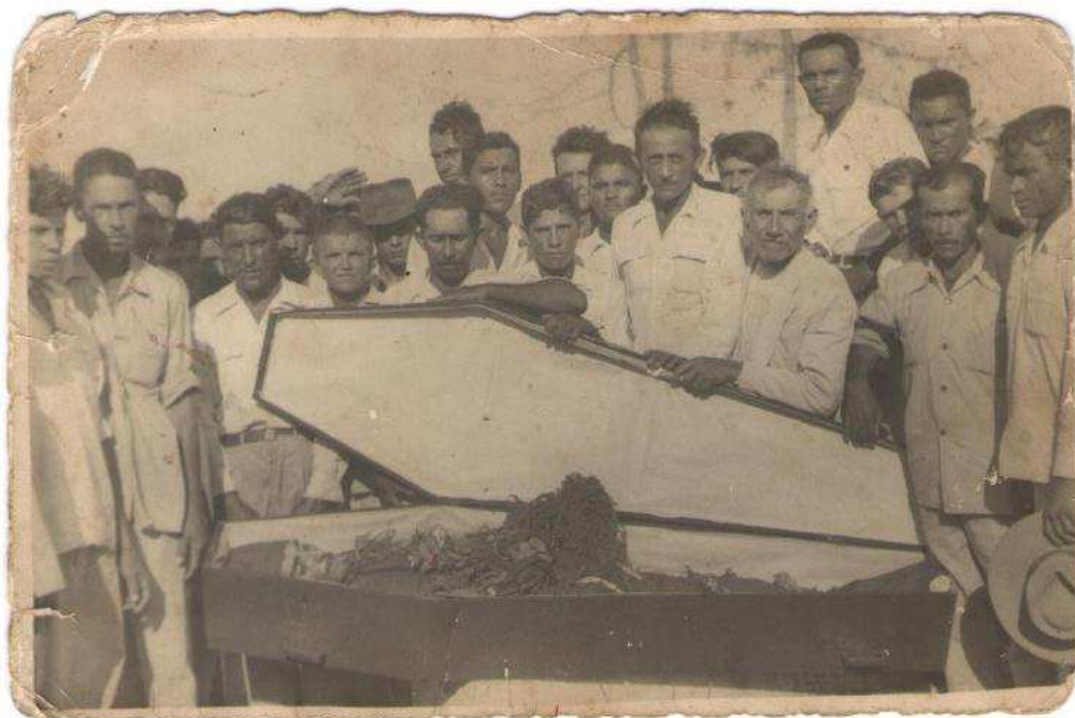
Essas fotografias circularam apenas entre os familiares, pois nem todos da família puderam comparecer ao velório e foram feitas cópias de uma das fotos para enviar aos familiares distantes. Utilizamos nesta monografia três fotos do álbum da família de Margarida. As informações sobre as fotos foram colhidas por meio de uma ficha técnica (questionário), focalizando algumas questões como: nome do falecido, profissão, estado civil, onde residia, ano de nascimento e ano de falecimento, idade, causa-mortis. Buscamos também saber algumas questões relacionadas à foto, como: tecnologia usada, altura e largura da imagem. Também procuramos algumas informações que nos ajudassem a refletir sobre as imagens, como: detalhes sobre o caixão, como está o morto dentro do caixão, quem mais está com o morto, como essas pessoas estão, qual o cemitério que foi sepultado, se o corpo foi encomendado na igreja, quem era o fotógrafo e onde foi tirada a fotografia<sup>143</sup>.

A primeira fotografia que apresentamos é de um sepultamento de um homem com hábito franciscano. O defunto era cunhado do pai de Margarida e ela diz não saber seu nome, mas segundo o que sua mãe falava, o defunto havia nascido em 1902 e morreu devido a um problema nos pulmões no ano de 1959. A foto é em preto e branco e tem 8 cm de altura e 12 cm de largura.

---

<sup>143</sup> Tomamos de empréstimo as reflexões de Kossoy (2012) para pensarmos as informações referentes as fotografias, no qual utilizamos uma ficha técnica (questionário)

Imagem 7 – Sepultamento de homem com hábito franciscano, 1959.



**Fonte:** (Arquivo: Margarida Maria Ribeiro de Sousa)

Debaixo de um sol ardente, vinte e quatro homens posam para a foto junto do morto. Todos vestem roupas claras e um deles (homem que está em terceiro plano, em uma posição elevada) carrega em seu corpo o anúncio da morte, a marca do luto representada pelo pano preto que apenas os homens colocam no bolso da camisa. A foto provavelmente deve ter sido tirada do lado de fora do cemitério ou na parte externa de casa: “terreiro”. Provavelmente todos esses homens devem ter sido, assim como o morto, agricultores. E mesmo não tendo tanto dinheiro, eles se preocuparam para saírem bem representados na foto, deixando-se retratar com suas melhores roupas.

Percebe-se que a fotografia tem três planos. O primeiro é onde está o morto, em segundo plano estão os homens por trás do caixão e o terceiro, os homens que estão em posições mais elevadas em relação aos outros (provavelmente devem ter subido em algum banco, com o intuito de aparecer na fotografia). Dois homens usam chapéus, um destes homens em sinal de respeito ao morto, segura o chapéu em uma das mãos, enquanto seu rosto queima ao sol, já o outro continua com o chapéu na cabeça, rompendo assim a boa educação que se deve ter com os mortos.

Algumas dessas pessoas são familiares do morto, outros amigos. O homem alto, moreno no fundo da foto (em terceiro plano) é cunhado do falecido e irmão do homem que estendeu

seu braço por cima da tampa do caixão, também cunhado do morto. No lado direito, próximo da cabeça do falecido, o segundo homem de estatura mediana, moreno e de roupa branca, também é cunhado do falecido. Os demais são amigos, ou parentes distantes.

Todos os homens fitam a câmera, menos o rapaz que fica próximo aos pés do morto. Provavelmente o fotógrafo tenha sugerido que os indivíduos presentes na fotografia olhassem para a câmera e este sujeito preferiu esconder suas emoções, enquanto olha profundamente para a face do morto.

Os homens encenam um controle emocional na foto, pois no retrato percebemos que não há nenhuma evidência de desolamento em suas faces, apenas do cunhado do morto que possa para a foto com um olhar desolador de melancolia, enquanto fita o morto. Alguns enrugam os olhos, provavelmente devido ao sol ardente, não deixando transparecer nenhum sinal de tristeza e dor mediante a perda. Nessa relação entre sujeito e fotografia, o personagem principal e o motivo de criar esta imagem não é somente o morto, mas os vivos, pois se percebe o desejo de guardar a última lembrança. Movidos pelo anseio de fazer o registro da despedida, esses homens posam por trás do caixão para o fotógrafo que segura sua máquina bem à frente dos sujeitos.

O corpo do morto se esconde dentro do caixão que é recoberto em seu interior de um tecido branco e tem o exterior de cor preto. O caixão é apoiado em bancos. Por cima de seu corpo algumas folhas, provavelmente colhidas nos arredores de sua casa. O morto usa uma roupa fúnebre que faz referência ao santo São Francisco de Assis. Segundo Reis (1991, p.119), os usos feitos das mortalhas de santos significava uma forma de apelo e, por isso, escolhia essa cor para a hora da viagem. Além da mortalha, o defunto usa uma touca de cor marrom em sua cabeça. A imagem do morto representa um rosto sereno, que parece buscar o perdão de Deus pelos seus pecados, enquanto parece dormir em seu caixão, com as mãos cruzadas sobre o peito, em sinal de clemência. Seu sepultamento foi feito em vala comum e sepultou-se em São João do Rio do Peixe, no cemitério Nossa Senhora da Consolação.

Provavelmente esta foto, na área externa do cemitério, ou da casa do falecido, tenha sido registrada pelo fotógrafo profissional Totô, pois como o falecido sepultou-se no cemitério de São João do Rio do Peixe e o fotógrafo morava na cidade, a família pode tê-lo chamado para fazer o registro na parte externa o cemitério ou tê-lo convidado até a residência do defunto.

Através dos rostos desses homens, percebemos que provavelmente havia um padrão estético para as fotografias fúnebres. Embora a entrevistada não tenha informado se o fotógrafo orientava as pessoas no momento do registro, acreditamos que possivelmente esse profissional

interferisse na forma de como todos deveriam porta-se diante da câmera, pois se percebe uma encenação e controle de suas emoções.

Ao fazer um estudo sobre os rostos e como a face das pessoas pode indicar uma mensagem, Courtine e Haroche (2016, p.17-18) mencionam que “o retrato é um indicador de novas estruturas mentais e sociais da expressividade individual”, pois:

Uma história do rosto é, com efeito, ao mesmo tempo, a história do controle da expressão, das exigências que contribuíram desde o Renascimento de um tipo de comportamento social, emocional, sentimental, psicológico, fundado no afastamento dos excessos de silenciar do corpo.

O retrato revela rostos que se reservaram no silêncio de sua dor. Observa-se por meio do retrato uma “domesticação dos sentimentos” na hora da morte, no qual se deve deixar representar na fotografia. As fotos de despedidas possuem esse caráter estético, já que a produção das imagens envolve um olhar técnico, educado, que pousa sobre o corpo de vivos e mortos. Um momento em que os vivos são todos alinhados por trás do caixão, enquanto o morto fica em evidência no primeiro plano da imagem.

A segunda fotografia que apresentamos neste trabalho, é de Maria da Conceição. A falecida era avó de Margarida. Margarida diz que Maria da Conceição era agricultora, nasceu em 1892 e faleceu aos 70 anos de idade, no ano de 1962. Maria da Conceição morava no sítio Riachão, zona rural de São João do Rio do Peixe, era divorciada e tinha sete filhos. Margarida diz que sua vó morreu devido a um problema de saúde no estômago (provavelmente de úlcera). A foto é em preto e branco, possui 8 cm de altura e 12cm de largura e tem o mesmo padrão da foto anterior. Talvez este detalhe possa indicar que tenha sido o mesmo fotógrafo responsável pelo primeiro registro apresentado.



Imagem 8 – Sepultamento de Maria da Conceição, 1962



**Fonte:** (Arquivo de Margarida Maria Ribeiro de Sousa)

Segundo Kossoy (2012, p.101), “um verdadeiro inventário temático-iconográfico se acha reunido numa fotografia, a imagem fornece indicações explícitas e implícitas que a constituem [...]”. Neste caso, percebemos aspectos semelhantes entre as duas fotos, aspectos que condensam sobre a encenação dos vivos para aparecer no registro, já que algum destes homens também estão presentes na imagem 7. Nesta fotografia identificamos semblantes mais entristecidos, pois percebemos olhares cabisbaixos que contemplam a face serena da falecida, olhares ressentidos que sentem saudades da mãe, da avó, da tia, da amiga.

De acordo com Borges (2011, p. 62), “ao executar seus ritos, os homens não apenas criam formas para domesticar a dor e o medo diante do sentimento de perda que a morte acarreta, como também estabelecem normas para regular as condutas dos membros das comunidades a que pertencem”.

A família se mobilizou e pediu para que o fotógrafo fosse registrá-la em imagem no dia do seu sepultamento. Segundo Ribeiro (2013, p.51), registros como o apresentado acima também busca “[...] amenizar a dor da perda, que funciona como um mecanismo de afirmação de que o morto não será esquecido [...]”. Como vínculo memorativo, a foto fornece informações sobre o luto e das crenças construídas em relação a concepção da morte com passagem.

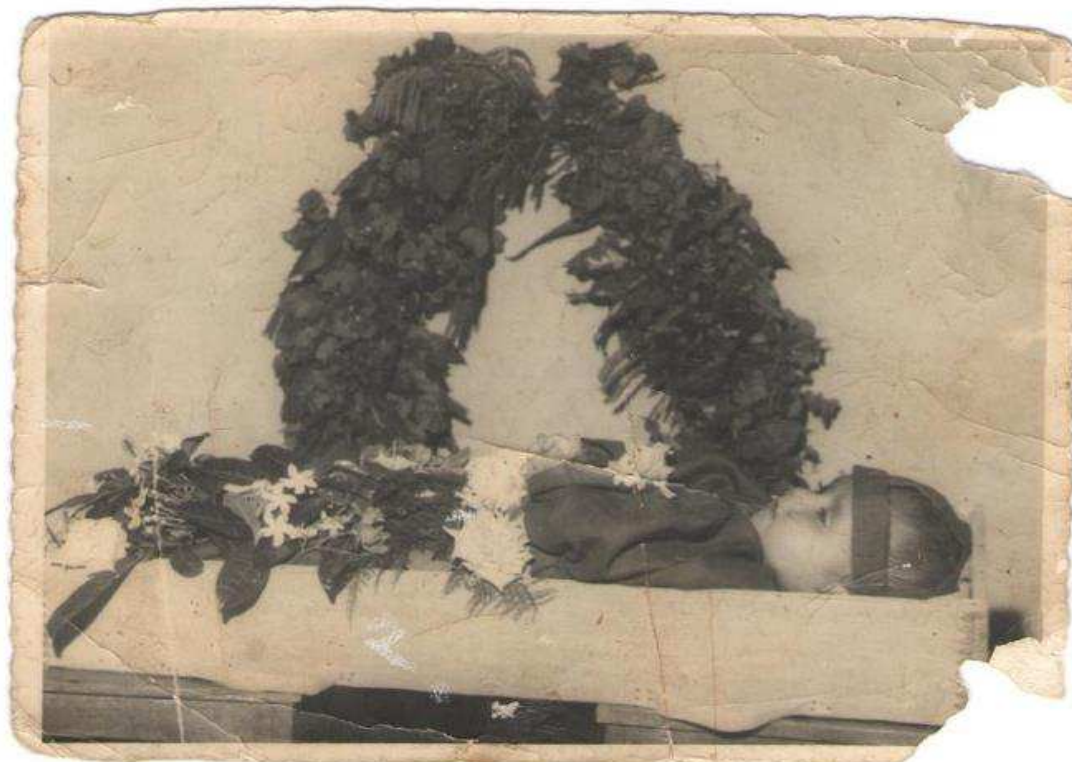
Nas duas fotografias (imagens 7 e 8) somente homens pousam para a foto junto aos mortos e todos os homens também vestem roupas claras e estão muito bem apresentados na fotografia. Três destes homens carregam um paninho preto no bolso da camisa e quase todos posam para a foto olhando para Maria com um ar de tristeza em sua face. Apenas um destes homens fita a câmera, localizado no canto esquerdo da fotografia.

O corpo de Maria da Conceição passou na igreja antes de seguir rumo até a sua vala no cemitério Nossa Senhora da Consolação. Percebe-se que a foto foi tirada no interior da igreja (*vide* Imagem 8), pois bem ao fundo é possível perceber duas imagens de santos. A foto tem dois planos, o primeiro tem-se o morto na frente e o segundo os homens que ficam por trás do caixão. Todas essas pessoas da foto são familiares. Os quatro homens próximos à tampa do caixão são seus filhos e os demais sobrinhos e netos.

Maria da Conceição parece dormir em seu caixão preto de madeira, revestido por um pano de cor branca, mãos transpostas sobre o peito e em cima de seu corpo inerte há um crucifixo de madeira, refletindo suas crenças e de sua família e as devoções ao seu Deus. Maria da Conceição também foi sepultada no cemitério Nossa Senhora da Consolação, em uma vala comum.

A preocupação de guardar a última lembrança também circulou nas representações da morte infantil. Tonou-se costume no Brasil as famílias mandarem fazer o registro dos pequenos defuntos. A terceira foto que utilizamos neste trabalho é de uma criança. Margarida diz que a criança morta era sobrinho de sua mãe e que não lembra o nome da criança. Afirmou-nos saber que seu sobrinho morreu devido a “uma doença de criança”. Ele morreu no dia 16 de janeiro de 1966. O pequeno defunto era filho de Terezinha e Antônio Nogueira, ambos agricultores e moradores no sítio Riachão dos Gilas, zona rural de São João do Rio do Peixe. A foto é em preto e branco, tem 8 cm de altura e 12cm de largura e provavelmente deve ter sido tirada em casa à luz do dia e pelo mesmo fotógrafo das outras fotos (imagens 7 e 8).

Imagem 9 – Velório de criança, 1966.



**Fonte:** (Arquivo de Margarida Maria Ribeiro de Sousa)

A criança é retratada sozinha na imagem. Percebemos que houve uma arrumação do espaço para fazer o registro fotográfico. Na parede, como arranjo fúnebre, tem-se um coroa de folhas decorando a cena do velório. A criança veste roupas franciscanas, pois por entre as folhas e flores que recobre o morto, ainda percebe-se um cordão transpassado pelo seu corpo. Esse é um cordão típico usado em vestes franciscanas. O pequeno defunto tem as mãos entrecruzadas em sinal de oração e seus olhos estão abertos.

Em relação às crianças mortas e sobre o costume de algumas famílias preferir que a criança siga viagem com os olhos abertos, Borges (*apud* SALGADO, 2011, p.64-65) menciona que:

Segundo a crença popular do Nordeste, quando morrem anjinhos, ainda não acostumados com as coisas da vida e quase sem conhecer as coisas de Deus, é preciso que seus olhos sejam mantidos abertos para que possam encontrar com mais facilidade o caminho do céu. Pois com os olhos fechados, os anjinhos errariam cegamente pelo limbo, sem nunca encontrar a morada do Senhor.

A forma de como o morto deve seguir viagem depende a sua morada no além. O último retrato, também mostra o pequeno defunto, com uma touca na cabeça. A touca foi feita com dois tecidos, que na parte de seu crânio é recoberto com uma trama transparente e em sua testa ela é mais evidente, todos de cor marrom, assim como a roupa, cor do hábito de São Francisco de Assis. Acerca desse imaginário popular cristão, Ribeiro (2013, p.56) menciona que a touca na cabeça da criança morta representa o resplendor que “[...] funciona como guia para os olhos desprovidos de conhecimento sobre o trajeto a ser percorrido”. A autora ainda menciona que esses adereços usados em crianças mortas estão associados aos santos e anjos, pois “[...] o resplendor era a expressão da auréola” (RIBEIRO, 2013, p.56).

Talvez por haver essa associação com anjos e santos, os adultos (*vide* imagens 7 e 8) tenham também recorrido na hora da morte aos usos dos ritos fúnebres infantis, pois eles também fazem uso de uma touca em suas cabeças e, talvez, pudessem ajudá-los e protegê-los na hora da passagem.

As fotografias de crianças mortas carregam um sentido de deixar transparecer por meio da imagem a paz e a alegria que cerca a morte infantil<sup>144</sup>. Essas fotografias inserem-se dentro de uma tradição cristã, pois a criança vista como inocente transparece um espírito puro, irradiado de luz, que ocupará um lugar ao lado de Deus, tornando-se anjo (RIBEIRO *apud* KOURY, 2013, p. 58).

Em sua entrevista, Margarida se refere às crianças mortas como anjos:

Era desde o começo do mundo, o pessoal chamava quando era uma criancinha que murria chamava anjo. Era o anjo e o anjo papudo. O anjo papudo era aquele que nunca mamou do leite materno, ele nasceu e morreu, nem bebeu o leite da mãe. Num participou de modo dessa terra, do pecado, e que ele num mamou do leite da mãe, aí que dizer ele não teve pecado. É o anjo papudo .(Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 09-01-2017. São João do Rio do Peixe).

Margarida apresenta-nos por meio de sua fala uma categoria de anjo: o anjo papudo. O anjo papudo foi a criança que nada usufruiu dessa terra, nem do leite de sua mãe. De acordo com Santos (2013, p. 10), antes a categoria do anjo era atribuída apenas às crianças mortas que recebiam o batismo e conseqüentemente tinham o direito de serem sepultadas no cemitério. O que Santos (2013) chama atenção no seu trabalho é que houve uma expansão da categoria do

---

<sup>144</sup> Segundo Vailate (2010), no século XIX a morte infantil era um momento de festa e alegria, pois vista como anjo, a criança tornava-se um intercessor.

anjo, pois “[...] no decorrer da segunda metade do século XX, essa representação de anjo, passou a incluir os pagãos”. Como menciona Santos (2013), houve uma ressignificação dessa categoria, que é confirmada na fala de Margarida, onde a representação de anjo se aplica a qualquer criança, seja batizada ou não.

Em relação ao batismo, de acordo com Margarida:

Batizava em casa, quando não era batizado, chamava uma pessoa bem idosa do lugar, ai ela vinha para batizar. Pegava três ramim, três ramim verde e um copo com água, um ramo verde ai fazia uma cruz, jogando a água por cima daquele anjim, ai batizava, chamando. Dizia o nome da criança, fosse homem, era, era Manuel e fosse mulher era Maria. Ai dizia, eu te batizo em nome do pai, filho e do espírito santo. Ai dizia o nome, ai depois rezava o credo, ai tava batizado bem novim, quando morresse se não fosse batizado bem novim e não fosse batizado, eles mesmo batizasse em casa, se a criança tivesse bem doente e não conseguisse chegar até a igreja logo pra pude batizar e ele morresse, batizava desse jeito e se eles, o menino sobrevivesse, tivesse muito doente, sobrevivesse e já tivesse batizado em casa. Mas primeiro tinha, ai depois levava ele a igreja, para o padre dar os santos oi, receber os santos oi, ai ele tava batizado e se não chegasse ai levava e ele morresse os santos oilio, porque o padre ensinava assim, ai as pessoas batizavam desse modo.(Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa- 12-05-2017, São João do Rio do Peixe).

Essa prática de batizar as crianças em última agonia de morte e em casa são práticas culturais típicas da região Nordeste que se desenvolveu em meio às rezadeiras ou benzedeiras. Ao realizar um estudo em Cruzeta, no Rio Grande do Norte, sobre o papel das rezadeiras, Santos (2009, p.12) menciona que essas práticas de rezas eram associadas ao catolicismo popular, pois por meio das rezas poder-se-ia obter a cura, como também um abençoar aos sujeitos. A narrativa apresentada por Margarida nos possibilita perceber que essas práticas das velhas rezadeiras, eram importantes na hora da morte, pois permitiria que a criança não morresse pagã. A ausência de uma religião oficial (padres) próxima das populações rurais propiciava outros meios de afirmação e comunicação com Deus, permitiam outras maneiras de abençoar e sacramentar os mortos.

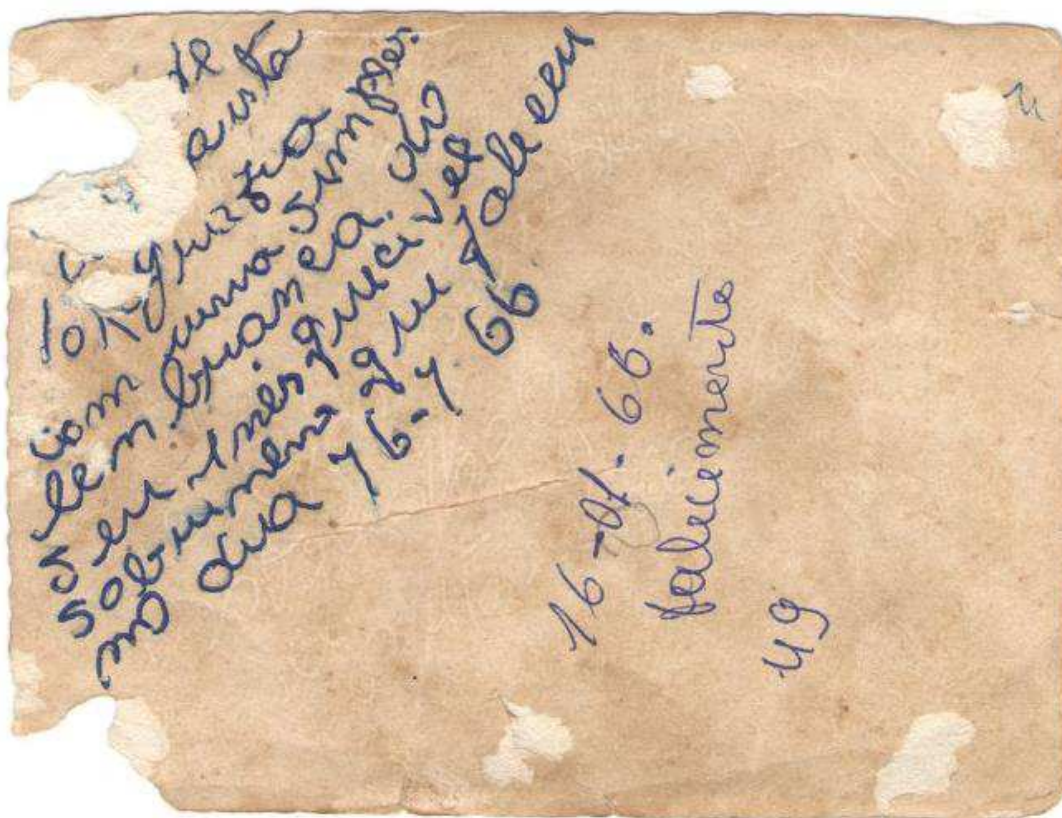
As fotos de despedida das crianças mortas buscavam representar uma imagem angelical, no qual deveria ser preservada em seio familiar e repassada para os parentes. Serena e tranquila era representada em imagem a criança morta, toda adornada em seu caixão recoberto de um tecido branco, feito de madeira. Podemos perceber por meio das fotografias alguns pregos nos cantos do caixão, pois o caixão foi feito por pessoas da localidade. O pano do caixão, segundo



Margarida, era colado com grude de goma e depois de finalizado colocava-se a criança dentro e adornava o corpo<sup>145</sup>.

Na construção desse espaço reservado ao simbólico, as saudades, percebemos que também foi comum dedicar as fotografias de mortos aos parentes que não puderam estar no velório. Na imagem seguinte percebemos uma dedicatória para a mãe de Margarida, tia da criança e que não pode comparecer ao seu sepultamento.

Imagem 10 - Velório de criança (Verso da foto 9).



**Fonte:** (Arquivo pessoal de Margarida Maria Ribeiro de Sousa)

No verso da fotografia podemos ler o texto seguinte: “[Dedico (...)] esta fotografia como uma simples lembrança do seu inesquecível sobrinho que faleceu no dia 16-1-66”. Era prática comum entre os familiares dedicar fotografias a parentes distantes, geralmente os que não puderam comparecer aos velórios. Como um intuito de fazer lembrar, as fotografias são compartilhadas entre os familiares do morto, passando assim por várias mãos, vários olhares, são enclausuradas em porta-retratos, álbuns de família, caixas, exposta na parede das salas de

<sup>145</sup> Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, 12-05-2017. São João do Rio do Peixe-PB.

visitas. A imagem percorre um caminho, em que cada olhar depositado traz saudades e lembranças, construídas de forma diferente ao momento da despedida. (KOSSOY, 2012, p.47).

Segundo Oliveira (2014, p. 233), “[...] foi comum no Brasil nas décadas de 1910 e 1920 trocar as fotografias de mortos entre os parentes”. Costume esse que também se estende a década de 1960 em São João do Rio do Peixe, no sertão paraibano. Como menciona o autor, essa era uma prática comum nos sertões. A fotografia aproximava o morto dos parentes que não puderam estar nesse momento tão difícil. Receber a lembrança do último momento era algo importante no cotidiano dessas pessoas. Eram práticas significativas de sociabilidades e intimidades entre vivos e mortos, pois a fotografia também era uma forma de aprender a conviver com as saudades do ente querido.

## PALAVRAS FINAIS

Em São João do Rio do Peixe, seus moradores elaboraram ao longo do último século sensíveis cenas de despedidas captadas em fotografias, lembranças, práticas locais que marcaram parte dessa cidade. Seus registros, frágeis momentos familiares e de cumplicidade com amigos foram oferecidos a nós, sujeitos do presente, para uma possível elaboração dessa memória social. Como pesquisadores, interessou-nos problematizar o avesso, os silêncios, o que se procura não falar, daquilo que hoje negamos e fugimos mesmo sendo algo tão próximo e presente em nossas vidas. Como seres humanos, todos, estaremos fadados ao fim e aos seus rituais de despedidas.

Quando os ritos são pensados e articulados, assim como um trabalho de colheita, é preciso esperar o tempo. Era preciso esperar o tempo que o padre pudesse ir até a residência do moribundo, era preciso esperar o tempo do fiar, onde as costureiras pudessem coser o tecido para preparar a mortalha; era preciso esperar o tempo para cortar os paus no matagal, para fazer a grade; era preciso saber lidar com o corpo, cuidar dele, dando-lhe o banho e arrumando para que estivesse bem apresentado para o encontro com Deus.

O conceito de tempo, de relacionar-se com a morte e os mortos eram outros há décadas atrás. As formas de lidar com os rituais eram muito característicos do lugar, da família e de suas crenças. O tratamento dispensado aos mortos passou a envolver novos elementos, como as cenas de despedidas e as fotos fúnebres. Havia uma preparação do e para o fotógrafo. Era preciso saber esperar a sua chegada até a residência do morto para fazer o registro fúnebre. Há o tempo da revelação da foto e a torcida para que os negativos não queimassem, pois perder-se-ia toda uma memória do momento da despedida. Era preciso saber esperar o tempo certo para fazer o registro fúnebre, saber o melhor ângulo para uma boa foto, saber organizar o local onde se colocaria o caixão, saber alinhar as pessoas, deixar a face do morto em evidência. Era preciso saber esperar o tempo da família dos mortos. O fotógrafo precisaria ter a sensibilidade do cuidar, pois mesmo no momento da tristeza e dos choros mantinha o controle das suas emoções e dos outros, para assim encenar para a foto. O fotógrafo deveria estabelecer uma boa relação com seus manequins e as lentes fotográficas. A lente e o olhar do fotógrafo também carregam muito do seu lugar social e diz muito de si<sup>146</sup>.

Em torno do momento de despedidas, também havia uma comercialização, seja pela compra dos tecidos, da sepultura, compra dos caixões, das velas, cachaças, fotografias. Havia

---

<sup>146</sup>Reflexões pensadas a partir da entrevista: Dráuzio entrevista Sebastião Salgado. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=413bZVZSZPI&t=1740s>>. Acesso em: 26 ago. 2017.



ainda a cobrança dos sacramentos e dos ofícios fúnebres realizados pela Igreja. Nem todos podiam arcar com tais despesas, às vezes, nem com a assistência religiosa. Assim, cuidaram do ritual conforme sua condição financeira: fazendo a roupa fúnebre, cosendo em casa, construindo-se o caixão artesanal, com papelão, ou até mesmo com uma “mala velha”.

Entre os camponeses do século XIX e século XX, há muitas questões sobre a morte que envolvem a sua religião, as suas crenças, os seus medos e expectativas *post-mortem*. Há uma forte preocupação dispensada aos mortos, que busca nas rezas a cura pra a alma e o corpo, que se apoia nas rezadeiras para a cura de doenças, e nos santos de devoção o auxílio na hora da tormenta, pois a fé era o principal elemento balizador para os homens e mulheres.

Com os homens da ciência que chegam à urbe, imbuídos de saberes médicos e acadêmicos, marca-se um novo meio de cura ainda permeado por um velho meio do morrer. Os médicos e farmacêuticos passaram a cuidar da saúde das pessoas, receitando, diagnosticando a doença e aplicando ao doente receitas que prometiam restituir-lhes a saúde. Essa medicina se constituiu na urbe apenas para um público que podia pagar pelos serviços médicos ou comprar os remédios em farmácias. Enquanto constituía-se um saber científico na cidade, o qual operava seus discursos sobre o corpo doente e são e buscava manter o controle sobre a morte e os mortos; nas zonas rurais, as pessoas ainda morriam em seu leito, com uma morte teatralizada, em que a família cuidava de todo o ritual, elaborando as cenas de despedidas, o último adeus ou sendo tratada por raizeiros.

Todos os elementos presentes nas cenas de despedidas não possuem neutralidade, há um fundamento para que eles sejam executados. Mesmo com o conceito do moderno trazido por revistas, médicos, farmacêuticos, e de uma prática religiosa batendo às portas da cidade, nem todas as pessoas cumpriram com os ritos de morte conforme preconizado oficialmente pela Igreja ou a ciência. Chamavam-se as velhas rezadeiras para sacramentar os pequenos defuntos, sepultando-os no campo (mato), próximo às árvores, formando-se o que se passou a denominar de “cemitérios clandestinos”, por fugirem do padrão higienista que adentrava o sertão.

As sensibilidades do passado continuam a coexistir com o novo. Todo rito de morte também vela um medo: temor que surge desde os prenúncios de morte, como o medo dos galos cantarem antes da meia noite, uivo de cachorro, canto de pássaros à noite próximo de casa. Tudo isso indicava sinal de morte. Havia o medo de contaminar-se pelas doenças, de morrer sem vela ou sem que se pronunciassem as palavras como: “*Lembre de Jesus, Jesus vai com você e você vai com Jesus*”. Medo do morto não encontrar o caminho do paraíso e de sua pele ficar flácida e de seus olhos ficarem abertos, pois indicaria que mais um da família poderia vir a morrer. Medo de não sepultar-se com a mortalha, com meia ou sapatos, medo de levar algo

desse mundo e a alma regressar. Nada de levar consigo um dente de ouro, terços, joias. Tudo deveria ser novo, e o morto deveria estar limpo, higienizado.

Era preciso realizar os rituais de morte para não haver regresso e, assim, construir-se uma rede de solidariedade para que todo o ritual fosse cumprido nos preceitos cristãos; para que o morto encontrasse o caminho do além e descansasse em paz.

Percebemos que ao longo do tempo algumas práticas foram ganhando novos sentidos, outras permanecem até hoje entre os camponeses e outras foram transformando-se, havendo uma mudança na tradição por meio de um ideal de progresso e modernização da cidade. Enquanto São João do Rio do Peixe urbanizava-se, modernizava-se, nem todos acompanhavam esse ritmo da urbe. A modernidade acabava criando suas fronteiras entre a urbe e um mundo rural. Mas na cidade de São João, muitas das práticas ritualísticas diante da morte continuam sendo alvo de cuidados semelhantes ao campo. O tratamento dispensado aos mortos muda conforme as crenças de cada sujeito, mas ainda é possível perceber as solidariedades construídas em torno das cenas de despedidas, pois os sentidos e significados continuam com um mesmo propósito: a integração do morto no além.

O mundo rural conservava suas velhas práticas cotidianas, onde as pessoas faziam uso das velas para clarear noites escuras, ou as lamparinas; o uso das carroças e cavalos, onde se orientavam pelo relógio de pau, onde o tempo era rotineiro e a vida passava sossegada sem o ritmo acelerado da cidade. Mesmo com um ideal de progresso adentrando os sertões: trem, energia, carro, fotografias e médicos, percebemos que São João do Rio do Peixe ainda constituiu-se mantendo elementos do mundo rural.

A relação dos sujeitos com o espaço vai alterando-se, já que os ideais modernos estavam em circulação. A fotografia e os fotógrafos profissionais chegaram nesse momento em que São João do Rio do Peixe mudava seu panorama citadino. E a foto não passou a ser somente um registro em que poucas pessoas usufruíam, mas um elemento simbólico, memorialístico para a recordação do morto.

As questões levantadas ao longo destas linhas tiveram o intuito de mostrar como a morte torna-se um produto da história, de como as pessoas se apropriaram desse momento e passaram a agregar sentidos e significados simbólicos a morte, onde o corpo era teatralizado. Nesse jogo entre vida e morte há uma afabilidade construída entre vivos e mortos, que passam a ser percebidos por entre os testemunhos, fotografia e as fontes obituárias, onde percebemos a busca pela boa morte.

Nessa relação entre vivos e mortos, podemos perceber que as questões relativas à morte agregam as cenas de despedidas à prática do guardar o registro do último adeus. Mesmo nem

todos podendo fazer o registro de seus entes queridos, entendemos como a prática fotográfica foi significativa para essas pessoas, pois mesmo com todas as dificuldades na hora da morte, não era somente a Igreja que se buscava, ou as rezadeiras, médicos ou o tabelião, mas os fotógrafos também eram solicitados para fazer parte das cenas de despedidas.

Pela lente da câmera, os fotógrafos capturavam muito mais do que imagens: as crenças, os medos, os desejos, as emoções, os discursos medicalizados que operavam sobre o corpo morto e posto em caixões. O fotógrafo tinha um cuidado meticuloso do que estava fazendo, pois sabia distinguir por entre as lentes de sua câmera o produtor do produto e elaborava uma cena do último adeus, muitas vezes, montada já que as fotos seriam conservadas entre os familiares e passadas para gerações futuras.

Há muito mais do que pesquisar sobre a morte, há muitas histórias a serem conhecidas sobre as cenas de despedidas, existe muito do que saber sobre como foi se constituindo essa prática fotográfica em São Joao do Rio do Peixe. E ainda é preciso conhecer melhor os circuitos e funções sociais das imagens. Há muito mais para entender sobre as fotos de despedidas, os fotógrafos, sobre sua receptividade, sobre seus sentidos e significados, sobre o porquê registrar e conservar a imagem do último adeus.

## **FONTES**

### **Entrevistas:**

Entrevista realizada com Francisco de Sousa, dia 11/10/2016. São João do Rio do Peixe.

Entrevista realizada com Paulo Dantas de Oliveira, dia 05/10/2016. São João do Rio do Peixe.

Entrevista realizada com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, nos dias 09/01/2017 e 12/05/2017 São João do Rio do Peixe.

### **Fotografias:**

Arquivo pessoal de Margarida Maria Ribeiro de Sousa (São João do Rio do Peixe).

### **Secretária da Igreja Nossa Senhora do Rosário de São João do Rio do Peixe- PB**

- Livros de Óbitos

Primeiro Livro de Óbitos (L.01) (1864 a 1873)

Segundo Livro de Óbitos (L.02) (1874 a 1883)

Terceiro Livro de Óbitos (L.03) (1883 a 1907)

- Ata de Sessão da Liga religiosa de Santa Terezinha do Menino Jesus, 1930.

- Livro de Tombo de 1885 a 2000

### **Fórum Dr. João Bernardo de Albuquerque São João do Rio do Peixe**

- Processo crime: Defloramento do ano de 1939. 1º vara.

- Inquérito policial: Acidente de trabalho, ano de 1941. 1º vara.

### **Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (CFP/UFCG)**

**- Revista Flor de Liz ano de 1930.**

Flor de Liz, agosto de 1927, Nº 09. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Flor de Liz, junho de 1930, Nº 06. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Flor de Liz, fevereiro de 1930. Anno IV, Nº 2. Editoras Graphics Rio do Peixe.

Flor de Liz, outubro de 1930. Anno IV. Editoras Graphics Rio do Peixe.

**- Relatório de Província da Paraíba do Norte \_ Site: Center for Reseach Libraries\_Global Resources Network.**

Disponível em: (<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba.>)

Relatório de província da Parahyba do Norte do ano de 1860.

Relatório de província da Parahyba do Norte do ano de 1866.

Relatório de província da Parahyba do Norte do ano de 1867.  
Relatório de província da Parahyba do Norte do ano de 1869.

## REFRÊNCIAS

### Livros

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **São João na Colônia e no Império: Fazenda, Povoado e Vila, 1691- 1889.** Teresina-PI: Gráfica e Editora Halley S.A., 2015.

AGRA, Giscard Farias. **Modernidade aos goles: a produção de uma sensibilidade moderna em Campina Grande.** Campina Grande: EDUFPG, 2010.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.  
ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BRAGA, Theophilo. **O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições.** Lisboa: Livraria Ferreira – Editora, volume II, 1885.

BORGES, Maria Elizia Linhares. **Fotografia & História.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Anúbis e outros ensaios: Mitologia e folclore.** Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1951.

\_\_\_\_\_. O morto brasileiro. In: **Tradição e ciência do povo.** São Paulo: Editôra Perspectiva, 1971.

\_\_\_\_\_. **Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica.** Rio de Janeiro: FUNARTE/INF: Achiamé. Natal:UFRN, 1983

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das Boiadas: Roteiro para São João do Rio do Peixe.** João Pessoa: Nopigral, 1975

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer; 13. ed.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHIAVENATO, Júlio José. **A morte uma abordagem sociocultural.** São Paulo: Moderna, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo; [Tradução de Cristina Antunes]. – 2. ed; reimp.-** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário no século XVIII e XIX: Tradução de Ligia Hatanabe.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2001.

COURTINE, Jean- Jacques e HAROCHE, Claudine. **História do rosto: exprimir e calar as emoções, do século 16 ao século 19**. Petropolis, RJ: Vozes, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Beije-me onde o sol não alcança: uma história de amor no século XIX**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

GALVÃO, Rogério Cândido Ramalho. **São João do Rio do Peixe: retratos de uma história**. São João do Rio do Peixe-PB: Gráfica Santa Marta, 2015.

\_\_\_\_\_. **São João do Rio do Peixe: datas e notas**. São João do Rio do Peixe: Gráfica e Editora Halley S.A., 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**- São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

MARANHÃO, José Luiz de Sousa. **O que é morte** (coleção primeiros passos) São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1985.

MELO NETO, João Cabral de, **Morte e vida Severina e outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2º Ed.reimp-Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

REIS, J.J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, J.C. **Tabu do corpo**. 2. Ed.- Rio de Janeiro: Achiamé, 1975.

\_\_\_\_\_. **Tabu da morte**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos nas cidades dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.

SIAL, Vanessa de Castro. **Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX**. Recife: Fundação de Cultura e Cidade do Recife, 2007.

SCHMITT, Jean Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAILATE, Luiz Lima. **A morte menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos** (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado do Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

### Capítulos de livros

AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas acerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder & PARENTE, Temis Gomes. **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

ALVES, Fernanda Karoline Martins Lira. Becos e casebres na Parahyba do Norte: na mira da ordem sanitária. In: Souza, Antonio Clarindo Barbosa de e Paula Rejane Fernandes (orgs). **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande, EDUFPG, 2010.

ARIÉS, Philippe. Quando se sente a morte chegar- Mors repentina. In: **O homem diante da morte**: tradução de Luiza Ribeiro \_ Rio de Janeiro: F. Alves. 1989.

BENJAMIN. W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In. **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 3.ed., 1987.

BERTUCCI, Liane Maria. Práticas de cura no período da gripe espanhola em São Paulo. In: CHALOUB, Sidney et al (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campina, SP: Editoras da UNICAMP, 2003.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. In: **O tempo vivo da memória: ensaio da psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: **História do corpo: as mutações do olhar- o século XX**. Vol3. Petrópolis- Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Dinâmica da memória e da história: representações e multiculturalidade. In: **História oral: memória, tempo identidade**. Belo Horizonte: Autêtica, 2010.

ELIAS, Nobert. Da sociogênese dos conceitos de “Civilização” e “Cultura”. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: E Jorge Zahar Ed, vol, 1, 1994.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça, LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentarias em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João; GUEDES, ROBERTO (org). **História Social em registros paroquiais (Sul- Sudeste do Brasil, séculos XVIII- XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. Poder- corpo. In: **Microfísica do poder** 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. O nascimento da medicina social. In: **Microfísica do poder** 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. Copos doces. In: **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GEERTZ, Cliofford. A religião como sistema de símbolos. In: **A interpretação das culturas**. 1.ed, 13-reinpr- Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LANGUE, Frédérique. **O sussurro do tempo**: ensaios sobre uma história cruzada das sensibilidade Brasil- França. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes. História e sensibilidades, Brasília Paralelo, 2006.

LE GOFF, Jacques. O terceiro lugar. In: **O nascimento do purgatório**. Veneza: Editora Estampa, 1995.

MACHADO, Carlos Alberto. O jogo do morto. **Cuidar dos mortos**. Sintra instituto de sintra, 1999.

RIEDL, Titus. Imagens da morte. In: **Últimas Lembranças**: retratos da morte, no Cariri, região Nordeste Brasileiro. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secult, 2002.

SUASSUNA, Ariano. **São Joaquim**. In: A história de amor de Fernando e Isaura. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

Schopenhauer, Arthur. A boa morte. In: **Sobre a morte: pensamentos e conclusões sobre as últimas coisas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

XAVIER, Regina. Dos males as suas curas: práticas médicas na campinas oitocentistas. CHALOUB, Sidney et al (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editoras da UNICAMP, 2003.

#### **Teses:**

HOFFMAN-HOROCHOVISCKI, Marisete Terezinha. **Memórias de morte e outras memórias**: lembranças de velhos. Curitiba, 2008. 234f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

JURKEVICS, Vera Irene. **Os santos da igreja e os santos do povo**: devoções e manifestações de religiosidade popular. 2004.230f Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Paraná. Curitiba.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. **“Ofereço meu original como lembrança”** circuito social da fotografia nos sertões da bahia (1900-1950). 254f Tese (doutorado) Salvador, 2014..

#### **Dissertações:**



ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. A ribeiro e seus caminhos. In: **Senhores e escravos do sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência, 1850-188**. 2011.209 Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande. Campina Grande.

BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. **O experienciar da morte: comportamentos frente à finitude em Teresina de 1900 a 1930**. 2012. 231 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Universidade Federal do Piauí, Teresina.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte**. 162f. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE, 1999.

RIBEIRO, Ana Claudia Anibal. **A morte pede passagem: ressuscitando lembranças dos ritos fúnebres em Russas- CE (1930-1962)** 2013.155f Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Fortaleza – Ceará.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII**. 2010. 108f. Dissertação (Mestrado em História da África) Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)**. 204f Dissertação (Mestrado em História) João Pessoa- PB, 2011.

### Monografias:

ABREU, Lais Tavares de. **“Olha o passarinho”:** **Cultura fotográfica no sertão da Paraíba a partir da coleção familiar de um fotógrafo. (Cajazeiras, 1930-1980)**. 2016. 104f. Monografia (História) Universidade Federal de Campina Grande - Cajazeiras,.

ARAÚJO, Risoneide Silva. **Escritos femininos: uma análise do sensível na revista Flor de Liz Cajazeiras-PB (1920-1930)**. 2017. 73f. Monografia- (História) Universidade Federal de Campina Grande- Cajazeiras.

DUARTE, Clara Geysa Marcos. **“O poço místico de José de Moura”:** **Vivências religiosas e identidade de uma cidade paraibana (Poço de José de Moura, 175-2014)** 2016. 93f Monografia (História) –Universidade Federal de Campina Grande-Cajazeiras.

SILVA, Rosimeire Pereira da. **Morte e Seca: A cidade e São João do Rio do Peixe (PB) durante a estiagem de 1877/79**.2012. 47f. Monografia (História), Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 201.

SOUSA, Rivaldo Amador de. **Vertigens do progresso: o trem e outros signos do moderno em São João do Rio do Peixe (1918-1964)**, 2005.132f. Monografia (História) Universidade Federal de Campina Grande – Cajazeiras.

### Artigos:

AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente e medicada: a higiene construindo Campina Grande** (g) rande, 1877 a 1935. XXIV Simpósio Nacional de História- 2007. Disponível em < <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Giscard%20Farias%20Agra.pdf>> Acesso em 12/12/2016.

ALEXANDRE, Juciêdo Ferreira. **O caminho das valas comuns: práticas fúnebres em tempo de epidemia do cólera no Crato- CE (1862)**. Simpósio Nacional de História- ANPUH, Natal-RN, 2013. Disponível em: < [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364422772\\_ARQUIVO\\_Texto\\_Anpuh\\_JuciêdoAlexandre.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364422772_ARQUIVO_Texto_Anpuh_JuciêdoAlexandre.pdf)> Acesso em 12/12/2016

\_\_\_\_\_. **São Sebastião, valei-nos!** Imaginário sobre o cólera nas páginas do jornal O Araripe-meados do século XIX. XXV Simposio Nacional de História (ANPUH)\_ Fortaleza, 2009. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0423.pdf>> Acesso em 12/12/2016

\_\_\_\_\_. **Representações do adoecer: doenças e epidemias na historiografia brasileira**. Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009, p.2-10. Disponível em: < [http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/juciêdo\\_ferreira\\_alexandre.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/juciêdo_ferreira_alexandre.pdf)> Acesso em 23-05-2017 .

AQUINO, Mauricio de. **Romanização e territorialidade religiosa: a construção de um território religioso na diocese de Botucatu (1908-1923)**. XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões- Goiânia, 2009. Disponível em: < [http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art\\_AQUINO\\_romaniza%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_AQUINO_romaniza%C3%A7%C3%A3o.pdf)> Acesso em 12/12/2016.

BARROS, José D' Assunção. **História Cultural: um panorama teórico e historiográfico**. Textos de História, vol. 11, nº 1/2, 2003. Disponível em < <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5925/4901>> Acesso em 10/12/2016.

BLUME, Sandro **Fotografia mortuária: imagens da boa morte**. Maringá, 2013. Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st9/5.pdf>> Acesso em 23-04-2017.

BRESCIANI, Maria Stella. **As sete portas da cidade**. Espaço & Debates. Dossiê Cidade e História. São Paulo: NERU, ano XI, n. 34, 1991, p. 10-15.

CIPRIANO, Maria do Socorro. **A botija de rio formoso e outras histórias**. [s.d] Disponível em:< [file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/96-250-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/96-250-1-PB%20(1).pdf)> Acesso 25-09-2017.

CHARTIER, Roger. O mundo com representação. **Revista das revistas-** Estudos avançados 11(5) 1989. Disponível em:< <file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/8601-11250-1-PB.pdf>> Acesso em 25-04-2017.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. **A representação da morte infantil em imagens cemitérais no Brasil (séculos XIX e XX)**. História: Debates e Tendências – v. 16, n. 2, jul./dez. 2016,. Disponível em: < [file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/6919-22065-2-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/6919-22065-2-PB%20(2).pdf) > Acesso em 23-04-2016.

KOURY, Mario Guilherme Pinheiro. **Fotografia e sociedade: representações sociais sobre a fotografia mortuária em João Pessoa-PB.** 2015. Disponível em <[https://www.researchgate.net/publication/299560984\\_Fotografia\\_e\\_sociedade\\_Representaco es\\_sociais\\_sobre\\_a\\_fotografia\\_mortuaria\\_em\\_Joao\\_Pessoa-PB](https://www.researchgate.net/publication/299560984_Fotografia_e_sociedade_Representaco es_sociais_sobre_a_fotografia_mortuaria_em_Joao_Pessoa-PB)>: Acesso em 12-08-2017

LIMA, Rafaela Moreira. **A conveniência da morte:** os rituais fúnebres e o consumo mortuário em Limoeiro do Norte – CE. Natal, 2013. file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/morte-e-outras-pr%C3%A1ticas%20(1).pdf. Acesso em 22-04-2017.

MAIA, Doralice Sátyro, GUTIERRES, Henrique Elias Pessoa, SOARES, Maria Simone Morais. **A iluminação pública da cidade da Parahyba:** século XIX e início do século XX. Revista de História e Estudos Culturais, vol. 6 Ano VI nº 2. Abril/Maio/ Junho de 2009. Disponível em <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo\\_03\\_Doralice\\_Satyro\\_Maia.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Artigo_03_Doralice_Satyro_Maia.pdf)> Acesso 12/12/2016

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro e MARIANO, Nayara R. C. **O medo anunciado:** A febre amarela e o cólera na Província da Paraíba (1850-1860). Revista de História e Estudos Culturais (Fênix), Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro de 2012- Vol.9 Ano IX nº 3, ISSN 1807-6971 Disponível em <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE\\_ARTIGO\\_5\\_SERIOJA\\_RODRIGUES\\_CORDEIRO\\_MARIANO\\_E\\_NAYANA\\_R\\_C\\_MARIANO\\_FENIX\\_SET\\_OUT\\_NOV\\_DEZ\\_2012.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf)> <Acesso em 20/05/2015>.

MAUAD, Ana Maria. **Como nascem as imagens?** um estudo de história visual. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 61, p. 105-132, jul./dez. 2014. Editora UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/39008/23769>> Acesso em: 22-04-2017

\_\_\_\_\_. **Através da imagem: fotografia e história interfaces.** *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: </D:/ARQUIVOS/Downloads/Mauad+Fotografia+e+Hist+ria%20(1).pdf>. Acesso em: 22-04-2017.

\_\_\_\_\_. **Prática fotográfica e a experiência histórica- um balanço de tendências e posições em debates.** Curitiba, v. 10, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/view/28/21>> Acesso em 23-06-2017.

MELO, Rosana do Nascimento Gomes. **“Bendita saliva”:** José Fábio e as prática de cura na Paraíba. -ISSN: 2359-2796, v. 17, n. 1, 2016. XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3255/2656>> Acesso em 12-05-2017.

NASCIMENTO, Antonio da Conceição. **O fim dos enterramentos nas igrejas e a construção do cemitério:** mudanças na cultura funerária em Maragogipe-BA. XXVII Simposio nacional de história. Natal-RN, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história ora diferente.** São Paulo, 1997. Disponível em: file:///D:/ARQUIVOS/Downloads/11233-27359-1-SM.PDF. Acesso em 23-12-2016.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **“Fora da higiene não há salvação: a disciplinização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano.** Revista de humanidades, Rio Grande do Norte: v.4- N.7- fev./mar. de 2003- Semestral, p. 14-28. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/161>> Acesso em 12/12/2016

OLIVEIRA, Iranilson Buriti e BRITTO, Flávio André Alves. **A cidade Gradeada pelo medo: peste e doença em Campina Grande no início do século XX.** Revista de História e Estudos Culturais (Fênix), Vol. 9 Ano IX nº 3- ISSN 1807-6971, 2012. Disponível em:< [http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE\\_ARTIGO\\_3\\_IRANILSON\\_BURITI\\_DE\\_OLIVEIRA\\_E\\_FLAVIO\\_ANDRE\\_ALVES\\_BRITTO\\_FENIX\\_SET\\_OUT\\_NOV\\_DEZ\\_2012.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_3_IRANILSON_BURITI_DE_OLIVEIRA_E_FLAVIO_ANDRE_ALVES_BRITTO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf) > Acesso em 12/12/2016

OLIVEIRA, Iranilson Buriti e SANTOS, Leonardo Querino dos. **Só é sujo e doente quem quer (?)- representações médicas na Paraíba do início do século XX.** Revista de história regional. Doi: 10.5212/Ver. Hist. Reg.v.20i1.0006- 2015. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/7482/4717>> Acesso em 12/12/2016

OLIVEIRA, Elene da Costa. **A arte de bem morrer: a cultura funerária no Piauí do Século XIX.** Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/oliveira2.pdf>.> Acesso em 20-05-2017.

REESINK, Mísia Lins. Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudades nos ritos fúnebres católicos. **Varia-** vol(16) (2) Disponível em:< <http://etnografica.revues.org/1535?lang=fr>> Acesso em 25-08-2017.

RODRIGUES, Cláudia. **Os cemitérios públicos como alvos das disputas entre a igreja e estado na crise do império (1869-1891).** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v.13, n.1 p. 119-142, 2009. Disponível em: < <http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=viewArticle&path%5B%5D=366>> Acesso em 12/12/2016

SANTOS, Cicero Joaquim dos. **Quando os corpos rejeitados fundaram os cemitérios dos anjos: narrativas sobre os enterramentos infantis no cariri cearense.**[s.d] Disponível: < <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/559/408>> Acesso em 02/05/2015

\_\_\_\_\_. **Anjos sitiados: memórias sobre os cemitérios de anjinhos no cariri cearense.** Natal, 2013. Disponível em: < [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341870\\_ARQUIVO\\_Artigo-AnjosSitiados.final.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371341870_ARQUIVO_Artigo-AnjosSitiados.final.pdf)> Acesso em 05-05-2017.

SANTOS, Francimário Vitor dos. **O ofício das rezadeiras como patrimônio cultura: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar.** Revista CPC, São Paulo, n, 8, p. 6-35, maio 2009/out.2009. Disponível em: <[http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo\\_revista\\_arti\\_arquivo\\_pdf/fvsantos.pdf](http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/fvsantos.pdf)> Acesso em 25-08-2017.

SILVA e MEDEIROS. **Contos e prantos da memória sertaneja sobre os rituais fúnebres nas décadas de 30 a 60 do século XX.** 2016. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/40972/1/Contos%20e%20prantos%20da%20memoria%20sertaneja.pdf>. Acesso em 12-04-2017.

SOUSA, M.R. **Tessituras da morte e rituais de passagem em São João do Rio do Peixe no final do século XIX**". Anais da VIII Semana Nacional de História- UFCG-CFP, Cajazeiras-PB, 2016. Disponível em: <<http://www.eventoshistoriacfp.com.br/index.php/anais>> ISSN dos anais é **2525-2836**. Acesso em 12/12/2016.

WITTER, Nikelen Acosta. **Curar como arte e ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre saúde, doença e cura.** Revista *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 13-25. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-77042005000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000200002)> Acesso em 12/12/2016

### **Dicionário de língua portuguesa:**

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

### **Vídeos (Youtube)**

Dráuzio entrevista Sebastião Salgado.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=413bZVZSZPI&t=1802s>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

## APÊNDICE 1

**Legenda:**

- 1 – Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário
- 2 – Capela de São Francisco
- 3 – Estação Ferroviária

— Trajeto Igreja Matriz à Capela São Francisco

— Trajeto Estação Ferroviária à Capela São Francisco

## ENTREVISTAS- ANEXO A

ENTREVISTA – 1: 05-10-2016

São João do Rio do Peixe, entrevista com Paulo Dantas de Oliveira, para o trabalho de monografia “Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte no século XIX e XX em São João do Rio do Peixe-PB”, a cargo da aluna Maiza Ribeiro de Sousa e do orientador Rodrigo Ceballos.

M. como é o nome do senhor?

p. Paulo Dantas de Oliveira

M. de Oliveira

M. ai o senhor mora a quanto tempo em São João

p. aqui já tá cum mais de trinta ano que eu moro aqui

M. mais de trinta

M. aí o senhor lembra como era são joão?

p. eu me lembro, sabe por que, que eu me lembro, já tá gravando ?

M. tá (risos)

p. eu me lembro por que eu moro no sítio, morria uma pessoa eu mermo ia pro mato corta dois pau

M. sim! Aí fazia o que?

p. pegava a rede, uma rede, aí estirava, estirava naquela grade aí fica numa escada

M. sim!

p. aí amarrava e entrançava ali uma corda por baixo da escada, aí trazia pra cá. Quando chegava ali na entrada da rua(pausa), aí já tinha o caixão aqui da prefeitura do cimitero, caixão que pesa uns quarenta a cincoenta quilo. Aí pegava o difunto e butava dento do caixão.

M. sim

p. e ia levar pu cimetero. aí Quando enterrava o caixão já ficava lá pro outro.

M. isso, era, no, no qual ano, era na década de quanto?

p. aí é, já tá com muito tempo.

M. muito tempo, aí quer dizer que trazia o homem lá do sítio onde ele morava.

p. do sítio

M. trazia na rede até a igreja

p. no

M. era assim ?

p. dexava ali no acero da rua.

M. lá

p. lá naquela ponta ali

M. sim, sei.

P. deixava ali. Aí vinha aqui no cimitero pegava o caxão(pausa). Aí butava o difunto dento do caxão, aí deixava lá. Aí a pessoa que tava atrás de uma escada, acha bom que tava a escada feita.

M. pegava

p. aí pegava é.eu mermo ia po mato. Eu fui cortar a rede duas veis.

M. como era a escada. Era.

p. a enxada e que nem essa que a gente tem em casa .

M. sim

p. né!

M. e é o que? É dois pau. Um do lado e um do outro assim.

p.é, que nem a escada. Só tinha atravessado dois pau.

M. sei

p. é um no fim e o outro na saída

M. urum

p. você pegava a rede, intrançava de corda por baixo, que é pá rede num afunda muito. Aí trazia aquele povão, trazia de lá pa cá no ombro(pausa) trazia no ombro podia ser cinco légua, mais trazia no ombro

M. trazia A aí eles trazia do começo ao fim? Não trocava, ou podia trocar,outra pessoa podia pegar a enxada.

p. não! Vinha gente, muita gente.

M. há, sim!

p. vinha quarenta, cinquenta, sessenta pessoa. Quando um cansava o outro pegava.

M. pegava.

p. é, aí chegava aqui.

M. aí lá no caminho la da casa dele até o cemitério as pessoas vinham rezando alguma coisa no caminho

p. não, não rezaram não.

M. é

p. rezava lá na saída de casa



M. na saída é quando colocava, no caixão, aí levava no caixão até o cemitério e colocava o morto na cova e trazia o caixão. Era assim?

p. deixava já lá. O caixão era do cemitério

M. ah! era emprestado

p. é que o governo fez, a prefeitura fez. As vezes naquele tempo o povo não podia comprar nada né. Aí o prefeito de quem foi, fez aquele caixão. Era um caixão pesado para aturar muito. Era pesado o caixão.

M. era o caixão das almas que diziam?

p. é, é esse mesmo

M. esse aí. aí colocava o morto na cova e jogava a terra e pronto.

p. jogava a terra, é. Naquele tempo tinha gente que não podia se enterrar no caixão. A primeira coisa que o defunto pegava a terra na cara.

M. a terra

p. hoje não. Hoje tem a facilidade. hoje é um caixão do mio. hoje é acompanhado na musica. né?

M. é desse jeito

p. aí chega lá tem alguma pessoa que vai fazer a recomendação fazer que nem um histora bem bonita se lembrando o tempo do passado (pausa). Eu, sou daquele tempo.

M. como era os velórios antigamente?

p. o velório

M. o velório.

p. O velório era é. Quando morria hoje como a comparação. É passava aqui a noite todinha. Mais nem passava muito tempo não. Morria hoje e hoje olhe, olhe de que de tarde já tava enterrado

M. já tava enterrado.

p. por que nem tinha esse negocio de nestegiar e abaçamar. P. hoje passa três quatro dias em cima da terra né. Aí ficava ali. Naquele tempo o caba não podia nem fazer um chã.

M. não podia fazer. Não tinha dinheiro.

p. a situação era ruiM.

M. era ruiM.

P. hoje minha fia. Hoje tá boM. Se a pessoa tiver a felicidade de chegar e de subir pro céu quem nem a facilidade hoje por morto tá bem demais, vamo fazer. Vamo trabaia pra um mei de fazer um coisa nesse mundo o quanto é vivo para procurar a solução que depois que morrer né (pausa)

M. e a mortalia comprava ou fazia em casa. (pausa)

p. caba ia (pausa) caba ia pra loja comprava o pano e mandava a pessoa fazer.

M. manda fazer.

p. é. Manda fazer. É nem ia com negoço de gravata, e negoço ir no sapato não hoje o pobre é que nem rico vai todo enfeitado né maria, caba morre hoje vai todo enfeitado, gravatado apois é a entrevista que eu posso fazer para você, tá que quiser perguntar mais pode ´perguntar.

Ao fundo fala com sua vizinha Maria, onde a mesma fala como quer ser enterrada

M. é

p. pois é minha fia. Essa muie quando morrer vai ficar diferente no caixão. Que lá de batom.

A vizinha de seu Paulo fala ao fundo dizendo como que esta dentro do caixão quando morrer p. hoje, hoje, o difunto ele vai. Ele morre que nem pobre mais quando vai pra la é que nem rico. é de gravata. aí eu nunca usei uma gravata, mais se eu morrer, vou usar a gravata.

M. vai usar é

p. vou usar uma roupa marrom (pausa) vou usar roupa marrom (pausa)

a vizinha fala como vai ser a roupa para depois no outro mundo.

p. Agora vamos saber quem chegar se bate na porta lá. (pausa)

vizinhos falando ao fundo.

M. é

pausa (barulho ao fundo)

M. e quando a. E quando morria muita gente antes.

P. Em

M. Morria muita gente antes.

P. Rapaz tu sabe duma coisa que eu acho. Hoje tá morrendo mais.

M. hoje tá morrendo mais

P. O povo não tá tendo cuidado na vida

M. Urum

P. é, hoje o povo vive no mundo, pensa que num morre né. O caba com vinte ano com dezoito morrendo se interrando ne. Né. Pois é. De primero os mais novo enterrav os mais véi, hoje os véi enterra, tá enterrando os novo né.

M. é

P. Você ver caba novo morrer. Num zela a saúde né.

M. E quando as pessoas adoeciam antes, ai chamavam as rezadeiras. Porque nem tinha médico né, bem antes.

P. Rapaz, os véis tinha uns farmacético.

M. Farmacêutico?

P. Aqui mermo tinha um farmocete

(pausa)

Fala ao fundo da vizinha, falando que as pessoas estavam morrendo muito rápido.

P. aqui mesmo tinha um farmocete, dois farmocete, que o povo adoecia e as pessoas vinha fazer consulta mandava o remédio (pausa) e lá melhorava, ficava boa ou morria. né! Não tinha médico era, era longe. Mais hoje, hoje tem, tá difíci a cura, mais mais tem medico.

M. é

(música ao fundo-> Pessoa cantando)

P. todo mundo porque tinha que sair pra oto caanto.mas nós tamo, sob isso ai,nos tamo favoravi, né. tamo, tamo favoravi.

M. É é é, as pessoas, elas frequentava muito a igreja. A igreja matriz que tinha ali, aquela primeira.

P. Aquela igreja ali, tá com mais de duzentos ano que foi levantada.

M. Foi levantada.

P. E sabe quem fez aquela igreja.

M. Quem fez

P. Os portugueses.

M. Os portugueses

P. Vinheiram de Portugal. Foi nove portugueis que veio de Portugal. Agora aquilo tudo anda de pé, eu dizer uma coisa(pausa) 3 ficou lá na bahia e 3 baixo aqui (pausa). Um ficou ai, 2 ficou aqui e um baxo ali em texeira. Do lado de patos. Em uma cidade chamada texera(pausa) e eles ficava aqui, foi quem fundo a igreja. Foi quem fizeram. Aqui era uma data de terra que eles tinha. Aqui as duas léguas deles e ou pra frente ao redor. Aquela. Aquela. coluna (pausa) foi eles também que levantaro.

M. Eles que levantaram?

P. Ali era curral de gado naquela coluna ali.

M. Não tinha nada ali antes? Era só a igreja e tinha o que mais?

P. a igreja e alguma casinha velha, antiga caindu. Né.

M. e a cadeia. ficam por ali ou não.

P. a cadeia?

M. Sim

P. A cadeia ficava ali, ali de frente ali (aponta com a mão para a direção da cadeia)

A cadeia.

M. de frente a coluna

P. é, é quase

M. quase

P. Lá pu ladu do puente

M. Sim!

P. você nem cunheci ali né? A casa dos portugueses quando chegaram e levantaram (pausa) a casa do lado da igreja, lá de cá. Hoje quem é dono lá é prima minha. Ela fez 3 ano que ficou viúva é muito tempo. Neusa, é a dona da casa. Lá é primeiro andar tem um sótão. Primeiro andar, a madeira é tudo de ferro.

(barulho de moto passando na rua).

Descobriu aquela igreja, já treis veis, pra butar teia (pausa) os caibo daquela igreja é uma grusura de uma linha dessa, os caibo, e os brado que tem, brado para segurar pode butar vai pra carregar. (pausa).

E eu olhei

M. sim

p. Agora ali você não pode cum um daquela igreja. É grossa a madeira

M. 1 sobre a fazenda velha que também foi dos portugueses, o senhor sabe.

p. aquele la era deles tudo

M. sim

p. daqui inté daqui inte é é Santa Helena tudo a data de terra era deles

M. tudo era deles

P. tudo era deles

M. eles tinham escravos

P. rapaz, sobre isso aí eu nem sei não.

M. sabe não

P. nem sei

M. antes quando não tinha energia, como era as pessoa, é tinha o fogo, era o que, era lamparina, lamparina.

P. era na lamparina

m o gás

P. é

M. Aí quando tinha velórios era, o. era iluminado,ou era iluminado com quê.

P. na vela

M. na vela. Passava a noite toda. Na vela

P. Era . quando acabava uma butava outra né, pois é.

M. sim

butava ôtra

M. Aí no terreiro fazia alguma fogueira, ou não

P. no são são João?

M. é no são João, nos velórios

P. A, a naquele tempo. Aquele tempo o caba podia até fazer fogueira grande porque nem tinha, hoje a perseguição que tem hoje. Você fizer a fogueira com lenha de jurema o ibama tá olhando. (pausa) e tem que cortar. Tem a madeira pa se cortar, hoje pês num vim atrás, que aquele é agaroba. A jurema num pode brocar uma jurema mais hoje que vem o ibama.

M. é

P. É

M. E as casas como eram antes

P. De taipa

M. era de taipa

P. O cabra ia no mato, cortava, oito dez quinze fuiquia (pausa) enrolava ao redor com aquele cipó que tinha no mato. E ai laigava barro.

M. e lá levantava a casa.

P. a casa de meu pai. A primeira era de barro. Era de barro a casa.

M. e as pessoas trabalhavam em que naquele tempo

(pausa)

P. trabalhava na roça

M. na roça

P. naquele tempo existia mais o inverno. Hoje o caba nem pode mais nem plantar porque nem tem mais inverno. né.

M. acordava cedo pra ir pra roça.

P. acordava, meu pai mermo se acordava quatro hora da manhã pra tirar o leite do gado.

M. e como é que sabia a hora?

P. a hora?

M. sim

P. Porque naquele tempo o povo sabia a hora parece que dada por Deus. Não tinha relógio, não tinha nada. Ai tinha deles que tinha um relógio de pau.

M. um relógio de pau

P. de pau.

M. como era

P. uma taba. Eu conheci um véi aqui quele ainda era procurado chamava Fifil, e as quando ele ia trabalhar na roça que o home entregou a roça a ele, trabaiador. (pausa) ele ele sortava, sortava em roça dez minuto ou mais inté da hora. Ai um dia eu cheguei lá em casa tava o home dono da propriedade, já chegou (trabalhava também lá) já chegou. Já mais nem é hora não meu relógio aqui ainda falta dez minuto pra sortar. Eu digo não o relógio de pau. (risos) (pausa).

P. o relógio de pau

M. como era? Pegava o pau, ai se orientava pelo sol.

P. rapaz

M. era assim

P. era na taba, o pau era estucento

M. Sim

(pausa)

P. ai os véi quando nem tinha relógio pegava um pau

(pausa)

Nesse momento ele foi mostrar como contar as horas do relógio através do sol.

P. ai butava aqui. (pausa) quando dava dois (risos). Dava dois paimo de sombra era quatro hora.

Apito de mato

M. em quatro horas

P. mais o véi tinha um de taiba. Agora nem sei se era verdadeiro, ou se (risos) como é que o véi sabe sortava mais dando, sortava mais faltando dez, quinze minuto pra nove (pausa) pois é.

M. é verdade que a cidade quando ela começou, começou ali pela igreja? Que tinha e igreja

P. foi

M. as casas, ai depois começou

P. aquela igreja ali (pausa) os portugueis aqui vai água quando a enchente um, vai água em todo canto. Só a igreja ali que nem vai (pausa).

M. que é mais auto ali

P. um, um. Num é não é porque eles, é mais alto mais ali eles tiraram foi que eles eram danado da os portugueis. Tavam em livro que a morada lá. Hoje é que próprio a vender

A lateral pra frente lá. Ia bater o meio, ia bater la no riii quais num entrava agua em canto nenhum. Se de uma enchente grande vem praqui, roda praqui mais lá num vai.

M. unhum.

P. lá ficou descoberto

M. e quem era que tomava de conta da cidade. tinham alguém assim responsável

P. Naquele tempo era os portugueis. Os portugueis.

M. os portugueses.

P. os portugueses era quem comandava. Teve coronel, major

M. o major me falaram do major jaco que era dono da cadeia.

P. é

M. que ele era dono da cadeia

(pausa)

P. ele, nam. É porque é ele era o major, major ele era e naquele tempo do major. E no tempo do major só ele que comandava aqui, o que ele dizia ninguém desmandava.

Conversa da vizinha ao fundo (pausa)

P. ninguém desmandava. (pausa) (conversa ao fundo)

P. ninguém desmandava o que ele fazia (pausa). conversa ao fundo.

Barulho de moto passando na rua.

P. pois é, pode perguntar mais.

M. é, no velório, tinha, sempre tinha muita gente ou era pouca gente que ficava á noite

P. rapaz

M. nos velórios

P. naquele tempo.

M. sim

P. o povo, respeitava um o outro morria uma pessoa e todo mundo vinha, a casa era cheia e quando partia de lá do sítio nem vinham 70 pessoas atrás, do morto não.né, o povo tinha respeito pelo oto. Hoje é que nem tem (pausa). Hoje é que nem tem morre uma pessoa aqui e aí uma carreta,tem deles ai que vai dez pessoa (pausa) Paulo e o filho conversam.

Página 11

P. véi quando morre um aqui, tem velório, tem morto que vai dez pessoa. (pausa) então o povo não tem mais respeito com a vida. Né (pausa)

M. A rede, o, o difunto se interrava com a rede ou trazia a rede pra casa.

Barulho de carro ao fundo.

P. a rede ficava lá na escada.

M. na escada

P. quem quisesse que tomasse de conta. Jogava no mato.

M. e o povo tinha medo da escada

P. não

M. tinha medo de morrer

P. não

M. tinha medo da morte

P. Não. Ainda hoje essa aqui mermo fala medo que tem medo de morrer

(conversa ao fundo)

P. Aí tinha gente, os veis que ali era o lugar lá, ali na entrada para nois era o lugar de parar com a rede com o difunto. Já tinha gente os veis esperando pra fazer escada. A escada já tava feita.

M. Aí abandonava a escada a família

P. de jeito.

M. não queria

M. ai outro pegava.

P. quem quiser pegava. Já tinha gente esperando.

M. antes as pessoas morriam em casa, ou em outro. Ou era em algum lugar

P. em casa

M. em casa

P. exato, por que não tinha esse negocio de sair para longe.

M. o padre ia ver, u u difunto

P. o padre

M. sim

P. rapaz você sabe de uma coisa (pausa) eu nem tenho lembrança no meu tempo eu não tinha lembrança que o padre ia recomendar não.

P. acho que eles rezava lá no sítio, o povo mermo.

M. sim

P. rezava um pai nosso, ave Maria. Já vinha abençoado por deus o corpo

M. ai passava na igreja quando vinha ou não.

P. no meu tempo eu nem me lembro não

M. rum

(pausa)

P. nem me lembro não

M. o senhor tem quantos anos

P. eu tenho 84 anos

M. 84 anos

P. já deve contar alguma coisa

M. é já sabe

M. é (pausa) o senhor já passou assim por algum tempo de seca aqui em são joão

P. passei



M. como foi nesse tempo

P. como foi

M. sim

P. ( pausa) 58 /70/ eu trabalhava na rodagem aqui em busca de Sousa, tinha vazante ali em Pilões. Barulho de motos

trabalhava até na sexta feira. Nesse dia o negocio da entrada. Sexta feira. Ai quando chegava aqui na sexta feira os veis ficavaM. Desabou numa bicicleta vea pra Pilões, eu cuidava de uma vazante lá

70 e 58

M. a seca de 70 e 58. foi

P. foi

M. o governo ajudava as pessoas

(pausa)

P. rapaz, eu acho que nem tinha essa ajuda suficiente não.

M. acontecia saque, assim roubo

P. oi

m de alimento

P. aqui de primeiro. A depois (opa) depois que Lula entrou ninguém houve saque por que, fiquei sabendo nada. Antes de Lula entrar tinha dia aqui de num te nem fera, o povo fechando as porta esvadindo. Né esvadindo u comércio. O caba fechava mermo. Agora (barulho de carro) daí pra cá ninguém nunca viu pode ser que esse negocio continue agora para frente, ninguém sabe. Nois tamo sem governo aí que parece que não vai ser bom para o povo, para nação não você quis perguntar isso num ia.

M. risos

p mais ai vo dizer to falando a você . parece que nem vai ser bom, vai ser bom não. Ele tá falando que os vei. Os vei com 50 ano já ta morto. E diz que agora é 65 ano. Nem tá nem lutano mais num sofrimento desse.

M. é muito tempo né

P. criado num sertão vei desse

M. é

M. e dentro das casas de taipa tinha o que assim? Tinha algum móvel, tinha cama.

P. minha cumade eu vou dizer uma coisa a você ( pausa) eu posso dizer a você que eu conheço. Sabe qual era a cama que eu tinha na casa

M. qual era a cama

P. de madeira, a grade de madeira coberto de coró de moi

M. coró de boi

P. no lugar do coxão era um coró

M. um coró

P. aí você ia pro mato. Lá pra loja comprava o pano aí fazia aquele saco. Aí você ia pro mato lá pra lagoa ia cortar junco para encher.

M. junco

P. enchia aquele, aquele cochão

M. e assim durmia

P. durmia e durmia bem, por que não tinha otoné

M. e a cama de coru

P. cama de coru

M. feita de vara

P. não, de couro. Feita de couro. Feito a grade

M. a grade

P. aí fazia o arte com coró de boi

M. sei – não

P. coró de boi, o coró sem ser curtido do jeito que vinha

M. siM. E a água era de pote

P. pote

M. pegava a onde ? no cacimbão

P. pote eu achava tão bom a água pegava no pote. Pegava no cacimbão. As veis você olhava pra dentro tem três quatro cururu tudo dentro

M. risos pois aí prestava a água

P. aí, que era boa

(risos)

P. eu ia pra cacimba buscar água numa jumenta, quando latão chegava lá tinha dois três cururu dentro. Eu ainda desgostava aquela água e tirava eles pra lá.

M. aí bebia aquela água

P. mais bebia isso é cururu (risos) Bia e nem tinha nada (risos) se fosse hoje

M. se fosse hoje bebe né

P. hoje é mineral. Hoje eu comprei to bebendo do pote, o água gostosa

M. é

P. boto pra dormir minha que. O água gostosa

M. ( risos) é

P. ai quando eu saiu da cacimba os cururus padipi, padipi dentro da cacimba ( risos) eu to falando sero! Pra você Ai vai ficar aí

M. vai (risos)

P. os cururu.

P. tinha aquelas gia grande. Uru uru . Agora aquilo ali depois dentro ali e nois trazia a água

M. e bebia assim

P. mais . cum gosto maior do mundo

(risos)

M. é. E como antes não tinha energia

M. nem tinha geladeira né. A carne como é que conservava

P. a carne saigava na saca de sal

M. sim

P. e jogava dentro pa saigar

M. ai prestava pra comer assim

P. é, é,é, ai butava no sol pra secar

M. sim

Barulho de moto

P. ai naquele tempo você nem podia comer muita carne não. Que nem podia.

M. nem tinha né. Assim te tinha

P. difíci

M. mais nem tinha dinheiro

P. você chegasse lá eu quero comprar 5 quilo de carne nem tinha

(pausa)

P. apois é minha fia, pois o resultado é esse

M. é

P. mais hoje num tem ninguém sofrendo não. Não tem ninguém pobi hoje não

(pausa)

P. hoje eu posso dizer a você, que me mostre uma pessoa pobre aqui. Eu não sei quem é chega numa casa é cama boa, é cama boa, armário bom tudo tem feito, televisão nem que mais daquelas comuns, que é televisão daquelas que eu chamo de uma taba

(risos)

P. daquelas ali que tem ali dentro.

( aponta para sala de sua casa)

P. aqui tem duas ( pausa) aqui os veis é daquelas quadradas ninguém quer mais

( barulho de moto)

M. antes tinha televisão

P. o que ?

M. antes tinha televisão

P. eu alcancei aqui (pausa) eu alcancei aqui. Eu tinha um primo meu que, ele foi chamado aquela briga daquele ano, foi (pausa)

Nos estados unidos ai, nem sei onde foi. Ele foi chamado pra brigar lá. Mas chegou lá ele adoeceu e ficou de reserva. Ai ele trouxe um raído, um raído. Teria a pedinha que locu era desse tamai assim, de tocar naquele raído. E quando se acabou, aquilo ali acabou pifou, ai também num tinha mais pa onde tocar mais naquele raído. Né. Ai fico encostado, era chamado a Anoc de irmã de Renato

(Voz ao fundo)

M. o sal vinha da onde

P. o sal Mossoró

M. de Mossoró. E trazia como

P. meu pai mermo eu lhe conto. Meu pai mermo trabalhava com um burro ia buscar em Mossoró nas costas de burro.

M. nas costas de burro

P. meu pai mermo. É ia buscar lá. Agora o sal vinha naquelas pedas, a peda de sal.

M. Sim

P. Num mais desse jeito. Hoje é tudo refinado. Ne. Vem feito e goma. Chegava tinha que butar num pilão e laigar a mão de pilão, pá, pá, pá, ai passava na peneira de primeiro era a peda o sal.

M. o sal. Ai naquele tempo não tinha carro não. Andava de que. (pausa)

P. Rapaz eu vou dizer uma coisa a você eu acho que naquele tempo o calor tem daquele tempo daqui pa mossoro nas costas de animal. Acho que nem tinha não.

M. andava a pé ou a cavalo nera.

P. a pé ou a cavalo

M. e todo mundo tinha um animal

P. não era todo mundo não

M. não

P. eu num possuia um jumento. Eu quais num pisui um jumento. Ne. Sacrifiço grande passear num jumento. Quando eu pissui um jumento depois de muitos anos foi eu comprei uma carroça. Comprei a carroça e num tinha o animal. Ai o pai dele que era meu logo marquei la na

propriedade dele. Ai o véi comprou uma burra e fiquei com o burro na carroça. Nem eu faço as coisas não.

M. é. É difícil.

M. quando adoecia, o remédio fazia do mato ou comprava em algum lugar (pausa)

P. ói aquele remédio, aquela árvore ali, ta vendo (aponta para a árvore próxima a sua casa)

Ali

M. sim.

P. aquela arvi, aquela arvi ali, quando a pessoa se estrepava, pegava linhaça aquilo ali.

M. linhaça

P. Aquilo que você ta vendo

M. Sim

P. Linhaça, quando a pessoa se estrepava pegava a semente, machucava e moiava e butava em cima. Quando era com dois dias três o espim saia

M. ai ficava sarado

P. sarava

M. sarava

P. e tinha outra planta que fazia remédio também

(pausa)

P. tinha outra purai né.

M. unrum

P. eu mermo, eu tive sete coru

(conversa ao fundo)

P. Eu tive sete coru. Sabe o que é sete coru, num sabe o que é

M. Não! O que é?

P. foi aqui nesse calcanha (mostra o pé) passei trinta e tantos dias com o pé pa riba andando quato pé, o pé pá riba (pausa). Quando começou amarela. Ai quando foi um dia meu pai todo dia olha. Meu fi i i pera ai Ele tinha lá uma fita de sarja boca de animal. Naquele tempo ele pregava a fita por sarja em animais e pa tirar sangue ai ele disse meu fi, senta aqui meu fi. Ai eu sentei no chão e butei o pé nu tamburete.

Barulho de moto passando

E vá (pausa) foi bom porque o mundo clariô

M. risos

P. nem vii ninguém. Mas tem uma coisa saiu

Uma meia garrafa de pus com sangue

(pausa) esse puis.

P. mas nem ia, num tinha dotor.

M. ai colocou o que para sarar

P. ai ele pegou a funda de coru. Não! Ia dexar se acabando. Ai pegava a fita de teia de coru, o coru, coru é mesmo que de minino mas bem limpo.

(barulho de moto)

P. sinto uma funda de couro. Para eu poder sentar o pé no chão. Pra pude sentar o pé no chão.

Nem eu po lado podia, num tinha.

(pausa)

M. e as rezadeiras. Tinha rezadeira

(pausa)

P. tinha

conversa ao fundo

M. tinha

P. tinha muita rezadeira boa. Rezava pro fim tivesse fé valia as coisas

M. elas fazia remédio do mato pra dá o povo

P. tinha delas que ensina.

M. ensinava

P. faça assim, faça assim que você fica boM.

M. ai terminava e ficava bom mesmo.

P. a,a, os veis ficava coisa pouca, ai tumava e ficava bom

M. unrum

P. tinha muita coisa que a reza tinha muita coisa no mato que serve para saúde ( pausa) eu mermo se você berruga eu rezo.

M. o senhor reza

P. no mei da reza e outras coisa

M. ah

P. aqui ninguém tem berruga, porque eu tiro tudo. Rezo e a madeira do mato que acompanha.

Né. Que serve, tem que ter fé.

M. é. A reza é isso né. O senhor chamado Quinine

P. conheço

M. que é bom para febre.

P. Quina quine

M. é

M. esse

P. conheço muito

M. é bom para febre. Esse ou não ?

P. é não. É bom para negocio de estalecito, negocio sinusite. Pois eu rapava, ai butava no sereno ai quando era no oto dia (pausa) amarrava a cabeça. Usei muito.

M. usou muito. E acha onde isso. É no mato.

P. eu abri ,ainda hoje eu sei onde teM. Ainda hoje eu sei dando teM. Ia buscar no mato vinha a pessoa aqui que eu nem podia andar para todo canto. A pessoa pedia e eu ia buscar.

M. sim

P. o povo né

M. antes como o senhor disse não tinha doutor para arrancar dente, como era que fazia

P. como era

M. sim

P. você deixava, deixava ele apodrece e cai.

M. vixe

M. sofria muito né, com a dor

P. sofria

M. é

P. ali tem uma muie ali detraz. Ela chegou aqui atrás . aqui é um veim que reza. Eu disse é, ele tá aqui é porque disse que ele reza, pá, pá tirar berruga, disse meu minino eu mandei doto Ze tirar aqui e ai foi que eu creio né mais tava cheio de caroço. Ai eu fui pra casa dele que era ali, ai rezei no moleque. Moleque bonzinho, caiu tudo. ai ela saiu grata, saiu grata. Ai a dor de dente bateu, ai ela veio atrás de novo. Dando moiar o dedo véi. Ela me conhecia para rezar. A muie fazia três dia que nem cumia e nem bebia água. Abria nem a boca.

(Musica ao fundo)

P ai fui lá pra casa dela, rezei, ai lá que eu rezei. Ai ela disse seu Paulo preciso por isso que é bom a pessoa ter fé em reza em fé e em quem rezou aí seu Paulo eu t ô com três dia que nem como e mais tem um negocio na rodoviária que ele vende lá ali. Eu vou pá lá passo à noite (pausa) ai perante a Deus seu Paulo eu já tô querendo é cumer

Barulho de moto

P. porque a muie que sente dor de dente ela aparece, ou Sofre. Porque aquilo ali faz sofrer né. A mulher tanto em gravi (-----) fica boazinha. Hoje ela mora ali. quando ela me ver, ate me abraça

M. é

(música ao fundo)

M. esqueci o que ia perguntar.

M. ah

P. tá com calor

M. não, é que esqueci.

M. quando a mulher, ela tinha minino em casa. Que tinha um filho.

P. eu mermo digo. Quando eu morava no sítio ( música de fundo) eu ajudei a vê que eu ia trabalhar a meu pai. Ia na casa da parteira eu vinha só eu. Eu vinha era de pé.

M. atrás da parteira.

P. vinha aqui na rua

(pausa – música)

P. ai vinha correndo. Arrumava a parteira e saía. Os veis quando chega lá, já tão como a história da boquinha. Desculpe u pa ota vez tinha um irmão meu lá em casa, parece trabaiava a papai . quando eu cheguei, era só falando, mandei Raimunda e a parteira. Mais eu não me confiei. Raimundo vei e chegou ali na casa da parteira. Nem acho a parteira que era boa, nem acho ( apito de moto) ai tirou andando pra ponte. Chegou lá achou uma chamada Júlia. Ai eu fui peguei, levei a ota.eu num sabia onde ele andava cheguei lá já tava a ota. Ai ela disse Ana júlia. Só daí cumade Cunanca, porque quem faz o porto de cumade cunanca é eu (pausa) (música ao fundo) ela saiu lá de perto da veia (pausa) e cumade Júlia. Ela teve um menino não sei nem qual foi deles.ai pegou o minino e eu fui deixar Sinula e cumdade Júlia ficou lá em casa. Passou dois dias lá comendo galinha mais nois e eu vim deixar a ota È Assim as vez o caba vinha atrás já tava o menino em cima da cama , cuém, cuém, preto, preto, preto .

M. e naquele tempo se criava muito menino ou morria muito

P. não rapaz. Ali era um milagre de Deus é um milagre porque no mato a muie ter família ter um das no mato pela mãe daquela muie é dado pra jesus! Pois é eu nascer ou morrer naquele tempo. Essa daqui teve o primeiro foi que teve, vei pra casa com dois dias começa a parteira nem sei o que tirou tudo de dez dias ela começou com febre levou pra Cajazeiras, pa o doto lavar o que tinha dento, mais foi lá em Cajazeiras naquele tempo.

P. vinha de trem pra cá

M. sim

P. eu puxei ela do trem

M. sim

P. pa eu levar ela eu levei num carro dessa muie que tinha ali (pausa) num jipe. Foi pa Marizópolis, porque a estrada aqui por dentro não prestava.



M. isso era que ano? (pausa) o senhor lembra.

P. em ( conversas ao fundo) em 58

M. 58

P. o primeiro fi foi em 58. Quando eu truce ela eu vim pelo trem que vinha o trem para cá. (pausa). Ai fico boa

M. quando a criancinha morria era enterrada onde ( pausa)

P. ali quando morria e também muito pequeno era aborto uma coisa, interrava no sítio com aquelas cruís

M. no sítio, no mato era

P. onde tem uma cruz

M. interrava, interrava também no curral, no pátio do curral.

P. o inbigo interra na porteira

M. ah, o imbigo.

P. mais eu nunca vi interra não, mais o povo diz interrava.

M. sim

P. agora o irmão dela morreu.vamo interra onde, lá merma cruís

M. A interraram, em que, em rede também eM.

P. não. Levaram num pano.

M. num pano

P. levaram num pano. Levaram numa coisa colocaram no buraco e interramos.

M. interraram. E colocaram o que uma cruz em cima

Láaa, onde interrou o menino da irmã dele já tinha cruz já

M. a cruz era feita de que

P. de madeira

M. de madeira

( barulho de moto)

P. madeira. Já tinha tudo essa cruz e do pai, pai de minha mãe e do irmão de minha mãe. Que morreu um perto do outro no sítio, a interraro lá. (música ao fundo)

M. unruM. Uma pessoa adulta também quando morria e colocava na cova, aí colocava a cruz também, ou não.

P. não, adulto não interrava no sítio

M. adulto interravam a onde.

P. interrava aqui no cemitério. Lá era pessoa criança.

M. sim!

P. né!

M. unrum

P. interrava aqui. O caba num já fim. A como em aborto. O minino já tá bem grande interrava lá.

M. no mato perto de casa né

P. onde tinha uma cruz

M. sim! Onde tinha uma cruz.

P. ai butava, uma peda bem grande pros cachorro num vim comer.

( barulho de carro)

M. Arãm

P. era assiM. Naquele tempo era desse jeito.

(conversa ao fundo)

M. nos velórios servia comida pro povo, a família do morto dava comida ao povo que passava lá

P. não! O que fazia era um cafezim

M. cafezim, tinha cachaça

P. rapaz, os veis quando tinha um aposta de tumar uma, comprava a garrafinha

M. qual era a cachaça que tomava o senhor lembra

P. (pausa) ve se me lembro o nome

(conversa ao fundo)

É pitú, caranguejo tu tá dizendo por que já tomou né. É pitú, caranguejo.

M. ai quando o o difunto morria em casa que o senhor falou, ai quem ajeitou ele, era a família. A família dele.

P. a família dele.

M. que ajeitava fazia o que com ele

P. se fosse muie as muie que ajeitava

M. como era que ajeitava

P. ein?

M. o senhor sabe como era ajeitado?

P. sei! Mandava fazer aquela, ia comprar aquele pano, mandava fazer aquilo que ia vestir.

M. dava banho, alguma coisa. Fazia isso.

P. rapaz, só se tivesse fedendo né

M. sim

P. mais se tivesse né

M. unruM. Sei. É

(música ao fundo)

M. deixa eu ver. É, e da igreja o senhor lembra mais alguma coisa da igreja. Tinha muito padre para celebrar a missa, o povo ia muito

P. pouco padre.

M. pouco

P. aqui o pade que conheci aqui, permaneceu muitos anos é o padre jac

M. há,sim

P. pade jac

M. ele é enterrado a onde ?

P. interrado dentro da matriz

M. dentro da matriz. Só quem podia ser interrado dentro da igreja. Todo mundo podia interrado dentro da igreja.

P. todo mundo não o pade

M. só o padre

P. é

P. o major mermo foi interrado lá no sítio, o major foi interrado fora da cidade, (pausa- música ao fundo). Antes de morrer, separou a quadra lá perto daquela usina acula.

M. é. Eu sei bem no começo da cidade.

P. é. Interrado lá

M. sim

P. e nos também se quisesse interrado fora antes de morrer. Procura resuição, pa, nem quisesse ser interrado no cemitero. Quem pedi compra um quadro, ajustiça já existe aquele ali, quando morresse vai pra lá.

M. aí a cova como era compram era,e o quadrado como era.

P. vinha aquele coveiro( pausa) pago pela prefeitura

M. unrum

P. hoje, ( barulho de carro de soM. E o hoje, eu tenho um genro meu que é coveiro hoje, pausa. Ele já ganha mais coisa hoje do que naquele tempo. A gente que nem pode vim lava essa capela, entrega a ele. Leva três cato cinco capela troca aquelas flores agoa e ele ganha o dinheiro. Ganha beM.

M. sim

P. ele é pedreiro. Faz muito, faz muita capela lá. E que ganha, ele ganha muito dinheiro.

M. e naquele tempo tinha quantos coveiros no cemitério.

P. (pausa)

M. tinha quantos coveiros no cemitério naquele tempo.

P. só era uM.

M. só uM.

P. agora tem ajudante para ajudar né. Que é João. João é coveiro também o ajudante.

M. unrum

P. porque passou no concurso

M. é. Me disseram que antigamente o cemitério era ali na capelinha.

P. ali

M. de São Francisco. O senhor lembra era ali mesmo

P. era ali

M. era ali

M. aí por que todos os cemitérios de lá.

P. porque, ali já nem tinha como interra ninguém

M. sim

P. tiraram dali e levaram pra lá

M. levando lá pra o final né

P. é

M. dá sua

P. mais ali também. Ali também é que você veio tarde pra entrevista por que tivesse vindo mais cedo a entrevista tinha era mais bonito. Por que aquele cemitério tá você tá vendo ele hoje, hoje. (pausa) no tempo passado ali era curral de gado jumento, cavalo. Tá daquele jeito porque o prefeito agora tumo de conta. Você nem pediu pra entrar ali era 4/5 caba fumando droga. Uma muie num pode entrar ali não, cumedo, fumando droga, muita vez. Nem pode nem buta um retrato, nem dentro nem por fora e ninguém mexe. Uma tualha . ali na cova do pai dele lá. Ali tiraram da idosa lá puxaram lá e roubaram as tualha

M. E antes fazia isso naquele tempo o povo roubava algumas coisas do cemitério

P. E um dize. Lá era um ponto de fumo era um ponto de fuma droga. Hoje não tem mais isso. Você chega lá não tem mais mato tá todo murado e aluminado

M. unrum

P. tem autoridade

M. o senhor lembra quando a linha, o trem chegou aqui em São João

P. rapaz, quando chegou ai ( pausa) nem sei se foi na época parece que essa região em 24, parece ( pausa) 24 parece. A linha né ( pausa) o trem nem vem nem vai mais não.

M. quando o trem chegou aqui em São João, ele trouxe algumas coisa de melhor para cidade.

P. o (pausa) é porque naquela estação ali. Eu gosto todo dia. De dia e de noite. Por que os trens passavam trem cargueiro, trem passageiro, aí trás aquele povo comprava muito, tinha aqueles velhinhos vendendo tapioca, vendendo café. Aquilo era uma beleza pro povo ve. É . uma beleza pro povo. Sobre isso ai era bom agora hoje como é que tá.

M. tá abandonada né

P. tá abandonada

P. abandonado

M. quando o trem chegou o cemitério era ali, ou já era a capelinha

P. ainda era ali

M. era ali

P. era

(pausa)

M. ai,quando derrubou, derrubou foi o cemitério ninguém assim disse nada por que tava tirando

P. nada. Porque já tava previsto pro oto

M. sim

P. já tava previsto pro oto, porque ali já nem cabia ninguém né

M. unrum

P. ai depois (pausa) acho que depois que tiraram o cemitério, foi que fizeram aquela capelinha.

Eu nem sei. É do meu tempo, mais eu nem tenho lembrança se já tinha a capela né

M. ai o sinhô lembra quem foi que tirou o cemitério dali.

P. sim.

M. quem foi

P. foi seu Alexandre

M. seu Alexandre

P. ele foi prefeito. Foi no tempo que tiraram o cemitério pra lá.

M. araM. Sim

P. seu Alexandre

M. ai só derrubou ou levou os resto, os restos mortais do pessoal pra lá pro outro cemitério ou ficou lá

P. muitos levaraM. Muitos tiraram e otos não tiraram você sabe que tem muita famia desmantelada. Né. Muitos que nem liga a famia. O povo sabe mais daqueles que tá enterrado o pai, a mãe, tem irmão tudo interrado ai. Nem liga. Planto umas flores bota uma cruz. Você sabe você é crente.

M. não

P. mais eu ia li dizer se fosse (pausa). porque foi interrado o pai e a mãe parece que interra um jumento lá. num vai nem lá. Né. Pois é minha fia é desse jeito

P. não, naquele tempo vei antigo, né, os veis pintava uma casa, acula né. Era para poca São João quando começou era poca. Adepois quando que os portugueses chegaro, que começaram desvanecer.

M. era, era tudo ali perto, como era?

(pausa)

P. mato, ali era tudo mato. Aqui, essa rua aqui a rua do povo ali e da aqui também tudo era mato (pausa) tudo era mato. Aqui era terra de planta arrais aqui.

M. ai o povo morava mais no sítio era?

P. os veis morava no sítio, é

M. fica muito longe os sitio daqui da cidade

P. eu mermo, daqui onde, onde eu fui criado com minha famia ( conversa ao fundo)

M. dava uma légua a pé com o defunto na grade

P. oi minha fia fora brincadeira (pausa- barulho- conversa ao fundo) de primeiro era mais sofrimento (pausa) se acordava de lá, de pé pra vim vorta de pé pá vim pa uma missa. Eu quando mamãe disse meu fi, eu vou levar você hoje pa missa.

( barulho de moto)

Eu num sabia nem o que era. Quando eu chegando ai(-) ( ele quis dizer próximo a São João) ai eu vi aquilo piii. Eu quis correr pra trás. Num era o trem

M. era o trem

P. aquele trem era fogo uuuuu. Ai eu quis correr pra trás. Há, ai meu fi. Eu quis correr pra trás nem sabia o que era. Meu fi ali é o treM. Eu sei que ela veio pegada com meu braço até aqui dentro rua. (pausa) num sabia o que é (pausa- conversa ao fundo) de primeiro eu nem sabia nem conhecia avião, (barulho de moto) eu fui roça meu pai com os trabaiado, naquele tempo carregava comida no prato de barro, quando eu sai de casa assim ( música ao fundo) os duzentos ( não entendi) se vi a zuada uuu, ai eu sabe que foi que eu fiz ( música ao fundo) (pausa) eu olhando pro mundo que o prato gra pra trás.

M. ai quebrou

P. quebro, sorte que era perto de casa. O avião nunca tinha visto zuada

M. é. Quem era que fazia os pratos

P. era os loiceiros

M. os loiceiros

P. as que faz hoje

M. sim

P. ai daqui de casa, eu pego é, era nem lenço na aqueles poco que era de pano. Era arrodado, eu cheguei de pindurado. Mi fi fu fa na mãe eu fui olha pa uma zuada ai vem junto tudo, buto noto, ai eu já vima. Chego da roça, meu fi o que foi meu fi. Nessa hora. a mãe eu vi um bixo, eu chamo é um bixo. Vi andando lá e quebrei o prato e voltei pra trás. Foi desse jeito. A coisa era desse jeito. Difici

M. é

P. hoje é faço, o caba vai levar cumida numa roça, é tudo é in marmita, e lá é.

(Barulho de som)

M. pra trabalhar na roça tinha que trabalhar cedinho

P. é

M. trabalhado

P. tinha roça que tinha trabalhado, butava trabalhado (pausa)

M. ai

P. naquele tempo você que bota puma roça, que fosse cem tarefa de roça se achava gente pra trabaia. Hoje você buta uma tarefa o mato comi sua roça (conversa ao fundo)

P. o que porque o mato comia, o mato come a roça hoje não tem trabaiaido não.

M. o povo criava gado naquele tempo

P. criava meu pai mermo criava

M. criava

P. criava, criava gado

M. acordava cedim pra tirar leite

P. tira o leite. Meu pai acordo tão dedo, os veis tava no escuro, butava a lamparina lá no curral

M. ai tinha fosforo para ascender a lamparina

P. en?

M. tinha fosforo para ascender a lamparina

P. tinha, fosforo nunca falto não.

M. siM. O curral da vaca era perto de casa

P. era perto era daqui pra li lá em casa

M. siM. É porque que interra o umbigo da criança na porta do curral

P. pra dá felicidade

M. felicidade sim

M. criava o que tanto, tempo de animal ? vaca, galinha

P. vaca, galinha, peru, porco

M. porco

M. e o

P. bode, uveã

M. e tudo era perto de casa o chiqueiro dos porco, do gado

P. era, era era perto

M. era

P. ai quando era de tarde as uveã já tava acostumada a viM. Ai quando dei fé vinha.

M. no final, de tardzinha

P. num precisa i atrás não.

M. ela sabiam nera

P. é ela sabia

M. sim

M. ai quando, anoitecia durmia cedo, fazia o que

P. quem?

M. o povo antigamente

P. rapaz o povo nu, o povo de primeiro. O povo de primeiro, eles tinha o que fazer. Eu to infadado vo dormi cedo, pra no o to dia amanhecer des mais hoje não hoje o caba ate meia noite nu mei da rua, porque não tem o que fazer no o to dia. Vai beber cachaça, né. vai roba né. por que no o to dia de primeiro meu pai mermo seis hora meu pai tava la fora roncando mais quatro hora ele tava de pé

M. unrum

P. e acordando todo mundo eu é quem butava água na jumentinha, ia buscar água com quilometro quais dois certo

M. e trazia pra casa a água. Servia para cozinhar, tomar banho.

P. pra tudo

M. pra tudo

M. e o banheiro era dentro de casa, como era. Era fora.

(pausa- conversa ao fundo)

P. minha fia naquele tempo num tinha banheiro dentro de casa não.

M. não!

P. separo uma casa de paia de coco aquelá você se virasse aculá. Nunca ai conheci banheiro dentro de casa

(conversa)



P. fazia uma corda acula de paia de coco ( não intendi) você ia fazer aculá (música ao fundo) você não tinha banheiro dentro de casa hoje não. Hoje, tem casa ai que tem três banheiro né é tudo abandonada

M. é

P. né hoje eu conheço banheiro no sitio que nem o meu aqui chega nem perto. Eu tenho um cunhado minha irmã que mora no sítio. Lá tudo é bacana. A casa toda aipendada. Eu chamo de impresaro certo. Pra ele bacana lá. Tudo bunitinho. Naquele tempo não tinha (pausa) depois é desse jeito minha fia. Pode e pode perguntar mais

M. ta bom

P. enquanto a língua num ingrossar e o escuro sai

M. risos

M. e como era assim, no sitio mais fazia. Nu São João fazia fogueira, comemorava.

P. há minha fia comemorava. Eu mermo cansei de passar na brasa

M. não se queimava

P. porque aquilo ali é fé de jesus. Eu cheguei um dia na casa noite de são joão tava o rabaim de gente. Rapaz mais eu vou dizer que tem gente que passa na brasa. Num tem nenhum que passa. Depois eu passo. Oi dais paimo de brasa e naquele tempo o caba fazia um neto de fogueira. I, a,a espacia a brasa e tras um chapéu de paia abana a brasa ai. Quentinha e a cinza. A cinza é quem queima.

M. quem queima ( pausa- barulho de moto)

P. só que eu cheguei era pá ta tirando o sapato e te enxugado os pés na terra os pés tava suado. ai quando eu sai, as brasa, fico pegando no

P. tava ardendo coisinha poca mais rapaz.

(conversa ao fundo)

M. o povo antes tinha medo de quem morria

(pausa- conversa ao fundo)

P. rapaz, (pausa) eu acho que o povo tem medo é hoje

M. (pausa- conversa) porque eu nunca tive medo se for por isso eu carrego um difunto pro cimetero no ombro se possivi eu durmo la tenho medo não.

M. é

P. mais se deus quiser vim me buscar eu to pronto já, já to com a chave no bolso.

( conversa ao fundo)

M. ai antes o povo tinha medo disso medo do sataná. Tinha medo de alguma coisa de historia de assombração, que contavaM.

P. tinha

M. tinha

P. as assombração ate hoje medo de quem morre ninguém teM. Porque quem morre não vem fazer mal a ninguém não. Aqí o cão que ta solto

(conversa ao fundo)

Os demônios os satanás tinha medo. Você dos mortos você ta livre

(apito de moto)

Agora de quem é vivo ninguém ta. Ninguém, ninguém sabe do jeito do caba ta. O caba não tem sussego na vida, quem quiser viajar, que nem qui você ta dormindo, quando da fé tem um ladrão perto de você. E quem morre vem?

M. naquele tempo tinha isso roubo na casa do povo ladrão.

P. não

M. como tem hoje

P. nunca vi ninguém, no meu tempo robô fulano

(conversa e música ao fundo)

Mais naquele tempo nem tinha apois hoje (conversa ao fundo) robo fulano, robo aqui dentro da rua mei dia robô fulano ta um negoço dermando do mundo que ninguém nem sabe nem o que ta certo o povo morrendo o bandismo e mais é de menor, de menor que não vai pra cadeia vai só ouvido solta ele pra ele roba de novo pois é.

M. é

(conversa ao fundo)

Vinha lá da vagi de ema lá andava de carro de boi

M. como era o carro de boi

P. era bem,o carro com duas roda e o boi na frente

M. ai trazia quantas pessoas trazia

P. cabia o que tivesse

M. e quem era os donos desse carro

P. aqui mermo era Zé Gonsalves morava. Eu mesmo peguei o finado Zé Gonsalves ai via buscar. E la na vagi de ema o carro de boi ( conversas ao fundo) e tem um a coisa ele butava (pausa) ai ele butava sabe o que po carro conta. Butava sebo de cabra.

M. como era o carro

P. em

M. como era esse carro

P. era com duas rodas e a mesa bem larga

(conversas ao fundo)

M. e o boi tinha o boi

P. tinha boi, tinha boi

M. sim

conversas ao fundo

M. ai trazia o povo do sítio aqui pra cidade

P. tinha muitos que vinha

(pausa)

M. sim

P. e pegava, quando a roda tava quente, ai o eixo do carro pegava fogo. eu mermo eu mermo peguei um com João Gonsalves.

(conversa e musicas ao fundo)

Naquela descida lá, correu aqui, tava seco, ai pego fogo eu joguei terra nu banco, nu cocão, no eixo.

(pausa)

Eu que plantei e ninguém robava ninguém. Todo mundo trabaiava. Hoje o caba ta (não entendi) você hoje.

M. naquele tempo as pessoas se casavam cedo. Casavam cedo

P. oi, vou dizer uma coisa a você (pausa) naquele tempo pra uma moça se forma na cidade. hoje tem mocinha com dez ano que é formada. Naquele tempo não tinha isso. Hoje a muie com dezoito, vinte ano (pausa) já tem namorado.

P. e escondido dos pai e da mãe. Ve escondido do namorado e na casa da mãe, era preciso que o vei fiscaliza-sse pra ve se prestava se num prestasse num era. Eu mermo namorei com uma moça la na serragem (pausa) eu chegava lá porque um primo meu, era primo deles lá e me levou lá. (pausa) ai daqui a pouco lá acabei que era mermo ela. Pra eu saber que ela tava com namorado dele, enquanto eu fui saindo ela me deu uma flor faz de conta que meu coração você leva ai quando foi um dia, todo sabo santo eu ia. Ai quando nois já a cavalo, quando de pé lá vem o vei, que o vei ia todo sabo pra Cajazeira. Ei, sabe que andava lá né. ei, para ai quero ve você. Ele chego deu boa tarde boa tarde, pode descer. Não nois tamo vechado, não eu num posso, pode descer quero conhecer você (barulho de moto)

tire as celas dos animais ai, pode butar na roça. Digo não eu nem posso durmi aqui não. Não porque. Porque. Porque lá tem um gado lá em casa quem tira o leite é eu. Apois o bizerro vai mamar tudo, você vai ficar mais eu aqui. Quero li conhecer. Você é fi de um amigo meu que pai era conhecido dele. Ai fiquemo lá, o vei tinha uma rabeça e você sabe dançar eu digo poco.

Você vai aprende hoje, o vei. Ai jantemo, quando foi a noite peguei a rabeca fui dançar mais a moça e ele. Mais nem eu. Eu dizia que vinha de cá. Não eu nem sai de lá não. Lá nem anda rapaz não eu digo nem anda caba sem vergoim, pois minha fia é desse jeito mais a gente só sai com quem, quem.

M. quando dá certo

P. quando dá certo

P. é pois pode perguntar mais.

## ENTREVISTA 2: 11/10/2016

São João do Rio do Peixe, 11 de outubro de 2016, entrevista com Francisco de Sousa, conhecido como Baiozo. Entrevista realizada para a o trabalho de monografia “Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX- São João do Rio do Peixe-PB”, a cargo da aluna Maiza Ribeiro de Sousa e do orientador Rodrigo Ceballos.

M. Como é seu nome completo?

F. Francisco de Sousa.

M. O senhor tem quantos anos?

F. 86.

M. 86.

M. Ai, o senhor chegou aqui em São João em que ano?

F. 46.

M. 46.

M. E como era São João nesse tempo?

F. Pequeno.

M. Pequeno.

F. Pequeno.

M. Sim.

M. O senhor lembra de mais alguma coisa ?

F. Lembro, né! Tinha aquela qui você conhece, aquela lá. Lá num tinha nada. Agente avista ali naquela, até no pé do serrote (entrevistado aponta para as casas). (Pausa) Tinha um serrote chamado serrote dos bois.

M. Sim, ai mais quando...

F. Até o cemitério né! Do cemitério pra lá num tinha nada, num tinha aquelas ruas. Aquela rua da puêra, num tinha nada.

M. E lá, tinha o quê, mato? Alguma coisa, assim?

F. Não, era mato do cemitéro pra lá, tudo era mato, propriedade né. Propriedade.

M. Ah! Mais aqui no centro sempre teve aquela igreja ali, quando o senhor chegou. Quando o senhor chegou?

F. São Francisco?

M. Ah, a matriz.

F. Aqui?

M. Sim.

F. Tinha criatura, é de 1900, 1883 foi essa igreja daqui.

M. Sim, e próximo a igreja, tinha mais alguma...

F. Tinha. Tinha essas casas, né. Esse quadro de rua, ai tudo tinha ai, né. Só que era diferente, nera casa pequena , casa grande, ai vai passando o tempo, vai mudando tudo.

M. As casas era de tijolo, ou era de taipa?

F. É tijolo.

M. Tijolo.

F. Tudo de tijolo. Era.

M. E aquele negócio que tem um relógio bem grande ali?

F. A coluna?

M. A coluna!

F. Foi feita em quarenta e sete.

M. 47e. Então, quando o sinhô chegou já tinha, né?

F. Não! Não foi feita no ano que nós chegamo aqui. Comé? Foi feita, feita em 47. Nós chegamos em 46, ai em quarenta e sete.

M. Hum!

F. Fizeram essa coluna aqui.

M. E a cadeia que o senhô me falou naquele dia que ficava....

F. Era ali onde era essa casa de Zé Izido.

M. De Zé? Que fica em frente a coluna?

F. Sabe onde é?

M. Sim.

F. É a casona!

M. Ai a cadeia era de tijolo ou era de taipa ?

F. Era de tijolo, daquele mermo jeito. Agora ele derrubou e fez.

M. Sim. E quem cuidava da cadea ? Tinha uma pessoa?

F. A cadea criatura, não tenho lembrança quem era o, quem era o, o cacerero e, não tenho lembrança.

M. Hanram!

F. Não tenho lembrança.

M. Ai em São João naquele tempo, as pessoas andavam de que?

f. Só tinha um carro.

M. Só tinha um carro.

F. Daqui para Cajazeiras.

M. Como, como era esse carro?

F. Um fó 29.

M. 29?

F. Sim.

M. Ai as pessoas andavam na maioria das vezes a pé, essas coisas?

F. É muita gente ia de peis, né.

M. Sei.

M. E como era a morte aqui? Como era que as pessoas cuidavam do morto?

F. Da morte?

M. Sim.

(Pausa)

F. É morrer em casa e de casa para o cemitero.

M. Cemitério?

F. Da igreja pro cemitero.

M. Ai adoecia, não tinha médico naquele tempo?

F. Tinha, tinha, tinha. Quando eu cheguei aqui, tinha um médico nessa esquina (aponta para a rua) lá da casa da viúva de Edi Marcolino.

M. Sim. O senhor sabe...

F. Dotor João Izidro.

M. Ai quando as pessoas...

F. Era de Cajazeiras.

M. Ah!

M. Quando adoecia, chama de....

F. Era, né. Quando um tava doente vinha se receitava com ele, mais num tinha médico assim.

(barulho de conversa ao fundo)

M. Mais assim, adoecia em casa?

F. Não tinha casa de saúde. Não tinha nada.

M. Ah, adoecia em casa. Ai ficava e esperava até um dia morrer. Era assim?

F. Era. Tinha que esperar, por que não tinha médico, né. Outro, num podia se receitar, que a consulta era cara, né.

M. E tinha rezaderas? Assim, curandeiro, benzedera?

F. Tinha, tinha uma rezadera que tinha muita rezadera, até se acabasse. (apito de moto ao fundo)

M. Mas, as pessoas quando adoeciam, mandavam chamar elas?

F. Era.

M. Era.

M. Ai, é... O senhor me falou naquele dia sobre a grade e que levava o morto na rede. Como era que acontecia?

F. A grade criatura, não era uma grade. Era assim.

M. Sim.

F. O pau bem grande cumprido, ai pegava aquela rede, né. Ai amarrava um puni lá e ôto cá, né.

M. Sim.

f. Ai butava aquele defunto dento, ai trazia.

M. E levava pra o cemitério.

F. Cimitero.

M. Ai quando chegava lá, colocava aonde?

F. Era na cova.

M. Na cova.

F. Colocava na cova. Quem tinha catacumba, nera, ia pra lá. Quem num tinha dexava na terra.  
(Barulho de conversa ao fundo)

M E a cova comprava , era?

F. Comprava, era pago.

M. Comprava a quem?

F. A prefeitura.

M. A prefeitura.

F. Pagava uma tacha, ainda mais, ainda mais uma gratificação, o trabalho lá no coisa do cemitero.

M. Sim, Hunrum!

M. E caxão, tinha?

F. Heim?

M. Caxão.

F. Tinha, tinha o caxão da igreja.

M. O caxão da igreja.

M. Como era o caxão da igreja?

F. Era um caxão simplis. (Barulho de conversa ao fundo).

M. Ai a igreja, tipo, emprestava as pessoas?

F. Era a igreja, era quem , dava o caxão para quem, num podia, né.

M. Sim. Ai o caxão entregava? E colocava o defunto, até o cemitério?



F. Era.

M. Ai depois, fazia o quê?

F. Lá ficava, o seu resevado de guarda o caxão.

M. Sim. Esse caxão é o qui ficô conhecido como caxão das almas?

F. Era caxão das almas (risos)

M. Caxão das almas. Sim.

M. É, seu Alci....., é seu Baiozo, como era os velórios? O senhô lembra?

F. O velório criatura. Era passa a noite com o defunto, comprava dois litros de cachaça e dá, ia dá a quem ia pra lá, né. Era isso.

M. Ah!

F. Outros era café, fazia um bolo, outra coisa.

M. Então, a família do defunto preparava isso pa da as pessoas que passavam à noite lá. Dava comida?

(Barulho de moto ao fundo)

F. Não. Num era comida, era uns que ia, era aquele povo que gostava de beber, ai pra eles só a cachaça.

M. Cachaça.

F. Era. Agora mais, mais fazia um bulé de café, né. Naquele tempo tinha um bulé, não tinha essas garrafa, né.

M. Ficava assim, muita gente no velório?

F. Ficava, tinha muitas que ficava, né.

M. E, ai, como era? Ficava lá fora conversando?

F. Nã, é sentado na calçada, né, conversando, outros lá dento, a famia chorando enquanto outros tava bebendo, mais outros tava bebendo.

M. Bebendo?

M. Já tinha energia?

F. Tinha energia.

F. Um motozim simples lá onde era a banda de musca, lá perto da minha rua. Sabe onde é banda de musca?

M. Sei.

F. Era, a energia era lá.

(Conversa ao fundo- “ Era um gerador”)

M. Era um gerador.

F. Era a calvão.

(Conversa ao fundo – “A calvão, era”)

M. Como era?

F. Calvão. Tinha, tinha uma caldera cumprida, ai butava aquele calvão pra....

(Conversa ao fundo- “gerador”)

M. Ai...

F. Ai, tinha o mato. Tinha o calvão que puxava o motor.

M. Sei.

M. Ai tinha que fica direto colocando o carvão pra não apagar, era?

F. É. Ali de veis e quanto, tinha, tinha um vei, ai tinha o local de butar a lata de calvão, né. Ai o pobi do ajudante era vu, vu, vu. (risos). Eu mermo cansei de puxar, né. Era rapaizim novo, cansei de puxa pá ajuda o pobi rapaz, que era sofrimento, viu.

M. Seu Baizo, é, as pessoas que murriam, passavam na igreja?

F. É tinha aqui ir pra igreja.

M. Ai o padre celebrava a missa, alguma coisa?

F. Não. Celebrava os que podia paga missa, né. Fazer missa, né. A missa de corpo presente, por causo que não podia pagar, só era coisa o corpo e ir pro cemitero.

(Barulho ao fundo)

M. E dentro da rede, o morto vestia alguma coisa?

F. Heim?

M. O morto vestia alguma coisa?

F. Vestia, vinha vestido, vinha vestido.

M. Era na mortalha, ou roupa mesmo?

F. Na, na rede, né.

M. Na rede? Ai eles tinham...

F. Mais muitos vinha cum, cum, num é. Mais outros coitado, era morrer, do jeito que morria, jogava dentro da rede.

M. O sinhô já presenciou, assim alguma pessoa morrendo? A família cuidando do morto?

F. Já.

M. Já! Como foi?

F. Primeiramente, minha mãe.

M. Sua mãe!

f. Eu fui quem butei a mão, a vela na mão dela.

M. Foi! Qual foi o ano que ela morreu?

F. Oitenta e treis.

M. Oitenta e três.

F. Foi! Morreu com 33 anos.

M. Ai depois quando sua mãe morreu, o sinhô vestiu a mortalha nela, teve todo esse cuidado?

F. Não! Quem vestiu foi a, o povo, né, que tava, a mulher de Simplicio, né.

M. Sim.

F. Naquele tempo era muito amiga dela, foi quem ajeitaram, ajeitar as mulher.

M. Dava banho também, ou só vestia a roupa?

F. Dava, dava.

M. Dava.

M. Seu Baiozo, por que colocar a vela na mão quando tá morrendo?

F. É, né! Num sei, dá, da, da religião. Num sei, o que significava aquilo.

M. Hanran! E nos velórios que o sinhô já foi, na, naquele tempo mais pra tras, é sempre rezava alguma coisa?

F. Rezava.

M. Hunrum! Rezava....

F. Passava a noite rezando.

M. O senhor lembra de alguma oração, alguma coisa?

F. Não, eu num me lembro não.

M. Não.

F. Rezava uns bendito, elas é quem sabia. Eu nunca rezei.

M. Ai, assim, e como não tinha caxão e era carrega... levado na rede. Nu, na hora do velório, o corpo era colocado aonde? Colocava o morto aonde? Na casa dele?

F. Ficava lá encima dum, dum, sei lá. Dum banco, de alguma coisa. Até, né.

M. Ai ficava no quarto, ou na sala?

F. Na sala.

M. Na sala.

F. Na sala.

M. Sim (pausa). Entendi.

M. Seu Baiozo, é... Naquele tempo no dia que conversei com o senhor, eu lembro que o sinhô me falou qui, quando o senhor chegou aqui, que tinha uns empresas, que era do, do sabão.

F. Adriano Brocos.

M. É.

M. O senhor pode me falar novamente?

F. Posso! (risos)

M. (risos)

(Pausa)

M. Quando o senhor chegou, ai me falou naquele dia, que lembrava que o dono da empresa tinha morrido no acidente, e ai. É, como foi?

F. É no lado de Aparecida. Ele ia cum caminhão que transportava óleo, óleo do caroço do algodão.

M. Sim.

F. Era o óleo, o rizido e a torta. O rizido pro gado. Conhece rizido?

M. Sei.

F. Umas barronas desse tamanho. (Faz gestos com a mão)

M. Conheço.

F. Ai tinha o óleo, né. Quando a maquina, né, coisava o caroço do algodão e ai descia aquele óleo, eu trabalhava lá na usina do Broco. Trabalhava no banco de óleo.

M. A usina era aqui in São João?

F. Era aqui, ali de frente, ali aonde é aquele prédio de Dotor Zé. Aquele preidão bem alto.

M. Sei onde é.

F. Era ali a usina (ponta para rua)

M. Qual era o ano que tinha a usina?

F. Quarente e seis. Quando eu cheguei aqui.

M. Quarenta e seis. Ai produziu o óleo, o rizido e o que mais?

F. E a torta?

M. A torta.

M. A torta. O que era a torta?

F. A torta, era o, o, o, o, o bagaço do caroço do algodão.

M. Sim. E servia pra que?

F. Pra dá pru gado.

M. Pro gado, sim.

F. É, gado.

M. Ai como era o nome da usina?

F. Adriano Broco.

M. Esse Adriano Broco, era o nome do dono?

F. Era. Adriano Brocos, era o dono.

M. Sim, ai ele colocou o nome da usina também como o nome dele.

F. Adriano Broco. Ai, ele morreu nesse acidente in Aparecida.

M. Como foi o acidente dele?

F. Ele ia com um caminhão carregado de óleo.

M. Sim.

F. Ai, quando chegou na, na, na perto de Aparecida, tem uma ponte eu conheço lá a ponte. Ai o carro desgovernou (entrevistado bate com as mãos). Ai bateu explodiu, acabou, cendiou, morreu queimado. Chegou numa caxinha deste tamanho assim, só as cinzas. (Faz gestos com as mãos, indicando o tamanho da caixa). Logo, ele era ateu, não acreditava nem que existia Deus. O fi dele ia, eu digo porque eu vi. O fi dele chegava abença papai, ele dizia. Eu te abençoou, eu te abençoou, eu te abençoou. (Pausa). Ai, morreu o pai desse desastre, morreu Pericles que era o filho dele, num desastre, no último dia de carnaval no Rio de Janeiro, isso foi em 52 no Rio de Janeiro. Tava lá num edifício, ai tumou um pó de lança perfume no último dia de carnaval. E a filha, de, tinha duas filha, morreu também de desastre. E o sogo que era di, di, di cajá, Joaquim Matos, tinha uma grande frima em Cajazeiras, foi passar na casa dele, lá no Rio de Janeiro, lá morreu atropelado no Rio de Janeiro. Morreu tudo acidentado, afilha morreu in Erecê na Bahia, di uma barruada de carro (entrevistado bate com as mãos) tudo era comunista. Não acreditavam nem em Deus. (Pausa)

M. E na década de ...

F. Eu não conheci, Dotor Broco, não.

M. Sim.

F. Agora minha mãe conheceu, era tinha uns dente assim pra, pra ( faz gestos com as mãos) Minha mãe dizia que era desse tamanho o dente dele. (Faz gestos com a mão). Coisa mais feia do mundo.

M. (Risos)

F. (Risos). Meu pai vei trabaia aqui em 32, aqui. Trabaia aqui em 32, eu tinha um ano (pausa) Pois é, ele dizia eu te abençoou. Ai morreu dotô Broco desse desastre in Aparecida, o fi caiu du tecero anda e uma fia dele morreu. Que é casa cum fi de dotô Valdemar Beserra de Cajazera de uma burruada. ( Bate as mãos) lá in Irecê na Bahia.

M. Ô seu Baizo, as pessoas aqui quando o senho chegou, o senho chegou com quantos anos, aqui em São João?

F. Eu cheguei com 15 anos.

M. 15 anos.

M. As pessoas era muito religiosas, sempre iam a igreja ?

F. Era, era, era. Era muito religiosa, essai. Dizer que era. O povo mais velho, né. Na igreja tinha naquela época, tinha uma coleção de moça aqui, era quem tumava de conta da igreja. A igreja todo dia, todo sai tinha novena.

M. Hanram! E quem era o padre quando o senhor chegou?

F. Jacome.

M. Jacome.

F. Manuel Jacome.

M. Sim. Que hoje ele é enterrado, né. Lá na igreja.

F. É interrado ai, é.

M. Quando uma pessoa ela adoecia in casa, o padre ele ia pra lá, pra rezar.

F. Ia, muitas vezes ele ia, né. Chamava ele e ia.

M. Ele cobrava?

F. Recomendava aquele corpo. Não, eu não sei dizer, sei, né. Não sei se ele cobrava.. Não sei dizer se ele cobrava, quanto.

M. Ai tinha que recomendar o corpo?

F. É tinha que recomendar o corpo.

M. E se não recomendasse (pausa)

F. Tinha fé, né. Se recomendasse (risos). ( O entrevistado faz gesto com a cabeça, balançando em sentido negativo)

M. As pessoas tinham medo da morte?

F. Eu acho que tem, criatura.

M. Tem?

F. (Risos) Tem medo da morte, né.

M. Por que tem medo?

F. Heim?

M. O sinhô sabe porque tem medo?

F. É, porquê a morte deve ser a coisa mais ruim que existe no mundo, né. Num tem o ditado?

M. Qual é?

F. Que é melhor viver, do que morrer.

M. É.

F. É, pronto, é. É isso, né, ninguém que morrer... Pergunte aqui nois tudim, quem que morre.

Ninguém que, né. Não Enilton?

(Voz ao fundo- “ é verdade”)

M. Então, quando morria uma pessoa, era costume colocar na rede e trazer até o cemitério?

F. É, as que, as pobi coitada que num tinha, vinha até de Santa Helena. Eu, eu tenho impressão que meus avós são interrado aqui. Sabe onde era o cemitero?

M. Onde era?

F. Ali, onde você já foi! Ali da capelinha. Ali, aquele pátio todinho.

M. Da capelinha de São Francisco?

F. Ali que era o cemitero! Aqui antigamente.

M. E quando, é, é... O senhor lembra qual o ano que derrubou o cemitero? E construiu a capelinha?

F. Não, num me lembra não.

M. Mais o senhor lembra o por quê derrubou ali?

F.É porquê era dentro da cidade.

M. Ah! Dentro da cidade.

F. Dentro da cidade

M. E tava causando alguma coisa pra as pessoas?

F. Era, acho que tava, nera.

M. Sim! E quando, o... A linha de trem que chegou qui, o senhor lembra?

F. Não.

M. Não.

F. Eu sei que chegou em 1925.

M. Em 1925?

F. Meu pai era empregado, mas nessa época meu pai ainda não era empregado. Meu pai foi empregado em 29. Mas, ele contava, que foi, né. Que ele impregosi. A primeira estação que ele vei trabalha, quando ele impregosi foi aqui em 32. Ainda num tinha esse ramal de Cajazêra.

M. Hanran!

F. ai com um ano, um ano e pouco foi que saiu esse ramal, que saiu esse ramal de Cajazeiras

M. Quando o sinhô chegou aqui com seu pai, ai o senhor foi orar no sitio, ou morou aaqui?

F. Não, não. Eu vim pra qui, pra cá morar na rua. Aqui mesmo, naquela dita rua que você viu.

M. Ah! Sei, vi.

F. Nas casa assim afastado.

M. Hunrum! Mais o senhor lembra assim, se a maioria das pessoas trabalhavam na roça?

F. Era, mais era na agricultura.

M. Trabalhava com o que, assim? Plantando o que?

F. Milho, feijão, arroz.

M. Hunrum! E naquele tempo, quando o sinhô chegou aqui tinha aquela fazenda velha?

F. Fazenda Velha ?

M. A fazenda velha, ou a fazenda São João, qui, qui foi dos portugueses. A Fazenda Nova, que chamava.

F. Não! Eu me lembro da fazenda que tinha aqui. Uma era dentro da rua, bem dizer.

M. Qual era?

F. É aquela ali que tem. Num sei se você prestou atenção. É que fica, fica mesmo assim, ali.  
(aponta para a rua)

M. Não.

F. Que foi dotor Moro.

M. Como era o nome da fazenda?

F. Eu não sei como é o nome da fazenda. Ai tinha a Boa Vista, lá em cima do alto.

M. A Fazenda Boa Vista?

F. Em cima dum alto. Aquela di, di Miguel Estrela.

M. Hanran! Seu Baiozo, quando o senhor chegou aqui na década de 40, tinha escravos aqui em São João?

F. Escravos?

M. Sim.

F. Não. (Risos)

M. Não.

F. Não. Todo mundo trabalhava.

M. Sim.

F. O cumerço, você entra nuncumerço, isso aqui (aponta para a rua) Tinha seis lojas aqui. Começa dessa daqui. Esse prédio ai que tá fechado, era a Pernanbucana. É essa aonde é Eduardo, é uma das maió loja. Depois a Pernambucana, é essa desse povo ai, desse menino. Ai tinha mais duas, três e tinha a casa Estrela. A casa Estrela era ai, onde esse, esse frigotil, até na ponta da rua, era a casa. Chamava-se casa Estrela.

M. Casa Estrela.

F. Estrela! Vendia várias coisas.

M. Que era, essa parte, era que ficava o comércio de São João?

F. Era, era. Agora essa seguda aqui, nessas quatro esquina aqui... cada esquina era uma mercearia grande, grande. E ainda hoje tem uma que é desse Zé Alexandre.

M. Eu sei onde é.

F. E esse aqui, esse comerço aqui desses quatro de hoje aqui, desses quatro de hoje tudo era café.



(Pausa)

M. Só vendia café?

F. Café e bolo, né. Essas coisa.

M. Hanran!

F. Só o que vendia aqui (risos)

M. Sei!

(Pausa)

M. E, é, eu lembro seu Baiozo, que, quando eu conversava com seu Alcino, ele me falava que as pessoas do sitio acordavam muito cedo pra trabalhar. E que não tinha relógio naquele tempo, mais o relógio era de pau.

F. De pau, é! Eu trabalhava com um relógio daquele lá em Patos.

M. Como era o relógio?

F. Era, a gente fazia. O mestre, ele fazia o relógio, ai butava a gone. Butava virado o sol, né. (barulho ao fundo)

M. Ai se orientava por ele?

F. Ai a gente trabalhando... ai era certinho criatura, era certinho.

M. Hãn! E hoje, não tem mais, né. Desses relógios?

F. Tem não, tem não. Eu trabalhei em Patos 5 anos em Patos que eu morei (barulho ao fundo).

M. 5 anos com seu pai, no foi, que o senhor ficou lá?

F. Foi, meu foi pra lá. Quando meu pai foi trabalhar em Patos, por que o emprego da estrada (risos). Naquela época era como soldado, só vivia entre arribada e abaixo, mas você, vê nois morava no Crato. Já ouviu falar no Crato?

M. Já.

F. O Cariri, né!

M. Já.

F. Ele era pra ter dexado ná, no Crato, do Crato em 46 veio pra cá. Chegamo aqui no dia 15 de maio e de 46. Quando foi em setembro de 47, ele foi transferido pra Patos. (Barulho ao fundo). Ai, lá, ele num passou nem 1 ano, passou 11 meses, ai voltou pra cá novamente. Mais deixava que eu tava empregado, né. No departamento de uma ponte, a ponte da estrada de petão, que estavam fazendo, né. Ai, eu atava empregado, ai fiquei em Patos, só sai de Patos quando terminei a ponte, como 5 anos.

M. Hanran!

F. 5 anos.

M. 5 anos ( pausa- barulho ao fundo)

M. Seu Baiozo, é... como era a cama que as pessoas dormiam? A cama?

F. Cama?

M. Sim.

F. Tinham uma vezes que (risos) a cama de pau. Tinha umas cama de pedra antigamente, né.

M. Como era?

F. Era umas camas dessa altura assim (Faz gestos com a mão)

M. Sim.

F. Não tinha tela criatura, a pessoa tinha que... eu mesmo lá em casa tinha uma. Ainda pude comprar uma, né.

M. Hanran!

F. Se você deita, a pessoa deita, é mesmo que tá deitado nisso qui. (aponta para o chão)

M. No chão?

F. Era, nu, nu...

M. E a água? Pegava onde?

F. Heim?

M. A água?

F. A água era das cacimba, dos rio.

M. No riu?

F. O povo fazia muita cacimba no riu. Aqui mesmo! Chama-se poço do barru. Tinha 3 ou era 4 cacimba, o povo mesmo era quem fazia. Naquele tempo tinha, tinha uma venda di, di.... de sabão, que vinha nos caxão desse tamanho. Ai o povo comprava os caxão, ia pra bêra do riu cavava (barulho ao fundo) para fazer aquela cacimba. Tinha água dentro, a água era azul da cor disso aqui, olhe. (aponta para um tecido)

M. Azul?

F. Milhó que essa de hoje.

M. Ai colocava aonde a água

F. Butava pertinho da bêra do riu.

M. Ah! Sim. Ai, levava pra casa?

F. Ia de galão no ombro, no ombro.

M. Sim.

F. Carregando a água no ombro.

M. Galão, eu sei como é o galão.

F. É.

M. Ai coloca no pote?

F. Enchia o que era de pote. Pote de barro. Menina, naquela época não tinha geladeira.

M. É?

F. Naquela época aqui, acho que, quem tinha geladeira, era Alcino Bernardo Miguel Estrela, que era os industriais daqui, né?

M. E televisão, tinha?

F. Hein?

M. Televisão, tinha, naquele tempo?

F. Não, criatura! Televisão foi de cinquenta e dois pra cá.

M. Foi.

F. Foi.

M. Sim.

F. De cinquenta e dois pra cá!

M. Que chegou

F. Eu me lembro, tava em Fortaleza, eu fui receber o pagamento da minha mãe lá, que era pensionista, sabe? Dá, dá estrada de ferro, ai fui receber. Passei um mês em Fortaleza pra resolver uns negócio e o dono da casa que eu tava lá, comprou uma. Mas, antes não tivesse mais. Você não via nada, era só em , em, em (Seu Baiozo imita o barulho da televisão). Aqui você faça as contas, pior do que, os do que é hoje.

M. Era, preto e branco?

F. Era.

M. Era.

F. Preto e branco

M. Eu já, quando eu era criança, minha avó tinha uma televisão, que era na bateria, que dava a carga. Ai, passava a imagem e não prestava, era preto e branco e sai dereto fora do ar.

F. É, é...

M. Era desse jeito! Ô seu Baiozo, é... a grade quando enterrava o defunto, ai a grade, a família levava ou jogava em algum lugar?

F. Não, não. Ficava lá no cemitério.

M. Fica no cemitério?

F. É.

F. ( Inaudível) [...] com a saída de Zé, carro lá ficava[...]

M. Ai a grade, era feita de quê?

F. De madeira!

M. De madeira

F. É uma grade dessa.

M. Quem fazia, era a família do morto mesmo?

F. Não, não! Mandava fazer, né.

M. Sim.

F. Quando a prefeitura mandava fazer, ai butava lá.

M. E a rede, enterra o defunto com a rede?

F. Enterrava com tudo.

M. Com tudo, né.

F. É, ai já deixava com tudo.

M. Ai era a terra! E depois, coloca alguma coisa em cima da cova?

F. Não! Fazia, enterrava e deixava um monte de terra, desse tamanho a cruz em cima. ( Faz gestos com a mão)

M. A cruz era feita de quê?

F. De madeira!

M. De madeira.

F. Hum!

M. Sim! Seu Baiozo, morria muita criança?

F. Murria.

M. Naquele tempo?

F. Murria! A criança, murria muito.

M. E como era a criança murria?

F. Eu mermo, perdi quatro filho.

M. Quatro?

F. Pequeno.

M. Morreram de quê?

F. Doença mermo, de menino. Naquela época tinha de menino.

M. Hanram!

F. Ai murria.

M. Ai a criança também era levada na rede?

F. Não, caxãozinho. Naqueles caxãozinho, mandava fazer uns caxãozinho.

M. ai enterra onde?

F. Lá no cemitério

M. No cemitério.

F. É, quem podia comprar um chãozinho pra fazer um tumultizinho, ai quem não podia, né.

M. Ficava no chão mesmo, né?

F. A minha mesmo, morreu , foi enterrada no chão mesmo. Passou, passou, passou... ai morreu uma neta minha universitária, tava fazendo o segundo ano de engenharia química, a mais difícil que tinha em João Pessoa, deu uma depressão nela, suicidou-se (barulho ao fundo).

M. Aí enterrou ela aqui?

F. Aí enterremo lá, aí a mãe dela, num sei se você conhece Vera?

M. Não

F. Vera que ela foi diretora lá do ministro.

M. Sim, eu sei quem é Vera.

F. É, pois é, nora minha, casada com um fio meu, aí mandaram fazer a capelinha.

M. Ah, eu lembro.

M. É, seu Baiozo o senhor já passou, assim algum tempo de seca, que aconteceu seca aqui?

F. Aqui?

M. Sim.

M. Aqui em São João?

F. Já criatura (risos), em 50, 52, 58.

M. 58, como foi esse tempo?

F. Nas era de 50, 50, 50 foi ruim, 51 ruim, 52 seco, veio melhora uma coisinha em 54.

M. Mais nesse tempo de seco como era?

F. Era seca, o povo atrais de serviço aqui, aqui na, na, na rua tudo pra, pra trabalhar.

M. E tinha ou não?

F. Tinha

F. O prefeito tinha que dá né? Tinha que arranja serviço pro povo, era.

M. Acontecia saque de alimentos?

F. Existia!

M. Existia?

F. Muitos tentava, assaltava buodega, coisa tudo, tudo, mas Doutor Zé foi um que negou né, mais dexa que Doutor Zé, butou quando prefeito, butava o povo pra trabalhar.

M. Hanran, hanran.

F. Butava o povo pra trabalhar, quando dava quatro horas da tarde, quatro e meia largava, todo dia, todo dia, butava o povo pra trabalhar.

M. Sim.

F. É por isso que não ligava de saca a buodega.

M. Hanran!

M. E, na seca morreu muita gente nesse período?

F. Morreu

M. Morria de que?

F. Fome

M. De fome?

F. De fome.

M. E era?

F. Não tinha o que comer no mato né?

M. Morria de fome (Barulho ao fundo)

F. Olhe não tem uma coisa mais triste que uma seca, eu lhe contar uma pode notar aí, em 70, em 70 eu já era né, eu trabalhei numa mudança de treem aí, eu vi! Eu vi! Um caba lá pro lado do riachão, que trabalhava numa terra, um negócio desse, ele correr atrás de um rato, um gabiru desse tamanho, tamanho de um preá, o bicho tinha um rabo que era desse tamanho. Pergunte rapaz pra que é que tu que? Nam o que esse aí eu vou matar e comer já já, quando chegou no barqueiro, o baraqueiro acabou de ajeitar a comida dos pobres da gente, pegou o bicho jogou no burralho, sapecou, sapecou, viu, faz até nojo a gente contar, aí pegou esse bicho criatura, aí butou no espeto de pau, espetou aqui e butava (barulho ao fundo) e um prato de feijão e a samora batendo, comeu todinho, ninguém nunca deseje uma seca (som ao fundo) tem alguma que eu já conheci duas, não conheci a de 32 por que eu, 32 eu só tinha um ano né, mas 58 e 70, 52 (barulho ao fundo) conheci tudinho, conheci tudinho, é.

M. Mais o senhor também, já alcançou anos que teve inverno bom né?

F. Nam, teve muito ano bom de inverno aqui.

M. Aí tinha os cheios também?

F. É teve muita cheia ali, naquela rua nossa, pronto pra ano de 63, esse comércio aqui, isso aqui era só água, eu trabalhava nessa esquina aqui, defrente com o correio, água, povo tudo de môio aqui, o povo tudo de môio aqui com a água.

M. Quando a enchente?

F. 63, 85

M. Foi ano bom de inverno?

F. 80 houve cheia, viu! Em 80 a água passou lá naquele beco da minha casa que você conhece.

M. Sei!

F. Naquele corredor lá a água passou com um metro de altura, derrubou a casa veia ficou só o buraco.

M. Muita água

F. Foi os quarto de dentro tudim, a água comeu tudim.

M. Aí nesse tempo era melhor né?

F. É

M. Por que tinha água, quando as cheias estavam vindo era costume aqui tocar nos búzios? Pra avisar ao povo?

M. Tipo

F. Não, não, não.

M. Sim.

M. Era diversão nesse tempo quando tinha água?

F. Era besta, era diversão, nesse tempo tinha diversão os caba tudo bebendo cachaça, gritando nos fiquemo (silêncio, barulho ao fundo), nois passemos em 80, 85, nois fumo escapar lá na capelinha São Francisco, fiquemo amoitado lá.

M. Porque tinha muita água?

F. E a água veio com um metro d'água naquela cozinha que você viu, naquele tempo era uma cozinha pequena, ficou só as paredes, aí nois insbiremo né, com a veia aí nois insbiremo. Pra nois não cair.

M. Seu Baiozo, quando morria alguém era comum as pessoas botar luto?

F. Era.

M. Como era esse tempo do luto?

F. Era luto preto

M. De preto?

F. Era (risos)

M. E ...

F. Pai, mãe, tudo era preto

M. Tudo preto, e passava quanto tempo usando preto?

F. A viúva era eternamente, a viúva né, mas quem era filho, neto, essas coisas era só um ano.

M. E o homem deixava a barba crescer?

F. Deixava, tinha muitos aqui que deixava

M. E deixar a barba crescer significa o que?

F. É?

M. Deixar a barba crescer quer dizer o que?

F. Sentimentos (risos)

M. Sentimentos. Sim.

F. Risos

M. Pelas pessoas.

F. É ...

M. Aí as pessoas ficavam mais dentro de casa? Ou saía muito?

F. Nam

M. Nesse período de luto?

F. Passava mais ou menos uma semana, pra, pra, pra depois sair.

M. Hanran, sair.

M. Ô seu Baiozo, aqui depois que enterrava o defunto era costume o povo, tem aquele ditado que diz, assim beber o morto, que é beber cachaça depois, acontecia isso aqui?

F. Acontecia.

M. Como é?

F. Muitos aí, ia pras budegas, beber cachaça

M. Beber cachaça.

F. Beber cachaça, é o defunto, lá ficava, havendo os que bebia, já que a família butava pra beber, o caba só fazia, se fosse gente fazia sentinela, muita gente ia só pra beber cachaça, eu mesmo foi um.

M. Risos.

F. Risos.

F. Minha mãe morreu eu comprei logo 2 litros de cachaça

F. Mais ã só (estralou os dedos) até de manhã.

M. Encheu de gente

F. Foi, bebendo cachaça, uns se bebedaram, ficaram nos pés da parede, de vez enquanto aqueles que não bebia, nam quero um cafezinho, um bule, nesse tempo não tinha essas garrafas né, era uns bule, lá em casa tinha dois bule.

M. (Barulho de tosse)

F. De, de, de purcelana, nera de alumínio não era de purcelana viu?

M. Hanran.

F. Meu pai, gostava de comprar muita purcelana, aí tinha uns bulões desse tamanho aí enchia de café e ... passava a noite todinha.

M. Então, o velório, acabava sendo uma diversão?

F. É uma diversão.

M. É.

F. É



F. Só quem sentia mais é aquele povo da família né, fio, sobrinho, neto.

M. E o povo ainda namorava nos velórios?

F. Heim?

M. O povo namorava nos velórios?

F. Se namorava?

M. Sim.

F. Ah tinha gente que levava os namorados pra lá (risos).

M. Aí no outro dia de manhã bem cedinho, partia com o defunto pra cidade?

F. É

M. Pra enterrar?

F. Tinha que dá a hora do enterro né, do sepultamento, tal hora né

M. Acontecia mais que horário o sepultamentos?

F. Era mais a tarde

M. A tarde.

F. Mais do que pela manhã né. Por exemplo minha mãe, faleceu faltando 15 pras 12 horas, me lembro como hoje, ela tava instirada em cima de uma cama, cortava e butada aquele, capuchinho de algodão, molhado com água, butando na boca dela, viu, ela deitada em cima da cama só balançando, viu, assim com o pé, aí Quitera chegou lá em casa, “leva, leva, leva ela pra casa de saúde, ela pra casa de saúde”, aí falei leva não, pra casa de saúde leva não, aí Doutor Zé tava em uma reunião de no clube, aí minha mulher foi atrais de Doutor Zé, aí ele ta lá no clube, aí muié tirou direto pro clube, já 11 e pouco da noite, aí chegou lá, oie, passe na casa que, que eu chego já lá. Aí a mulher veio assim que Doutor Zé, que nois foi chegando lá em baixo, Doutor Zé chegou, aí chegou lá em casa, aí chegando sentou na cama, olhou, olhou, olhou, tinha aquele negócio dos zóis, aí ele disse “cadê Baiozo?” aí, ta lá dentro, cadê “Neli” lá, lá dentro chama eles aí os dois aí. Ora um médico positivo, aí ele disse: “Baiozo mais Neli, sua mãe não vai, não vai 12 horas”. Certo Doutor certo. Faltando 15 pras 12 ela faleceu fechou os zóis. Cabe diz que médico não sabe de nada, eu sou contra isso dizer que um médico não sabe de nada. Né? Ô Zé sua mãe não vai 12 horas, quando foi faltando 15 pra 12 ela fechou os zói.

M. Qual foi o ano que a mãe do senhor morreu?

F. 83

M. 83.

M. É.

F. Completou 80, 33 anos agora, em maio.

M. Em maio.

M. Aí a mãe do senhor foi enterrada no caixão?

F. Caixão

M. Caixão.

F. Foi

M. No cemitério daqui de São João?

F. Heim?

M. Foi no cemitério daqui de São João?

M. Foi no cemitério daqui? Que ela foi enterrada

M. O cemitério que a mãe do senhor foi enterrada?

F. Foi naquele, só tinha aquele cemitério

M. Só tinha aquele.

F. Só.

M. Quem era que cuidava do cemitério?

F. Era Samuel.

M. Quem é Samuel?

F. E a pé, Samuel e o, o, o, o ... como é, ele é pai de parece do empregado da estrada ele é pai de um cara que chama Enoque é.

M. Sim.

F. Chama Samuel! Pronto, Samuel é irmão sabe de quem?

M. De quem?

F. Da mãe de Zilmar, irmã de Chico veio, um poucado de irmão, irmão de Vavá, de, de, de, do combicha que tinha aqui, um boucado de irmão aqui.

M. E a Igreja ela cuidava também do cemitério?

F. Heim?

M. A Igreja ela também cuidava do cemitério? Ou não?

F. Não, acho que a Igreja tinha parte né, de, de, de

M. Hanran.

F. Parte de ...

M. Dentro do cemitério tinha alguma capelinha? Ou só

F. Tinha muita! Já tinha muita capelinha no cemitério.

M. Aí celebrava missa? Lá?

F.É, tinha vez que celebrava missa né.

M. Hanran!

F.Principalmente dia de finado

M. Dia de finado né

F. É

M. Como era o dia de finados? Aqui quando o senhor chegou?

F. Tinha muita gente

M. Muita gente

F. É

M. Aí acontecia missas?

F. É tinha missa do dia de finados, dia 2.

M. Tinha alguém lá fora assim vendendo alguma coisa?

F. É ficava muita gente, lá fora né

M. Hanran!

M. O seu Baiozo, foi costume, assim aqui em São João, as pessoas fotografar o morto, na hora do velório?

F. É, por que naquela época, num tinha fotógrafo não.

M. Hanran!

F.Tinha mais vinha, assim, não ficava não.

M. Sei.

F. Aí depois foi que chegou Totô.

M. Totô.

F. Já ouviu falar em Totô?

M. Já.

F. Que é o pai desses meninos ali né

M. Já.

F. Ele é aqui de Várzea Alegre!

M. Quando foi?

F. Foi o primeiro fotógrafo que chegou aqui

M. O senhor lembra? Do ano?

F. Os outros eram de passagem

M. Sim!

F. Fotografava, aí fazia uma fotografia, aí só vinha com um mês, dois mês, Totô quando chegou aqui era que fazia aqui.

M. Qual foi o ano que Totô chegou aqui?

F. Totô chegou aqui naquelas era de, nas era de 50

M. 50?

F. Sim

M. E a fotografia era que cor?

F. Era preto

M. Preto?

F. É preto

F. Era cuma televisão (risos)

M. Hunrun!

F. Preto e branco

M. E quanto era pra fotografar?

F. Tinha o tipo né, tinha, tinha, tinha  $\frac{3}{4}$ .

M. Sim.

F. Postal e meio postal

M. E como é o  $\frac{3}{4}$ ?

F.  $\frac{3}{4}$  é a pequena, daqueles pra documento

M. Sim!

F. Num tem aqueles pra documento

M. Sei como é.

F. É

M. E o postal?

F. O postal é o grande assim!

F. Ô o postal é aquele ali, dessa irmã de aquele acular, aquele que é um postal.

M. Hanran!

F. Mas já, esse foi do tempo de... não tem do tempo de Totô, Totô só tinha o meio postal e o postal, só que o postal era desse tamanzinho, assim.

M. Grande!

F. Tá ali o postal

M. É o meio postal?

F. Heim?

M. O meio postal?

F. O meio postal era mais pequeno.

M. Mais pequeno?

F. Era, mais pequeno.

M. Aí tudo era preto e branco?

F. Era.

M. Nas fotografias?

F. É naquele tempo, não tinha colorida ainda não.

M. O senhor lembra, mais ou menos quanto custava uma foto?

F. Criatura naquele tempo era barato, num tem mais nem lembrança.

M. Hanran!

M. Aí, assim, quando o senhor chegou aqui, não tinha nera Totô?

F. É tinha não.

M. Mas quando as pessoas morriam que queria fotografar, mandava chamar?

F. Mandava chamar

M. Mandava chamar

F. Aí ele ia pra casa

M. E como era a máquina fotográfica?

F. Era uma máquina assim quadradazinha.

M. Era grande ou pequena?

F. Num ela era pequena, assim.

M. Sim.

F. Meia alta assim.

M. Aí mandava chamar o fotógrafo

F. Botava assim, butava.

M. Botava no olho? Tirava

F. É

M. Aí com quanto tempo que o fotógrafo dava, devolvia as fotos? Entregava?

F. Era 15 dias

M. 15 dias?

F. 20 dias, a vez o mês né!

M. Sim.

M. Aí a família colocava essas fotos aonde? Guardava?

F. Num quadro

M. No quadro?

F. Mandava fazer um quadrozinho na, na, comprava um quadrozinho aí botava.

M. Colocava na parede?

F. Tem, tem, tem um postal lá dessa neta minha que morreu lá em João Pessoa que o postal lá é desse tamanho, mas nessa era ela tinha 7 anos, foi quando ela completou 7 anos, a mãe dela mandou fazer desse tamanho, assim o quadro.

M. Hanran.

F. Ela deixou lá em casa, que ela foi criada com nós.

M. Sim.

F. Chegou lá em casa com, com 3 meses, saiu com 8 anos (música ao fundo) intiligente a criatura, intiligente ela já era formada em Cajazeiros (barulho ao fundo).

F. E e e acho que em medicação de terra, ela formou na escola técnica de Cajazeiras, lá de Cajazeiras.

M. Sei.

F. Aí, depois a mãe dela, “mãe, eu quero estudar em João Pessoa” (barulho ao fundo) aí ela foi, aí lá criatura, sei que ela, fez vestibular, fez tudo, aí ia fazer o segundo, tava fazendo o primeiro ano de Engenharia química, aí não sei o que diabo foi que deu, duas hipóteses, que ela não queria o casamento com a irmã dela mais nova, queria que ela estudasse, a irmã que tava pra cursar bem novinha, e outra que ela teve um problema de gastrite, aí a mãe disse “a mainha fiá, você vai pra João Pessoa, cancele sua matrícula, já ta perto do fim do ano, você vai se tratar quando for para no ano”. Aí ela deu aquela depressão, foi o chumbinho, o mais perigoso o chumbinho, se ela tem dito antes, as colega que ia tomar, tinha salvado ela. Mas chegava, perguntava, perguntava e ela só achando graça e não dizia nada. A minha filha mais velha passou 40 dias com ela lá, que a mãe ensinava aqui aqui no colégio, não podia deixar o colégio, com essa fia minha, passou 40 dias com ela lá, 40 dias, e perguntava Lúcia o que foi que tu tomou, e ela só achando graça e não dizia o que tinha sido. Se ela tem dito tinha como médico, se ela tem contado aquilo mais cedo tinha salvado ela, mas não quis. Passou 90 dias na UTI.

F. Passou 90 dias, a mãe dela passou 90 dias, aí ela arrumou um negócio lá, Zé Aldemir todo dia ia lá, visitar ela, quando ele não deixava um médico pra ir. Pergunte perguntando (barulho ao fundo).

M. Tá com quanto tempo seu Baiozo que ela morreu?

F. 33 anos

M. 33 anos.

F. Fosse viva ela tava com 33 anos.

M. É, nova.

M. Seu Baiozo, o senhor lembra é, das doenças que matavam mais as pessoas aqui em São João?

F. Aqui?

M. Sim.

F. Criatura (risos) aqui matava (risos) eu acho que mais que naquela época da fome (risos).

M. É, na seca.

F. É, por que naquela época ninguém era aposentado, tinha nada, nada, pra comer no sítio, pra tudo e vivia da agricultura né.

M. Hanran!

F. Naquele tempo, ninguém falava em câncer.

M. É.

F. Naquele tempo é a a a dor que tinha, como é meu Deus (barulho ao fundo) o diabo da (estralando os dedos) congestão, fulano morreu da congestão.

M. O que é uma congestão?

F. Congestão criatura é aquele negócio na barriga, pool, pool, pool, pool, aí morria.

M. Há morria.

F. Num tinha médico

M. Hanran!

F. Olha aqui morreu, uma mulher de parto.

M. Sim.

F. Ela começou a sofrer, pra você ver como era as coisas antigamente, a uns anos atrás. Aí pegaram ela só tinha um carro de corrida aqui, era de meste Severino, que era do do, da da luz elétrico daqui, né. Aí ele tinha esse carro, aí essa mulher sofrendo, morava lá na minha rua, aí a pobe começava a sofrer, sofrer, sofrer. Não tinha médico, aí butaram dentro do carro, quando chegou lá na subida da serra da arara a mulher morreu, falta de um médico.

M. E aqui tinha parteira?

F. Tinha

M. Tinha?

F. Tinha.

M. Aí quando adoecia, mandava chamar a parteira!

F. É

F. Não casa de família né, parteira mesmo pegar criança, né

M. É

F. Eu, os dois primeiros meu foi uma parteira veia, chamava-se Joana Cezário.

F. É

M. Aí ela ia lá fazer o parto?

F. É, fazer o parto

M. Aí mandava chamar e a criança nascia em casa né?

F. É, nascia em casa, o parto era em casa, a minha mulher lá em casa nunca foi pra casa de saúde, foi normal, teve 6.

M. O senhor teve 6 filhos

F. 6 filhos

M. Tudo em casa

F. Foi tudo em casa

M. Certo.

M. O senhor lembra de uma doença que é chamada de bexiga?

F. É, lembro.

M. Como era?

F. Era umas pintas

M. Que saiu no corpo?

F. Umas burbulhas no corpo da pessoa todinha.

M. Aí como era assim que a pessoa ficava? Tinha que ficar isolado? Pegava?

F. É, é, ficava, pegava.

M. Pegava?

F. Pegava.

M. Aí pra não pegar nas outras pessoas o doente ficava aonde?

F. Ficava em casa mesmo

M. Sim.

F. Dentro de casa mesmo

F. No quarto lá isolado ficava né, ficava a pessoa lá.

M. Matava?

F. Catapora

M. Catapora

F. Tinha uma tal de Catapora

M. Se não tivesse muito cuidado morria não era?

F. Era, morria.

F. Tinha muita doença naquele tempo, criatura, foi porque o ministério da Saúde, viu, cresceu muito, mas naquele tempo tinha doenças de oleo, tinha catapora, tinha sarampo, uma prima minha ali de Santa Helena, já mulher casada, morreu de Sarampo.

M. Sarampo?



F. Sarampo!

F. No corpo da pessoa aquelas coisinhas, (barulho ao fundo) não tinha médico, não tinha médico.

M. É

F. Eu mesmo tive Catapora, era umas barbulazinha né, tamanho de um caroço de chumbo.

M. É

F. Gosta de tomar o corpo da pessoa

M. E coça, né? Também?

F. É, coçava, e tinha a de óleo

M. De olho?

F. Chama Sapironga, tinha uma tal de Sapironga.

M. Como era a Sapironga?

F. Era na na nu nu (risos) no cariri, brejo e danado pra dá.

M. Hanran!

F. Mulheres, moças, bonita, era sem isso aqui, sem as sumbrancelhas. Acredita?

M. Essa doença dava, Sarapiranga, dava?

F. É tinha a Sarapiranga, é.

M. Aí caía a sombrancelha?

F. Caía, caía, caía, caía essa pestonha todinha.

M. Mas se não tivesse muito cuidado a pessoa podia morrer?

F. Era, podia, morria, dava que cegava.

M. Cegava?

F. E a doença do oleo era a mais perigosa que tinha, por que quando dava era os zói trancando, tampado, a pessoa gritando dentro de casa sem, sem

M. Sem enxergar

F. Aí tinha um corrilho Maura Brasil, meu pai comprava pra nois ai ia meondo dava aquela doença butava leite de peito.

M. Leite de peito?

F. Onde tivesse uma mulher de resguardo (risos).

M. Aí colocava, podia colocar o leite do peito que curava.

F. Butava aquele pinguinho dentro (barulho ao fundo) monhecia de olho trancado, gritando dentro de casa que duiá, duiá, é.

M. Sim!

M. E o senhor já, aqui em São João, alguém já morreu de Cólera?

F. Colo?

M. Sim!

F. Não, o colo, o colo, o colo, foi transmitido faz muitos anos, acho que ta com mais de 200 anos.

M. Hanran!

F. Mas no Crato que é minha terra, tinha um cemitério, nós morava aqui na rua a, a rodagem que ia pro Juazeiro, ficava lá em cima de um monte.

M. Aí

F. Morria tanta gente criatura, que lá não dava tempo, minha mãe contava que chegava com, com, com o defunto e jogava dentro, aí foi atrais, aí o que jogava dentro, o pobe dava sentado na beira da cova.

M. O defunto?

F. Não tinha morrido nera?

F. Olhe a gente pegava, levava pra casa, a doença mais perigosa que tinha.

M. Morreu muita gente

F. Morreu muita gente

F. Lá no Crato tinha esse cemitério.

M. O cemitério só das pessoas que morria dessa doença não era?

F. Era, só enterrava nesse lugar porque tinha o cemitério o geral, mesmo que lá no centro do Crato.

M. Hanran!

M. É

F. Eu conheço como minhas mãos.

M. Seu Baiozo, o senhor conhece aquela planta chamada Peão?

F. Peão?

M. Sim

F. Conheço

M. Que o povo reza com ela?

F. É

M. Pra rezar

F. (Risos)

F. Um gainho de ramo pra rezar na pessoa, lá no meu quintal tem uma aprte do terreno de Doutor Zé, no sítio de Doutor Zé, lá tem uma pastagem que tem muito pé de peão.

M. Hanran!

F. Que é uma sementezinha

M: É

M. Eu to perguntando assim porque quando eu conversei com seu Alcino ele dizia que quando as pessoas se enterrava, aí na cova jogava a terra, pegava o peão, cortava e fazia a cruz, com o pé de peão e butava em cima da cova.

F. É

M. O senhor já presenciou isso aí?

F. Não, não, não. Eu sei que ele tem as sementezinhas, é como semente de carrapateira. Ele tem um leite mesmo.

M. É, tem o leite.

F. Tem um leite só a molesta

M. O leite do peão serve para alguma coisa?

F. Serve

M. Pra que?

F. Pra acabar com mancha

M. Mancha?

F. Mancha no corpo.

M. E o peão é bom pra rezar, né?

F. É

M. Com a folha dele?

F. É, aquele povo antigo, de antigamente. “Tem peão aí? Tem, trais um gainho aí”.

M. Aí tirava o mal olhado com o peão?

F. Tirava

M. E seu Baiozo, e era costume aqui em São João, quando as crianças nasciam, enterrava o umbigo na porta do curral?

F. O uímbigo?

M. Sim.

F. Quando nascia?

M. Sim.

F. Não, só quem fosse do sítio, aqui na rua, na rua enterrava no fundo do quintal.

M. Aí só as pessoas...

F. Eu mesmo tem um neto que foi enterrado no, no, no, né, no quintal, lá no fim do quintal.

M. Hunrun!

F. No quintal da minha casa

M. Sim.

M. Quer dizer que só no sítio que acontecia?

F. É era no sítio era que acontecia isso.

M. Hanran!

M. O senhor andava muito pelos sítios?

F. Hãn?

M. O senhor andava muito pelos sítios?

F. Não, não, eu andei muito assim, quando era novo, eu gostava de, de, de andar, assim.

M. Hanran, sei, é!

F. Pessoa que não se dava com o frio né.

M. Sim.

F. Que depois do inverno, mês de, de, de junho, aí criatura, quando terminava aquele, quando terminava, aquele mês bom, quando o inverno era bom e de, de, de Janeiro a Junho.

M. Hanran!

F. Aí mês de Junho o caba dizia, é o mês do frio, é o mês de Junho.

M. O povo fazia alguma simpatia? Pra saber se ia ter um bom inverno?

F. Fazia, fazia.

M. Como era?

F. As experiências.

M. Como era as experiências?

F. Enterrava uma garrafa de baixo da noite de São João, pegava aquela garrafa de litro d'água, enchia d'água e enterrava e fazia a fogueira em cima.

M. Aí depois acontecia o que?

F. Aí quando terminava a gente tirava aquela terra de cima e se a garrafa ficasse cheia o inverno era bom.

M. Sim.

F. E se seca se a garrafa seca se o inverno era ruim.

M. Era ruim

M. E acertava?

F. Certava.

F. Muita vez acertava

M. E tem também a casa do João de Barro né, que o povo diz

F. É, tinha

M. Como é? Essa da casa?

F. Ah, se João de Barro (risos) é a mais interessante.

M. Sim.

F. Quando ele fazia pro nascente e era porque o inverno era carregado pro nascente, quando ele fazia o contrário era porque o inverno ruim.

M. Era ruim.

M. E dava certo não era?

F. Dava certinho

M. Aí quando o povo sabia que ia ter um bom inverno já ia preparando a roça?

F. Era, era

M. Pra plantar

F. É, é

M. Como era que preparava a roça?

F. Era no mês de Dezembro

M. Em Dezembro

F. Fim de Novembro pra Dezembro aí já começava a preparar as terras.

M: Como era que preparava?

F. Era arrancar toco de mato, fazer coisa, tinha que, tinha os tocos de jurema, aí

M. Aí passava o cultivador?

F. Cultivador era

M. O animal puxava nera?

F. Puxava era

M. Depois ia cavar o buraco com a enxada, joga a, a semente.

F. Naquele tempo tinha corrente pra plantar

M. A corrente

F. As carreira bem

M. Saía igual

F. Saía igualzinha

F. Butava o animal, puxava, um, um guia, puxando o animal

M. Hanran!

F. Eu mermo foi um que tinha um burro veio alto, quando chegava no fim da carreira, era manso, manso, manso, esse trabalhou mais eu, quando eu cheguei já sirmado na virada do, do, aí disse Zefa você tenha cuidado, segura bem no queixo essa corda que o negócio dele era na virada, eu sei que na virada descuidou-se (batida da mão) aqui de lado meu que quase arranca o pedaço.

M. É, tem que ter cuidado

F. Mais era um divertimento a roça.

M. E era seu Baiozo?

F. Era, hoje era não é mais não ninguém quer plantar, mais nada não.

M. É

F. Era um divertimento, era o amigos tudo, encostado, trabalhando mais eu, uns cantando, outros gritando (barulho ao fundo). O povo hoje não quer trabalhar mais.

M. É.

F. Eu fiz 30 anos de, de, de, 30 anos de sapateiro e 30 anos de roça.

M. E hoje ainda trabalha, né?

M. Num é seu Baiozo, hoje o senhor ainda trabalha? Como sapateiro?

F. Não, não tem porque acabou, num quero, mas deixa as alpercatas bonitas, lá, lá, manda ajeitar, num vão buscar mais.

M. (Risos)

F. Um dia desses eu queimei um saco cheinho

M. Sapato?

F. Aí uma gaiata chegou lá em casa, cadê minhas alpercatas? Eu disse, toquei fogo.

M. (Risos)

M. Aí você tocou fogo?

F. Toquei, sabe porquê? Por que, por que você foi cabreira, você pegou, deixou 2 par e disse, eu vou levar essa aqui que ta pronta, aí você ajeita aí, que quando eu vim que ta pronta eu pago tudo, a bicha levou e não veio mais, eu disse, queimei.

F. E agora vá da parte de mim, lá no Juiz que eu quero fazer você pagar o que você ainda não pagou. Ela foi? Foi nada. Um dia desses queimei um saco de lixo de, de, desse (barulho ao fundo) ainda tem bem uns 5 pares lá em casa, a bicha solto alto todim, manda ajeitar e não manda buscar.

M. Seu Baiozo, no velório de criança também tinha muita gente?

F. Tinha!

M. Tinha?

M. Aí acontecia tudo do mesmo jeito de adulto?

F. Era, era

M. Aí a cri ...

F. Fazia muito, muito velório de criança

M. Sim.

M. Aí como era que arrumava a criança?

F. A criatura pegava aquela criança, fazia aquela mortalazinha, bem feita, e, e cobria a cabeça bem jeitadinho ajeitava.

M. Hanran!

M. Aí colocava flor?

F. Eu mermo tem duas irmãs minha, 2 irmã meu, aqui, aqui, que morreu no Crato, uma no Juazeiro e uma aqui em Missão Veia, lá tem os retratinhos delas lá em casa.

M. Hanran!

F. Monta dentro o caixão, bem ajeitadinho, parecendo uma calunguinha.

M. É.

F. 39

M. 39?

F. 39, 40 e 43, foi logo o dia que minha mãe fez.

M. E a mortalha quem é que fazia?

F. Tinha, tinha, tinha aquelas custureira (barulho ao fundo), não, mas traga eu vou fazer a mortalha da, da, do, da criança.

M. As pessoas ...

F. A gente comprava, comprava

M. Comprava o tecido não era?

M. E se enterrava mais com que cor de roupa?

F. Era branco, branco.

M. Branco?

F. Era.

M. Por que branco?

F. Porque era criança né

M. Criança.

F. Criança sempre enterrava de branco!

M. E o adulto?

F. O adulto também era de branco.

M. De branco?

F. Era

M. Mas quem não tinha mortalha podia se enterrar com a roupa mesmo?

F. Podia

M. Podia?

F. Enterrava nera

F. Quem dizia era o dono do defunto

M. É.

M. Aí botava alguma coisa no pé dele? Botava?

F. Botava meia.

M. Meia

M. E podia se enterrar com alguma coisa, assim, algum pertence? Dele?

F. Não

M. Não? Por quê? Seu Baiozo?

F. Num sei por que era não!

M. O povo tinha medo da alma voltar pra assombrar?

F. Tinha, tinha, tinha muita gente que tinha.

M. Medo de alma?

F. Má, má, má, má esse negócio de alma é uma ilusão. Não existe alma não. A alma é essas almas perversas que você vive solta aqui os vivo. Pra isso eu vi padre Levi fazer o programa dizendo aí pergunta uma doida “padre Levi eu vou perguntar uma coisa ao senhor, padre Levi, se, se, padre Levi existe alma?” Que conversa é essa, num existe alma não, conversa é essa de alma. Mas home minha mãe passou o dia todinho, quase o dia todinho, lá no caixão, eu dormi em cima, nunca sonhei, morreu em 83 e eu só tive um sonho com ela, fazer, mais ou menos um mês e pouco que ela tinha morrido, aí sonhou com ela, ela sentada dentro do acero do copo grande (barulho ao fundo), criatura só via verde (barulho ao fundo) faz 33 anos.

M. 33.

F. E meu pai morreu em 58, faz 58 anos que ele morreu e eu nunca sonhei com ele.

M. E as almas vinha em sonho era?

F. Heim?

M. As almas vinha em sonho era? Ela aparecia no sonho?

F. Não, quem aparecia não tinha alma não, criatura, nunca vi alma em sonho, isso é conversa, nunca vi! Nunca sonhei com alma não. Sonhei com defunto que morreu.

M. Hanran!

F. Dizem que a alam era quem dava.

M. Hãn!

F. Daquela pessoa que murria vinha e dava.

M. A alma?

F. Pronto, a minha mãe mermo.



M. Sim.

F. Sohava...

M. Sim.

F. Lá em missão véia, que fiacav perto do Juazeiro, ai, ai nois morava numa casa assim, isolada. Assim, num canto, assim do, do outro lado da estação.

M. Sei.

F. Eu tinha duas casa, ai nois morava numa, ai lá no fim do quintal tinha um pé de cajarana. Eu, minha mãe, contava a eu, ai nesse pé de cajarana tinha 3 bico de pedra, ai quando foi um dia, ele deitada, meu pai olhou para rêde, logo nesse tempo e tinha um irmão da minha mãe, que , que morava mais nois. Quando dava a boca dele ( barulho de palmas), lá me missão veia, ai eu fiquei mais ele, esse irmão meu que morreu pouco tempo. Mãe ficava sozinha esse cazarão, a casa era um mundo, ai ela disse que tava acordada. Não! Ela já tava quese cochilando, ai que ela viu quando a porta abriu, né. Empurrou, né. Assim, né. A porta abriu, ai ela chamou - “Mané Simão”? Que era meu pai. Não” Chicó, não, Mané simão.

M. Sim!

F. Ai calado, ai ele disse- “Chicó”, ai a visão, disse- “Esse Chicó, esse Chicó”, quer dizer que a pessoa tinha morrido, né.

M. Hanran!

F. Esse Chicó, ela levantou. Mulher nova, disposta, nesse tempo. Corajosa, levantou, tudo deitado, deitado na sala, ai levantou , fechou a porta (barulho ao fundo. Ai quando ela foi cochilando, que ela viu aquela claridade, não tinha luz eletra, não nada, viu? Ai ela, ele viu aquele claro dentro do quarto e passou olhando assim, ai viu aquela pessoa. Um home, com um chapéu desse de engenheiro, ai disse – “ Ó só” ai tirou o chapéu, ai disse- “ ó, aqui é o chapéu do ouro, viu?” e ela olhando pra ele, viu? A visão, né. “ Aqui é um chapéu de oro”. Ai quando mãe, mãe disse que, que olhou pra cima, viu uma estrelinha, bem vermelhinha. Bem Amelinha, né. Aqui é o chapéu de ouro e disse- “ Olhe, oque tiver lá naquele estreito debaxo daquele pé de que tem lá no corredor, pode arrancar que é seu.” Ai ela disse – “ eu não quero, não”. Ai desapareceu. Ai quando foi no outro dia, havia pouquinho tempo que nois havia chegado nesse Missão Véia, né. Tava no Crato ai meu pai veio trabalha lá no Missão Véia, que é pertinho. Ai quando ele saiu lá da casa negócio de, de perto de 10 horas, 9: 30 pra 10, foi para casa desse tiu meu, que era irmão do meu pai, era impregado também. Ai esse povo antigamente, gostava de quando um conhecido chegava. Reza, né e dava aqueles retrato. Ai chegou minha mãe, chegou vendo os retrato, ai ela ohou, olhou, olhou, conheceu a pesso que vei da visão, lá. Cumpadre Pedro. Chegou! De quem é esse retrato ai, de, de , Zeca Ribeiro, morreu afogado lá na

cachoeira, pro lado de Missão Véia. Tinha uma grande cachoeira, a água mais bunita do Céara. A cachoeira de Missão Véia. Ele morreu afogado, eu passei a noite sonhando com esse home, esse home me dando uma butija. Ele disse, ele morreu afogado, tava pescando ( barulho ao fundo) ai tinha umas quedas d'água muito grande, né. Ai ele pescando, ai com pouco tempo caiu lá dento. Morreu afogado. (barulho ao fundo);

M. E, e tinha a tocha também, naquele tempo? Que aparecia?

F. Tocha?

M. Sim.

F. Diz que tinha, mas o caba, o acaba me, me , meu amigo. Mais, mais eu nunca vi, não.

M. Sim.

F. Andei muito, sai muita vez dessa. Trabaiano aqui de noite, sai quando a luz apagava, sai daqui, lá no final da rua. Mais um colega meu diz que viu uma, ele gostava de andar muito em cima da linha de noite.

M. Hanran!

F. Ele é desse caba que era, caba veio. Ai se encontrava de tarde, chega ia com a camisa, assim. ( faz gestos na camisa) batendo de um lado e outro. Ai ele contava a mim que, quando foi chegando lá perto da estação, ai viu sair uma tocha. Ele era muito de coragem, tinha medo de nada, ai foi chegando, ai disse que essa tocha saiu, saiu e ele olhando uma tocha desse tamanho, bem azulzinha e ele olhando, olhando. Antigamente ali tem aquele beco perto lá de casa. Tem aquele beco assim.

M. Sim!

F. Tinha o,o,o motor de pescar água da estrada de ferro.

M. Sim!

F. Si ele olhando, olhando, olhando, olhando a tocha, quando ela passou do meio uma coizinha, desapareceu. Ele me contou. Diz que antigamente tinha essas tochas.

M. Sim! E o povo tinha medo?

F. Heim?

M. O povo tinha medo da tocha?

F. Nãm! Ninguém viu não, só quem viu foi ele, foi ele.

M. Hanram!

F. Só quem viu, ele, ele que me contava. Mas nunca ninguém viu, eu mermo nunca vi.

M. Sim.

F. Ainda muito de noite, ali naquela rua saia daqui de noite, a luz apagava, eu saia direto, ia lá pra Conde, chama Coneda de Zé de Julha. Nois morava aculá pertinho. Naquela vargem nunca vi nada.

M. Sim.

F. E ele viu essa coisas e ele contou a gente. Era irmão do finado Dedim que tinha uma bodega ali, naquela esquina da estação.

M. Hanram! Sim.

F. Agora ali era pra ser mal assombrado, por que, ali onde mataram mai gente.

M. Mataram?

F. Mataram! Hoje o derradeiro que mataram, não o segundo, o, o, o primeiro que mataram foi Vandenor Zé de Nana. Era filho de um mercantil aqui, mataram ele. Quando mataram ele, ele ficou morto no jogo daquele banco do Brasil.

M. Matou ele em que ano?

F. Passou quase uma hora morto estirado, morto, lá.

M. E foi em que ano.

F. Quem matou ele foi dois caba daqui. Vital e Chico Vital, é desse povo aqui desses pinto, aqui

F. Pessoa que não se dava com o frio né.

M. Sim.

F. Que depois do inverno, mês de, de, de junho, aí criatura, quando terminava aquele, quando terminava, aquele mês bom, quando o inverno era bom e de, de, de Janeiro a Junho.

M. Hanran!

F. Aí mês de Junho o caba dizia, é o mês do frio, é o mês de Junho.

M. O povo fazia alguma simpatia? Pra saber se ia ter um bom inverno?

F. Fazia, fazia.

M. Como era?

F. As experiências.

M. Como era as experiências?

F. Enterrava uma garrafa de baixo da noite de São João, pegava aquela garrafa de litro d'água, enchia d'água e enterrava e fazia a fogueira em cima.

M. Aí depois acontecia o que?

F. Aí quando terminava a gente tirava aquela terra de cima e se a garrafa ficasse cheia o inverno era bom.

M. Sim.

F. E se seca se a garrafa seca se o inverno era ruim.

M. Era ruim

M. E acertava?

F. Certava.

F. Muita vez acertava

M. E tem também a casa do João de Barro né, que o povo diz

F. É, tinha

M. Como é? Essa da casa?

F. Ah, se João de Barro (risos) é a mais interessante.

M. Sim.

F. Quando ele fazia pro nascente e era porque o inverno era carregado pro nascente, quando ele fazia o contrário era porque o inverno ruim.

M. Era ruim.

M. E dava certo não era?

F. Dava certinho

M. Aí quando o povo sabia que ia ter um bom inverno já ia preparando a roça?

F. Era, era

M. Pra plantar

F. É, é

M. Como era que preparava a roça?

F. Era no mês de Dezembro

M. Em Dezembro

F. Fim de Novembro pra Dezembro aí já começava a preparar as terras.

M. Como era que preparava?

F. Era arrancar toco de mato, fazer coisa, tinha que, tinha os tocos de jurema, aí

M. Aí passava o cultivador?

F. Cultivador era

M. O animal puxava nera?

F. Puxava era

M. Depois ia cavar o buraco com a enxada, joga a, a semente.

F. Naquele tempo tinha corrente pra plantar

M. A corrente

F. As carreira bem

M. Saía igual

F. Saía igualzinha

F. Butava o animal, puxava, um, um guia, puxando o animal

M. Hanran!

F. Eu mermo foi um que tinha um burro veio alto, quando chegava no fim da carreira, era manso, manso, manso, esse trabalhou mais eu, quando eu cheguei já sirmado na virada do, do, aí disse Zefa você tenha cuidado, segura bem no queixo essa corda que o negócio dele era na virada, eu sei que na virada descuidou-se (batida da mão) aqui de lado meu que quase arranca o pedaço.

M. É, tem que ter cuidado

F. Mais era um divertimento a roça.

M. E era seu Baiozo?

F. Era, hoje era não é mais não ninguém quer plantar, mais nada não.

M. É

F. Era um divertimento, era o amigos tudo, encostado, trabalhando mais eu, uns cantando, outros gritando (barulho ao fundo). O povo hoje não quer trabalhar mais.

M. É.

F. Eu fiz 30 anos de, de, de, 30 anos de sapateiro e 30 anos de roça.

M. E hoje ainda trabalha, né?

M. Num é seu Baiozo, hoje o senhor ainda trabalha? Como sapateiro?

F. Não, não tem porque acabou, num quero, mas deixa as alpercatas bonitas, lá, lá, manda ajeitar, num vão buscar mais.

M. (Risos)

F. Um dia desses eu queimei um saco cheinho

M. Sapato?

F. Aí uma gaiata chegou lá em casa, cadê minhas alpercatas? Eu disse, toquei fogo.

M. (Risos)

F. Aí você tocou fogo? Toquei, sabe porquê? Por que, por que você foi cabreira, você pegou, deixou 2 par e disse, eu vou levar essa aqui que ta pronta, aí você ajeita aí, que quando eu vim que ta pronta eu pago tudo, a bicha levou e não veio mais, eu disse, queimei.

F. E agora vá da parte de mim, lá no Juiz que eu quero fazer você pagar o que você ainda não pagou. Ela foi? Foi nada. Um dia desses queimei um saco de lixo de, de, desse (barulho ao fundo) ainda tem bem uns 5 pares lá em casa, a bicha solto alto todim, manda ajeitar e não manda buscar.

M. Seu Baiozo, no velório de criança também tinha muita gente?

F. Tinha.

M. Tinha?

M. Aí acontecia tudo do mesmo jeito de adulto?

F. Era, era

M. Aí a cri ...

F. Fazia muito, muito velório de criança

M. Sim.

M. Aí como era que arrumava a criança?

F. A criatura pegava aquela criança, fazia aquela mortalazinha, bem feita, e, e cobria a cabeça bem jeitadinho ajeitava.

M. Hanran!

M. Aí colocava flor?

F. Eu mermo tem duas irmãs minha, 2 irmã meu, aqui, aqui, que morreu no Crato, uma no Juazeiro e uma aqui em Missão Veia, lá tem os retratinhos delas lá em casa.

M. Hanran!

F. Monta dentro o caixão, bem ajeitadinho, parecendo uma calunginha.

M. É.

F. 39.

M. 39.

F. 39, 40 e 43, foi logo o dia que minha mãe fez.

M. E a mortalha quem é que fazia?

F. Tinha, tinha, tinha aquelas custureira (barulho ao fundo), não, mas traga eu vou fazer a mortalha da, da, do, da criança.

M. As pessoas ...

F. A gente comprava, comprava

M. Comprava o tecido não era?

M. E se enterrava mais com que cor de roupa?

F. Era branco, branco.

M. Branco?

F. Era.

M. Por que branco?

F. Porque era criança né

M. Criança.

F. Criança sempre enterrava de branco!

M. E o adulto?

F. O adulto também era de branco.

M. De branco?

F. Era

M. Mas quem não tinha mortalha podia se enterrar com a roupa mesmo?

F. Podia

M. Podia?

F. Enterrava nera

F. Quem dizia era o dono do defunto

M. É.

M. Aí botava alguma coisa no pé dele? Botava?

F. Botava meia.

M. Meia.

M. E podia se enterrar com alguma coisa, assim, algum pertence? Dele?

F. Não

M. Não? Por quê? Seu Baiozo?

F. Num sei por que era não!

M. O povo tinha medo da alma voltar pra assombrar?

F. Tinha, tinha, tinha muita gente que tinha.

M. Medo de alma?

F. Má, má, má, má esse negócio de alma é uma ilusão. Não existe alma não. A alma é essas almas perversas que você vive solta aqui os vivo. Pra isso eu vi padre Levi fazer o programa dizendo aí pergunta uma doida “padre Levi eu vou perguntar uma coisa ao senhor, padre Levi, se, se, padre Levi existe alma?” Que conversa é essa, num existe alma não, conversa é essa de alma. Mas home minha mãe passou o dia todinho, quase o dia todinho, lá no caixão, eu dormi em cima, nunca sonhei, morreu em 83 e eu só tive um sonho com ela, fazer, mais ou menos um mês e pouco que ela tinha morrido, aí sonhou com ela, ela sentada dentro do acero do copo grande (barulho ao fundo), criatura só via verde (barulho ao fundo) faz 33 anos.

M. 33.

F. E meu pai morreu em 58, faz 58 anos que ele morreu e eu nunca sonhei com ele.

M. E as almas vinha em sonho era?

F. Heim?

M. As almas vinha em sonho era? Ela aparecia no sonho?

F. Não, quem aparecia não tinha alma não, criatura, nunca vi alma em sonho, isso é conversa, nunca vi! Nunca sonhei com alma não. Sonhei com defunto que morreu.

M. Hanran!



ENTREVISTA- 3: 09-01-2017

São João do Rio do Peixe, 09 de janeiro de 2017, entrevista com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, para o trabalho de monografia “Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte no século XIX e XX em São João do Rio do Peixe-PB”, a cargo da aluna Maiza Ribeiro de Sousa e do orientador Rodrigo Ceballos.

M- Como é o nome completo da senhora?

MR- Margarida Maria Ribeiro de Sousa.

M- E sua idade?

MR- Nasci em 1957. Tenho 59 anos.

M- 59. A senhora tem lembrança de como era os velórios na Região de São João do Rio do Peixe?

MR- Eu lembro quando era criança dos seis a sete anos puraí. Quando murria assim uma pessoa adulta ai os pais nem queria levar a a aquelas criança pro veloro pra vê não, aquele difunto que achava que podia ficar a criança com medo, ai ficou com medo, ou fica nervoso, nunca vai. Só assim quando murria uma criança, quando era uma criança, um anjo, chamava anjo, que era bom morria-os veis tinha dele que murria quando nascia e outros murria novim, dois meis, tres meis, ai a aquelas criança ia olhar, mais e mais só quando era ia interra, tinha família pobre que vem-nem podia, quando era o anjo bem novim que nascia morto ou quando murria bem novim- ai a família comprava o tecido- mandava comprar um tecido , azul ou branco, tecido bem finím, ai comprava goma, ai fazia como eles chamavam grude de goma- grude de goma- mais era como se fosse uma papa- um mingau- que era pra passar no tecido e apregar nu, nu- Fazia a formosura dum caxão da quado de mala vea que tivesse, o pouco dava quem tivesse, ai fazia o caxão du mermo jeito de anjo, ai passava aquela, aquele grude de goma como um mingau, ai colava por cima do caxão, ai butava umas drobadiçazinhas ai fazia um caxão. Enterrava no sítio, ai o sítio que nois chamava era nos mato, o pouvo chamava os mato, ai interrava num canto perto de um pé de juazeiro, em qualquer peis de planta, num juazeiro- ai marcava lá um canto. Fazia um, em pilazin quando murria, ou interrava, cavava um buraco bem fundo, como se tivesse cavando, fosse nu cimitero, ai interrava aquele anjim ali, cobriu ficava a terra bem alta, o pouco colocava uma cruz, ai com o tempo, quando ia baixando, ai fazia, um, em –butava uns tijolo, umas coisa que em pra saber aonde era interrado, fazia como um tipo de um túmulozin. Era assim que o era us interro, que que eu lembro né. Que eu lembro quando era criança era era assim no meu tempo.

M- Então nu mato tinha um espaço reservado que era pra enterrar só essas crianças?

MR- Tinha! Laá na roça do meu pa de Manuel Ribeiro, era lá no Riachão lá tem um canto, na roça do meu pai foi enterrado sete anjos, que é sete é conta de mintiroso, mais foi sete anjo.

M- Mais porque anjo?

MR- Anjo porque nascero morto, porque morrero quando era bem novim com dois meis, um meis.

M- Aí anjo só pode ser chamado quando é criança?

MR-É! Bem novim.

M- Um.

MR- Haá teve dois irmão meu que foi interrado lá, que foi- minha mãe teve barriga geme, ai nascia morto um e outro era vivo. Aí interrava era lá. Teve até que quando nasceu bem novim, nem fizeram um caxão nesse tempo, butaro num caco de telha, numa telha mesmo, butaro uns pano cobriu com a outra telha, ou lá enterrava. Aí com uns tempos, a gente já grandinha, ou o pessoal já sabia que interrava lá, ou quando murria uma criança, ele á tava fazendo o caxão, já tinha passado mais anos, o povo já tava mais sabendo das coisas, ai eles faziam os caxãozinho de mala vea quem num tinha, oto ali trazia uma muda velha que nem precisasse mais, ai fazia o caxãozinho e interrava as criança, nem tinha negoço assim de vacina, nem tinha médico ná hora, que nem levaram pra um hospital ai as criança qualquer coisa murria.

M- Ai em cima a cara dessas criança, colocava cruz, flor alguma coisa?

MR- Era! Colocava flores, colocava um monte de flores, ai colocava a cruz, fazia uma cruz e colocava lá ai butava ur tijolin ao redor, porque quando o pessoal trabalhava na roça, ai num, num plantava, nem passa ali por perto para cavar não porque sabia que ali interro criança, os anjo, um monte de anjo.

M- Um! E, i daquelas fotografias que a senhora me emprestou, tem duas crianças que elas estão com roupa de São Francisco, .... alguma crença em relação a isso? Em ser sepultado com roupa de santo?

MR- Havia! ... dus pais que já em das ..., que já os pais aprendia com eles e já interravam daquele jeito, pu certo que queria interrar e interrava daquele jeito mermo, antigamente muitas pessoas interrava em roupa franciscana, que em São Francisco, que era com a roupa do traje de São Francisco.

M- Um! E a mortalha branca?

MR- A mortalha branca já foi pru mais ano mais para frente, que já tava começando a interrar de mortalha branca.

M- E a mortalha branca e a preta, o tecido mais barato? Era ... a preta ou era a branca?

MR- Era, era a mesma coisa só mudava a cor.

M- Sim!

MR- As vez também dependia de gosto ou de fé, sei não como era não.

M- E, i i nos velórios, como era? Os velórios das pessoas adultas?

MR- Os velórios?

M- Sim!

MR- Era as pessoa ia pru velório, levavam pra enterrar no cemitério, ai tirava as foto no cemitério, quando nem era igreja. Quando dava certo era na igreja e a maioria era no cemitério mesmo.

M- Ai mandava chamar o fotógrafo?

MR- Mandava, eles sabia quem era os fotógrafos que tinha na cidade i, eles chamavam ele e ele vinha tirar.

M- E essa foto, a senhora sabe quanto custava? Quantos dias demoravam para revelar?

MR- Era oito, dez dias ai chegava, ai mandava o recado, insistiu como ... essas coisas, mandava um recado pra outro conhecido que via cidade, ou dizia que tava pronta, ai aquela pessoa ia pegar.

M - Um! E, i, i, i, quando as pessoas adoeciam, que tinha aquela história de fazer quarta como era? Era esse momento?

MR – Era a aquela pessoa ficava doente, aí eles já sabiam que um tinha mais cara ia morrer né era já. A maioria as vez era pessoa bem velhin, ou eles ia fazer. Chama fazer quarto. Fulano tá bem doente, o nome daquela pessoa que tava doente, tá bem doente já tá fazendo quarto, porque ele nem vai ficar bom não só tá esperando a hora, aí aquele doente não comia mais, não se alimentava a agua nem bebia tinha que molhar um capucho de algodão d'gua nos lábios e já sabia que tava pra morrer a qualquer hora, ai as pessoas as veizi, as sítio vizin, as amigo, família, ai ia de noite pá lá, passar a noite todinha, que o pessoal da casa a família, nem, nem aguentava o dia todo lutando com o doente, precisava de dormir, ai aquelas pessoa ia, pá, pá prestar solidariedade ai passava a noite ali, com aquele, aquela pessoa que tava doente, pá nem morrer sem vela, quem ficava olhando, fica dois três num pé da cama, ou numa rede do jeito que aquele doente tivesse em que durmir, depois passava um tempo, depois vinha outros, ficava a noite todinha daquele jeito, um munte de gente na casa chamava fazer quarto, pá num deiar morrer sem vela.

M- E o que significa morrer sem vela?

MR- É porque tinha que morrer, tinha que colocar a vela pra ilumina o nome de Jesus. Quando a pessoa tava morrendo e dizia chega que fulano tá morrendo , a vela já tava mosta e o fósforo lá, ai eles acendiam butavam logo a vela na mão e butava um panin ao redor da mão pra queles

pingo da num cair na mão do doente pra nem ferir, ai eles ficavam dizendo: Fulano, o nome da pessoa que tava morrendo, “lembre de Jesus, Jesus vai com você e você vai com Jesus”- dizia três vez pra aquela pessoa quando tivesse morrendo o cérebro dele disse que ainda tava funcionando, ele tava lembrando de Jesus naquele momento, ou o pessoal ficava nessa casa que chamava casa que chamava fazendo quarto ai o pessoal fazia café, fazia chá, ai quando podia e tivesse bolacha dava pro pessoal comer, ai sei que ficava tumando. Tinha deles os homem que passava a noite, tinha deles que bebia uma cana tomava uma bicada que dizia que ia passar a noite com aquele doente, ali que eles vem ficava sem beber nada não, tinha que ter alguma coisa.

M- Então acabou sendo um momento também de, de diversão?

MR- Era! Pra juventude e pá aquelas pessoa velha da família que entendeu que era, elas estavam num momento de sofrimento ali, mais pá juventude, porque tinha os jovem também que ia, pra juventude, pra eles era diversão. (pausa)

M- Era mais sofrimento pra família do do doente.

MR- É! É pra família do doente, aqueles mais próximo chegado a ele. Mais pessoal de outros sítio que vinha que sabia pra ele é como se fosse uma diversão pra eles. Eles vinham também passar a noite.

M- Nos velórios também as pessoas passavam a noite pra o outro dia seputar?

MR- Era, a maioria ia embora e outros ficavam, os da família mesmo ficava, mais de fora ia embora, fica pru acompanhar até o último sepulcro.

M- Nesse tempo, a senhora lembra se já tinha energia nos sítios?

MR- Tinha não, era na lamparina que chamava candeeiro. Nem lampião tinha antigamente, que disse que tinha também, o povo nem tinha não, era um candeeiro.

M- Num candeeiro? Candeeiro é a lamparina?

MR- A lamparina!

M- Sim!

MR- Tinha lampião essas coisa que tinha, mais era difícil. Essas pessoas pobre, mais pobres não tinha não.

M- Um! E havia alguma reza assim na hora do velório pra, esse defunto?

MR- Quando a tirar o caixão?

M- Sim!

MR- Quando ia, na hora de tirar o caixão pro cemitério reunia o pessoal que tava ali no velório e tirava um terço, rezava um terço, oferecido a, aquela pessoa que tinha morrido.

M- Havia missa de corpo presente ou missa de sétimo dia, de um mês?

MR- Não! Nem havia não. Pras pessoas pobres nem havia isso não, só se era prus ricos lá da cidade.

M- Sim!

MR- Ai as pessoas, saiam do sítio com defunto até a cidade.

MR- Era! Eu ainda alcancei, ainda lembro vinha finado ainda. Quando lembro ainda de um vizin da gente que morreu que foi levou numa rede, nem tinha caixão não.

M- Isso foi em que ano?

MR- Acho que se tinha, podia ter uns dez ano mais ou menos puraí, eu tenho lembrança que a gente tava numa roça mais meu pai ai ia passando o o velório da pessoa , nem era caixão não, era um homem que tinha morrido e ia passando numa rede, um monte de gente. Pegava uma rede, enfiava os punhos da rede num cordão nu nas coisa da rede ré que bota nu torno, e o defunto dentro todo cuberto, levava pra interrar no cemitério. Ai em .... o pedaço, costurava, ai era outro até chegar na cidade.

M- Enterrava no cemitério?

MR- Era, interrava no cemitério.

M- O cemitério era em São João?

M- Ai a cova, eles compravam o terreno pra sepultar ou era doado?

MR- Era, era doado mesmo lá do cemitério, eles comprava não. Mandava cavar ai escolhiam o canto, interrava, ai aquelas pessoa que era pobre não podia comprar chão pela prefeitura lá tinha que comprar, ali ia passando como, passando ano ai já interrava uma outra pessoa. Aí só comprava o chão aqueles que tinham mais condição, que comprava e sabia onde tava interrado a família.

M- E construíam uma catacumba?

MR- Era, era construía.

M- Mais a catacumba era quem, quem tinha mais condição também ou qualquer um podia construir?

MR- Não, só quem tinha condição. Quem tinha mais condição, panos para arranjar como dizia o ditado.

M- E quando sepultava as pessoas em rede, a rede em sepul... era, ficava um defunto lá, ou trazia a rede pra casa?

MR- Não, deixava lá.

M- Deixava lá.

MR- Do jeito que pegava interrava na cova ai lá deixava.

M- Mais quando morria alguém de doença contagiosa, assim que pegava nas outras pessoas. Havia um cuidado maior?

MR- Havia! Eles tinha que lavar as mãos bem muito com álcool, se lavarem com ... ou era pocas pessoas que pegava, só mais aqueles da família que ia deixar no cemitério, quando voltava trocava as roupa, deixava fora, nem dentro de casa deixava.

M- E nesse tempo tinha médico pra cuidar das pessoas?

MR- Tinha, mais era difícil, tinha um medico lá em Cajazeiras, outro em São João que quando um adoecia, que trazia que nem uma vez um ti meu se suicidou se, foi preciso ir a cavalo buscar, buscar um médico em São João o médico nem tava, foi pra Cajazeiras trazer esse médico pra poder ter assistência porque nem podia levar.

M- Mais essa consulta era paga ou o médico atendia sem cobrar?

MR- Paga, pagavam.

M- E na falta desse médico recorria a quem? A rezadeira?

MR- Era rezadeira, fazia chá de erva do mato, aquelas pessoas que já entendia, as pessoas mais velho que entendia pra que servia.

M- As doenças que matavam mais as pessoas nesse tempo, já que não tinha médico?

MR- Era o sarampo, catapora e quando davam a doença nem de catapora tirava de dentro de casa pra buta lá fora. Fazia uma barraca ai aquela pessoa ficava lá fora que era pra não pegar o povo de casa e as pessoas que ia fazer alimentação, ia pra lá fazer os chá o remédio do mato, era vestido nessas roupas que quando chegava em casa tinha que tirar e vestir outra, ai tinha que sempre está com álcool pra lavar a mão.

M- A catapora é a mesma que a bexiga ou não?

MR- Não, a bexiga. A catapora se não for cuidada é que vira bexiga e a bexiga é que é a perigosa que matava, o sarampo também

M- Então só quem pode cuidar dessas pessoas é quem já teve essa doença e se curou ou não?

MR- Não! Era o jeito nem, se não tivesse tido a doença tinha que cuidar que num ia abandonar. Sim a garganta também, a doença da garganta que dava nas crianças porque num tinha, nessa época não existia vacina, ai eles morria, as crianças morriam.

M- Uhum! É, voltando aquelas fotos é, em uma daquelas fotos que tem uma criança, é por trás tem uma dedicatória que é pra tia dele que no, pra tia dele que eu acho que ela não pode comparecer ao velório e a pessoa da família tirou a foto e ofereceu. Era comum fazer essas dedicatórias, por trás das fotos?

MR- Era! Tudo quando que tirava as fotos, que aquela pessoa não estava no momento mandava, ai deixava ou mandava por alguém oferecendo pra aquela pessoa.

M- Ai essas fotos eram guardadas aonde? Nos álbuns ou em quadros, como era que conservava?

MR- Era guardada dentro das soc... dentro di mala, dentro de saco de pano. Nesse tempo era saco de pano, pegava e guardava. Ai quem podia comprar uns álbuzin pequeno ai guardava no fundo do baú, no fundo da mala. Com um tempo ai ficando era amarelo.

M- Porque as fotos eram preto e branco? Nera?

MR- Era. Não existia colorido não- (pausa)

M- A senhora lembra de mais alguma coisa?

MR- Lembro! Lembro da minha vó que eu tinha três anos de idade e tenho uma pequena lembrança quando tava tirando as fotos. Meu pai, meus tios, eu em casa, ou chamarom esse homi vei tirar as fotos eu fiquei muito admirada, quando eu vi e achando muito bonito aquilo, inocente sem saber de nada eu tinha três anos, tenho essa pequena lembrança que eu vi ela no caixão morta e o pessoal ao redor do caixão e esse homi tirando foto, eu achando que aquilo era bonito, mais eu não sabia o que tava acontecendo.

M- A senhora lembra como era a câmara?

MR- Era um negoço que ele colocava no chão com uns ferro ai butava essas maquinas que tira na frente, ai di lá ele tirava a foto.

M- Ai a família se reunia por trás do caixão?

MR- Era.

M- E, a, eles tinham um costume de está bem arrumados né? Na hora do velório, porque?

MR- Eles se arrumavam, vestiam umas roupinhas melhor, porque já sabia que era pra levar pro cemitério e ia para a cidade; Eles não ia com as ropa que tava em casa não. Tinha que vestir uma roupinha melhor.

M- E depois do velório, porque na região. Na nossa região nordeste tem esse costume de velar o morto, que é depois do velório as pessoas se reunirem e tomar a cachaça, ou também no momento do velório nas horas de fazer quarto. A senhora tem lembrança disso?

MR- Tem!

M- Tem.

M- Qual o momento? No velório? Na hora de fazer quarto?

MR- Era mais depois do velório que o pessoal ia com aquela pessoa pra enterrar, ai quando depois que enterrava que eles voltava que enterrava nas cidades as pessoas adultas. Ai quando passava na cidade chamava bodega. Nesse tempo era bodega. Ai eles lá a família ia pagar a bebedeira pro, pras pessoas que ia pro interro ajudar. Pagava, quem queria tumar com era coma vinho. Pra uns era como vinho, tinha deles que tumava uma bicadinha duas só porque tomava

mermo porque tinha vindo pro cemitério e outros que gostava de beber, tinha deles que vinha pra casa já tombando pra casa.

M- E depois do sepultamento ai tinha a hora di, da família coloca o luto, nem é pela pessoa que morreu?

MR- É! Por sete dias.

M- Sete dias.

MR- Sete dias depois que a pessoa tinha falecido, eles ia pra cidade comprar tecido preto para fazer as ropa e o home colocar um adesivusim preto no no bolso e sabiam que aquela pessoa tava de luto.

M- As pessoas morriam em casa mesmo?

MR- Muitas morria em casa.

M- E quando morria em casa, quem cuidava do corpo era a família?

MR- Era a família.

M- O que que fazia dava banho, cortava cabelo? Como era?

MR- Só cortava as unhas.

M- As unhas?

MR- Se tivesse com as unhas grandes cortava. Muitas pessoas ainda fazia a barba e o cabelo não. Não mexia não.

M- E ai vestia esse morto?

MR- Vestia, ia comprar roupa, ia trazer a roupa. A roupa da cidade que chamava mortalha. E muitas pessoas fazia. A mulher ela fazia. Os anjin também fazia mortalha, compravam o tecido e fazia em casa, costurado a mão.

M- E os caixões dessas pessoas adultas que eles são sepultados em caixões, eles eram comprados aonde? Ou eram feitos também?

MR- Era comprado na cidade.

M- Na cidade?

MR-É logo nu, nu começo ele ele quando eu era mais criança, ai eu vi meu pai e minha mãe contando que quando começou a fazer caixão. Quem só sepultava no caixão era as pessoas que tinha condição. Os pobres tinha um caixão no cemitério pra quando um defunto morrer, eles pegavam aquele caixão, butavam a pessoa morto dentro da igreja que era pra poder benzer o corpo, ai de lá tirava pro cemitério. Quando ia enterrar butava a pessoa de dentro do caixão e interrava limpo na cova. Ai o caixão duraria, e deixava guardado no cemitério. No cemitério sempre existiu uma casinha lá pra guardar essas coisas do cemitério que o pessoal com com, chibanca, lavanca, pá essas coisas, lá onde era guardado o caixão, que eu ainda alcancei, que



eu lembro que eu ia pro cemitério , eu já grandinha, acho que tinha doze ou treze anos purá e eu tenho que ver um caixão. Um caixão azul, um colchão azul, parece que era caixão fraco mermo, lá in pé dentro do quarto do cemitério, que era quando um pobi precisasse ai ia buscar pra se enterrar. Mais hoje não existe mais isso, né.

M- Ai era a igreja que emprestava?

MR- Era.

M- o caixão?

MR- Era du, aquilo era da igreja ao cemitério. Aquilo era do prefeito, da prefeitura.

M- Uhum!

MR- Acho que era da prefeitura. Que o pessoal compra um chão lá e tem que fazer parte da prefeitura, passar um documento.

M- Sim! Ai sepultava, colocava o morto em cova e trazia o colchão.

MR- É trazia. Tirava o cachão de volta lá do pé da cova e deixava lá no cemitério nesse quartin, onde guardavam as coisas. Ai depois com um tempo foi acabando isso, ai começava- já podia comprar um caixão. Já apareceu esse negócio di funerária pra pagar né, como é que chama. Que faz o plano.

M-Um!

MR- Já começava isso ai o pessoal num precisava mais não. Mais pegar cachão mais não.

ENTREVISTA 4: 12-05-2017

São João do Rio do Peixe, 09 de janeiro de 2017, entrevista com Margarida Maria Ribeiro de Sousa, para o trabalho de monografia “Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte no século XIX e XX em São João do Rio do Peixe-PB”, a cargo da aluna Maiza Ribeiro de Sousa e do orientador Rodrigo Ceballos.

MR- Sim! Também tem também quando a pessoa morria um adulto ou tinha que colocar a image de sinho, a cruz em cima da pessoa, deixava lá até na hora do interro, na hora de sair com o caixão, o povo ficava no velório e vinha olhar e via aquela pessoa, ai quando era na hora de tira o caixão, de fecha para levar pro cemitério, ai eles tiravam aquela cruz que chamava, que chama a imagi do sinho, ai tira tirava e fechava o caixão.

M- E porque tinha que ser velado com essa cruz?

MR- Porque é bento, é coisa que dá, de Deus. Eles tem que buta isso ai em cima.

M-E porque ela não poderia ser sepultada com a cruz?

MR- Não! Não pode não.

M- Pode não ser sepultado com nada.

MR- Com nada

M- Porque?

MR- Com nada! Se tiver uns dente butado tinha que tira, um brinco que tive tira, uma aliança se tiver tira. Ela tem que ir limpa só ela vestida na ropa.

M- Mais porque?

MR- É porque é coisa do começo do mundo. Desde o começo do mundo que os velhos diz isso. Ai vai passando geração por geração.

M- Se ela fosse enterrada com essas, esses objetos poderia ser eu a alma dela não tivesse solução, não encontrasse o paraíso?

MR- É. Eu acho que eles pensava isso ai também que num pode levar nada daqui, porque se for interrado com alguma coisa, é, é as pessoas diz que sonha i, i i tua a pessoa e encontra a realidade.

M- Umrum.

MR- Interrou uma mulher uam veiz, com um teço dentro do bolso e ela sonhou com ela e desenterrava e a mulher tava com teço no bolso, ai tira.

M- Terço no bolso

MR- É

M- Então haveria um medo da alma da pessoa voltar?

MR- Era! O pessoal tinha medo (pausa). De anjo não tinha não medo não. Mais de.

M- Porque não?

MR- Não! Ninguém tinha medo não, quando murria um anjin veiz quando murria uma criancinha, ninguém tinha medo não, só tinha medo do adulto. (pausa).

M- Mais porque chamava de anjo?

MR- Porque era desde o começo do mundo, o pessoal chamava quando era uma criancinha que murria chamava anjo, era anjo e anjo papudo. O anjo papudo era aquele que nunca mamou do leite materno, ele nasceu e morreu. Nem bebeu leite da mãe, nem participou de nada dessa terra, do pecado, é que ele nem mamou do leite da mãe, aí que dizer que ele não teve pecado é anjo papudo.

M- Uhrum!

**FICHA TÉCNICA: FOTOS FÚNEBRES SÉCULO XX**  
**ÁLBUM DE FAMÍLIA \_ MARGARIDA MARIA RIBEIRO DE SOUSA**



**Descrição**

- Nome: (Não lembra)
- Agricultor;
- Tecnologia: Preto e branco;
- Altura: 8 cm;
- Largura: 12, 8 cm;
- Nascimento: 1902;
- Falecimento: 1959;
- Idade: 57 anos;
- Causa-Mortis: Doença nos pulmões. Em sua doença o morto procurou o médico
- Casado: (Não lembra)
- Onde morava: Araças, zona rural de São João do Rio do Peixe;
- Foto: Tirada no cemitério.
- Caixão: Caixão preto, simples, sem decorações, recoberto por tecido branco, sem abertura em sua tampa;

- Morto: O falecido está com as mãos encruzadas por cima de seu corpo. O mesmo está com hábito franciscano, pois podemos perceber um cordão branco amarrado em sua cintura e uma touca marrom. Por cima do corpo percebemos algumas folhas e flores. Não conseguimos perceber se o mesmo está com algo em seus pés;
- Por trás do caixão há várias pessoas, em sua maioria familiares. O homem alto, moreno no fundo da foto é cunhado do falecido e irmão do homem que estende seu braço por cima da tampa do caixão, já o homem baixo, moreno de bigode que está apoiado seu braço na tampa do caixão e olha de forma triste para o morto é cunhado do falecido. No lado direito, próximo da cabeça do falecido, o segundo homem de estatura mediana, moreno e de roupa branca, também é cunhado do falecido. Os demais são amigos, ou parentes distantes. Observe que tem dois homens em cima de algo, onde permitem destacar entre os demais. Um destes está com um paninho preto no bolso da camisa. Todos estão de branco, ou roupas claras, um está com o chapéu na cabeça, possivelmente devido o sol, já o homem a esquerda que olha de maneira triste para o falecido está com o chapéu na mão, pois retirar o chapéu diante o morto, significa respeito. Todos os demais olham para a foto, mas o homem da ponta do lado direito, o primeiro olha pra o chão;
- Foi enterrado no cemitério em São João do Rio do Peixe;
- Fotografia: (Não lembra)
- Enterrou-se em uma vala: Sim
- Passou na Igreja: Sim
- Arquivo pessoal da família; álbum
- Foto em bom estado de conservação.



#### Descrição

- Nome: Maria da Conceição;
- Agricultora;
- Tecnologia: Foto preto e branco;
- Altura: 8 cm;
- Largura: 12 cm;
- Nascimento: 1892;
- Falecimento: 1962;
- Idade: 70 anos;
- Causa-Mortis: Úlcera no estômago (Estrangulada);
- Estado civil: divorciada
- 7 filhos;
- Onde morava: Riachão dos Ribeiros, zona rural de São João do Rio do Peixe;
- Foto tirada na igreja. Observe o fundo um pequeno altar, com duas imagens de santos;

- Caixão: Preto, com alguns detalhes em branco por fora, recoberto a parte de dentro em tecido branco. Na tampa não tem nenhuma abertura;
- Morto: A falecida usa hábito branco, com as mãos transpassadas sobre seu corpo, usa um touca na sua cabeça e não tem nenhuma flor ou folhas por cima de seu corpo, o que podemos ver é apenas uma cruz de madeira por cima do corpo da falecida.
- Junto a falecida temos alguns homens por trás do caixão. Todos estão com roupas brancas e dois destes que estão no meio, estão com panos pretos no bolso da camisa. Todos estão com expressões tristes olhando para o corpo, menos o homem do canto do lado direito (pés da morta) olha para frente. O homem que está com o braço estendido por cima da tampa do caixão é o mesmo homem da foto anterior. Todos são familiares da falecida, quatro destes são filhos. O homem do canto esquerdo (cabeça) é um dos filhos, assim como o quarto homem a esquerda, o que está com o braço estendido por cima do caixão e o que está de braços entrecruzados são filhos. Os demais são todos netos, menos o primeiro homem do lado direito que olha para frente, este é um amigo da família;
- O corpo foi enterrado o cemitério de São João do Rio do Peixe;
- Sepultado em vala;
- O corpo passou pela Igreja: Sim
- Fotografia: (Não lembra)
- Arquivo pessoal da família; álbum
- Foto um pouco desgastada pela ação do tempo, com algumas manchas brancas, apresentando rasgos no lado esquerdo, parte de cima.









Descrição
<ul style="list-style-type: none"><li>• Nome: (Não lembra)</li><li>• Idade: (Não lembra)</li><li>• Nascimento: ?;</li><li>• Falecimento: 16/ Jan/ 1966;</li><li>• Causa-Mortis: Doença de criança;</li><li>• Filho: Terezinha e Antônio Nogueira_ Agricultores;</li><li>• Tecnologia: Foto preto e branco;</li><li>• Altura: 8 cm</li><li>• Largura: 12cm</li><li>• Onde morava: Riachão dos Gilas, zona rural de São João do Rio do Peixe;</li><li>• O falecido tinha cinco irmãos;</li><li>• Onde foi tirada a foto: em casa</li><li>• Caixão: O caixão foi feito artesanalmente, feito de tabua. Em seu redor está recoberto de um pano branco colado com grude de goma e pregos, pois podemos perceber sobre o pano. O caixão está apoiados em dois bancos de madeira;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Morto: a criança está de habito franciscano, pois por entre as flores e folhas que recobre seu corpo, ainda é possível perceber o cordão branco amarrado em seu corpo. A criança está com uma touca marrom na cabeça e as mãozinhas entrecruzadas, ele também está com os olhos abertos;</li><li>• Foto: Enquadramento sozinho. Espaço decorado com uma coroa de folhas na parede e por trás de sua foto contém uma dedicatória para sua tia ;</li><li>• A criança foi enterrada no cemitério de São João do Rio do Peixe;</li><li>• Enterrado em vala;</li><li>• O corpo passou na Igreja;</li><li>• Fotografo: ?;</li><li>• Foto: Com rasgos no canto esquerdo (cabeça).</li></ul>

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

- Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, Francisco de Sousa, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX São João do Rio do Peixe-PB.** Declaro ser esclarecido, que terá como objetivo geral: Analisar a partir das fontes escritas, orais e imagéticas, a organização em torno da morte no decorrer da segunda metade do século XIX e do século XX, percebendo os lugares e o modelo de morte, construídos a partir de práticas fúnebres em torno do último adeus.

e estar de acordo com os seguintes pontos:

- Ao voluntário só caberá a autorização para a aplicação da pesquisa quanto qualitativa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

x Francisco de Souza

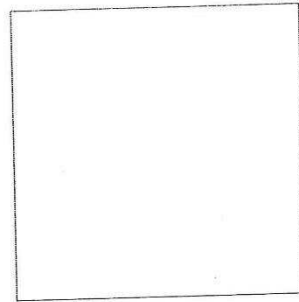
Assinatura do Participante

Maria Ribeiro de Jesus

Assinatura do pesquisador

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

31/10/2016



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

- Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, Paulo Dantas de Oliveira, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa **“Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX São João do Rio do Peixe-PB**. Declaro ser esclarecido, que terá como objetivo geral: Analisar a partir das fontes escritas, orais e imagéticas, a organização em torno da morte no decorrer da segunda metade do século XIX e do século XX, percebendo os lugares e o modelo de morte, construídos a partir de práticas fúnebres em torno do último adeus.

e estar de acordo com os seguintes pontos:

- Ao voluntário só caberá a autorização para a aplicação da pesquisa quanto qualitativa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

Maiza Ribeiro de Souza

Assinatura do pesquisador

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

05/10/2016



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

- Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, Margarida Maria Ribeiro de Sousa, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “**Um último adeus: práticas fúnebres e a busca da boa morte nos séculos XIX e XX São João do Rio do Peixe-PB**”. Declaro ser esclarecido, que terá como objetivo geral: Analisar a partir das fontes escritas, orais e imagéticas, a organização em torno da morte no decorrer da segunda metade do século XIX e do século XX, percebendo os lugares e o modelo de morte, construídos a partir de práticas fúnebres em torno do último adeus.

e estar de acordo com os seguintes pontos:

- Ao voluntário só caberá a autorização para a aplicação da pesquisa quanto qualitativa e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.
- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Margarida Maria Ribeiro de Sousa.

Assinado Participante

Assinatura Dactiloscópica do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador

Maria Ribeiro de Sousa

Data: 09 / 01 / 2017